É RAZOÁVEL *SER CRENTE?*

ALFONSO AGUILÓ

É RAZOÁVEL SER CRENTE?

ALFONSO AGUILÓ

Tradução por IA (ChatGPT)
Fonte do texto: *dokumen.pub*

ALFONSO AGUILÓ PASTRANA nasceu em Madrid, em 1959. É engenheiro civil, mas cedo deixou de exercer essa profissão para se dedicar a diversos trabalhos de natureza educativa e docente. Desde 1991, é vice-presidente do Instituto Europeu de Estudos da Educação (IEEE). Publicou mais de duzentos artigos em diversas revistas e publicações, bem como oito livros sobre temas de educação, apologética e antropologia: «O teu filho dos 10 aos 12 anos», «Educar o caráter», «Interrogações em torno da fé», «A tolerância», «Caráter e valor pessoal», «Educar os sentimentos» e «25 questões atuais em torno da fé». Atualmente, é diretor de Tajamar.

É razoável ser crente?

A pergunta sobre Deus continua a ser atual. Continua a despertar interesse. É uma questão que interpela o homem desde sempre, que paira sobre ele desde que toma consciência da sua própria existência, desde que começa a pensar e se interroga sobre a sua origem, o seu destino final e as suas motivações.

Porquê acreditar? Para que serve acreditar? Estará o crente mais preparado perante os grandes problemas da vida, para enfrentar o enigma do mal e da morte? Porquê acreditar na Igreja? Qual é a verdade sobre as páginas mais difíceis da sua história? Deve aceitar-se tudo o que ela diz sobre ética sexual?

Este livro procura dar resposta a essas e a muitas outras perguntas. Pretende trazer um pouco de luz a todas essas questões. Uma luz proveniente do senso comum, daquilo que ensinam o entendimento e o coração, para ajudar o homem a encontrar razões para viver com paz e esperança.

INTRODUÇÃO

Passei toda a minha vida em tensão, como um arco; mas nunca soube para onde apontar e lançar a flecha.

Jean Serment

Este livro não tem pretensões de erudição. Não é um texto de teologia, nem pretende ser um tratado doutrinal. Não procura acumular argumentos ou razões filosóficas, mas antes dar algumas respostas breves e simples, talvez sem outro mérito senão o de terem sido postas à prova em conversas com pessoas muito diversas.

Apresenta-se sob a forma de diálogo com um interlocutor preocupado com a sua própria fé, ou com a dos seus filhos, de um familiar ou de um amigo. Como um momento de conversa com alguém que não tem fé, ou que talvez a tenha, mas por vezes sente que ela vacila, ou vê como vacila nos outros, e não encontra uma resposta adequada às suas perguntas.

Não é um conjunto de receitas de folhetim para problemas sérios. Os temas são suficientemente difíceis para que seja necessário evitar reducionismos ou simplismos. É um livro que quer levar a pensar e a fazer pensar. Um livro para ler talvez devagar, mais do que de uma assentada. Para dar a ler a outros e servir de ponto de partida para novas reflexões e comentários.

A fé é suficientemente obscura para que a adesão do espírito seja livre e, ao mesmo tempo, suficientemente clara para que essa adesão seja razoável. Esse claro-escuro — que faz parte da própria natureza das coisas — faz com que uma conversa sobre a fé não seja como falar de uma ciência de natureza matemática, nem como uma disputa em que se pretende convencer o outro com as armas da simples dialética.

Uma conversa sobre a fé deve ser como uma troca de impressões com a qual se procura avançar no caminho da procura da verdade. E o facto de estares agora a folhear estas páginas demonstra que te apercebes da

necessidade que todos temos de refletir sobre Deus para encontrarmos um sentido para as nossas vidas.

PRIMEIRA PARTE

Deus não fala,
mas tudo fala de Deus.
Julien Green

I. ACREDITAR EM DEUS?

1. DEUS EXISTE REALMENTE?

Quem procura a verdade procura Deus, mesmo sem o saber.

Edith Stein

Uma constante na história dos povos

A ideia de Deus anda pelo pensamento do homem desde tempos imemoriais. Surge com obstinada insistência em todos os lugares e em todas as épocas, até nas civilizações mais arcaicas e isoladas de que se tem conhecimento. Não há nenhum povo nem período da humanidade sem religião. É algo que acompanha o homem desde sempre, como a sombra acompanha o corpo.

A existência de Deus foi sempre uma das grandes questões humanas, pois apresenta-se ao homem como algo que o compromete radicalmente. O homem procura resposta para os grandes enigmas da condição humana, que, ontem como hoje, se apresentam inevitavelmente no mais profundo do seu coração: o sentido e o fim da nossa vida, o bem e o mal, a origem e a finalidade da dor, o caminho para alcançar a verdadeira felicidade, a morte, o juízo, a retribuição depois da morte. Tudo aponta para o mistério que envolve a nossa existência, de onde vimos e para onde nos dirigimos, para aquela força misteriosa que está presente no desenrolar de todos os acontecimentos humanos e que impregna a vida de um íntimo sentido religioso.

— Mas a muita gente não interessa o que todos os povos fizeram ao longo da história. Não querem fazer o mesmo que outros faziam no passado.

Não me referia a fazer o mesmo que os nossos antepassados. Qualquer pessoa faz muito bem em procurar o seu próprio caminho e em ser diferente daqueles que a precederam. Referia-me a que nunca é demais lançar um olhar à história, nem que seja porque isso pode dar uma certa perspetiva que lança sempre alguma luz sobre a própria vida.

Como dizia Aristóteles, se a religião é uma constante na história dos povos, há de ser porque pertence à própria essência do homem.

Por mais fortes que tenham sido, por vezes, a hostilidade ou a influência secularizante do meio em que vive, o homem nunca ficou totalmente indiferente ao problema religioso. Onde quer que tenham sido suprimidas as instituições religiosas, ou onde os crentes tenham sido perseguidos de uma forma ou de outra, as ideias e as manifestações da religião voltaram a surgir repetidamente. A pergunta sobre o sentido da vida, sobre o enigma do mal e da morte, sobre o além, são interrogações que nunca foi possível evitar. Deus está na própria origem da pergunta existencial do homem.

Poderá tudo dever-se ao acaso?

— E não será possível pensar que todo o universo é, simplesmente, obra do acaso?

Desde os tempos mais antigos, o homem pergunta-se, maravilhado, qual será a explicação de toda essa harmonia que existe na configuração e nas leis do universo.

Quando o homem de hoje — comenta José Ramón Ayllón — observa a complexidade e a perfeição dos processos bioquímicos no interior de uma célula minúscula, ou as dos mais gigantescos fenómenos de movimento e transformação das galáxias; quando espreita o mundo microfísico e propõe leis que procuram explicar fenómenos que ocorrem a escalas de até uma bilionésima de milímetro; ou quando aprofunda o conhecimento da

estrutura do universo em grande escala, até limites superiores a um bilião de biliões de quilómetros; ao contemplar todo esse grandioso espetáculo, cada dia com maior profundidade graças aos progressos da ciência, torna-se cada vez mais difícil sustentar que tudo obedece a uma misteriosa evolução governada pelo acaso, sem nenhuma inteligência por detrás.

Onde existe um plano, tem de haver alguém que o conceba. E, por detrás de uma obra de tamanha complexidade e de tais proporções, tem de haver um criador cujo poder e sabedoria ultrapassem qualquer medida.

Pensar que toda a harmonia do universo e todas as complexas leis da natureza são fruto do acaso seria como pensar que as aventuras de Dom Quixote de la Mancha, escritas por Cervantes, poderiam surgir na íntegra tirando letras ao acaso de uma gigantesca panela de sopa de letras. Recorrer a uma gigantesca casualidade para explicar as maravilhas da natureza é uma explicação um pouco ingénua.

— E não será também possível, como dizem alguns, que o mundo tenha existido desde sempre?

Quando vemos um livro, um quadro ou um edifício, pensamos imediatamente que, por detrás dessas obras, haverá, respetivamente, um escritor, um pintor e um arquiteto.

E, da mesma maneira que ninguém se lembra de pensar que o Quixote surgiu de uma imensa massa de letras que caiu ao acaso sobre umas folhas de papel, ficando ordenadas precisamente daquela forma tão engenhosa, também não se pode dizer que aquele edifício «está ali desde sempre», ou que aquele quadro «se pintou sozinho», ou coisas semelhantes.

Não podemos sustentar seriamente que o mundo «se fez sozinho» ou «se criou a si mesmo». São incongruências que caem pelo seu próprio peso.

Terá de haver uma «causa primeira»?

«“Não conheço nenhum oleiro — disse a panela. — Nasci por mim mesma e sou eterna.”

»Pobre louca. Subiu-lhe o barro à cabeça.»

Era assim que Franz Binhack, na sua obra Topfer und Topf, mostrava, com um certo toque de humor, como é ridícula essa atitude de fechar os olhos perante a inevitável pergunta sobre a origem primeira do ser.

Se de uma torneira sai água, é porque há um cano que transporta essa água. E esse cano recebê-la-á de outro, e esse, por sua vez, de outro. Mas, em algum momento, os canos acabarão e chegaremos ao depósito. Ninguém afirmaria que há sempre água na torneira simplesmente porque o cano tem um comprimento infinito.

«Do nada — explica Leo J. Trese — não podemos obter alguma coisa. Se não tivermos bolotas, não podemos plantar um carvalho. Sem pais, não há filhos. Portanto, se não existisse um Ser eterno (isto é, um Ser que nunca tivesse começado a existir) e omnipotente (e, por isso, capaz de fazer alguma coisa a partir do nada), não existiria o mundo, com toda a sua variedade de seres, nem existiríamos nós.

»Um carvalho provém de uma bolota, mas as bolotas crescem nos carvalhos. Quem fez a primeira bolota ou o primeiro carvalho?

»Os filhos têm pais, e esses pais são filhos de outros pais, e estes de outros. Ora, quem criou os primeiros pais...?

»Alguns evolucionistas diriam que tudo começou a partir de uma massa informe de átomos. Muito bem, mas... quem criou essa massa de átomos? De onde provinham?»

Quem orientou a evolução desses átomos, segundo leis que podemos descobrir e que evitaram um desenvolvimento caótico? Alguém teve de o fazer. Alguém que, desde toda a eternidade, tenha tido uma existência independente.

Houve um tempo em que cada um dos seres deste mundo não existia. Cada um deles deverá sempre a sua existência a outro ser. Todos, tanto os seres vivos como os inertes, são elos de uma longa cadeia de causas e efeitos. Mas essa cadeia tem de chegar a uma causa primeira.

Pretender que um número infinito de causas nos poderia dispensar de encontrar uma causa primeira seria o mesmo que afirmar que um pincel pode pintar sozinho, desde que tivesse um cabo infinitamente comprido.

— Há quem diga que lhe basta saber que os seres simplesmente existem. Que não lhe interessa de onde vêm e que, por isso, não precisa de pensar mais no assunto.

Então estaríamos perto de dizer que não se deve pensar. Porque renunciar a uma parcela tão importante do pensamento significa afastar-se um pouco da realidade.

Se virmos um casaco pendurado numa parede (o exemplo é de Sheed), mas não virmos que está suspenso de um cabide, e isso nos levar a pensar que os casacos desafiam as leis da gravidade e ficam pendurados nas paredes pelo seu próprio poder, então não viveríamos no mundo real, mas num mundo irreal que nós próprios criámos. De modo semelhante, se virmos que as coisas existem e não virmos claramente qual é a causa da sua existência, e isso nos levar a negar ou a ignorar essa causa, estaríamos a sair do mundo real.

Uma pequena «finta» dialética

— Mas alguns filósofos afirmaram que a relação de causa e efeito não passa de uma dialética alheia à natureza, onde os fenómenos se repetem incessantemente, sem que essa relação de causa e efeito exista senão no nosso entendimento...

Não parece que a noção de causa seja uma simples elucubração humana. É algo que comprovamos todos os dias e que a ciência não cessa de invocar. «Se vejo umas crianças — observa André Frossard —, a experiência diz-me que não se fizeram sozinhas. Talvez apareça um filósofo a afirmar que não posso demonstrá-lo, mas também ele se veria em dificuldades para demonstrar que estou enganado se eu afirmasse que nasceram de umas couves.»

Rejeitar dessa maneira a relação de causa e efeito parece um atentado contra o bom senso. De facto, os que assim pensam não são depois, na vida corrente, coerentes com essa teoria. Sabem, por exemplo, que, se meterem os dedos numa tomada, receberão a correspondente descarga elétrica, e por isso procuram não o fazer. Sabem que a relação entre a tomada e o choque elétrico não é uma dialética alheia à natureza que exista apenas no seu entendimento..., nem que seja porque o entendimento não está nos dedos. Quando — negando a evidência das causas — dizem que tudo o que existe é fruto do acaso, renunciam, nesse ponto, ao uso da razão.

A fé cristã confia inteiramente na reta razão, por meio da qual se pode chegar ao conhecimento de Deus. Para o crente, a razão é inseparável da fé e deve ser respeitada como o dom divino que é.

— E, se é possível chegar a Deus com a luz da razão, para que é necessária a fé?

Não é difícil chegar a reconhecer que Deus existe. Passámos em revista alguns dos raciocínios que nos conduzem a Ele e veremos ainda muitos outros. De qualquer modo, a tarefa nem sempre é fácil. Além de exigir — como sucede com todo o conhecimento — uma maneira reta de pensar e um profundo amor à verdade, é preciso ter em conta que, em muitos casos, nós, os homens, renunciamos a prosseguir um raciocínio quando verificamos que as suas conclusões se opõem aos nossos egoísmos ou às nossas más paixões.

Suponho que esta será uma das razões pelas quais Deus deu um passo em frente e, dando-se a conhecer pela Revelação, nos estendeu a mão. Assim, além disso, todos os homens podemos conhecer todas essas verdades mais facilmente, com maior certeza e sem erros.

2. É POSSÍVEL A AUTOCRIAÇÃO?

Muito fraca é a razão se não chega a compreender que há muitas coisas que a ultrapassam.

Blaise Pascal

Um conto de fadas para adultos

— Muita gente diz que dispensa todos esses argumentos porque a teoria do big bang explica perfeitamente a autocriação do universo e, portanto, não precisa de Deus para explicar seja o que for.

O big bang e a autocriação do universo são duas coisas bem diferentes. A teoria do big bang, enquanto tal, é perfeitamente conciliável com a existência de Deus. No entanto, à teoria da autocriação — que sustenta, mediante explicações mais ou menos engenhosas, que o universo se criou sozinho, a si mesmo e a partir do nada — haveria que fazer duas objeções. Primeiro, desde o momento em que se fala de criação a partir do nada, já estamos fora do método científico, uma vez que o nada não existe e, portanto, não se lhe pode aplicar o método científico. Segundo, é preciso muita fé para pensar que uma massa de matéria ou de energia se possa ter criado a si mesma.

Parece ser necessária tanta fé que o próprio Jean Rostand — para citar um cientista de reconhecida autoridade mundial nesta matéria e, ao mesmo tempo, pouco suspeito de simpatia pela doutrina católica — chegou a dizer que essa história da autocriação é como «um conto de fadas para adultos». Afirmação que André Frossard reforça ironicamente, dizendo que «é preciso admitir que alguns adultos não são muito mais exigentes do que as crianças no que respeita aos contos de fadas...: as partículas originais, sem impulso nem orientação exteriores, começaram a associar-se, a combinar-se aleatoriamente entre si para passar dos quasares aos átomos, e dos átomos a moléculas de arquitetura cada vez mais complicada e diversa, até produzirem, depois de milhares de milhões de anos de esforços incessantes, um professor de astrofísica de óculos e bigode. É o cúmulo das maravilhas. A doutrina da Criação só pedia um único milagre de Deus. A da autocriação do mundo exige um milagre a cada décimo de segundo». A doutrina da autocriação exige um milagre contínuo, universal e sem autor.

Evolução: muito bem, mas a partir de quê?

— Há quem entenda a história do universo como uma evolução de organismos vivos que surgiu com o desenvolvimento da matéria e atingiu um certo grau de complexidade...

Para quem defende essas teorias, parece que o mundo não passa de uma questão de geometria extraordinariamente complexa. No entanto, por mais que certas estruturas se compliquem, e por mais que se admitisse uma evolução vertiginosa da sua complexidade, essa evolução da substância material enfrenta pelo menos duas objeções importantes.

A primeira objeção é que a evolução nunca explicaria a origem primeira dessa matéria inicial. A evolução decorre no tempo; a criação é o seu pressuposto.

A segunda objeção é que passar da matéria à inteligência humana implica um salto ontológico que não pode dever-se a uma simples evolução fruto do acaso. A matéria, por mais que se desenvolva, não é capaz de produzir um único pensamento capaz de a compreender a ela própria, tal como — segundo sugere André Frossard — nunca se veria um triângulo, depois de um extraordinário processo evolutivo, aperceber-se de repente, maravilhado, de que a soma dos seus ângulos internos é igual a cento e oitenta graus.

— E há algum inconveniente em que um católico acredite na evolução das espécies? Muitos dizem que não faz sentido a Igreja continuar a resistir a aceitar algo que está cientificamente provado.

Talvez não estejam bem informados, porque a Igreja Católica não tem dificuldade em aceitar a evolução do corpo do homem a partir do de um primata. Para conciliar a doutrina da evolução humana com a teologia católica, basta admitir que Deus atuou, num determinado momento, sobre o corpo do primeiro casal, infundindo em cada um deles uma alma humana.

Deus pôde, de facto, ir formando o corpo do homem a partir de alguma espécie de primata em evolução, segundo um projeto por Ele concebido, e, quando esse corpo atingiu o grau de desenvolvimento necessário, dotá-lo de alma humana. A Igreja não tem qualquer objeção a que um católico aceite essa hipótese, se ela lhe parecer digna de crédito.

— E então um católico não tem de acreditar à letra no relato da criação que aparece no Génesis?

Não é necessário que seja à letra. O relato da criação apresentado pelo Génesis não pretende ser uma explicação científica sobre a origem do ser humano. As narrações de fenómenos físicos ou naturais da Bíblia não pretendem transmitir-nos diretamente ensinamentos em matéria científica. E os pormenores das suas descrições também não pretendem incidir diretamente sobre a doutrina da salvação. É bem claro que essa narração é um esquema teológico, que não pretende ser histórico, mas apresentar uma visão geral do que é mais fundamental, a fim de explicar que o mundo procede unicamente do poder de Deus. Mas a forma como esse processo se realizou é uma questão que a Bíblia deixa inteiramente em aberto.

O autor do Génesis não pretendia dar uma aula de astrofísica ou de biologia molecular. Dá a entender que cada homem, e o homem todo, de corpo e alma, vem de Deus, depende de Deus e foi feito por Deus; que o universo não é autossuficiente e que Deus é o criador e senhor de todas as coisas. As aparentes divergências entre algumas narrações bíblicas e os conhecimentos científicos atuais devem-se ao sentido metafórico ou figurado com que, em certos casos, escreviam os autores sagrados, ou a uma maneira diferente de se exprimirem, segundo as aparências sensíveis ou a forma de falar daquele povo naquela época.

Uma alma espiritual?

— Muita gente nega a existência da alma. Diz que a inteligência humana é um processo cerebral, como qualquer outro dos que existem no organismo humano, e que não precisa de explicações espirituais.

A inteligência humana não é uma simples função do cérebro, como pode ser, por exemplo, a produção de bílis no fígado. O facto de a inteligência não atuar sem a colaboração dos sentidos, que têm a sua sede no cérebro, não significa que se possa identificar o cérebro com a inteligência. Um aparelho elétrico não funciona se não estiver ligado à tomada, mas a tomada não é a causa do seu funcionamento nem da existência da eletricidade. A tomada e o cérebro são condições, não causas.

— E porque é que a alma humana tem de ser espiritual?

Nenhum efeito pode ser ontologicamente superior à sua causa. Se o homem é capaz de ter pensamentos abstratos, a sua alma tem de ser espiritual. Se a mente humana é capaz de produzir ideias imateriais, a alma tem de ser imaterial, isto é, espírito.

— Pois há quem afirme que a vida humana obedece inteiramente a um esquema bioquímico que explica todos os seus processos.

Foram então — pergunta José Ramón Ayllón — os neurónios de Miguel Ângelo que pintaram a Capela Sistina? Se assim fosse, teríamos de admirar os processos bioquímicos do seu cérebro, e não o seu proprietário. E, se a conduta criminosa de Hitler foi uma consequência exclusiva e inevitável da sua química neuronal, não seria ele o responsável pelo holocausto de tantos judeus, mas apenas os seus neurónios.

Podem os neurónios ser justos, corajosos ou perigosos? Se os neurónios comandassem inteiramente o homem, este seria uma marioneta do seu cérebro. Serão porventura os neurónios que dão origem à vontade livre e, por conseguinte, dão ordens a si mesmos?

Na base das decisões livres encontraremos processos bioquímicos, é certo, mas a liberdade e a inteligência não parecem ser processos bioquímicos, nem efeitos apenas do que é bioquímico, tal como a luz solar que entra no quarto não resulta apenas de a janela estar aberta: é preciso que o sol brilhe. Reduzir a vida humana a um processo bioquímico extraordinariamente complexo significa negar a existência da liberdade humana. E qualquer homem pode compreender que é capaz de escolher, que poderia ter agido de maneira diferente daquela como agiu e que, em suma, a liberdade existe e não é uma simples enteléquia da razão.

O curioso é que aqueles que sustentam essas teorias deterministas — que negam a liberdade em favor de todos esses complexos processos bioquímicos — não se resignam a que os outros violem os seus direitos. Estou certo de que, se roubarem a carteira a um deles, o mais provável é que não se limite a pensar que o pobre ladrão agiu assim necessariamente, impelido por um estímulo bioquímico irresistível, mas que chame a polícia

e exija que procurem o culpado, talvez até que o castiguem, e, naturalmente, que lhe devolvam a carteira.

3. UMA NOITE QUE MUDOU UMA VIDA

Se quebrares as tuas correntes, libertas-te; mas, se cortares as tuas raízes, morres.

Doria Cornea

A noite de 29 para 30 de abril de 1937

Manuel García Morente tinha reservado alguns dias de solidão para se dedicar, serena e metodicamente, à análise de alguns temas que o preocupavam profundamente.

Morente era diretor da Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid desde 1931 e já então era considerado uma das figuras mais destacadas da vida universitária espanhola da primeira metade do século XX.

Foi sempre — conta López Quintás — um espírito muito reflexivo e aberto. Duras provações pessoais e familiares avivaram nele um intenso desejo de dar um sentido pleno à sua existência. Mas permanecia insensível à luz da fé.

Apesar de desenvolver longos e penosos processos intelectuais, não conseguia esclarecer aquilo que, para ele, era a questão fundamental da vida humana: se existe alguma realidade superior ao mundo que dê pleno sentido e realização à existência do homem.

A sua grande capacidade de análise não conseguia responder a essa pergunta. A sua atitude de soberba espiritual — segundo a expressão que ele próprio usaria mais tarde — levou-o a rejeitar a ideia de um Deus que cuida do homem com solicitude e carinho. Essa conceção parecia-lhe uma puerilidade. Via Deus como um ser distante, sem comunicação com os homens, mero termo do olhar intelectual, objeto de uma reverência muda e imóvel, de uma submissão total, mas nunca de um acolhimento filial. No

seu entender, a existência do homem limitava-se a uma sucessão de causas e efeitos rigidamente determinada.

No entanto, naquela noite começou a sentir um vivo desejo interior de que todas as suas objeções à existência de um Deus providente fossem inválidas. Pensava que os acontecimentos produzidos pelo mero determinismo natural careciam de sentido. Sentia despertar, no mais íntimo do seu ser, uma vaga necessidade: a de que houvesse alguém que redimisse o homem da sua indigência última.

Este pensador inveterado, abalado pelas vicissitudes da guerra civil espanhola, que atingira tragicamente a sua própria família, sentia um anseio não confessado, mas atuante, de que existisse uma providência divina, «uma inteligência suprema, supremamente ativa, fonte de vida, da minha vida e de toda a vida, isto é, de todo o conjunto ou sistema de acontecimentos plenos de sentido».

Uma distância irritante

O silêncio de Deus, o facto de Deus parecer contemplar impassível os nossos sofrimentos, provocava nele um afastamento da fé, uma sensação de que a vida não tinha sentido.

No entanto, ao colocar a questão da falta de sentido da existência, sentia avivar-se no seu interior o desejo de que existisse um ser que desse razão de todos os acontecimentos, tanto dos felizes como dos adversos. «O simples pensamento de que há uma providência sábia bastou para me tranquilizar — escreveria mais tarde, recordando aquele momento —, embora não compreendesse nem visse a razão ou a causa concreta da crueldade que essa mesma providência exercia comigo, negando-me o regresso das minhas filhas.»

Morente dedicou-se à análise deste tema, mas não conseguiu libertar-se daquela distância inacessível e irritante de Deus. E sofreu uma crise de ressentimento que o levou a revoltar-se contra o Ser Supremo. Parecia-lhe que a única liberdade reservada ao homem era a de não aceitar a dádiva da vida e recorrer ao suicídio, como ato desesperado de posse de si mesmo.

Mas, ao ver-se num tal beco sem saída, que lhe parecia grotesco, Morente decide voltar atrás e refazer, desde as bases, todo aquele processo intelectual. Com um enorme esforço de vontade, concede uma trégua ao pensamento.

O instante da conversão

Liga o rádio para se distrair e ouve fragmentos de uma sinfonia de César Franck, a *Pavana para uma infanta defunta*, de Ravel, e *A infância de Jesus*, de Berlioz. Esta última obra mergulhou-o num estado de «deliciosa paz».

Naqueles momentos de perplexidade radical, abriu-se, sem expressamente se propor fazê-lo, ao mundo da beleza e da profunda expressividade da música. E, de repente, fez-se nele uma grande luz.

Não foi apenas uma irrupção da beleza artística. Não foi só a perfeição, a harmonia, a luminosidade e a paz daquela obra musical. A maré de beleza vinha aliada à revelação de um Deus que esconde a sua divindade na forma humilde e indefesa de uma criança. E essa ideia suscitou na sua imaginação uma visão intensa das cenas fundamentais da vida de um Deus que se fez um ser necessitado, como nós, e se entregou a fazer o bem até à morte numa cruz. Esta imagem de um Deus encarnado e aniquilado, que esconde a sua divindade para se tornar mais acessível ao homem, de um Deus que ama e sofre pelos outros em silêncio, já não despertou no espírito de Morente qualquer rejeição, mas confiança e amor.

Compreendeu que essa aparente indiferença de Deus corresponde a um profundo respeito pela liberdade do homem. Pensou que — como dissera Pascal — não seria justo que Deus se apresentasse de uma maneira tão manifestamente divina que a adesão do espírito deixasse de ser livre, nem de uma forma tão oculta que não pudesse ser reconhecido por aqueles que O procurassem sinceramente.

Tudo o que diz respeito a Deus ultrapassa o nosso espírito e, por isso mesmo, está rodeado de sombras, mas Ele próprio nos proporcionou provas

ao nosso alcance para que sejamos capazes de O compreender racionalmente.

A contemplação desse Deus de carne e osso, que por amor se compromete a partilhar a sorte do homem, transformou aquela distância intransponível numa proximidade impressionante. Essa proximidade — explicava — tornou possível a relação pessoal, a oração, o diálogo com o seu Deus: um encontro que suscita sentimentos de paz e transforma a vida e a mentalidade do homem que reza. «Voltei o rosto para o interior do quarto e fiquei petrificado. Ele estava ali. Eu não O via, não O ouvia, não Lhe tocava. Mas Ele estava ali.»

Tinha-se convertido. «É verdadeiramente extraordinário e incompreensível — escreveria depois — como uma transformação tão profunda pode realizar-se em tão pouco tempo.»

Aceitar Deus com humildade

Tinha aceitado Deus. «O ato mais próprio e verdadeiramente humano — dizia — é a aceitação da vontade de Deus. Querer livremente o que Deus quiser: eis o ponto culminante da condição humana.»

Morente sentia-se angustiado por resolver o grande problema que atormentava o seu espírito: conciliar a liberdade e a obediência, sentir a vida como sua e, ao mesmo tempo, reconhecer que dependia de outras realidades, distintas do seu próprio destino, mas não alheias a ele. Depois do acontecimento extraordinário vivido naquela noite de 29 para 30 de abril, Morente apercebe-se de que a solução deste problema está em reconhecer a realidade da condição humana, em saber aceitar-se a si mesmo como um ser limitado e necessitado.

Ao aceitar isto, o homem adota uma atitude de simplicidade espiritual, de humildade, de disponibilidade, de acolhimento agradecido. Reconhece que o próprio do ser criado é a gratidão para com o seu criador, da mesma forma que o próprio do filho é amar os seus pais. E essa prontidão para agradecer corta pela raiz uma das causas fundamentais do ateísmo: a

soberba e o ressentimento. E desbloqueia o espírito, fechado e ressentido com a sua limitação.

O melhor uso da liberdade

Trouxe aqui o relato da conversão de García Morente porque muitas pessoas podem passar, em algum momento da sua vida, por uma crise de certo modo semelhante. Custa ao homem reconhecer a realidade da condição humana e aceitar-se a si mesmo como um ser criado por Deus e sujeito a uma ordem natural.

Talvez por isso seja tão frequente que a chave de uma conversão esteja nesse reconhecimento humilde da realidade da condição humana. E talvez também por isso a rejeição dessa dependência — segundo conta o relato do Génesis — tenha sido a origem do primeiro pecado. A resistência à conversão é, muitas vezes, como uma crise do homem que quer fazer da independência pessoal uma categoria absoluta, à qual sacrifica tudo e se sacrifica inteiramente.

Uma crise pela qual passou também outro grande pensador, cuja conversão ocorreu na mesma época da de García Morente, mas a muitos quilómetros de distância. Era assim que o britânico C. S. Lewis narrava a sua resistência naquele momento em que a sua vida mudou: «Naquele dia cedi, admiti que Deus era Deus e, de joelhos, rezei...; então não vi o que agora é mais claro: a humildade divina que aceita um convertido mesmo em tais circunstâncias...; o filho pródigo que trazem a contorcer-se, a lutar, ressentido e a olhar em todas as direções à procura de uma oportunidade de fugir...».

— Parece-me natural que custe ao homem aceitá-lo, uma vez que isso implica sempre comprometer-se e, em última análise, hipotecar a sua liberdade.

Comprometer-se não é hipotecar a liberdade, mas usá-la. Como dizia a poetisa romena Doria Cornea, se quebrares as tuas correntes, libertas-te; mas, se cortares as tuas raízes, morres. Quebrar as correntes dá liberdade; mas romper com todo o compromisso é cortar as raízes da pessoa.

E, embora seja verdade que as pessoas que aceitam o risco da sua liberdade pessoal e se comprometem com aquilo que escolheram renunciam a todas as coisas que não escolhem, também é verdade que se enriquecem com as consequências daquilo que efetivamente escolheram. Se o homem foge habitualmente ao compromisso, mesmo que o faça por amor à liberdade, o que faz é condenar a sua vida à indecisão e à esterilidade.

Quanto melhor se escolhe, e quanto mais a pessoa se compromete com aquilo que escolheu bem, tanto mais se enriquece a si mesma e tanto mais enriquece os outros. A liberdade interessa porque há algo para além dela que a ultrapassa e lhe dá sentido: o bem. Se uma escolha implica um compromisso que reforça algo que é próprio da natureza humana, esse será o uso mais acertado da nossa liberdade, mais um passo para a nossa plenitude como homens.

4. PODE DEUS CABER NA MINHA MENTE?

A grandeza de um homem está em saber reconhecer a sua própria pequenez.

Blaise Pascal

Reconhecer a nossa limitação

Se um aluno do ensino secundário for um dia à universidade e assistir a uma aula de doutoramento em que se trata de uma matéria especialmente complexa, não deverá admirar-se se perceber que, por vezes, perde o fio à explicação (supondo que, em algum momento, chegou a encontrá-lo). Parecer-lhe-á perfeitamente natural, uma vez que essa matéria o ultrapassa por completo.

Poderia dizer-se que algo semelhante — lamento não ter encontrado melhor exemplo — acontece com a compreensão da natureza de Deus que o homem pode alcançar.

Se esse aluno do nosso exemplo dissesse que tudo o que ouviu naquela aula é mentira pela simples razão de que não entende nada, talvez fosse

necessário fazê-lo ver — educadamente, claro — que não é a sua capacidade de entender as coisas que as torna verdadeiras. A verdade não tem de ser inteiramente compreendida por todas as pessoas. E isto não é dizer que são pouco inteligentes, nem renunciar à razão, mas simplesmente constatar que temos limitações. Por isso disse Pascal — e era um grande cientista — que a grandeza de um homem está em saber reconhecer a sua própria pequenez.

Aquele professor — voltando à nossa comparação — poderá fazer aproximações a essa verdade, com exemplos ou simplificações mais ou menos felizes que ajudem o aluno a compreendê-la. E também poderá refutar, com maior ou menor acerto pedagógico, as objeções que o rapaz apresente. Mas não conseguirá fazê-lo compreender perfeitamente todas as aulas e todas as suas consequências. Porque está noutro nível.

Pensar que se é tão inteligente que se consegue abarcar Deus por completo é de uma ingenuidade tão espantosa como presunçosa. Mais ou menos como se o aluno do nosso exemplo pensasse que tinha entendido perfeitamente tudo o que ouvira naquela aula (provavelmente, nesse caso, teria entendido algo diferente daquilo que realmente fora explicado).

Se alguém disser que Deus não existe porque não cabe por completo na sua cabeça, haveria que levá-lo a considerar que, se Deus coubesse por completo na sua cabeça, talvez então já não fosse Deus. E isso nada tem que ver com a possibilidade de a razão humana demonstrar a existência de Deus. A razão é capaz de chegar a Deus, mas demonstrar a existência de Deus não é abarcar Deus inteiramente.

Para acreditar, é preciso reconhecer humildemente — e sei que é difícil ser humilde — a limitação da razão humana. Assim poderemos aproximar-nos de algo que nos é muito superior.

— Mas Deus poderia fazer alguma coisa para que O conhecêssemos mais facilmente...

Penso que já fez muito. Talvez seja o homem que precise de fazer um pouco mais da sua parte. Além disso, seria pouco conforme à nossa

condição humana obrigar Deus a aceitar os nossos axiomas sobre aquilo que teria de fazer para se dar a conhecer aos homens de uma forma sensata.

Deus não quis obrigar o homem a reconhecê-Lo. A razão humana pode demonstrar a existência de Deus e conhecer bastante sobre a sua natureza. Mas não pode chegar, por si só, a muitas outras verdades relacionadas com a natureza de Deus.

O facto de o homem não chegar a compreender certas verdades não tem de pôr em causa essas verdades. É algo — explica Mariano Artigas — que também acontece nas ciências, e continuamente. Por exemplo, ninguém duvida da realidade das partículas subatómicas, apesar de encontrarmos dificuldades — que, por enquanto, são insuperáveis — quando tentamos explicar a sua natureza. Mas essas dificuldades não impedem que tenhamos muitos conhecimentos bem comprovados acerca dessas partículas e que os possamos utilizar como base de tecnologias muito avançadas.

A fé é razoável, mas ao homem é difícil chegar a compreendê-la profundamente apenas com a ajuda da razão. Por isso, a Revelação constitui uma grande ajuda no trabalhoso caminho da inteligência humana.

Acreditar em algo que não tenho a certeza de que exista?

— Há pessoas que se declaram agnósticas porque dizem que ninguém conseguiu demonstrar-lhes de forma convincente que Deus existe. E que não podem rezar a um ser de quem não sabem ao certo se realmente existe, porque seria como lançar ao mar mensagens numa garrafa, sem saber se alguma vez alguém as recolherá.

No entanto — perdoa-me a brincadeira —, tenho ideia de que os náufragos em ilhas desertas lançavam garrafas ao mar, ou pelo menos é o que se conta. E suponho que o fariam porque confiar em algo que não é uma certeza esmagadora e incontestável não tem de ser uma atitude absurda. O que talvez fosse absurdo seria ficar sem fazer nada por não se saber com absoluta certeza se alguém viria um dia a encontrar a garrafa.

— Sim, mas dizem que optam por não arriscar nada e que, por isso, preferem não acreditar em nada, uma vez que nada está claramente provado.

Seguindo esse raciocínio até ao fim, seria preciso deixar de acreditar até que se é filho dos próprios pais — peço novamente desculpa pelo exemplo —, como única solução segura para evitar o risco de amar uns pais falsos. A maioria dos nossos conhecimentos provém do testemunho de outras pessoas e, na maior parte dos casos, não podemos comprová-los de forma incontestável.

E isso inclui dados tão simples como quem são os nossos pais, o nosso local e a nossa data de nascimento, a maior parte da geografia e da história, e muitíssimas outras coisas. No entanto, costumamos acreditar que o medicamento que tomamos corresponde ao que indica o rótulo da caixa, que a placa de saída da autoestrada nos conduzirá ao lugar que assinala, ou que existe realmente aquele país distante que aparece nos mapas e de que a imprensa tanto fala, mas que nunca visitámos. Porque isso é o razoável.

Passamos a vida — todos, também aqueles que dizem não acreditar em nada — a ter fé em muitas coisas, a correr riscos, a confiar naquilo que não está claramente provado. A fé significa crédito ou confiança. Se quisermos demonstrar tudo, seremos conduzidos a um processo infinito em que a desconfiança absoluta limitaria drasticamente a pessoa, e a sua vida ficaria reduzida ao pequeníssimo âmbito daquilo que ela própria pode comprovar.

Por isso, o facto de a fé em Deus exigir uma atitude de aceitação é também muito razoável. O que não seria razoável seria o ceticismo absoluto, ou exigir um grau desproporcionado de segurança. E menos razoável ainda se só se exigir essa segurança em questões de religião ou de moral.

A própria amizade, sem ir mais longe, exige o exercício da fé e da confiança, uma vez que, sem elas, nenhum amigo mereceria esse nome.

Assim o entendia um pensador da Antiguidade, que se perguntava: como posso afirmar que não se deve acreditar em nada sem o conhecer diretamente, se, no caso de não acreditarmos em algo que não pode ser

demonstrado com segurança pela razão, não existiria a amizade nem o amor?

Acreditar em algo que me complica a vida?

— Há ocasiões em que a resistência a acreditar em Deus é, sobretudo, uma resistência da vontade para evitar complicações morais.

Certamente, e por isso muitos agnósticos refugiam-se na desculpa de que não é possível conhecer com certeza a existência de Deus, para assim viverem, na prática, como se Ele não existisse. E resolvem as suas dúvidas intelectuais apostando, na prática, na inexistência de Deus, com uma segurança e assumindo riscos difíceis de conciliar com os seus raciocínios anteriores.

É uma posição que, por outro lado, pode ser muito sedutora para aqueles que procuram fugir a algumas das exigências morais decorrentes da existência de Deus, evitando ao mesmo tempo o incómodo de as refutar.

Desta maneira, o seu agnosticismo acaba por ser uma simples fachada intelectual que esconde posições que talvez pareçam cómodas, mas que são, sem dúvida, muito pouco consistentes.

Há outros, que talvez de início devessem ser elogiados pela sua sinceridade, que afirmam acreditar em Deus, mas preferem pô-Lo entre parênteses porque, por alguma razão mais ou menos confessada, não lhes interessa que Ele tenha influência na sua vida. Trata-se de um indiferentismo que, embora possa ser efetivamente sincero, não parece um exemplo de coerência.

Outros professam uma espécie de agnosticismo estético, com o qual fazem difíceis equilíbrios entre o ceticismo e a procura de aprovação social, ou entre o medo do compromisso e o medo do «que dirão». Parecem pensar que a incredulidade é uma prova de elegância e sabedoria, e talvez por isso cheguem ao ponto de a fingir.

Num caso e noutro, são atitudes que correspondem a decisões pessoais, que são inteiramente livres de tomar, naturalmente, mas que muitas vezes não se fundamentam num raciocínio intelectual muito rigoroso. O raciocínio costuma vir depois, para justificar a decisão.

Agnosticismo e cálculo de probabilidades

— Outros, e parece que o dizem honestamente, afirmam que, se alguém os convencesse de que Deus existe, se converteriam. Mas que não podem forçar uma fé que não têm. Dizem até que gostariam de ter a sorte de possuir essa fé que veem tornar os outros tão felizes...

Poder-se-ia inverter o seu raciocínio: que seja ele a demonstrar que Deus não existe, ou que não pode ser conhecido, e então serias tu a aderir à posição dele.

— Para começar, dir-me-ia que não tem qualquer interesse em me converter, como eu pareço ter.

Penso que todo o homem verdadeiramente convencido de conhecer uma verdade deve sentir o desejo de a partilhar com os outros. Procurar que os outros se aproximem daquilo que se considera verdadeiro — respeitando sempre a liberdade, naturalmente — é algo positivo.

— Nesse caso, admitiria que também não é possível demonstrar que Deus não existe, mas, como a sua existência é duvidosa, parece-lhe igualmente razoável apostar em qualquer das duas opções.

No entanto, ele, na prática, vive como se Deus não existisse. Em última análise, está a viver de acordo com algo que não pode demonstrar. No fundo, está a ter fé em alguma coisa, na inexistência de Deus, mas com a agravante de que, se no fim se verificar que Deus existe — coisa que saberemos dentro de não muito tempo —, o mais provável é que ele tenha saído a perder nessa aposta, e pelos séculos dos séculos.

— Mas dirá que, se no fim se verificar que Deus não existe, és tu quem perde, enquanto ele terá saído a ganhar.

Isso não é assim tão claro, pois não parece muito seguro que aqueles que vivem à margem de Deus tenham uma vida mais feliz. Eles próprios reconhecem muitas vezes — tu mesmo o comentavas há pouco — que até gostariam de ter a fé que veem tornar os outros tão felizes. E é lógico que assim aconteça, uma vez que ter fé é sempre servir algo mais elevado, e todo o homem — queira ou não — é servo daquilo em que põe a sua felicidade.

Ou seja, se no fim da vida se comprovar que Deus existe, o agnóstico apostou no erro de maiores consequências que pode haver. E, se Deus não existisse, também não teria saído a ganhar. Por isso, até por esta razão de probabilidade, parece bastante razoável apostar na fé. Era assim que Pascal o resumia: «Prefiro enganar-me acreditando num Deus que não existe a enganar-me não acreditando num Deus que existe.»

«Porque — acrescentava, dando provas do seu habitual pragmatismo de cientista —, se depois não houver nada, evidentemente nunca o saberei, quando mergulhar no nada eterno; mas, se houver alguma coisa, se houver Alguém, terei de prestar contas da minha atitude de rejeição.»

Por outro lado, se Deus existe, tem de haver uma religião, pois a religião é própria da relação natural entre qualquer ser e aquele que o criou. Tal como é natural que um filho se relacione com os seus pais, pela simples razão de que o trouxeram ao mundo, o natural no homem é manter uma relação com o seu criador, e pode dizer-se que isso é a religião.

5. SÃO COMPATÍVEIS A CIÊNCIA E A FÉ?

O homem encontra Deus por detrás de cada porta que a ciência consegue abrir.

Albert Einstein

Pode a ciência controlar-se a si mesma?

O físico alemão Otto Hahn, inventor da fissão do átomo de urânio, encontrava-se detido num campo de concentração inglês, juntamente com

outros eminentes homens de ciência. Quando, em agosto de 1945, lhe chegou a notícia de que Hiroxima tinha sido arrasada por uma bomba atómica, sentiu uma profundíssima culpabilidade. As suas investigações sobre a fissão do urânio tinham acabado por ser utilizadas para produzir um terrível massacre. Foi tal a sua angústia que tentou cortar as veias com o arame farpado que rodeava o campo.

Depois de os seus companheiros terem conseguido dissuadi-lo, o velho professor fez-lhes, desolado, a seguinte confissão: «Acabo de perceber que a minha vida não tem sentido. Investiguei pelo puro desejo de revelar a verdade das coisas, e todo aquele saber científico acaba de se transformar num enorme poder de aniquilação.»

A experiência pessoal de Otto Hahn foi, na realidade, a experiência amarga de toda uma época. Uma impressão avassaladora de fracasso invadiu os espíritos de todos aqueles que tinham lutado, ano após ano, com tanta tenacidade, para levar o conhecimento científico ao mais alto nível possível, convencidos de estarem assim a fazer um grande bem à humanidade. Tinham trabalhado afanosamente — comenta López Quintás — com a profunda convicção de que o aumento do saber teórico e o crescimento da felicidade humana estavam inequivocamente ligados. Confiavam em que fomentar o saber científico teria sempre um valor positivo, significaria automaticamente níveis mais elevados de felicidade e de dignidade. Pensaram que se tratava de um bem indiscutível e que, por isso, se traduziria inevitavelmente em bem-estar e plenitude para o homem.

Mas esta ilusão de vários séculos, que já tinha sofrido um abalo nas trincheiras de Verdun, desmoronou-se estrondosamente com os horrores da Segunda Guerra Mundial. O terrível poder destruidor das armas nucleares, os intensíssimos bombardeamentos sobre a população civil, o extermínio sistemático e profundamente cruel de toda uma raça e um saldo de cinquenta milhões de mortos tornaram tragicamente evidente que o saber teórico pode traduzir-se num saber técnico, e este, por sua vez, num amplo poder sobre a realidade, mas — infelizmente — todo esse domínio não conduz automaticamente a uma maior felicidade dos homens se aqueles que detêm esse poder não tiverem uma consciência ética à altura da sua responsabilidade.

Depois de séculos de crescimento febril do saber científico, a ideia de que o progresso humano é sempre contínuo e não pode haver retrocesso revelara-se irritantemente falsa. O ideal do domínio científico, e a forma de humanismo dele decorrente, estilhaçaram-se ao colidir com a realidade obstinada da história. Era evidente que o futuro não devia caracterizar-se por essa credulidade ingénua no progresso como princípio motor de uma civilização, mas que era necessário alicerçá-lo em valores mais elevados e seguros.

História de uma desilusão

O psiquiatra austríaco Viktor Frankl, depois da sua experiência pessoal nos campos de concentração, chegou à conclusão de que os verdadeiros responsáveis por aquelas atrocidades não tinham sido os ministérios nazis de Berlim, mas a filosofia niilista do século XIX. Se o homem é um simples produto de uma natureza em mudança, um simples macaco evoluído, então, tal como se pode enjaular o macaco num jardim zoológico, também se poderá encarcerar o homem num campo de extermínio. Se o homem é um simples animal, embora extraordinariamente adestrado, e fazemos sabões com gordura animal, porque não fazê-los com gordura humana?

Husserl, a quem o desmoronamento do mito do progresso eterno, por ocasião da convulsão bélica mundial — na qual viu, entre outras coisas, aquela racionalização perfeita da matança em massa de milhões de inocentes —, serviu de lição, apercebeu-se claramente de que a ciência, em razão do seu método, não pode ser uma instância orientadora da vida humana. «O mundo da objetividade científica — escreveu — é um mundo fechado e inóspito. A forma como o homem moderno, na segunda metade do século XIX, se deixou determinar inteiramente pelas ciências positivas e cegar pela *prosperity* a elas devida significou deixar de lado as questões decisivas para uma humanidade autêntica. Ciências que apenas contemplam puros factos fazem homens que apenas veem puros factos.» Procurar o conhecimento científico objetivo das coisas é legítimo e fecundo. Mas considerar esse modo de conhecer como o modelo, como o único rigoroso, constitui uma visão parcial inaceitável, porque empobrece enormemente o homem.

O Iluminismo perseguia o ideal renascentista de entregar o homem a si mesmo, de o tornar livre, permitindo-lhe viver sob o império da razão apenas. A esperança de que o homem alcançaria a felicidade para sempre num mundo dominado e sem segredos, por meio de uma ciência que tudo saberia e tudo poderia, revelou-se um sonho que nunca se conseguia realizar e que o horror gigantesco de duas guerras mundiais transformou em algo pior do que um pesadelo. O domínio da realidade escapava ao molde estreito do pensamento racionalista. E o perigo não provinha da ciência em si, mas dessa mentalidade que levava a considerar que só se pode conhecer aquilo que é mensurável, controlável e verificável, e a desprezar os aspetos da realidade que resistem a esse género de controlo e cálculo. Essa pretensão de domínio sem limites deixava o homem numa situação de desamparo. Depressa se viu que a ciência, que enchera de prestígio o Século das Luzes, não podia, por si só, preencher inteiramente a vida do homem. Não era essa a sua missão. A ciência não fala de valores, de sentido, de metas nem de fins, e o ser humano precisa de tudo isso para preservar a sua dignidade e ser feliz.

O otimismo iluminista tinha previsto horizontes paradisíacos. Mas a utopia científica mostrava como nunca a sua impotência.

Não há dúvida de que o progresso científico foi grande e de que esse desenvolvimento é algo bom ou, pelo menos, não tem de ser mau. Mas hoje já poucos acreditam que tudo isso seja a panaceia, que possa fazer mais do que transferir a inquietação de uns temas para outros. O domínio das coisas é muito elevado, mas é necessário um humanismo válido que dê sentido a todo esse avanço científico. Caso contrário, este pode embriagar-se com os seus próprios êxitos e crescer em direções aberrantes para a dignidade do homem.

A técnica permite desenvolver meios de comunicação muito poderosos, rápidos, atraentes, sugestivos..., mas esses meios podem ser uma arma de primeira ordem para manipular as mentes, moldar as vontades e os sentimentos dos homens. A ciência precisa de limites à sua pretensão de soberania. Toda a grande conquista — explica López Quintás — implica uma ambivalência inevitável: um avanço num aspeto e um retrocesso noutro, talvez não menos valioso. O aumento do poder nem sempre

acompanha o aumento do domínio do homem sobre esse poder. A ciência não pode ser abandonada à sua própria dinâmica, mas deve ser regulada por uma instância externa que a oriente e lhe dê sentido.

O progresso científico implica um declínio religioso?

A Idade Moderna começou por cultivar insistentemente as questões de método. Bacon, Descartes e Espinosa, por exemplo, centraram a sua filosofia na procura de um método rigoroso que lhes permitisse chegar à verdade e assentar a vida em convicções sólidas, inabaláveis e inexpugnáveis.

Como as ciências avançam com base em dados seguros e comprovados, verificados pela experiência, foram surgindo pensadores convencidos de que, sempre que a ciência descobria um segredo, a religião dava um passo atrás.

Aos seus olhos, parecia que o progresso da ciência reduzia inexoravelmente o domínio do religioso, cada dia mais limitado. Em contraposição àquilo que consideravam um dócil espírito medieval, o homem haveria de encontrar, com a força da sua razão, um método sem falhas. E o grande modelo do pensamento autêntico era, para eles, o saber matemático.

Se se proceder com a devida lógica — afirmavam —, articulando bem os diversos passos do raciocínio, chega-se, em matemática, a conclusões apodíticas, indiscutíveis. A ordem no raciocínio constitui a chave do pensar e do conhecer corretos. E essa ordem é estabelecida pela razão, pois a razão é o grande privilégio do homem. Por este caminho — acabavam por concluir —, o homem basta-se a si mesmo, uma vez que a razão lhe oferece recursos mais do que suficientes para descobrir as leis da realidade e alcançar um rápido domínio sobre ela.

Mas, uma vez mais, o decorrer do tempo veio mostrar que esse domínio só é possível em termos quantitativos, naquilo que pode ser submetido a cálculo e medida. O espírito, porém, escapa ao método matemático e à

lógica cartesiana. Ao tornar possível a escolha livre, o espírito torna possíveis muitas coisas que revelam a insuficiência do modelo racionalista.

Poderiam dar-se muitos exemplos. Um dos mais característicos é a tentativa racionalista de explicar a inteligência humana. É difícil saber exatamente o que é o pensamento — explica José Ramón Ayllón —, mas, se reduzir o problema a uma questão de neurónios, posso conseguir uma tranquilizadora impressão de exatidão: 1350 gramas de cérebro humano, constituído por 100 mil milhões de neurónios, cada um dos quais forma entre 1000 e 10 000 sinapses e recebe a informação que lhe chega dos olhos através de um milhão de axónios agrupados no nervo ótico; por sua vez, cada célula viva pode ser explicada pela química orgânica... Assim, posso pretender explicar a inteligência numa perspetiva biológica, a biologia em termos de processos químicos e a química em termos matemáticos.

Ora, qualquer leitor minimamente crítico estará a perguntar-se o que têm que ver as percentagens de carbono ou de hidrogénio, os neurónios e toda a matemática associada a esses processos com algo tão humano e tão pouco matemático como conversar, entender uma anedota, captar um olhar de carinho ou compreender o sentido da justiça.

A ciência moderna, com as suas descobertas maravilhosas e as suas leis de uma exatidão espantosa, traz consigo a tentação — um empenho que se manifestou em Descartes com uma força irresistível — de querer conhecer toda a realidade com uma exatidão matemática. Mas costuma esquecer-se algo essencial: que a matemática é exata à custa de considerar unicamente os aspetos quantificáveis da realidade. E reduzir toda a realidade apenas ao que é quantificável é uma simplificação considerável.

Poder-se-ia responder como aquele velho professor universitário quando um aluno fazia alguma afirmação reducionista: «Isso é como se eu lhe perguntasse o que é esta mesa e o senhor me respondesse que são cento e cinquenta quilos.» As grandezas matemáticas prestaram e continuarão a prestar um grande serviço à ciência e à humanidade no seu conjunto, mas sempre prestaram um fraco serviço quando se quis utilizá-las de forma exclusiva.

A totalidade do real nunca poderá exprimir-se apenas em números, porque os números só exprimem grandezas, e a grandeza é apenas uma parte da realidade. E não é uma questão de apresentar mais números, ou com mais casas decimais. Por muitos ou muito exatos que sejam, apresentam sempre um conhecimento manifestamente insuficiente. Tu pesas 70 kg, mas não és 70 kg. E medes 1,80 metros, mas não és 1,80 metros. As duas medidas são exatas (o exemplo é novamente de José Ramón Ayllón), mas tu és muito mais do que uma soma exata de centímetros e quilos. As tuas dimensões mais genuínas não são quantificáveis: não se podem determinar numericamente as tuas responsabilidades, a tua liberdade real, a tua capacidade de amar, a tua simpatia por determinada pessoa ou a tua vontade de ser feliz.

Não querer reconhecer uma realidade alegando que ela não pode ser medida experimentalmente seria algo semelhante a um químico recusar-se a admitir as propriedades especiais dos corpos radioativos — algo que poderia perfeitamente ter acontecido a muitos na época medieval — com o pretexto de que não obedecem às mesmas leis que explicam o que acontece aos outros corpos já conhecidos. Se as leis que utiliza não explicam alguma coisa, o mais provável é que essas leis não sejam válidas para esse caso.

Para além da ciência, há outra face da realidade: a mais importante e também a mais interessante do ser humano, aquela em que surgem aspetos tão pouco quantificáveis como, por exemplo, os sentimentos: não se podem pesar, mas nada pesa mais do que eles na vida.

Um pensamento ou um sentimento não são algo que honestamente possamos classificar como material. Não têm cor, sabor ou extensão e escapam a qualquer instrumento que sirva para medir propriedades físicas. «Os fenómenos mentais — afirma John Eccles, prémio Nobel de Neurocirurgia — transcendem claramente os fenómenos da fisiologia e da bioquímica.»

«A ciência, apesar dos seus progressos incríveis — escreve Gregorio Marañón —, não pode nem poderá alguma vez explicar tudo. Irá conquistando novas áreas àquilo que hoje parece inexplicável. Mas as linhas fronteiriças do saber, por mais longe que avancem, terão sempre diante de si um infinito mundo de mistério.»

Demonstrar que Deus não existe?

Ao narrar a história da sua conversão, C. S. Lewis explicava como se apercebera, num determinado momento da sua vida, de que o racionalismo ateu da sua juventude se baseava inevitavelmente naquilo que considerava serem as grandes descobertas das ciências. E aquilo que os cientistas apresentavam como certo, ele aceitava sem dar margem à dúvida.

Pouco a pouco, à medida que o seu pensamento ia amadurecendo, esbarrava repetidamente num obstáculo que não conseguia ultrapassar. Ele não era cientista. Tinha, portanto, de aceitar essas descobertas por confiança, pela autoridade de quem as apresentava..., como se fossem, afinal, dogmas de fé científica. E isso contrariava frontalmente o seu racionalismo.

Contava-o anos mais tarde, admirado com a sua própria ingenuidade juvenil. Quase sem saber porquê, vira-se envolvido numa credulidade que agora lhe parecia humilhante. Sempre acreditara cegamente em praticamente tudo o que aparecesse impresso e assinado por um cientista. «Ainda não fazia ideia, nessa altura — dizia —, da quantidade de disparates que há no mundo, escritos e impressos.» Agora parecia-lhe que essa ingenuidade juvenil o tinha arrastado para uma aceitação inocente e rendida de um dogmatismo mais forte do que aquele de que estava a fugir. Perante o grande público, os cientistas têm a seu favor uma grande vantagem: o tremendo complexo de inferioridade que o homem comum sente perante a ciência.

— E se a ciência demonstrasse um dia que Deus não existe? Porque muita gente pensa que chegará o dia em que a ciência conseguirá dispensar aquilo a que chamam a hipótese de Deus, forjada nos séculos obscuros da ignorância...

É um velho receio, que por vezes surge até entre os próprios crentes, avivado pela força de divulgação do ateísmo cientificista.

No entanto, o receio do crente perante a ciência não tem qualquer sentido. Se demonstrar seriamente a existência de Deus pode ser uma tarefa

trabalhosa para a filosofia, demonstrar a sua inexistência é uma tarefa impossível para a ciência.

O objeto da ciência não é senão aquilo que é observável e mensurável, e Deus não é uma coisa nem outra. Para demonstrar que Deus não existe, seria necessário que a ciência descobrisse um primeiro elemento que não tivesse causa, que existisse por si mesmo e cuja presença explicasse tudo o resto, sem deixar nada de fora. E, se o pudesse descobrir — o que não poderá, porque está fora do seu âmbito de conhecimento —, seria precisamente aquilo a que nós chamamos Deus.

Robert Jastrow, diretor do Instituto Goddard de Estudos Espaciais, da NASA, e grande conhecedor dos últimos avanços científicos relacionados com a origem do universo, dizia: «Para o cientista que viveu na crença no poder ilimitado da razão, a história da ciência termina como um pesadelo. Escalou a montanha da ignorância e está prestes a conquistar o cume mais alto. E, quando está a trepar o último rochedo, surge para lhe dar as boas-vindas um grupo de teólogos que já estavam sentados lá em cima havia vários séculos.»

Cientistas crentes?

— Alguns estão convencidos de que a ciência e a fé são incompatíveis. Dizem, como Laplace, que «Deus é uma hipótese de que não têm qualquer necessidade». E afirmam que são precisamente os cientistas que costumam negar que seja possível conhecer Deus.

É verdade que alguns cientistas pensam assim. No entanto, muitíssimos outros — de indiscutível e reconhecido prestígio — não hesitam em declarar-se crentes, e não lhes parece que a fé seja de modo algum contrária ao exercício da sua investigação; pelo contrário, afirmam que a verdadeira ciência, quanto mais progride, mais descobre Deus. Os conflitos entre a fé e a razão foram sempre causados pela ignorância dos defensores de uma ou de outra parte.

O próprio Albert Einstein, por exemplo, autor da teoria da relatividade, afirmava que «a religião sem a ciência estaria cega, e a ciência sem a

religião também estaria coxa».

Newton afirmava que há «um ser inteligente e poderoso... que governa todas as coisas, não como alma do mundo, mas como Senhor do universo, e, por causa do seu domínio, costuma ser chamado Senhor Deus, Pantocrator».

O célebre prémio Nobel alemão Werner K. Heisenberg, um dos principais criadores da mecânica quântica e autor da formulação do conhecido princípio da indeterminação que tem o seu nome, afirmava, por ocasião da sua passagem por Madrid, em 1969: «Acredito que Deus existe e que tudo vem d'Ele. A ordem e a harmonia das partículas atómicas têm de ter sido estabelecidas por alguém.»

Max Planck, outro prémio Nobel alemão, autor da formulação da teoria dos quanta, é ainda mais explícito: «Em toda a parte, e por mais longe que dirijamos o nosso olhar, não só não encontramos qualquer contradição entre a religião e a ciência, como encontramos precisamente um pleno acordo nos pontos decisivos.»

Von Braun, o homem da NASA que conseguiu colocar o primeiro homem na Lua, afirmava que «quanto mais compreendemos a complexidade da estrutura atómica, a natureza da vida ou a estrutura das galáxias, mais encontramos novas razões para nos maravilharmos perante os esplendores da criação divina».

O físico britânico Paul Davies afirma que a ciência não pode responder às interrogações últimas, mas que tem de existir algum plano superior capaz de explicar a vida humana. Para Davies, «é totalmente inviável atribuir a existência do homem ao simples jogo acidental das forças cegas da natureza: a espantosa racionalidade da natureza — com um grau verdadeiramente fabuloso de organização em diferentes níveis que se entrecruzam e complementam — não pode ser fruto de simples casualidades».

Alexis Carrel, aquele prémio Nobel da Medicina, inicialmente um positivista incrédulo, mas que mais tarde se converteu ao catolicismo, foi testemunha direta, em Lourdes, de uma cura instantânea e inexplicável, e

dizia: «Pouca observação e muitas teorias levam ao erro. Muita observação e poucas teorias levam à verdade.»

A multiplicação deste tipo de testemunhos tão qualificados acabou por provocar uma viragem contra essa mentalidade de agnosticismo cientificista. Parece que os agnósticos tinham subestimado o poder da inteligência humana para chegar a Deus através da ciência. Um editorial da revista TIME comentava com admiração essa mudança no mundo científico: «Através de uma revolução silenciosa no pensamento e na argumentação — uma revolução impensável há vinte anos —, parece que Deus está a preparar o seu regresso.»

6. PODEM CONCILIAR-SE A FÉ E A RAZÃO?

Para as pessoas crentes, Deus está no princípio. Para os cientistas, está no fim de todas as suas reflexões.

Max Planck

Pode a ciência explicar tudo?

Um olhar sobre o desenvolvimento científico, com alguma perspetiva histórica, deixa-nos admirados com a rapidez com que as máquinas passam para os museus. Muitas afirmações das revistas científicas atuais serão provavelmente motivo de riso ou de espanto para as gerações futuras, talvez dentro de não muito tempo.

A história das ciências adverte-nos, com obstinada insistência, de um facto irrefutável: poucas teorias científicas conseguem manter-se sequer alguns séculos; muitas vezes, apenas alguns anos; e, em certas ocasiões, ainda menos. A maioria das afirmações da ciência vai sendo substituída, uma após outra, pouco a pouco, por outras explicações mais complexas e comprovadas dessa mesma realidade. Eram hipóteses consideradas certas durante uma série de anos, ou de séculos, e que um dia são ultrapassadas. Por vezes, são integradas em teorias mais completas, das quais a antiga hipótese é um corolário ou um simples caso particular. Outras tornam-se obsoletas e desaparecem por completo do âmbito científico. A posição

própria da ciência experimental deve, portanto, ser extremamente cautelosa nas suas afirmações.

«Uma insídia perniciosa — escrevia John Eccles pouco depois de receber o Prémio Nobel pelas suas investigações em neurocirurgia — surge da pretensão de alguns cientistas, até eminentes, de que a ciência proporcionará em breve uma explicação completa de todos os fenómenos do mundo natural e de todas as nossas experiências subjetivas. É uma pretensão extravagante e falsa, que Popper classificou ironicamente como "materialismo promissório".

»É importante reconhecer que, embora um cientista possa formular esta pretensão, não estaria então a agir como cientista, mas como um profeta disfarçado de cientista. Isso seria cientificismo, não ciência, embora impressione fortemente aqueles leigos que pensam que a ciência fornece incontestavelmente a verdade.

»O cientista não deve pensar que possui um conhecimento certo de toda a verdade. O máximo que nós, cientistas, podemos fazer é aproximar-nos de uma compreensão verdadeira dos fenómenos naturais, eliminando os erros das nossas hipóteses. É da maior importância que os cientistas se apresentem perante o público como aquilo que realmente são: humildes investigadores da verdade.»

Em contrapartida, a falta de modéstia costuma andar a par da ignorância. A sobranceria com que alguns falam revela uma atitude muito pouco científica, pois os cientistas sensatos nunca atribuem às suas hipóteses a categoria de dogma. O cientificismo arrogante sempre prestou um fraco serviço ao rigor da verdadeira ciência.

Cientistas a pontificar sobre filosofia?

Os cientistas sensatos — além de se vigiarem a si mesmos para não se tornarem figuras dogmáticas — procuram sempre basear as suas afirmações científicas em verificações que sigam rigorosamente o método científico. Assim evitam impor como científicas afirmações que, no fundo, se apoiam antes em razões de ordem filosófica.

— Imagino que, se são cientistas, aquilo que dizem estará baseado no método científico, que é o que conhecem, não é?

De facto, a maioria dos cientistas procede assim, e com grande honestidade. Mas há alguns que são menos honestos nas suas afirmações, embora por vezes — para descrédito da verdadeira ciência — sejam mais conhecidos nos meios de comunicação. São pessoas que têm uma certa habilidade para saltar furtivamente para o campo vizinho da filosofia. E não é de admirar que isto aconteça, pois já Einstein dizia que todo o investigador científico é uma espécie de metafísico oculto, por muito positivista que se julgue.

— Mas têm todo o direito de fazer filosofia, se lhes apetecer, não têm?

Claro que sim. Nem as ciências especulativas nem as experimentais admitem exclusivismos. Estão abertas a todos. Mas em todas se deve exigir que sejam cumpridas as regras e o método próprios da ciência em que se está a trabalhar. Não é legítimo pretender impor especulações filosóficas em nome do método científico.

Se alguém, enquanto cientista experimental, faz uma afirmação científica, deve apresentar dados empíricos que a sustentem. Se a afirmação não é experimental, mas especulativa, deve apresentar as razões necessárias, de acordo com as normas do bom trabalho filosófico. Mas não goza de qualquer privilégio nesse campo, por muito bom cientista que seja. O que não seria legítimo seria formular conjeturas racionais e apresentá-las como demonstradas experimentalmente. E é isso que fazem algumas pessoas que, com um salto discreto, entram sorrateiramente em terreno alheio e falam a partir daí, querendo fazer-nos crer que falam de outro lugar.

— Ou seja, é como uma finta ao método científico.

Exatamente. E não é que o façam continuamente. Só alguns o fazem, e apenas em certas ocasiões, por vezes até sem eles próprios se aperceberem. O problema é que costumam mover-se desajeitadamente no campo da filosofia e atravessam-no como um elefante numa loja de porcelanas, fazendo conjeturas filosóficas extremamente curiosas.

— De qualquer modo, também não há mal em fazer conjeturas de vez em quando. Não vamos estar sempre limitados ao que está estritamente demonstrado.

Claro que não, mas nesse caso é preciso distinguir bem entre as conjeturas e as afirmações da ciência. Tal como, por exemplo, um princípio ético elementar exige aos profissionais dos meios de comunicação que distingam a notícia propriamente dita da sua opinião sobre essa notícia, também os cientistas têm a obrigação de distinguir entre aquilo que comprovaram cientificamente e aquilo que é uma especulação do seu pensamento.

Desaparecerá a fé à medida que a sociedade amadurecer?

López Quintás conta, num dos seus livros, como um dia, ao entardecer, depois de visitar a catedral de Notre-Dame, enquanto percorria as ruas da velha Paris, encontrou por acaso um pequeno edifício abandonado, com as suas janelas sombrias atravessadas por ripas de madeira. Aquela construção semirruinosa era afinal o célebre «Templo da Nova Religião da Ciência», que o filósofo francês Auguste Comte mandara erguer havia século e meio.

O contraste foi tão brusco como expressivo. O templo com que se pretendera prestar culto ao progresso científico encontrava-se abandonado. A velha catedral, pelo contrário, apresentava-se no seu melhor, como nos seus grandes tempos medievais. Nela, a música acompanhava a harmonia das ordens arquitetónicas, a eloquência dos oradores e a magnífica ação litúrgica que, num dia de Natal, anos antes, comovera o grande poeta Claudel a ponto de o levar à conversão.

A história daquele templo esquecido está ligada à do Iluminismo, que no seu tempo se ergueu com o propósito de «libertar o homem das correntes irracionais das crenças e dos conhecimentos supersticiosos baseados na autoridade e nos costumes». O pensamento iluminista da Enciclopédia considerava os conhecimentos religiosos como «explicações simples e ingénuas da vida dadas pelo homem não científico». Muitos pensadores, na sua aversão à fé, compraziam-se em atribuir ao sentimento religioso a origem mais baixa possível. Imaginavam os nossos antepassados como

«seres permanentemente aterrorizados, empenhados em conjurar as forças hostis do céu e da terra mediante práticas irracionais». Viam Deus como um simples «produto do medo das civilizações primitivas, quando a fábula ainda encontrava lugar naqueles espíritos atrasados».

Sentiam-se chamados a «libertar toda a humanidade daquele lamentável estado de ignorância». A fé acabaria por desaparecer à medida que a sociedade fosse amadurecendo: «A deusa Razão afastaria essa ignorância, iluminaria o caminho e dirigiria com mão segura os destinos da humanidade.»

Pensavam que a tendência para procurar nos deuses uma razão de existir pertencia a um estado primitivo da vida humana, que daria lugar ao pensamento filosófico e, mais tarde, acabaria por ceder o seu lugar ao conhecimento científico, que concederia ao homem a sua primazia absoluta no universo e o levaria à maioridade.

Esta teoria de Comte sobre a evolução humana através dos três estados — religiosidade, pensamento filosófico e conhecimento científico — teve grande aceitação no seu tempo, e em sua honra foi erguido aquele templo dedicado à «Nova Religião da Ciência».

— É curioso que a ciência assumisse essa representação religiosa, não é?

Foi, de facto, um curioso fenómeno de substituição. O homem, fascinado pela ciência, eleva-a até ocupar o lugar do sagrado. Mas não era um simples conflito entre a ciência e a fé. De facto, entronizar uma bela jovem parisiense na catedral de Notre-Dame — como fizeram —, dando-lhe o título de «Deusa Razão», não parece que fizesse parte das ciências experimentais. Por detrás de tudo aquilo estava o empenho ateu em proclamar a salvação da humanidade por si mesma e a chegada de uma sociedade iluminada unicamente pela razão humana.

Passaram menos de dois séculos, e o estado de abandono em que hoje se encontra aquele templo laico é talvez um reflexo fiel do abandono daquela conceção do homem que tanta força teve nessa época. A ilusão de que o advento da era científica permitiria eliminar o mal do mundo acabou por se

revelar um doloroso engano. As suas hipóteses mostraram estar carregadas de mais ingenuidade do que aquela que eles atribuíam às épocas históricas anteriores.

Quem protege o homem da sua tendência para o mal?

O combate que o homem trava contra o mal excede infinitamente os meios da razão por si só. Pode demonstrar-se em realidades tão atuais como o racismo, a droga ou o álcool. Ou em todos aqueles crimes horríveis cometidos por totalitarismos sistematicamente ateus ao longo do século XX: desde o genocídio nazi de Hitler até ao de Pol Pot, no Camboja, passando pelos do leninismo, do estalinismo ou do maoismo.

O pior é que a maior parte desses crimes em massa foi cometida em nome de teorias que, no seu tempo, receberam o aplauso de milhões de pessoas. Foram autênticos infernos fabricados por homens que procuravam um mundo que se bastasse a si mesmo e já não precisasse de Deus.

E, tal como ao ler Lenine se podia perceber que os direitos do indivíduo não seriam respeitados num sistema comunista, ao estudar as premissas do Iluminismo torna-se bem claro que a Modernidade não satisfaria as necessidades globais do ser humano. A razão não basta — escreveu Luis Racionero — para que uma sociedade seja justa, solidária e equilibrada. Para haver equilíbrio na pessoa e na sociedade, é necessário atender, juntamente com a razão, à vontade e à sensibilidade. A pessoa e a sociedade devem propor-se procurar o bom, o verdadeiro e o belo; e isso implica falar de vontade, inteligência e sentimentos; e, por sua vez, de ética, ciência e arte. Quando se idolatra um método da inteligência, como é a razão, sem elevar ao mesmo nível a ética e a estética, desequilibram-se o indivíduo e a sociedade. Esse foi o fracasso do Iluminismo.

Fracassou por acreditar que da razão deriva automaticamente a ética, o que se demonstrou falso ao ser confrontado com a realidade. A razão não pode ser salva pela razão. Isso seria ilusório. Esses crimes demonstraram aquilo que o homem é capaz de fazer. E vimos como a razão nada impediu.

Os iluministas acreditavam que, mostrando ao homem o que é razoável, ele o adotaria, e que a razão seria suficiente para organizar a sociedade. Mas não foi assim. Não basta proclamar o que é razoável para que os homens o ponham em prática.

O comportamento humano está cheio de sombras e de matizes alheios à razão, que atuam à sua vontade, acionando mecanismos da vontade e do coração. Reconhecer os perigos que a razão encerra é salvar a sua honra — afirma Jean-Marie Lustiger. A razão existe nos homens concretos e está, portanto, sujeita a erros. Pode ofuscar-se, pode extraviar-se, pode até perverter-se. Conceber a razão como a grande soberana, independente do bem que o homem deve procurar, é talvez como entregar-se nas mãos de um computador: é um instrumento muito capaz, processa uma grande quantidade de dados que recebe do exterior, todo o seu funcionamento é perfeitamente lógico, mas alguém tem de garantir que está bem programado. A verdadeira fé é um guia insubstituível, pois a razão pode extraviar-se.

Não quero com isto menosprezar a razão, mas precisamente o contrário. A razão é uma das mais nobres capacidades que distinguem a espécie humana, e alegra-nos ver os seus triunfos, as conquistas da ciência e a sua luta para construir um mundo melhor. Mas convém recordar sempre a limitação humana, bem como a ordem natural estabelecida por Deus, que permite ao homem preservar a sua dignidade e evitar muitos erros.

A história está cheia de cadáveres ideológicos, e ninguém se admira de os encontrar perfeitamente alinhados quando olha para trás para aprender com a história. E, entre eles, espalhados ao longo dos séculos, pode ver-se toda uma legião de profetas que foram anunciando — sobretudo nos últimos duzentos anos — o desaparecimento próximo e definitivo da religião e da Igreja.

No entanto, a história mostra que são precisamente aqueles que fazem essas condenações e essas profecias com tanta paixão que desaparecem uns após outros, enquanto a Igreja continua o seu caminho depois de dois mil anos, e a religiosidade continua a ser uma constante em todas as civilizações de todos os tempos.

A Igreja, que presenciou catástrofes que varreram impérios inteiros, testemunha, pela sua simples subsistência, a força que nela vive. «Os povos passam — observava Napoleão —, os tronos e as dinastias desmoronam-se, mas a Igreja permanece.» Algo que faz suspeitar que o facto religioso faz parte da natureza do homem e que a Igreja é animada por um espírito que não é de origem humana.

7. O ENIGMA DA DOR

O escândalo do universo não é o sofrimento, mas a liberdade.

Georges Bernanos

Quem é o culpado pela dor?

A dor é uma realidade que encontramos por toda a parte. Afeta uns e outros, os bons e os maus, os menos bons e os menos maus.

— Mas Deus poderia ter criado o mundo de outra maneira, de modo que todos fôssemos bons e ninguém tivesse a possibilidade de fazer o mal.

Isso seria pouco compatível com a liberdade humana. Se o homem é um ser livre, é preciso contar com a possibilidade de usar mal essa liberdade e de, por isso, existir o mal no mundo.

— Mas Deus sabe o que vai acontecer antes de acontecer. Se já o tem previsto, então não somos assim tão livres.

Uma coisa é o conhecimento de algo que vai acontecer e outra é a responsabilidade de o fazer. Se eu olhar para a rua e vir uma pessoa atirar outra pela janela de um quinto andar, sei que ela se irá estatelar no passeio, mas sabê-lo não significa que eu seja o responsável. Deus também não. O responsável será, em todo o caso, quem a tiver empurrado.

E, se eu vir em diferido um jogo de futebol previamente gravado em vídeo, o facto de saber qual é o resultado final do encontro não retira aos jogadores a liberdade de jogarem futebol tranquilamente.

Algo semelhante acontece quando dizemos que Deus sabe o que vai acontecer. Nem por isso limita a nossa liberdade.

— Mas, se Deus é omnipotente, não poderia ter tornado a liberdade compatível com um mundo bom? Não é Deus capaz de fazer qualquer

coisa?

Ser omnipotente significa ter poder para realizar tudo aquilo que seja intrinsecamente possível. Mas sabes bem que nem tudo é intrinsecamente possível. Deus pode fazer milagres sem qualquer dificuldade, mas não pode fazer disparates.

E isto não é impor limites ao seu poder. Para demonstrar que todas as coisas são possíveis a Deus, não podemos pretender que faça algo intrinsecamente contraditório (que um círculo fosse quadrado, por exemplo). Porque isso, se fosse possível fazê-lo — e não é —, não demonstraria qualquer poder.

Talvez pudéssemos imaginar um mundo — respondo-te desenvolvendo ideias de C. S. Lewis — em que Deus corrigisse a cada momento os resultados dos abusos da liberdade dos homens, obrigando a que todos os seus atos fossem «bons» no sentido em que o dizes.

Nesse caso, o pau teria de amolecer quando alguém o quisesse usar para bater noutra pessoa. O cano da espingarda daria um nó quando ela fosse utilizada para o mal. O ar recusar-se-ia a transportar as ondas sonoras da mentira. Os maus pensamentos do malfeitor seriam anulados porque a massa cerebral se recusaria a cumprir a sua função durante esse tempo. E assim sucessivamente.

Compreenderás que, se Deus tivesse de impedir cada um desses atos maus, este mundo seria algo verdadeiramente grotesco. Toda a matéria situada nas proximidades de uma pessoa malvada estaria sujeita a alterações imprevisíveis; seria um autêntico espetáculo.

Os atos maus tornar-se-iam impossíveis, é verdade, mas a liberdade humana ficaria anulada.

Deus pode modificar as leis da natureza e produzir milagres — de facto, por vezes fá-lo —, e isso é perfeitamente razoável, mas o conceito de um mundo normal exige que esses milagres sejam pouco habituais.

Podemos compará-lo a uma partida de xadrez. Podes, se quiseres, fazer algumas concessões ao teu adversário inexperiente sem alterar muito o jogo. Podes dar-lhe vantagem cedendo algumas peças no início. Podes até deixá-lo corrigir um erro num movimento. Mas, se lhe concederes tudo o que lhe convém em todas as ocasiões, se o deixares corrigir e voltar atrás em todas as jogadas, então... então não estás a jogar xadrez. Seria outra coisa diferente.

Pois algo semelhante acontece com a vida dos homens neste mundo. Se tentares excluir a possibilidade do mal e do sofrimento, descobrirás que excluíste a própria liberdade. Se tentássemos ir corrigindo a Criação a cada momento, como se este ou aquele elemento pudesse ser eliminado, aperceber-nos-íamos cada vez mais de que não é possível fazê-lo sem desvirtuar tudo. O devir do mundo traz consigo, juntamente com o aparecimento de certos seres, o desaparecimento de outros; juntamente com o mais perfeito, o menos perfeito; juntamente com as construções da natureza, também as destruições; e, juntamente com o bem, existe também o mal.

Porque se abate o mal sobre os homens bons?

— E não poderia Deus, pelo menos, fazer com que as desgraças afetassem menos os homens bons? Por vezes, parece que se abatem com mais crueldade sobre aqueles que menos as merecem.

Nesse caso, quando houvesse um acidente, Deus teria de enviar um anjo para pôr extraordinariamente a salvo os passageiros virtuosos.

E, se uma geada destruísse uma colheita, outro anjo teria de ir proteger os terrenos do homem bom, para que o frio não os afetasse.

E, se se tratasse de uma inundação, teria então de conter as águas, como na passagem do Mar Vermelho, antes de destruírem a casa da família honrada. E voltaríamos ao mesmo de antes.

O mundo está submetido a certas leis gerais que Deus só suspende de vez em quando, e essas leis, em geral, afetam todos sem distinção. Já

sabemos que o que é bom para os cordeiros é mau para os lobos, e vice-versa. Mas não seria sensato que uns ou outros exigissem a Deus milagres contínuos que perturbassem incessantemente a ordem regular do universo.

— Mas então parece que os homens bons saem sempre a perder, porque se privam das vantagens ilícitas que os maus têm e, em contrapartida, sofrem como eles as desgraças naturais.

Mas, apesar de tudo, os homens virtuosos são muito mais felizes, mesmo na terra, do que os viciosos e os malvados. Quem se afasta da moral obtém talvez uma satisfação imediata, mas é sempre uma felicidade efémera, alicerçada no egoísmo, e que vai preparando pouco a pouco a sua própria ruína. Uma ruína que não virá apenas na outra vida, mas já nesta.

— Pois às vezes veem-se os pecadores bastante felizes. Pelo menos, é o que aparentam. Não parece que seja sempre verdade que o mal produz tristeza e o bem, alegria.

É verdade, mas é preciso esclarecer um pouco. Por vezes, de facto, temos a impressão de que acontece o contrário — observa José Luis Martín Descalzo —, porque nem sempre vemos os pecadores tristes; quase parecem, antes, transbordar de satisfação, como se tivessem encontrado a sua plenitude na prática do mal. Vemos que a aposta humana no bem conduz à alegria, mas sobretudo a longo prazo, quando se alcançou uma certa maturidade da alma. Vemo-lo como uma ideia profundamente verdadeira, mas paradoxal e, por vezes, quase insuportável. Porque o homem honrado sofre. E, em alguma ocasião, podemos até sentir inveja dessas personagens imorais que parecem ser os vencedores deste mundo.

Mas não devemos enganar-nos. Por vezes, o homem parece poder conviver sem problemas com o mal, mas não é assim. Mais cedo ou mais tarde, apercebe-se de que o mal entrou profundamente nele e se entrincheirou lá dentro. Talvez se tenha instalado numa zona muito íntima do seu ser, e a sua corrupção não seja claramente percetível do exterior, mas está lá, sem dúvida.

O bem é custoso em termos de esforço, mas é um bom investimento. O mal, em contrapartida, compra-se muito barato. Até é agradável ao

princípio. Mas, mais cedo ou mais tarde, acaba por hipotecar a vida.

A aposta humana no mal, mesmo que seja uma pequena aposta, vem sempre acompanhada de toda uma mistura de amarguras, de desgostos inconfessáveis e vergonhosos. Que ideia podemos fazer da felicidade desses homens, esmagados pelos seus próprios sofrimentos interiores, pela sua vida cheia de medos e sobressaltos, de receios, de sinuosidades, de ambições que se alimentam de intrigas e de baixezas?

A felicidade está no coração e anda ligada ao bem. Por isso, quem deixa o mal instalar-se no seu coração será uma pessoa infeliz, sejam quais forem as aparências de sucesso e de ventura que o rodeiem. O vício introduz sempre uma perturbação na harmonia do homem, embora de início possa parecer inofensivo. O vício subjuga a razão e a vontade. E, quando o consegue, atormenta o pobre subjugado com o pensamento da morte, na qual não espera nem pode esperar qualquer consolo, e onde teme encontrar o castigo das suas desordens.

É verdade que as cedências morais podem proporcionar-nos prazer, dinheiro, poder ou muitas outras coisas. Mas o custo humano que temos de pagar na própria pele é sempre muito elevado. Ao abrirmos as portas da alma ao mal, aquilo que ele nos concede já não nos pertencerá, pois somos escravos daquilo a que nos entregamos.

Porque não nos fez Deus melhores?

— Há muita gente que não consegue entender porque permite Deus que tantos inocentes sofram. Ou porque passa fome metade da humanidade. Ou porque não põe Deus este mundo em ordem. E porque não o faz de uma vez, já.

Não parece sério culpar Deus por tudo aquilo que nos parece não estar bem neste mundo. «São os homens — dizia C. S. Lewis —, e não Deus, que produziram os instrumentos de tortura, os chicotes, a escravatura, os canhões, as baionetas e as bombas. É por causa da avareza ou da estupidez humana, e não da mesquinhez da natureza, que sofremos a pobreza e o trabalho esgotante.»

Em muitas dessas queixas que algumas pessoas dirigem a Deus há uma lamentável confusão. Consideram Deus uma personagem estranha a quem atribuem a obrigação de resolver tudo o que nós, os homens, fizemos mal e, se possível, ainda antes de o termos feito. É como uma revolta ingénua perante a existência do mal, uma recusa de aceitar a liberdade humana. E, como consequência de ambas as coisas, uma cómoda maneira de atribuir a Deus culpas que são apenas nossas.

Em vez de se sentirem envergonhados, por exemplo, por quase nada fazerem pelos milhões de pessoas que morrem de fome todos os anos, contentam-se — é bastante cómodo, realmente — em atribuir a Deus a culpa daquilo que, em grande medida, não é senão uma enorme falta de solidariedade de nós, que habitamos o mundo desenvolvido. Teremos de passar a vida — perguntava Martín Descalzo — a exigir a Deus que venha tapar os buracos que as nossas injustiças abrem diariamente? Quando deveríamos preocupar-nos em resolver essa espantosa situação em que uns não conseguem escoar os seus excedentes alimentares enquanto outros morrem de inanição, e quando parece que metade da humanidade passa fome e a outra metade segue um regime hipocalórico para emagrecer, é uma pena que a única coisa de que se lembrem — em vez de trabalharem mais ou de serem mais solidários, de uma forma ou de outra — seja censurar Deus por o mundo (no qual, curiosamente, costumam esquecer-se de se incluir) ser horrível.

Muita gente parece ter sido educada na ideia de que tudo o que de mau acontece no mundo é culpa dos outros. E dirigem-se a Deus como juízes, censurando-Lhe todo o mal que todos fazem. Em vez de se dirigirem a Deus para Lhe pedir perdão pelos próprios erros, repreendem-No duramente ou, quando muito, limitam-se a queixar-se de que tenha criado um mundo tão injusto. Penso que, se uma pessoa não começar a analisar o mal no mundo a partir do seu próprio mal, dos seus próprios erros, de todas as vezes em que não esteve à altura do que devia, dificilmente fará juízos claros sobre o que acontece no mundo e sobre como melhorá-lo. Em contrapartida, se tiver coragem para reconhecer os seus erros, é surpreendente como acerta no alvo.

Podemos fazer muito para melhorar o mundo. Não somos simples acidentes da bioquímica ou da história, à deriva no cosmos. Podemos, como homens e mulheres com responsabilidade moral, tornar-nos protagonistas, em vez de meros objetos ou vítimas do drama da vida.

— Mas como permite Deus que persistamos tanto no mal? Porque não nos muda e nos torna, efetivamente, mais solidários?

A bondade humana é o resultado livre do esforço de quem, podendo ser mau, não o é. E Deus deu ao homem um potencial infinito de bondade, mas respeitou também a liberdade desse homem — como faz, por exemplo, qualquer pai sensato ao educar o seu filho — e aceitou o risco de nos enganarmos.

Não é muito sério dizer que Deus tem de nos mudar, quando mudar é o primeiro dos nossos deveres. Se Deus nos tivesse feito incapazes de ser maus, já não seríamos bons de todo, pois seríamos marionetas obrigadas à bondade.

— Mas veem-se tantos erros no mundo, tantas calamidades, tanto egoísmo, tantas aberrações lamentáveis e tão difíceis de explicar...

A resposta cristã a isto é clara: os desequilíbrios que afligem o mundo estão ligados àquele outro desequilíbrio fundamental que mergulha as suas raízes no coração humano, que envolve o entendimento em trevas e conduz à corrupção da vontade. Esta é a chave para decifrar o enigma.

O verdadeiro mal provém do interior do homem, radica numa divisão que tem origem no pecado. Tal como há uma experiência clara da existência da liberdade, há também a experiência de que a liberdade está ferida, bem como do mal que o homem pode ser capaz de fazer.

As situações de injustiça social procedem da acumulação de injustiças pessoais daqueles que as favorecem ou daqueles que, podendo evitar ou limitar certos males sociais, não o fazem.

Aqueles que se isentam de culpa pessoal para a transferirem inteiramente para as estruturas do mal negam ao homem a sua capacidade

de culpa e, portanto, negam a sua liberdade e responsabilidade pessoais, diminuindo a sua própria dignidade. Os verdadeiros crentes, pelo contrário, sentem-se responsáveis. E, quanto mais acentuado for o sentido de responsabilidade de uma pessoa, menos desculpas procurará e mais se examinará a si mesma — sem absurdos complexos de culpabilidade —, para melhorar e ajudar a melhorar aqueles que a rodeiam.

— Mas pôr este mundo um pouco em ordem parece uma tarefa a muito longo prazo, com um fim distante...

Se alguma coisa é muito necessária e, além disso, demorará a chegar, então é também muito urgente. Como disse aquele marechal francês ao tomar posse do seu cargo: se estas árvores vão demorar vinte anos a dar sombra, é preciso plantá-las hoje mesmo.

«Ensinar» Deus a criar?

«Só vejo duas opções possíveis: ou Deus não existe e o mundo é desesperante e absurdo; ou Deus existe, mas deixou-nos abandonados à nossa sorte.

»Mas não pretendas dizer-me que Deus é bom e todo-poderoso, se permite semelhantes injustiças. Deus teria de ter feito o mundo de outra maneira.»

Assim falava uma pessoa afligida por uma grave injustiça profissional que não tinha conseguido aceitar.

Sempre me pareceu que devemos ser muito compreensivos perante este tipo de reações. Costumam ser situações que põem à prova a qualidade humana de cada um, e não sabemos como nós próprios as enfrentaríamos (é melhor não sermos presunçosos).

Mas a solução não é pensar que faríamos melhor do que Deus se dispuséssemos da sua omnipotência. É uma ideia que talvez provenha dessa vocação oculta de ditadores que todos trazemos dentro de nós. Quem não gostaria de ser Deus por uns instantes para dirigir melhor a liberdade

humana, com a certeza de organizar o mundo muito melhor do que o verdadeiro Deus o fez...?

De qualquer modo, pessoalmente, agradeço que tenha sido Deus a organizar o mundo. Porque quem sabe quantos disparates imporiam, por mero capricho, aqueles que pretendem dar lições a Deus sobre qual deve ser a melhor solução para cada um dos movimentos da história dos homens.

É verdade que, por vezes, é difícil aprofundar o enigma da existência do mal no mundo. Nem sempre é fácil compreender como se concilia o sofrimento próprio ou alheio com a bondade de Deus.

Por vezes, a confusão provém do conceito de bondade que aplicamos a Deus. Provavelmente, quando éramos jovens, incomodava-nos que os nossos pais nos proibissem de fazer certas coisas ou nos obrigassem a outras. Ou que aquele professor fosse tão exigente e nos fizesse trabalhar tanto. E talvez então víssemos tudo isso como a imposição de ditadores injustos e nos revoltássemos contra aquilo que não entendíamos.

No entanto, agora que o tempo passou, compreendemos melhor porque o faziam, pelo menos em muitas dessas coisas. Compreendemos que o amor dos pais pelos filhos, ou a dedicação de um bom professor aos seus alunos, precisa da correção e da exigência. E que a educação na liberdade não impede a possibilidade de sofrer injustiças, nem exclui de modo absoluto o sofrimento. Uma educação baseada em consentir tudo e proteger de tudo seria uma péssima educação. Um pai receoso que anulasse a liberdade do filho para o impedir de causar ou sofrer qualquer dano seria o mais enganador símbolo da bondade e da paternidade. E aquele professor com quem não fazíamos nada de útil durante todo o ano letivo — e de quem talvez gostássemos muito por isso — é um péssimo professor.

Voltando ao ponto de partida da nossa comparação, podemos dizer que as pessoas que desesperam quando Deus permite que soframos qualquer contrariedade são, de certo modo, como as crianças que se impacientam e esperneiam quando as decisões tomadas por carinho pelas pessoas que gostam delas não coincidem exatamente com os seus gostos e preferências. No fundo, desejam um Deus que seja algo semelhante àquilo que uma benevolência complacente e senil representa para uma criança mimada.

Gostariam que o mundo fosse uma espécie de Disneylândia, ou um passeio bucólico por um parque num dia de primavera. E, se assim não for, para alguns essa é a sua justificação mais sólida para afirmar que Deus não existe.

Conciliar o sofrimento humano com a existência de um Deus que nos ama é um problema insolúvel se atribuirmos um significado superficial à palavra amor. Aproximadamente tão insolúvel como a perplexidade da criança que se revolta e diz que a mãe não gosta dela porque a obriga a tomar um medicamento de que não gosta, mas que a vai curar. É uma questão de o tempo passar, de adquirir uma visão mais completa das coisas, e então irá compreendendo melhor a essência daquilo que verdadeiramente é o amor dos pais.

Além disso, ninguém conseguiu proteger os seus filhos até do mais pequeno sofrimento. Entre outras razões, porque isso implicaria negar a capacidade de sentir alegria, que, nesta terra, é basicamente uma capacidade que experimentamos por contraste. É como se alguém quisesse perder o sentido do tato na pele para não sentir o frio ou o calor: nesse caso, também não poderia sentir o bem-estar de uma temperatura agradável. Ou como se alguém quisesse acabar inteiramente com a escuridão e fazer com que tudo fosse luz: desapareceria o contraste visual e, com ele, os contornos e a cor; ficaria como cego.

Porque permite Deus o mal?

Um indivíduo desalinhado e sujo levantou-se no meio de um grupo ruidoso de pessoas que escutava um pregador em Hyde Park. Dirigiu-se ao orador e, com voz forte, fez-lhe uma pergunta que era mais um grito de indignação: «O senhor diz que Deus veio ao mundo há já dois mil anos... Como é possível, então, que o mundo continue cheio de ladrões, adúlteros e assassinos?»

Fez-se um grande silêncio. A todos os presentes pareceu que era uma objeção irrefutável. No entanto, o pregador olhou-o serenamente e respondeu: «Tem toda a razão. Mas a água também existe há milhões de anos... e, no entanto..., repare como o senhor anda sujo!»

Tal como aquele indivíduo podia aproveitar ou não as benéficas possibilidades higiénicas da água, nós, os homens, temos a possibilidade de usar bem ou mal a nossa liberdade. Mas essa decisão será da nossa responsabilidade, não de Deus. Deus foi o primeiro a «apostar» no homem, o primeiro a querer «correr o risco» da nossa liberdade. E ao ponto de permitir que o homem possa usar essa liberdade precisamente para se opor ao seu criador.

— E não teria sido melhor, então, que não nascêssemos livres?

Bem, não sei que te diga. Para a maioria dos mortais, a liberdade sempre foi algo de muito grande, talvez a última coisa a que pensariam renunciar. A liberdade é, nas palavras de Cervantes, «um dos mais preciosos dons que os céus deram aos homens; com ela não podem comparar-se os tesouros que a terra e o mar encerram: pela liberdade, tal como pela honra, pode e deve arriscar-se a vida».

Deus poderia ter criado uma humanidade de indivíduos apenas capazes de fazer o bem. Mas, em vez de um conjunto de bondosos imbecis, preferiu criar um mundo de homens dotados de liberdade, que, ao exercê-la, podem fazer o bem ou o mal.

Não podemos fugir à liberdade. A solução é procurarmos ser melhores e, já agora, procurarmos ajudar os outros a sê-lo também. É o mais prático e eficaz. Pensar fundamentalmente em melhorar cada um de nós e em melhorar o meio que nos rodeia. Porque, como diz aquele provérbio russo, se cada um varresse diante da sua porta, a cidade estaria muito limpa.

— Mas... e Deus? Ele não tem nada para fazer?

Claro que tem, e já o fez. Criou-te a ti, a mim e a todos os outros para lutarmos pelo bem. Procura fazer, pela tua parte, todo o bem que puderes. Tenta que aqueles que te rodeiam compreendam que vale a pena lutar por melhorar o mundo. Mas demonstra-lho com a tua vida, respeitando a sua liberdade, como Deus faz connosco. E não atribuamos a Deus culpas que são apenas nossas. Seria demasiado cómodo... e demasiado injusto.

Que sentido tem a dor?

«Tanto a perna esquerda como as costas me doem quase continuamente.

»E, ao fim de trinta anos, ainda não me habituei. No entanto, todos os dias dou graças a Deus precisamente por essa dor, que por vezes me deixa completamente esgotada.

»Ao longo dos anos, ao rezar sobre a minha dor, que por vezes pode ser tão intensa que me obriga a pedir a Deus que a alivie, tenho-me sentido transportada para outra dimensão, onde reina a paz.

»Poderia tê-la alcançado sem esses anos de dor? Nunca o saberei, mas, para mim, ela só se abriu depois de atravessar a barreira da dor.»

Trago aqui o testemunho de uma mulher norte-americana que dá uma explicação muito pessoal, feita com a sua própria vida no meio da doença, de como Deus permite o nosso sofrimento porque tem um propósito para ele.

O sofrimento é quase sempre difícil de aceitar, e talvez tenha de passar algum tempo, por vezes muitos anos, até descobrirmos o que havia de positivo em tudo aquilo. Até encontrarmos uma razão naquilo em que agora talvez não vejamos senão algo terrível e absurdo.

Não costumamos compreender bem o sofrimento no próprio momento em que chega. Acontece algo semelhante ao que verificamos todas as manhãs, na hora de sair da cama. Quando o despertador toca — e parece sempre tocar antes da hora —, a grande maioria das pessoas está em muito más condições para meditar sobre as razões pelas quais deve vencer a preguiça e levantar-se. Se uma pessoa se descuida, pode — contra toda a lógica e à custa de desrespeitar as suas obrigações — aconchegar-se entre os cobertores durante mais dez ou vinte minutos, ou muitos mais, inteiramente convencida de que ontem acertou mal o despertador, ou de que na noite anterior demorou muito a adormecer, ou de que passou uma noite muito má, enquanto pensa que aqueles minutinhos de sono aliviarão, sem dúvida, a pequena dor de garganta que ameaça surgir..., provavelmente mais

na imaginação do que na própria garganta. É verdade que custa um pouco levantar-se, mas, poucos minutos depois, costuma já ver-se na devida perspetiva o acerto de ter enfrentado esse sofrimento e saltado da cama. O normal é ter de passar algum tempo até encontrarmos sentido em qualquer sofrimento. O estranho seria acordarmos todos os dias frescos como uma alface.

A dor tem sempre alguma coisa para nos dizer. «A verdadeira dor — dizia Dostoiévski —, aquela que nos faz sofrer profundamente, torna por vezes sério e constante até o homem irrefletido; até os pobres de espírito se tornam mais inteligentes depois de uma grande dor.» O sofrimento une as pessoas, abre-as à compaixão e leva-as a procurar as causas das coisas. Torna-as mais compreensivas, mais sensíveis à mágoa e à solidão dos outros. É talvez um dos principais ingredientes do amadurecimento afetivo das pessoas. Por isso dizia Tommaseo que o homem que a dor não educou será sempre uma criança.

8. O ENIGMA DO MAL

O problema do mal não é outra coisa, em grande parte, senão o problema da liberdade.

Nikolai Berdiaev

Não será o mal uma crueldade de Deus?

— Há pessoas que dizem não acreditar porque acontecem no mundo coisas que lhes parecem uma autêntica crueldade divina.

Não deixa de ser um raciocínio curioso: Deus é cruel, logo Deus não existe; não compreendo porque permite Deus isso, logo não há Deus; não gosto que isto aconteça, logo não Lhe concedo o direito de existir.

Não parece uma lógica muito clara. Salvaguardadas as devidas distâncias, seria como dizer: estou a sofrer; se a minha mãe realmente gostasse de mim, não me teria trazido a este mundo cruel; logo... a minha mãe não existe.

Parece-me uma atitude mais razoável procurar compreender porque permite Deus, sendo infinitamente bom, que o mal exista.

Deus é necessariamente bom (caso contrário, não seria Deus) e, portanto, teve de criar um mundo bom. O mal é algo dramaticamente real, mas não é metafisicamente necessário; é uma realidade contingente: o mal é a ausência do bem devido, aquilo que não deveria ter existido e que, portanto, na origem dos tempos não existiu.

Por outro lado, se falamos do bem devido é porque há uma ordem (caso contrário, o que é o mal e o que é o bem?), e, se há uma ordem, será porque há um princípio ordenador, que dificilmente se pode explicar sem Deus.

A situação atual do mundo, manifestamente marcada pelo mal, não pode ser considerada constitutiva da criação, mas deve ser entendida como resultado de uma queda, de uma ferida, de uma corrupção de que o mundo criado padece. E teve de ser a liberdade humana a introduzir o mal na criação.

— Suponho que te referes ao pecado original. Mas toda essa história de Adão e Eva e da maçã costuma parecer às pessoas uma fábula ou um mito.

Quanto à maçã, admito que possa ser um mito, entre outras razões porque o Génesis fala da «árvore do conhecimento do bem e do mal», mas em momento algum fala de maçãs.

O relato do Génesis sobre a queda original utiliza por vezes uma linguagem de imagens, mas afirma um acontecimento real que teve lugar no início da história do homem. A criação, tal como saiu das mãos de Deus, era íntegra e estava destinada à integridade. Tudo aquilo que agora a desfigura estava ausente da harmonia original do mundo e é precisamente o resultado da degradação introduzida como consequência do mau uso da liberdade por parte do homem.

Partindo da existência de um Deus infinitamente bom e da evidente existência do mal, o pecado original é a única solução razoável para o enigma do mal. Aqueles que pretendem atribuir o mal a um destino fatal, perante o qual o homem nada pode fazer, acabam por ter de negar a

liberdade humana (e não parece sério dizer que a liberdade não existe). E aqueles que dizem que o homem é efetivamente livre, mas que não tem culpa da existência do mal no mundo, a quem atribuem essa culpa? Só lhes restaria explicar a existência do mal como uma luta eterna entre uma divindade do bem e outra do mal, mas é difícil defender esse velho maniqueísmo, entre outras razões pela contradição intrínseca que implica pensar que há dois deuses. Se o mal não pode estar em Deus, nem no primeiro instante da criação, teve de surgir dos nossos primeiros antepassados na terra.

— Mas não é injusto que sejamos nós a carregar a culpa de Adão?

Compreendo que à primeira vista possa parecer injusto, mas todos os homens participamos dessa culpa. A Igreja afirma que todo o género humano é, em Adão, como o corpo único de um único homem e que, por esta unidade do género humano, todos os homens estão implicados no pecado de Adão, tal como todos estão implicados na salvação de Cristo.

Talvez gostássemos que tivesse sido de outra maneira, mas isso seria assumir o papel de organizadores da criação, querer fazer o papel de Deus. Algo semelhante àqueles que se queixam de não serem filhos de pais melhores, mais ricos ou mais inteligentes. Além de nem toda a gente poder ter uns pais assim, a questão é que ninguém escolhe a data nem o lugar do seu nascimento, e ninguém pensa que isso seja uma injustiça: a vida é assim.

— Há outras pessoas que não negam Deus, mas dizem que nem sequer conseguem dirigir-se a Ele depois do que aconteceu, por exemplo, em Auschwitz...

É uma queixa que impressiona sempre, naturalmente. Mas podemos olhar para o testemunho pessoal e vivo de pessoas que compreenderam isso mais profundamente. E, se falas de Auschwitz, podemos pensar, por exemplo, em Maximiliano Kolbe. No meio dos horrores do campo de extermínio, Kolbe dá testemunho de uma esperança confiante em Deus, não só dando a vida para que outro possa continuar a viver, mas também oferecendo o seu testemunho para que aqueles que depois foram condenados à morte pudessem morrer melhor. Tais proezas não são apenas

testemunho da grandeza de um homem, mas também da presença da força de Deus, com cuja ajuda se pode superar qualquer sofrimento ou desgraça humana.

Kolbe supera a mentalidade de acusação contra Deus e ergue-se como testemunho de coragem e de confiança. E é Deus quem o liberta das pressões angustiantes da existência, do medo da morte, da sensação do absurdo, em suma, do pecado e das suas consequências. A dor, a doença, a injustiça... são como um anúncio e um prelúdio da morte. A interpretação que cada um faz de tudo isso é o que confere seriedade e densidade à vida, o que mais contribui para lhe dar sentido.

De grandes males, grandes bens?

A aparente contradição entre a bondade de Deus e a inegável existência do mal no mundo levou muitas pessoas a uma atitude um tanto trágica. Negam uma realidade complexa porque não conseguem compreendê-la inteiramente e acabam numa visão de profundo pessimismo perante a vida, devido ao escândalo que essa presença do mal lhes causa. Algo semelhante à triste resignação de um doente que morresse no meio de terríveis sofrimentos, recusando-se a tomar um medicamento enquanto explica com veemência que não compreende como uma coisa tão simples o pode curar.

Há uma ideia que pode contribuir para compreender melhor este mistério. Se há uma inteligência divina, ordenadora do universo e omnipotente, esse Deus não permitiria o mal se não fosse para tirar desses males — reais ou aparentes — grandes bens.

— Como pode sair o bem do mal...? Não é uma contradição?

Para começar, é preciso pensar que não sabes se esse mal que te aconteceu te poderá ter livrado de outro mal pior e, portanto, ter representado um bem para ti.

Talvez, por exemplo, aquele furo que te impediu de chegar a um encontro importante e te fez perder uma boa oferta de emprego tenha sido um contratempo que evitou um acidente que terias sofrido nesse trajeto; ou

te tenha livrado de inconvenientes desse emprego que desconhecias; ou te tenha permitido encontrar depois outro emprego melhor. E, no entanto, talvez estejas muito zangado, não vejas qualquer lógica nisso e penses que se trata de um ato de crueldade da parte de Deus.

Quando um homem procura fazer o bem ao seu próximo, faz diretamente o bem. Em contrapartida, quando age mal, faz diretamente esse mal; mas é um mal que Deus aproveita para dele tirar outro bem, segundo os seus planos sapientíssimos, traçados desde a eternidade.

Mais exemplos. Pensa numa pessoa habitualmente mesquinha e egoísta, mas que, com esse mal, produz um bem noutro colega que, por reação a uma atitude tão desagradável, toma o firme propósito de não cair nessas atitudes. Ou numa empresa que despede injustamente um dos seus empregados e, sem o saber, o afasta assim de um perigo certo de corrupção em que estava prestes a cair. Ou num condutor imprudente que atropela uma pessoa, e a longa convalescença serve para unir a família da vítima.

A vida é misteriosa. Quantas vezes, ao fechar-se uma porta — que parecia ser a escolhida para nós —, não se abre outra ainda melhor? Essas consequências boas dos males veem-se, por vezes, pouco tempo depois. Noutros casos, demoram mais. Ou nem sequer chegamos a conhecê-las. Mas isso não significa que não possam existir.

Tudo isto não significa que o mal deixe de o ser, ou deixe de ter gravidade ou importância. O mal existe, e Deus tirará bens das nossas maldades, mas não devemos ver nisso uma desculpa para continuarmos a praticá-las. Quando, por exemplo, a Igreja afirma que a Crucificação de Jesus Cristo é o ponto central da Redenção da humanidade, não diz que, por isso, a traição de Judas deixa de ser um ato mau. A perspetiva cristã do sofrimento é compatível com um grande empenho no nosso dever de deixar o mundo melhor do que o encontrámos.

A fé ajuda a suportar a dor?

A dor pode conduzir a uma triste revolta nas pessoas que não a querem aceitar. No entanto, a dor é sempre uma oportunidade de crescimento

interior para o homem. Todos nós teremos admirado alguma vez a grande elevação de espírito das pessoas que sofrem serenamente. Daqueles que os anos de sofrimento fizeram amadurecer. Daqueles em quem a doença produziu tesouros de fortaleza e humildade. Em todos eles se descobre, no fim da vida, um conjunto de características que dificilmente teriam surgido se não tivessem sofrido tanto.

E, para aqueles que testemunham qualquer experiência dolorosa bem vivida, o sofrimento é também uma escola de grandes ensinamentos: tanto pelo exemplo de aceitação serena como pela compaixão que desperta nos outros e pelos atos de misericórdia a que conduz, ou por essa visão mais transcendente da vida que nos apresenta. O sofrimento, as inquietações e as perturbações que Deus permite que nos atinjam podem ser, por vezes, uma excelente advertência acerca da insuficiência da vida na terra, como um aviso que nos recorda que não confiemos nas fontes passageiras da felicidade.

A vida de todos os homens tem coisas boas e outras menos boas. O que não podemos pretender é que, por termos fé, a nossa vida tenha de ser um mar de rosas, ou que desfrutemos da felicidade de um conto de fadas, ou vivamos num descanso físico, psíquico e afetivo permanente. Não podemos pretender que os problemas desapareçam por si mesmos pelo simples facto de acreditarmos em Deus. Ou que as dores de cabeça se transformem em eflúvios místicos. Ou que as preocupações também tenham de se dissipar como por magia. É verdade que a fé ajuda a enfrentar essas situações e a estar alegre, mas não as faz desaparecer. As pessoas com fé não deixam de ser pessoas normais.

Sentido cristão do sofrimento

A dor está presente no mundo animal. Mas só o homem, quando sofre, sabe que sofre e se pergunta então porquê. E sofre mais profundamente quando não encontra uma resposta satisfatória para essa dor. É uma pergunta difícil, quase universal, que acompanha o homem ao longo da vida, em todas as épocas e lugares, um enigma que se liga imediatamente ao do sentido do mal. Porquê o mal? Porquê o mal no mundo?

Na Antiguidade, era bastante comum pensar que o sofrimento se abatia sobre o homem como consequência dos seus próprios atos maus, como castigo do seu pecado pessoal. No entanto, a mensagem cristã afirma que o sofrimento é uma realidade ligada ao mal e que este não pode ser separado da liberdade humana e, por ela, do pecado original, do fundo pecaminoso das ações pessoais na história do homem.

No sofrimento está como que contido um apelo particular à virtude, a perseverar, suportando aquilo que incomoda e causa dor. Ao fazê-lo, o homem faz brotar a esperança, que o mantém na convicção de que o sofrimento não prevalecerá sobre ele. E, à medida que procurar e encontrar o seu sentido, encontrará uma resposta. Por vezes, é necessário muito tempo até que essa resposta comece a ser interiormente percetível, mas é certo que o sofrimento, mais do que qualquer outra coisa, abre caminho à transformação de uma alma.

No sofrimento bem assumido esconde-se uma força particular que aproxima interiormente o homem de Deus, que o leva a descobrir como que uma nova dimensão da sua vida. Uma descoberta que é, por outro lado, como uma confirmação particular da grandeza espiritual de uma pessoa.

À luz da fé, o sofrimento possui uma eloquência que os que não acreditam não podem captar. É a eloquência da alegria que nasce de nos vermos livres da sensação de inutilidade da dor. A fé cristã traz consigo, além disso, a certeza interior de que o homem que sofre completa o que falta aos sofrimentos de Cristo. De que os seus sofrimentos servem, como os de Cristo, para a salvação dos outros homens e, portanto, não só são úteis aos outros, como também, através deles, presta um serviço insubstituível ao resto da humanidade.

— E porque parecem uns sofrer tanto e outros tão pouco? Não poderia Deus fazer com que cada um sofresse proporcionalmente à sua capacidade de suportar a dor?

Penso que já o faz. Cada um tem o sofrimento que é capaz de suportar. E, por outro lado, essa dor tem muito para lhe ensinar. O que acontece é que nem todos a aceitam da mesma maneira.

A dor é uma escola onde os corações dos homens se formam na misericórdia. A família e todas as instituições educativas deveriam esforçar-se seriamente por despertar e orientar essa sensibilidade para com o próximo, de modo que — como observa João Paulo II — todo o homem se detenha sempre junto do sofrimento de outro homem e se comova perante a sua desgraça.

É necessário cultivar essa sensibilidade do coração, que testemunha a compaixão por quem sofre. Uma compaixão que nem sempre será passiva, mas procurará prestar uma ajuda, seja de que natureza for e, na medida do possível, eficaz. Uma responsabilidade que não deve ser deixada apenas às instituições, pois, embora sejam muito importantes e até indispensáveis, nenhuma delas pode, por si só, substituir a compaixão e a iniciativa pessoal.

A explicação cristã do problema do mal tem os seus pontos de difícil compreensão, como acontece sempre com as realidades complexas, e a do mal é-o certamente. No entanto, as outras explicações — que procuram resolver o problema negando Deus ou apresentando o absurdo da vida — são como um círculo fechado de retornos incessantes, no qual a única coisa que o homem pode fazer é sonhar em escapar ao pesadelo do tempo, libertando-se desta prisão que gira sem tréguas, arrastada pelos desejos e pelas dores humanas. Como o esquilo que faz girar a sua gaiola tanto mais depressa quanto mais se agita para se libertar dela, o homem que assim entende o mundo perde-se no ciclo da história. Só a revelação cristã rompe o círculo, o rasga de alto a baixo e o transforma numa história com sentido, na qual Deus está presente e conduz os homens à sua salvação.

9. O ENIGMA DA MORTE

A morte tanto bate à porta das cabanas dos humildes como à das torres dos reis.

Horácio

Vivendo, tudo falta; morrendo, tudo sobra.

Lope de Vega

Que fazer perante a morte

Todos vimos passar perto de nós — quando não nos atingiu já em cheio alguma vez — aquela dor tremenda que a perda de um ente querido provoca. Na maior parte das vezes, quase não sabemos como consolar essas pessoas. Dizemos-lhes algumas palavras, procuramos dar-lhes ânimo, mas, no fim, quase só nos resta acompanhá-las com o nosso silêncio.

Pensamos no seu sofrimento, na vertigem que talvez sintam. Por vezes, dizem-nos que a sua vida perdeu todo o sentido, que não compreendem, que não encontram resposta, que esbarram naquele mistério da morte, que nada as pode consolar.

— É que, por vezes, não é fácil dar-lhes uma resposta...

Não é fácil, mas, à luz da fé, há algumas respostas. Para nós, que temos fé, a morte é uma despedida, simultaneamente dolorosa e alegre. Uma mudança de casa, desta da terra para a do céu. Não é que a fé faça desaparecer essa ferida como por encanto, mas cicatriza-a através da esperança, porque sabemos que os mortos não morrem inteiramente.

— E aqueles que não acreditam em nada?

Para aqueles para quem a morte não passa da ruína biológica definitiva, sem nada para além dela, a resposta é efetivamente muito mais difícil. Talvez este pudesse ser mais um motivo de credibilidade: a vida sem fé é como uma brincadeira cruel que termina um dia quase sem avisar. A vida sem Deus não sabe o que fazer perante a morte, não tem resposta para o medo de morrer, não dispõe de nenhuma palavra de esperança que atravesse o temível silêncio da morte.

Àqueles que não têm fé, a morte recorda, de forma desafiante, que a sua maneira de entender a vida não oferece uma explicação satisfatória para a morte. Sem Deus, sem um além, que auxílio posso esperar para a ferida oculta que a morte, o meu egoísmo e o egoísmo dos outros abriram no meu coração?

Uma criança, antes de nascer, não sabe absolutamente nada daquilo que a espera. Acontece o mesmo aos não crentes em relação à morte: não sabem o que os espera. No entanto, a mãe, como aqueles que têm fé, perante as dores — tanto as do parto como as da morte —, põe a sua esperança na vida nova.

O homem não pode guardar a sua vida como um tesouro. Não pode retê-la. A vida é uma hemorragia. A vida esvai-se. Para onde? Para o vazio? Para o nada? É inevitável que o homem se coloque a questão da sua salvação. Caso contrário, a vida seria como uma torrente que inevitavelmente nos conduz ao abismo. Acreditar na salvação é acreditar que, em algum lugar, a nossa vida é recolhida.

Se tudo acabasse com a morte, seria difícil encontrar sentido até no esforço de ser uma boa pessoa. Alguns concentram os seus esforços em trabalhar por um mundo melhor, em conseguir que ele seja menos mau. Isso é bom, mas seria muito limitado reduzir as nossas esperanças a uma organização mais satisfatória desta terra. Todo esse sofrimento, todo o esforço de uma vida, todas essas lágrimas — comenta André Frossard —, todo o sangue que ensopa e transborda da nossa história, não teriam então servido senão para construir uma cidade terrena ideal, cuja inauguração se iria adiando indefinidamente para uma data posterior?

Que fazer com o medo de morrer

Talvez te recordes daquela cena da partida de xadrez do filme *O Sétimo Selo*, de Ingmar Bergman. É a personificação da Morte, que disputa com o homem a partida decisiva.

É assim, dramaticamente, como uma luta absurda e fatal contra um destino cego, que alguns homens encaram a sua existência, mergulhada numa visão triste e angustiante à qual não conseguem escapar. Quando o natural seria aceitar a morte com serenidade, como uma parte real e normal da própria vida, como uma certeza que nos leva a redobrar o esforço para aproveitar melhor os anos que nos restam, essas pessoas resistem a pensar na sua origem e no seu destino. Transformaram a morte num tabu, numa coisa de que não se pode falar.

Até agora, só um verdadeiro sentido da religião foi capaz de superar satisfatoriamente o temor da morte. O medo da morte só pode ser contrabalançado pela esperança de uma nova vida. Para o crente, a morte é como tomar um medicamento amargo quando se tem a certeza de que, com ele, se recuperará a saúde.

— Mas, mesmo tendo isso claro, muita gente tem medo de morrer. Porque achas que é tão difícil aceitar a vida no outro mundo?

É natural ter algum medo — ou, pelo menos, respeito — da morte. Mas a morte é algo natural (entre outras razões, seria enormemente aborrecido levantarmo-nos todas as manhãs, lavarmos os dentes, vestirmo-nos e tomarmos o pequeno-almoço, milénio após milénio). Poderemos controlar o nosso medo da morte quando compreendermos que a nossa alma, a nossa verdadeira essência, nunca morrerá.

Cada minuto nesta vida é um passo para a eternidade e, se essa eternidade for o céu, é mais um passo para uma bem-aventurança de dimensão tão extraordinária que ninguém seria capaz de a descrever. Foi assim que acabou por compreender — comentava Martín Descalzo — aquela mulher afligida pelo golpe da morte de alguns entes queridos, quando ouviu dentro de si uma voz que lhe dizia: «Mas... é essa a tua maneira de agradecer a Deus os pais e o irmão de cuja companhia desfrutaste durante tantos anos?» Desde então, essa senhora faz donativos a instituições de caridade em cada aniversário dos falecidos.

Há habitualmente uma grande diferença na forma como a morte é recebida nas famílias sem fé e nas famílias com uma fé verdadeira. Uma dor radicalmente dilacerante numas, que contrasta com uma profunda serenidade nas outras. Não sabem quanto perdem quando perdem a fé. Se tivessem fé — uma fé profundamente vivida, entenda-se —, em vez de verem a morte como o buraco negro e fatal onde toda a vida humana se desmorona e se afunda, como um fim dramático de tudo, vê-la-iam como o nascimento para uma nova vida, como quando a borboleta deixa a crisálida de onde sai. A alma vive sempre e renasce.

A morte é o maior enigma da vida. O homem sofre com a dor e a doença, mas o maior tormento é o medo do desaparecimento para sempre.

O facto da morte apresenta-se como um mistério perante o qual a imaginação do homem sem fé naufraga por completo.

Pensar na morte?

Os sábios de todas as épocas — comenta Alejandro Llano — aconselharam a meditar sobre a morte, para descobrir o seu sentido oculto e alcançar assim uma paz profunda, sem a qual a felicidade é impossível. Fugir ao tema, jogar às escondidas consigo mesmo, não é uma atitude muito digna, muito menos num assunto tão fundamental.

Uma das questões que mais preocuparam Platão foi o destino depois da morte. Estava convencido de que «o mal deixa na alma uma cicatriz patente ao olhar incorruptível do Juiz»; de que os culpados ainda capazes de cura seriam conduzidos, durante algum tempo, a um lugar de purificação; e de que, pelo contrário, os incapazes de cura sofreriam um castigo para sempre. Por isso afirmava que a morte colocava as pessoas perante a verdadeira realidade. Quando o tempo urge e o homem se familiariza com a ideia da morte, começa a preocupar-se com coisas que antes não lhe importavam.

Para alguns, um dos seus melhores argumentos contra Deus e contra a Igreja é afirmar que os idosos vão mais à Missa do que os jovens. Supondo que isso fosse verdade, também poderia ser visto como um argumento a favor da fé. Chegados a certa idade, a morte já não é algo possível, mas provável. Não há tempo para continuar a pôr de lado as grandes questões da vida, nem para desprezar as grandes interrogações com uma graça mais ou menos engenhosa. É a hora da verdade. E, quando chega a hora da verdade, as pessoas costumam lembrar-se de Deus.

A morte mantém-nos presos como os saltimbancos prendem um urso. É uma corrente que tem, quando muito, três ou quatro metros de comprimento; quarenta, sessenta, oitenta anos, quando se trata dos homens. Quem não sente no tornozelo a pressão dessa corrente que nos mantém presos à morte? Quem não sentiu muitas vezes passar, mais ou menos perto, a sua sombra temível? «O homem que não se apercebe do drama do seu próprio fim — escreveu Carl Gustav Jung, um dos pais da psicanálise —

não estaria na normalidade, mas na patologia, e teria de se deitar na marquesa e deixar-se tratar.»

Perante a proximidade da morte, a razão humana quase não tem experiência em que se possa apoiar. Por isso diz Delibes que, tantas vezes, ao tocar essa realidade, «voltas os olhos para o teu interior e não encontras senão banalidade, porque nós, os vivos, comparados com os mortos, somos insuportavelmente banais».

Para alguns, a morte acaba com tudo. Parece que uma pessoa não é mais do que uma simples inscrição no Registo Civil, que depois basta cancelar, e pronto. Ou um simples conjunto de músculos e ossos, que depois apodrecem, e pronto. Ou um Número de Identificação Fiscal, que também é cancelado depois de cumpridas as obrigações tributárias, e pronto. No entanto, a única coisa certa é que a morte acaba com o corpo. Todo o edifício biológico se desmorona, é verdade. O que era carne transforma-se em pó e cinza, de acordo. Mas a pessoa não acaba aí. Se a pessoa tem corpo e alma, para além da morte tem de haver um destino para a alma.

Posso comprovar se a alma existe?

Viktor Frankl conta como um estudante universitário lhe perguntou, certa vez, o que poderia haver de real na alma, sendo ela totalmente invisível. Como nunca tinha visto a sua alma, nem a de ninguém, o mais sensato — concluía — era não acreditar em fantasias que não se podem ver.

«Confirmei-lhe — escreve Frankl — que era impossível ver uma alma através de uma dissecação ou de uma observação microscópica. Depois perguntei-lhe por que razão procurava a alma nessa dissecação ou observação microscópica. O jovem respondeu-me que era por amor à verdade.

»Perguntei-lhe então se o amor à verdade não seria algo da alma, se acreditava que coisas como o amor à verdade podiam tornar-se visíveis através do microscópio.

»O jovem compreendeu que o invisível, aquilo que pertence à alma, não pode ser encontrado através do microscópio, mas que são coisas necessárias para poder trabalhar com o microscópio.»

A ciência experimental não esgota as possibilidades do conhecimento.

Se lançarmos ao mar uma rede de pesca cujas malhas são quadrados com um metro de lado, será difícil, por muitas vezes que lancemos essa rede, apanhar peixes com menos de um metro de comprimento. Se alguém concluísse, depois de semelhante experiência, que no mar não há peixes com menos de um metro de comprimento, parece bastante evidente que estaria enganado. Uma coisa é não existirem e outra, bem diferente, é não os conseguir apanhar com aquela rede. Aquilo que se consegue «recolher» com as redes da ciência experimental não é «toda» a realidade.

Não vejo, logo não existe

Em muitas ocasiões acreditamos em coisas que não vemos, e acreditamos porque comprovamos os seus efeitos. Se ouvires um passarinho a cantar no meio da vegetação, pensarás que é o arbusto que canta? Não é sério dizer: não vejo, logo não existe. Não vês o passarinho, mas ouve-lo. Não vês a alma, mas há muitas razões que levam a supor a sua existência. Não vês a eletricidade, mas vês as suas consequências. Não vês o calor, mas sente-lo. Não vês as bactérias nem os vírus, mas notas os seus efeitos.

Não encontrarás a alma ao dissecar um corpo, da mesma maneira que, se deitares abaixo o arbusto, o passarinho já lá não estará, mas nem por isso deves dizer que o arbusto deixou de cantar. Negar a existência daquilo que não é diretamente percetível pelos sentidos é negar a existência da parte mais importante da realidade.

Na mente humana existem duas forças opostas. Por um lado, a sensação de que no homem há algo mais do que o conjunto de vísceras que compõem o seu corpo. Por outro, a recusa inicial dos sentidos em admitir a existência de algo que não podem ver, medir, ouvir, cheirar nem tocar. Não é fácil

demonstrar aos sentidos que a alma existe, mas não são eles que decidem se alguma coisa existe ou não.

Podemos aplicar ao problema da alma uma analogia proposta por Rupert Sheldrake e que considero particularmente feliz.

Imagina uma pessoa que não sabe absolutamente nada sobre aparelhos de rádio. Pensa, por exemplo, num homem de ciência de há alguns séculos. Esse homem vê um desses aparelhos e fica encantado com a música que dele sai, procurando imediatamente compreender o que ali acontece.

Está convencido de que a música provém inteiramente do interior do aparelho, como resultado de interações complexas entre os seus elementos. Quando alguém lhe sugere que a música vem de fora, através de uma transmissão por ondas a partir de outro lugar, rejeita essa ideia, argumentando que não vê entrar nada no aparelho. Diz que isso seria uma explicação ilusória e cómoda de uma realidade complexa que é preciso investigar.

O nosso homem não consegue compreender bem de onde vem a música do aparelho. No entanto, pensa que um dia, depois de investigar muito as propriedades e as funções de cada peça, conseguirá entender os segredos dos seus processos e saberá de qual dos seus elementos sai aquela bela melodia.

Talvez consiga descobrir a composição de cada peça e até tente fazer outro aparelho tão semelhante quanto possível. Mas é evidente que não compreenderá como funciona o transístor enquanto não aceitar que existem realidades, como as ondas de rádio, que não se veem.

Voltando ao termo da nossa comparação, podemos dizer que a ciência, enquanto tal, não pode alcançar diretamente Deus, mas o cientista experimental pode descobrir no mundo razões para afirmar a existência de um Ser que o ultrapassa.

Falar da morte?

A protagonista daquela história — uma respeitável mulher norte-americana — era atormentada, por um lado, pela culpa de ter abandonado a fé e, por outro, pelo desejo de voltar a ela.

«No entanto — dizia —, horrorizava-me a ideia de entrar num confessionário. Uma vida inteira de pecado que me paralisava.

»Até que, num fim de semana de reunião familiar, os meus filhos começaram a falar sobre onde cada um desejava ser sepultado. E senti o terrível impacto da realidade, da verdade. Apercebi-me de que, apesar de não ter vivido como cristã, queria morrer como tal.

»Tinha conseguido, embora penosamente, racionalizar a minha falta de fé na vida, mas não podia levar a mentira até à morte. E tomei a decisão de me confessar. E fi-lo. Em poucos instantes, senti regressar a minha dignidade. Sentia-me leve e livre. Ao libertar-me de todo aquele peso, tinha deixado Deus entrar de novo na minha vida. E senti uma nova forma de liberdade.»

Por vezes, custa muito aceitar a verdade. Mesmo quando já a conhecemos com certeza. Mesmo quando aqueles que nos rodeiam também a conhecem e nós sabemos que a conhecem. Aquela mulher enfrentou a mentira graças ao pensamento da morte e juntou-se à grande quantidade de céticos em matéria de religião que deixaram de o ser quando se apresentou a proximidade silenciosa da morte. Como escreveu Lloyd Alexander, «quando tens a coragem de olhar o mal de frente, de o ver como realmente é e de lhe dar o seu verdadeiro nome, ele deixa de ter poder sobre ti, e podes destruí-lo».

Há sempre uma mentira na raiz de todo o desânimo, um afastamento da verdade, da realidade. Quando a doença ou um risco imprevisto nos fazem ver que estamos como que suspensos por um fio sobre o abismo da eternidade, aquele antigo ceticismo — tão firme nos dias em que a morte era vista como uma eventualidade distante — deixa de ser uma posição cómoda. A pergunta sobre o que há depois da morte deixa de ser uma questão ociosa e pueril. A segurança desdenhosa de antes transforma-se numa incerteza cruel que agita a alma.

«Para nós, os demónios — conta Lewis com graça em *Cartas do Diabo ao seu Sobrinho* —, é enormemente desastroso que os homens se lembrem continuamente da morte. O ideal é que morram em clínicas dispendiosas, entre médicos que mentem, enfermeiras que mentem, amigos que mentem prometendo-lhes vida, alimentando a crença de que a doença tudo desculpa, omitindo qualquer alusão a um sacerdote...»

Falar da morte não tem de ser uma loucura ou uma morbidez. Leva a procurar um significado para a existência. Como escreveu Séneca, «é necessária toda a vida para aprender a viver; e, o que é ainda mais estranho, é necessária toda a vida para aprender a morrer». Pensar na morte obriga as pessoas a pensar na forma como vivem.

Que nos espera depois da morte?

O funeral da antiga imperatriz Zita, em 1989, foi talvez a cerimónia fúnebre mais solene e grandiosa da realeza europeia dos finais do século XX. Viena voltava a sentir-se capital do Império: 400 000 visitantes, 600 jornalistas, 64 arquiduques e arquiduquesas rigorosamente vestidos de negro e inúmeros convidados provenientes dos antigos domínios do Império — Hungria, Trento, Trieste, Bolzano, etc. — acompanhavam os restos mortais da antiga princesa de Bourbon-Parma, imperatriz da Áustria e rainha da Hungria.

O cortejo fúnebre dirige-se à Cripta dos Capuchinhos, onde se encontram os túmulos de doze imperadores e quinze imperatrizes da família Habsburgo. Quando chega à entrada da cripta, e seguindo um antigo ritual cheio de significado, encontra a porta hermeticamente fechada.

Um homem bate à porta, ordenando: «Abri as portas à imperatriz!» (e pronuncia em seguida todos os títulos da falecida). Do interior ouve-se uma voz que responde: «Não a conheço.» Pela segunda e pela terceira vez repete-se a ordem para que abram as portas à poderosa da terra, e volta a ouvir-se a mesma resposta: «Não a conheço.»

A uma quarta chamada, desta vez num tom menos altivo, a voz do interior pergunta quem é, e ouve-se: «Abri a Zita, pecadora que implora

humildemente a misericórdia de Deus.» Imediatamente se abrem as portas e entra o cortejo, enquanto soam vinte e uma salvas de canhão e todos os sinos de Viena dobram a finados.

No grande teatro do mundo — comenta Ignacio Segarra —, todos desempenhamos papéis diferentes. Mas, quando o pano cai e tiramos a máscara e o disfarce para regressarmos à vida da rua, somos todos iguais. E o prémio ou o castigo ser-nos-á dado, não em função do papel que nos coube representar, mas em função da forma como o desempenhámos, em função das nossas boas obras, seja qual for o papel. Por isso, como dizia aquele poeta castelhano, «no fim da jornada, quem se salva, sabe; e quem não se salva, nada sabe».

Não é Deus infinitamente misericordioso?

— E como pode Deus, sendo infinitamente misericordioso, castigar os pecadores com tanto rigor, condenando-os às terríveis penas do inferno?

Deus é infinitamente misericordioso, mas também é infinitamente justo. E a justiça exige que as almas sejam julgadas de acordo com a forma como escolheram conduzir esta vida. Quando alguém se condena, é sempre por sua culpa: condena-se porque se obstina, escondendo-se atrás de múltiplas desculpas e justificações, em não aceitar a mão que Deus lhe estende. Não é tanto Deus que rejeita o homem como o homem que rejeita Deus.

— De qualquer modo, ouvi tantos relatos curiosos sobre as penas do inferno que me parecem quase ridículos... Não é uma explicação um pouco infantil?

Felizmente, o dogma católico não tem de coincidir sempre com as ideias de cada orador, e talvez não tenhas tido muita sorte com aqueles que ouviste. Mas o que a Igreja diz é que as almas daqueles que morrem em estado de pecado mortal sofrerão um castigo que não terá fim. Morrer em pecado mortal, sem arrependimento nem acolhimento do amor misericordioso de Deus, significa a autoexclusão voluntária e definitiva do prémio do céu. E, uma vez que não sabemos o dia nem a hora em que

teremos de prestar contas a Deus, tudo isto é um apelo à responsabilidade com que usamos a nossa liberdade em relação ao destino eterno.

— Mas um castigo eterno poderia não ser justo...

Não é preciso preocuparmo-nos com isso, pois Deus é justo. Deus não predestina ninguém ao inferno. Não desfere sobre um homem esse golpe fatal sem lhe ter colocado diante dos olhos a vida e a morte, sem lhe ter deixado a escolha, sem lhe ter estendido mil vezes a mão para o afastar da beira do precipício. Se o homem se esforça, com um esforço sério e eficaz, por alcançar a sua salvação eterna, não deve ter medo da morte, porque Deus não está à espera de um descuido para o apanhar em falta.

— E que explicação dás ao facto de haver tantos crentes a quem a ameaça do inferno não leva a mudar de vida?

É um problema antigo. Algo semelhante ao que acontece a um estudante preguiçoso que não se decide a começar a estudar porque ainda tem tempo. Imagina-o no calor do princípio de junho, quando o dia do exame ainda está longe, no fim do mês. Sabe perfeitamente que lhe será cada vez mais difícil corrigir a situação, mas deixa-se arrastar pela preguiça. A grande diferença, no caso da morte, é que se trata de um exame cuja data não é anunciada e que não tem segunda chamada.

Ou algo semelhante ao médico que conhece perfeitamente as consequências dos seus «excessos», mas cujo saber, se não contar com a devida força de vontade, é fraco perante essa sedução e não o leva a abandonar esses erros.

Ao longo dos séculos, houve muitos homens que chegaram a sacrificar os bens, a honra, a saúde e até a vida pela satisfação de um momento. Porquê? É simples. O prazer agrada ao presente, enquanto os males estão distantes, e o homem ilude-se pensando que depois conseguirá, de alguma maneira, evitá-los.

E talvez o faça sem sequer perder as suas antigas convicções. Limita-se a pô-las um pouco de lado. Talvez por isso alguns fiquem nervosos ao ouvir falar da morte. Tal como acontece ao estudante do nosso exemplo quando

ouve falar dos exames, ou ao médico quando pensa nas consequências dos seus «excessos», pois, em ambos os casos, a hora da verdade aproxima-se inexoravelmente.

Em suma, haverá um juízo em que se fará justiça, e isso pode produzir um saudável sentimento de inquietação, que nos leve a ponderar aquilo que fazemos bem e mal, que nos torne conscientes de que teremos de nos apresentar perante um tribunal. Isto não é uma mensagem de ameaça, mas um apelo à nossa responsabilidade para não desperdiçarmos a vida, para não agirmos mal, para fazermos todo o bem que pudermos.

Salvar-se no último minuto?

— E não é injusto que receba o mesmo prémio do céu uma pessoa que levou toda uma vida de esforço e sacrifício e outra que se converteu à última hora, no leito de morte?

A Igreja afirma que o grau de felicidade no céu será diferente segundo a diversidade dos méritos alcançados por cada um na terra. E o mesmo se pode dizer da desigualdade das penas do inferno, segundo a gravidade e o número dos males cometidos. Morre-se como se vive. Deus é justo e dará a cada um segundo as suas obras.

Há pessoas — parece espantoso, mas é assim — cujo plano parece ser esse que referes: converterem-se no leito de morte. A sua ideia é viverem egoisticamente, esquecidas de tudo e de todos, e, na sua estupidez, imaginam que, no último momento, rodeadas dos seus entes queridos, lhes bastará pedir elegantemente desculpa por lhes terem amargurado a vida e, logo a seguir, pedir perdão a Deus.

Mas, quando se encontrarem diante de Deus, não haverá lugar para o engano. Toda a mentira com que quiseram temperar a sua vida desmoronar-se-á num instante. E — como escreve Arellano —, se o caminho do homem para a verdade é, em noventa por cento, uma tarefa de descobrir mentiras, essas pessoas perceberão então que, na sua vida, essa tarefa foi muito escassa. E lamentarão ter-se recusado a refletir sobre a evidente realidade da morte. «Agora — dizem — não tenho tempo para essas coisas; conta-me

isso no leito de morte, e talvez te ouça.» E é aí que se enganam por completo. Quando se cai na mentira para evitar incómodos, o cobertor debaixo do qual pretendem esconder-se torna-se um pouco maior, até acabar por as sufocar.

Cada momento em que fechamos voluntariamente os olhos ao nosso destino na outra vida é um momento desperdiçado desta.

SEGUNDA PARTE

A verdade, se não for inteira, torna-se aliada do que é falso.

J. Sádaba

II. UMA RELIGIÃO, MAS... PORQUÊ A CRISTÃ?

10. É INDIFERENTE UMA RELIGIÃO OU OUTRA?

Ter uma mente aberta é como ter a boca aberta: não é um fim, mas um meio. E o fim é fechar a boca sobre algo sólido.

G. K. Chesterton

A síndrome do mostruário

«Mesmo acreditando que Deus existe, há muitas religiões por onde escolher. Sou daqueles que pensam que todas as religiões são boas. Tirando algumas degenerações estranhas, que são como a exceção que confirma a regra, todas levam o homem a fazer o bem, exaltam sentimentos positivos e satisfazem, em maior ou menor medida, a necessidade de transcendência que todos temos.

»No fundo, tanto faz uma como outra. Além disso, porque não poderá haver várias religiões verdadeiras?»

É certamente necessário ter um espírito aberto e apreciar — como fazia o autor do comentário que acabo de transcrever — tudo o que há de positivo nas diversas religiões, mas parece-me que não se pode pensar seriamente que haja várias igualmente verdadeiras. Se há apenas um Deus, não pode haver senão uma verdade divina e uma única religião verdadeira.

Porque uma coisa é ter uma mente aberta e outra, muito diferente, é dizer que cada um pode fabricar a sua religião e não precisa de se preocupar, porque todas serão verdadeiras. Por isso dizia Chesterton que «ter uma mente aberta é como ter a boca aberta: não é um fim, mas um meio. E o fim — dizia com sentido de humor — é fechar a boca sobre algo sólido».

Não é sério dizer que podem ser verdadeiras, ao mesmo tempo, religiões diferentes, que se opõem em muitas das suas afirmações e exigências. Se dois e dois são quatro e alguém disser que são cinco, terá cometido um erro. Mas, se disser ainda que uma soma é tão boa como a outra, poderá dizê-lo, porque felizmente há liberdade de expressão, mas terá incorrido num erro ainda mais grave.

Encontrar a verdade

A sensatez da decisão humana sobre a religião não estará, portanto, em escolher a religião de que mais se gosta ou que mais satisfaz, mas em encontrar a verdadeira, que só pode ser uma. A religião não é como escolher num supermercado o produto mais atraente.

— Mas a religião verdadeira deveria ser atraente... se é assim tão boa, não é?

Depende do que se entende por atraente. Se te referes ao superficial, deixar-se guiar pelo atrativo da apresentação exterior levaria a julgar pela embalagem ou pela aparência.

Seria como tentar distinguir um bom livro de história de outro cheio de manipulações, olhando apenas para o atrativo da capa e da apresentação. Ou

como distinguir um veneno de um medicamento pelo agrado da cor ou do sabor (isto poderia ser ainda mais perigoso).

Quando se trata de distinguir o verdadeiro do falso, e em algo importante, como é a religião, convém aprofundar o mais possível. A religião verdadeira será efetivamente a mais atraente, mas só para quem tiver dela um conhecimento suficientemente profundo.

— Então acreditas que o cristianismo é a verdade para todos?

Sim, naturalmente, pois sou cristão. Se alguém não acredita que a sua fé é a verdadeira, o que acontece, simplesmente, é que não tem fé.

— Dizes então que todos os que professam uma religião diferente da cristã estão completamente enganados?

Completamente, não. A adesão à verdade cristã não é como o reconhecimento de um princípio matemático. A revelação de Deus desenvolve-se como a própria vida, e uma verdade parcial não tem de ser um erro completo.

Muitas religiões terão uma parte verdadeira e outra que contém erros (exceto a verdadeira, que, logicamente, não conterá erros). Por esta razão, a Igreja Católica — como explicou o Concílio Vaticano II — nada rejeita do que há de verdadeiro e santo nas outras religiões. Considera com sincero respeito os modos de agir e de viver, os preceitos e as doutrinas que, embora difiram em muitos pontos daquilo que ela professa e ensina, refletem não poucas vezes um clarão daquela Verdade que ilumina todos os homens. A Igreja honra qualquer verdade que possa ser descoberta no mundo das religiões e das culturas.

Pode alguém salvar-se em qualquer religião?

A verdade sobre Deus é acessível ao homem na medida em que este aceita deixar-se conduzir por Deus e aceita aquilo que Deus ordena. Isto é, na medida em que o homem queira procurar Deus com retidão.

— Queres dizer que aqueles que não são cristãos não procuram Deus com retidão?

Não. Dizer isso seria um disparate. Há pessoas retas que podem não chegar a conhecer Deus com inteira clareza. Por exemplo, por não terem conseguido libertar-se de uma certa cegueira espiritual. Uma cegueira que pode ser herdada da sua educação ou da cultura em que nasceram.

— Então, nesse caso, não seriam culpadas.

Deus é justo e julgará cada um pela fidelidade com que tiver vivido de acordo com as suas convicções. É necessário, naturalmente, que ao longo da vida tenham feito o que estava ao seu alcance para chegar ao conhecimento da verdade. E isto é perfeitamente compatível com a existência de uma única religião verdadeira.

— E o que diz a Igreja Católica sobre a salvação daqueles que não professam a religião católica? Porque alguns acusam-na de exclusivismo.

Diz que aqueles que, sem culpa sua, não conhecem o Evangelho nem a Igreja, mas procuram Deus de coração sincero e tentam cumprir na sua vida a vontade de Deus, conhecida através daquilo que a consciência lhes diz, podem alcançar a salvação eterna.

Como observou Peter Kreeft, o ateu bom participa de Deus precisamente na medida em que é bom. Se alguém não acredita em Deus, mas participa, em alguma medida, do amor e da bondade, vive em Deus sem o saber.

— Então, se é possível ser moralmente bom sem acreditar em Deus, para quê acreditar em Deus?

É que não devemos acreditar em Deus por nos ser útil, ou por nos permitir levar uma vida moral, mas sobretudo porque acreditamos que Ele realmente existe.

— E dizes que Deus me julgaria de acordo com a religião em que eu acreditasse, mesmo que fosse falsa?

Depende da tua retidão, pois poderias estar no erro de forma culpável ou voluntária. Bernanos dizia que não se pode perder a fé como se perde um porta-chaves e mostrava-se bastante cético perante as crises intelectuais de fé, que considerava muito mais raras do que muitos pretendem. Por isso, se uma pessoa fabricasse uma religião própria, à sua medida, porque lhe é mais cómodo; ou fizesse uma interpretação conveniente da sua religião, para diminuir as suas exigências morais; ou não se preocupasse em receber a necessária formação religiosa, adequada à sua idade e circunstâncias, ou por outras causas semelhantes; quando se verificasse alguma destas situações — e parece-me que se verificam com certa frequência —, seria evidente que a alegada crise intelectual poderia muito bem ter outras origens.

— Mas isso de receber formação não será mais próprio de pessoas com pouca personalidade, que se deixam influenciar facilmente?

Não tem de ser assim, pois, como observou Aquilino Polaino, formar-se não é mais do que fundamentar a própria transformação (e não, certamente, de forma egoísta, mas para ser, por sua vez, uma realidade que transforma os outros).

Por isso, se uma pessoa não se preocupasse em formar-se e refletir suficientemente para chegar ao conhecimento da verdadeira fé e das suas exigências, estaria numa situação de ignorância culpável. Nesse caso, e em todos os anteriores — é de justiça elementar —, será julgada por Deus de acordo com o seu grau de culpabilidade e de voluntariedade.

11. É A RELIGIÃO CRISTÃ A VERDADEIRA?

Não somos nós que criamos a verdade, que a dominamos e a fazemos valer. É a verdade que nos possui.

Alejandro Llano

Uma segurança razoável

— E porque há de ser precisamente a religião cristã a verdadeira?

É realmente difícil, num diálogo como o nosso, não acabar por chegar a esta pergunta. Tentarei responder-te, mas não esperes uma demonstração que conduza a uma evidência esmagadora.

— Então é porque não se pode demonstrar...

Uma coisa é algo ser demonstrável e outra, muito diferente, é ser evidente. Podem apresentar-se provas sólidas, racionais e convincentes, mas nunca serão provas esmagadoras e irresistíveis.

Tem em conta, além disso, que nem todas as verdades são demonstráveis. E menos ainda para quem entende por demonstração algo que tem de estar necessariamente ligado à ciência experimental, embora já tenhamos dedicado uns dois capítulos a esse preconceito e seja melhor não nos repetirmos.

Digamos — não é uma formulação muito académica, mas serve para nos entendermos — que é como se Deus não nos quisesse obrigar a acreditar. Deus respeita a dignidade da pessoa humana, que Ele próprio criou e que deve orientar-se pela sua própria decisão. Deus age com esse respeito pelo homem. Além disso, se fosse algo tão evidente como a luz do sol, não seria necessário demonstrar nada: nem tu estarias a ler este livro, nem eu o teria escrito.

Ninguém se rende perante uma demonstração que não seja inteiramente evidente (alguns, nem sequer perante as evidentes), se houver uma disposição contrária da vontade. A fé é um dom de Deus, mas é também um ato livre. Para acreditar, é necessária uma decisão livre da vontade.

Deus poderia ter feito com que os seus mandamentos ou conselhos aparecessem escritos no céu, como por magia, mas preferiu agir de modo corrente e natural, através das inteligências dos homens, respeitando a sua liberdade, a sua personalidade e os seus condicionamentos culturais. Quis salvaguardar tanto quanto possível a nossa liberdade. Assim será maior a plenitude da nossa fé.

Se te parece bem, podemos ir passando em revista diversos aspetos da religião cristã, comentando algumas das razões que podem ajudar a compreendê-la melhor. Não pretendo argumentar de modo muito exaustivo, mas lançar alguma luz sobre o assunto, isto é, tornar a verdade mais verosímil.

Uma expansão surpreendente

Podemos começar, por exemplo, por considerar o que o cristianismo representou na história da humanidade. Pensa como, nos primeiros séculos, a fé cristã abriu caminho no Império Romano de uma forma prodigiosa...

— É algo muito estudado. Foi facilitado pela unidade política e linguística do Império, pela facilidade das comunicações no mundo mediterrânico, etc.

Tudo isso é verdade. Mas pensa também que, apesar dessas condições favoráveis, o cristianismo recebeu um tratamento tremendamente hostil. Houve uma repressão brutal, com perseguições extremamente sangrentas, com todo o peso da autoridade imperial contra ele durante mais de dois séculos.

É preciso recordar que a religião então predominante era uma amálgama de cultos idolátricos extremamente indulgentes para com as mais degradantes fraquezas humanas. O culto tinha descido tão baixo que a

fornicação se praticava nos templos como rito religioso. O sentido da dignidade do ser humano estava manifestamente ausente, e dois terços do Império eram constituídos por escravos privados de qualquer direito. Os pais tinham o direito de dispor da vida dos filhos (e dos escravos, naturalmente), e as mulheres, em geral, eram servas dos homens ou simples instrumentos de prazer.

Era esse o mundo que tinham de transformar. Um mundo cujos dominadores não tinham qualquer interesse em que mudasse. E a fé cristã abriu caminho sem armas, sem força, sem violência de espécie alguma. Pregando uma conversão muito profunda, verdades muito difíceis de aceitar para aquelas pessoas, uma mudança interior e um esforço moral que nunca nenhuma religião tinha exigido.

E, apesar dessas dificuldades objetivas, os cristãos eram cada vez mais. Cristãos de todas as idades, de ambos os sexos e de todas as condições: idosos, jovens, crianças, ricos e pobres, sábios e ignorantes, grandes senhores e pessoas simples... e, tantas vezes, perdendo os seus bens, terminando a vida no meio dos mais cruéis tormentos.

Conseguir que a religião cristã criasse raízes, se difundisse e perpetuasse, apesar de todos os esforços em contrário dos dominadores da terra daquele tempo; apesar dos ataques constantes dos grandes detentores da ciência e da cultura ao serviço do Império; apesar das seduções da vida fácil e imoral a que conduzia o paganismo romano...; ter conseguido a conversão daquele enorme e poderoso império e mudar assim a face da terra, e tudo a partir de doze pregadores pobres e sem instrução, sem eloquência nem qualquer prestígio social, enviados por outro homem que fora condenado a morrer numa cruz, que era a morte mais desonrosa daqueles tempos... Para quem não acredita nos milagres dos Evangelhos, pergunto-me se este milagre não seria suficiente.

Algo absolutamente singular na história da humanidade

«O protagonista do meu romance — conta o escritor José Luis Olaizola num livro autobiográfico — tinha-se tornado padre, talvez porque me

parecia um bom final para o romance que o fuzilassem no início da guerra civil espanhola.

»E, como eu sabia muito pouco de padres e do seu possível comportamento numa situação tão extrema, comecei a ler o Evangelho para construir um bom sermão diante do pelotão de fuzilamento, com palavras do próprio Cristo.

»Aquelas palavras pouco serviram para o meu romance, mas tocaram-me bastante fundo. Foi assim que comecei a interessar-me pela figura de Cristo, que me pareceu uma personagem muito atraente... com a condição de que fosse, efetivamente, Filho de Deus. Porque, se fosse apenas um homem e dissesse as coisas que dizia, seria um louco ou um impostor. E, se Cristo era o Filho de Deus, não Lhe ocorreria deixar a beleza da sua doutrina ao livre curso do pensamento dos homens; seria o caos. Era lógico que tivesse confiado à Igreja o depósito da fé.

»Ou seja, através de um processo de reflexão, dei por mim intelectualmente católico.»

É assim que Olaizola conta um pequeno episódio do seu encontro com Deus. Como em tantos outros casos, começou por uma descoberta da figura de Jesus Cristo. Podemos analisar isto brevemente, pois constitui o fundamento da fé cristã. A pergunta fundamental sobre a identidade da religião cristã centra-se no seu fundador, em quem é Jesus de Nazaré.

O primeiro traço característico da figura de Jesus Cristo — observa André Léonard — é que afirma ser de condição divina. Isto é absolutamente único na história da humanidade. É o único homem que, em perfeito juízo, reivindicou ser igual a Deus. E sublinho a palavra reivindicar porque, como veremos, esta pretensão não é de modo algum um sinal de presunção humana; pelo contrário, foi acompanhada da maior humildade.

Os grandes fundadores de religiões, como Confúcio, Lao-Tsé, Buda e Maomé, nunca tiveram pretensões semelhantes. Maomé dizia-se profeta de Alá, Buda afirmou ter sido iluminado, e Confúcio e Lao-Tsé pregaram uma sabedoria. No entanto, Jesus Cristo afirma ser Deus. O que surpreendia e maravilhava as pessoas era a autoridade com que falava, superior a

qualquer outra, mesmo à mais elevada, como a de Moisés. E falava com a própria autoridade de Deus na Lei ou nos Profetas, sem se referir senão a Si mesmo: «Ouvistes que foi dito..., mas Eu digo-vos...» Através dos seus milagres, domina a doença e a morte, dá ordens ao vento e ao mar, com a autoridade e o poder do próprio Criador. No entanto, este homem que usa o eu com a mais surpreendente audácia e pretensão possui, ao mesmo tempo, uma perfeita humildade e uma discrição cheia de delicadeza. Uma humilde pretensão de divindade que constitui um facto singular na história e pertence à própria essência do cristianismo.

Em qualquer outra circunstância — pense-se novamente em Buda, Confúcio ou Maomé —, os fundadores de religiões lançam um movimento espiritual que, uma vez iniciado, pode desenvolver-se independentemente deles. No entanto, Jesus Cristo não indica simplesmente um caminho, não é portador de uma verdade, como qualquer outro profeta, mas é Ele próprio o objeto do cristianismo. Por isso, a verdadeira fé cristã começa quando — como aconteceu a Olaizola — um crente deixa de se interessar apenas pelas ideias ou pela moral cristãs, consideradas em abstrato, e encontra Jesus Cristo como verdadeiro homem e verdadeiro Deus.

Outros traços surpreendentes

Há outro traço característico da figura de Jesus Cristo que apresenta um forte contraste com o anterior. Trata-se da sua humilhação extrema na hora da morte. Um paradoxo absoluto. Aquele que manifestou ser o próprio Filho de Deus, aquele que reunia as multidões e atraía os discípulos, morre só, abandonado e até negado e traído pelos seus. Também este traço é único.

É o único Deus humilhado da história. Além disso, caminha para a morte como para o núcleo principal da sua missão. E o Evangelho vê na cruz o lugar onde resplandece a glória do amor divino. Os Evangelhos narram as dificuldades que Jesus Cristo encontrou, até com os seus próprios discípulos, para conseguir que os seus contemporâneos aceitassem a ideia de um messianismo espiritual cuja realização passaria, não por um triunfo político, mas por um abismo de sofrimento, como prelúdio do surgimento de um mundo novo, o da Ressurreição.

E a descrição da figura de Cristo nos Evangelhos termina com outro traço singular: o testemunho da sua ressurreição de entre os mortos. Não há nenhum outro homem de quem se tenha afirmado seriamente algo semelhante.

A morte de Jesus Cristo e a causa da sua condenação são dois factos materialmente inscritos na história e que, como veremos depois, hoje já ninguém se atreve a negar: Jesus Cristo foi historicamente crucificado sob Pôncio Pilatos por causa da sua reivindicação divina. O facto da sua ressurreição, porém, é negado por algumas pessoas, que afirmam não se tratar de algo empiricamente comprovável e que, por isso, as suas aparições depois de morto teriam de se dever a uma ilusão ótica, a uma sugestão ou a algum tipo de alucinação, produzida sem dúvida pelo desejo de que ressuscitasse.

— Suponho que isso lhes parecerá uma explicação mais credível da Ressurreição.

A mim, pelo contrário, parece-me muito credível que Deus, se realmente é Deus, faça coisas extraordinárias. O que me surpreende é o empenho de alguns em dar todo o género de explicações e a sua capacidade para aceitar qualquer coisa antes de admitir que Deus possa fazer algo fora do comum.

Àqueles que falam de «ilusões óticas», por exemplo, haveria que recordar que a reação dos discípulos às primeiras notícias da ressurreição de Cristo foi muito cética, pois estavam sombrios e abatidos, e aquele anúncio pareceu-lhes um disparate. E é evidente que não costumam produzir-se sugestões, alucinações ou ilusões óticas entre pessoas numa atitude cética, muito menos se essas sugestões tiverem de ser coletivas. Além disso, também não se explicaria porque duraram apenas quarenta dias, até à Ascensão, e depois nunca mais ninguém voltou a tê-las.

Os guardas que vigiavam o sepulcro disseram — e muitos outros o repetiram depois — que os discípulos roubaram o corpo enquanto eles dormiam: curioso testemunho o de testemunhas adormecidas, e pouco conclusivo para tentar refutar algo que — durante o seu suposto sono — lhes foi impossível presenciar.

No entanto, o testemunho da ressurreição dado pelos apóstolos e pelos primeiros discípulos satisfaz plenamente as exigências do método científico. É de destacar, sobretudo, o comportamento espantoso dos discípulos ao comprovarem a realidade da notícia através das múltiplas aparições de Jesus Cristo. Se essas aparições não fossem reais, não se explicaria que aqueles homens que tinham sido cobardes e tinham fugido assustados perante a prisão do seu mestre estivessem, poucos dias depois, a proclamar a sua ressurreição, sem medo de serem perseguidos, encarcerados e finalmente executados, afirmando repetidamente que não podiam deixar de dizer o que tinham visto e ouvido: o milagre portentoso da Ressurreição, do qual tinham sido testemunhas através daquelas aparições e que transformara as suas vidas.

A historicidade é de tal ordem — analisá-la-emos no próximo capítulo — que a única explicação plausível para a origem e o êxito dessa afirmação é tratar-se de um acontecimento real e histórico.

Por outro lado, o testemunho dos Evangelhos sobre a ressurreição de Jesus Cristo é maciço e universal: todo o conjunto do Novo Testamento seria impensável e contraditório se o portador e o objeto da sua mensagem tivesse terminado simplesmente com o fracasso da sua morte infamante numa cruz.

«Ao ler o Novo Testamento — escreve Tomás Alfaro —, pode ver-se que os Apóstolos eram homens que acreditavam fervorosamente naquilo que diziam. São Pedro foi crucificado de cabeça para baixo. Santo André, num tipo de cruz que desde então tem o seu nome. São Paulo foi decapitado, pois era cidadão romano e essa era a única pena capital que os cidadãos romanos podiam sofrer. Todos os apóstolos, menos João, sofreram o martírio. E a mesma sorte tiveram muitíssimas das primeiras testemunhas da fé cristã, que deram a vida por essa suposta invenção. E, nos nossos dias, continua a haver novos enganados que morrem por essa fé ou que, sem chegarem ao martírio, gastam toda a vida em busca de um ideal sustentado pelas palavras inventadas de um mito que nunca existiu. Os discípulos desse mito inventado, dessa patranha, lançaram-se pelo mundo, sem se importarem com qualquer perigo, para proclamar aos quatro ventos a sua mentira ou a sua loucura, a que chamavam Evangelho, isto é, a boa notícia.

E isto para cumprir a ordem de um homem que nunca existiu ou, o que é ainda menos plausível, que eles próprios tinham inventado. Um verdadeiro líder pode ter mais ou menos força. Mas uma patranha tão descomunal teria demorado muito pouco a ser descoberta. Pode pensar-se que eram loucos ou mentirosos, mas parece mais plausível pensar que eram homens sensatos e honestos, que sabiam o que queriam e que aquilo que queriam merecia percorrer o mundo e morrer por isso, se fosse necessário. E não só eles eram capazes de o fazer. Também eram capazes de levar outros a seguir o seu exemplo. Que brilho de sinceridade se devia ver nos seus olhos para que essa passagem de testemunho se produzisse! Mas o mais impressionante é que esse brilho continua a acender-se. Dois mil anos depois, continua a haver um brilho contagiante nos homens que vivem bem o cristianismo.»

12. JESUS CRISTO EXISTIU REALMENTE?

Não saber o que aconteceu antes de nós é como sermos incessantemente crianças.

Cícero

Realidade verdadeira... ou ficção?

— E não poderia Jesus Cristo ter sido um fanático ou um esquizofrénico que inventasse o seu papel com grande genialidade?

«A verdade é que, se assim fosse — continua Tomás Alfaro —, seria o maior impostor de todos os tempos. Porque encarnou com uma exatidão impressionante dezoito séculos de profecias anteriores a Ele. E, das diferentes interpretações dessas profecias, não foi escolher a mais fácil nem a mais agradável. Surgiam continuamente em Israel supostos Messias que pretendiam ser o libertador vitorioso. Naturalmente, eles e os seus seguidores eram eliminados em pouco tempo pela potência dominante do momento. As suas doutrinas grosseiras não lhes sobreviviam mais do que alguns meses, talvez alguns anos, na melhor das hipóteses. Mas não se conhece um único caso de um impostor que quisesse representar o papel da

profecia do Servo Sofredor e morrer de uma forma tão cruel (e tão infamante naqueles tempos).»

— Bem, poderia dizer-se que era um louco muito especial.

Mas isso também não se ajusta. De um esquizofrénico com uma obsessão autodestrutiva não seria de esperar nem a doutrina serena nem a vida exemplar de Jesus Cristo.

— E a fé em Jesus Cristo não poderia ser uma simples ilusão, um belo sonho criado pela humanidade?

Se analisarmos a coerência da figura de Jesus Cristo e a sua adequação ao coração da condição humana e da história — observa André Léonard —, podemos ver que não se trata de uma coerência artificial que o espírito humano pudesse ter inventado e depois dominado, como se fosse o encadeamento lógico que caracteriza um sistema filosófico bem articulado ou uma ideologia habilmente adaptada à mentalidade do meio. É algo muito diferente. Trata-se de uma coerência tão complexa, tão contrastada, tão imprevisivelmente ligada a um grande número de realidades históricas que é totalmente impossível construí-la por um esforço de lógica.

Da figura de Jesus Cristo, tal como aparece no Novo Testamento, emana um enorme poder de convicção. Apresenta-se com uma capacidade de atração tão singular que a história dos homens nunca conheceu nada semelhante. Um poder de atração que, além disso, torna a sua figura convincente, mas não incontornável. Deus deseja ser amado livremente por criaturas livres, e não uma adesão forçada por parte do homem. Por isso, a nossa existência começa, e deve começar, pelo claro-escuro desta vida terrena, marcada pela não evidência de Deus.

A garantia da história

— Mas fica sempre a possibilidade de a figura de Jesus Cristo ter resultado de uma criação inconsciente e casual do génio humano. Não poderia ser como uma projeção consoladora, como uma objetivação

enganadora dos desejos ocultos do homem, sedento de uma felicidade que não possui?

São muitas as esperanças psicológicas, filosóficas ou religiosas do ser humano que podem ser explicadas por construções semelhantes. Mas esse tipo de interpretações projetivas encontra um obstáculo insuperável quando se procura aplicá-lo ao cristianismo: os acontecimentos fundadores da fé cristã são rigorosamente históricos.

A objeção de que toda a religião cristã poderia ser uma simples ilusão reconfortante pode chegar a inquietar profundamente alguns crentes. No entanto, a referência histórica essencial do cristianismo aos seus acontecimentos fundadores distingue-o radicalmente, desde o princípio, de todas as construções humanas. Há uma diferença abissal entre a fé cristã, inscrita nos factos da história, e os mitos intemporais das religiões antigas, que não têm história e dela apresentam apenas a aparência superficial de uma narrativa. Além disso, no caso de Jesus Cristo verifica-se uma situação pouco frequente em relação a outras personagens da Antiguidade, pois a sua existência histórica é testemunhada por documentos de três culturas diferentes: a cristã, a romana e a judaica.

O testemunho de três culturas

É perfeitamente comprovável que Jesus de Nazaré é o nome de uma pessoa histórica que viveu na Palestina sob os imperadores Augusto e Tibério, que nasceu no ano 6 ou 5 antes da nossa era (anos 748 ou 749 da fundação de Roma) e morreu a 7 ou 8 de abril (14 ou 15 do mês de Nisan) do ano 30 da nossa era, sob o poder do procurador Pôncio Pilatos.

O historiador romano Tácito já mencionava de passagem, nos seus *Anais* — escritos por volta do ano 116 a partir das atas dos arquivos oficiais do Império —, a condenação ao suplício de um certo Christus pelo procurador Pôncio Pilatos, durante o império de Tibério. É sabido, por outro lado, que Tácito tinha poucas razões para se interessar pela obscura aventura de um profeta judeu num recanto perdido do Império. Se menciona o nome de Christus, deve-se unicamente ao facto de o relato da

vida de Nero o levar a falar dos cristãos a propósito do incêndio de Roma do ano 64. Mas o nome fica citado.

Há muitos outros testemunhos sobre Jesus Cristo inteiramente exteriores ao Novo Testamento. Surgem diversas referências numa carta escrita por volta do ano 112 por Plínio, o Jovem, ao seu tio, o imperador Trajano. Outras aparecem em Suetónio, secretário de Adriano, na sua obra *Vidas dos Césares*, por volta do ano 120. Também em Flávio Josefo, conhecido historiador judeu, nas suas *Antiguidades Judaicas*, do ano 94. O próprio Talmude dos judeus faz várias referências depreciativas a Jesus, como um herege que seduziu e desencaminhou o povo de Israel, interpretando de forma deturpada a Torá. O grego Luciano de Samósata apresenta Jesus como um vulgar embusteiro. E Celso, um filósofo pagão, como um perigo para a sociedade.

Ninguém se atreveria a considerar esses autores interessados na fé cristã ou comprometidos com ela, e eles — sem o saberem — contribuíram para provar inequivocamente a existência histórica de Jesus de Nazaré. Os testemunhos são tão incontestáveis que, há já muito tempo, nenhum historiador sério se atreve a negar a existência histórica de Jesus Cristo e dos seus discípulos.

A ciência do século XIX gostava de apresentar um universo determinista onde a liberdade humana quase não tinha lugar e onde não era necessário contar com a intervenção de Deus. O poder desse cientificismo foi formidável, em parte porque a religiosidade popular cristã de então era, em muitos aspetos, bastante pouco cultivada. No entanto, à medida que a ciência foi avançando, tornou-se mais evidente a sua compatibilidade com a fé. Aquilo que então parecia fonte de incredulidade mostra-nos hoje o contrário. «Ainda no início do século XX — escreve Pedro Laín Entralgo — circulavam pelas livrarias publicações com o título “Jesus Cristo nunca existiu” ou outros semelhantes. Já não é possível encontrá-las. A investigação histórica rigorosa eliminou tais desvarios. A existência real de Jesus de Nazaré pode ser afirmada com o mesmo grau de certeza com que afirmamos a de Sócrates ou de Átila. Os Evangelhos não são apenas fundamento de uma fé religiosa; são também documentos históricos fiáveis, embora, naturalmente, suscetíveis de análise e de crítica. A existência de

Jesus Cristo não é objeto de uma crença religiosa em sentido estrito, mas uma certeza de caráter histórico, uma convicção imposta por testemunhos e argumentos inteiramente fiáveis.»

13. VALOR HISTÓRICO DOS EVANGELHOS

Muitas vezes, basta mudar de modo de viver para acreditar na verdade que se negava.

Hugo de Lamennais

Merecem credibilidade os Evangelhos que conhecemos?

— Não serei eu a negar agora a existência de Jesus Cristo. Mas como sabemos que os Evangelhos merecem credibilidade quanto àquilo que Ele fez e disse?

Um livro histórico — como são os Evangelhos — merece credibilidade quando reúne três condições fundamentais: ser autêntico, verídico e íntegro. Isto é, quando o livro foi escrito na época e pelo autor que lhe são atribuídos (autenticidade), quando o autor conheceu os acontecimentos que relata e não quer enganar os seus leitores (veracidade) e, por último, quando chegou até nós sem alteração substancial (integridade).

Os Evangelhos parecem autênticos, em primeiro lugar, porque só um autor contemporâneo de Jesus Cristo ou um discípulo imediato seu poderia tê-los escrito. Se tivermos em conta que, no ano 70, Jerusalém foi destruída e a nação judaica desterrada em massa, dificilmente um escritor posterior, com os meios de que então dispunha, poderia ter descrito bem os lugares; ou simulado os hebraísmos que figuram no grego corrente em que está redigido quase todo o Novo Testamento; ou inventado as descrições que ali aparecem, tão ricas em pormenores históricos, topográficos e culturais, confirmados pelas sucessivas descobertas arqueológicas e pelos estudos sobre outros autores daquele tempo. Os factos mais relevantes da vida de Jesus são perfeitamente comprováveis através de fontes independentes de conhecimento histórico.

Quanto à integridade dos Evangelhos, encontramo-nos numa situação privilegiada, pois, desde os primeiros tempos, os cristãos fizeram numerosas cópias em grego e em latim, para o culto litúrgico e para a leitura e meditação das Escrituras. Graças a isso, os testemunhos documentais do Novo Testamento são abundantíssimos. Atualmente, conhecem-se mais de 6000 manuscritos gregos. Há ainda cerca de 40 000 manuscritos de traduções antiquíssimas para diversas línguas (latim, copta, arménio, etc.), que dão testemunho do texto grego que os tradutores tiveram diante de si. Chegaram até nós 1500 lecionários de Missas que contêm a maior parte do texto dos Evangelhos, distribuído em leituras ao longo de todo o ano. E a tudo isso é preciso acrescentar as numerosíssimas citações do Evangelho em obras de escritores antigos, que são como fragmentos de outros manuscritos anteriores que não chegaram até nós.

Toda esta variedade e extensão de testemunhos dos Evangelhos constitui uma prova historicamente incontestável. Se a comparássemos, por exemplo, com aquilo que conhecemos das grandes obras clássicas, veríamos que os manuscritos mais antigos que delas se conservam estão muito mais distantes da época do seu autor. Por exemplo: Virgílio (século V, cerca de 500 anos depois da redação original), Horácio (século VIII, mais de 900 anos depois), Platão (século IX, cerca de 1400), Júlio César (século X, quase 1100) e Homero (século XI, cerca de 1900 anos depois). No entanto, há papiros dos Evangelhos datados de épocas muito próximas da sua redação original (graças aos progressos dos estudos filológicos, podem ser datados com grande precisão): o Códice Alexandrino, cerca de 300 anos depois; o Códice Vaticano e o Sinaítico, cerca de 200; o papiro Chester Beatty, entre 125 e 150; o Bodmer, aproximadamente 100; e o papiro Rylands, finalmente, dista apenas 25 ou 30 anos.

— Mas, mesmo sendo os manuscritos numerosos e muito antigos, os copistas poderiam sempre ter feito interpolações ou deturpado algumas passagens. Suponho que não se pode garantir uma certeza total sobre o texto que conhecemos.

Tem em conta que, havendo tantas cópias e de proveniências tão diversas (são dezenas de milhares, em várias línguas, encontradas em lugares e datas muito distantes), é muito fácil desmascarar o copista que

introduz alguma alteração no texto, porque este difere das outras cópias que chegaram até nós. Apareceu, de facto, um número reduzido de falsificações ou cópias apócrifas, mas foram sempre facilmente detetadas graças à prodigiosa concordância das restantes versões.

Isso tem sido comprovado ao longo do próprio processo histórico de descoberta dos diversos manuscritos. Por exemplo, no século XVI fizeram-se numerosas edições impressas, baseadas em profundos estudos críticos de cópias manuscritas, algumas das quais remontavam ao século VIII, o mais antigo que então se conhecia. Posteriormente, foram encontrados códices dos séculos IV e V, que concordavam substancialmente com aqueles textos impressos. Mais tarde, foram sendo encontrados cerca de cem novos papiros escritos entre os séculos II e IV, na sua maioria provenientes do Egito, que também revelaram uma concordância surpreendente com as cópias existentes.

Tendo em conta a enorme diversidade de proveniências de cada um desses documentos — repito que são dezenas de milhares, oriundos de lugares muito diferentes —, pode deduzir-se que a prodigiosa concordância de todas as versões que chegaram até nós constitui um testemunho esmagador da veneração e da fidelidade com que os Evangelhos foram conservados ao longo dos séculos, bem como da sua autenticidade e integridade indiscutíveis. O Novo Testamento é, sem comparação com qualquer outra obra literária da Antiguidade, o livro mais bem e mais abundantemente documentado.

É verdade o que os Evangelhos contam?

Quanto à veracidade dos Evangelhos, poderiam apontar-se inúmeras razões. Pascal, referindo-se ao testemunho que os primeiros cristãos deram com a sua vida, apresenta um argumento muito simples e convincente: acredito mais facilmente nas histórias cujas testemunhas se deixam martirizar para confirmar o seu testemunho.

Terem chegado à morte por fidelidade aos ensinamentos dos Evangelhos confere a essas pessoas uma forte garantia de veracidade. Pelo

menos, conhecem-se poucos mentirosos que tenham morrido para defender as suas mentiras.

Além disso, é bastante significativo, por exemplo, que os evangelistas não ocultem os seus próprios defeitos nem as repreensões recebidas do seu mestre, e que relatem factos embaraçosos para os cristãos, que um falsificador poderia ter escondido. Porque não foram corrigidas, ou pelo menos um pouco retocadas, as passagens mais delicadas? Que razões existem, por exemplo, para narrar a traição e a morte dramática de Judas, um dos doze apóstolos, escolhido pessoalmente por Jesus Cristo? Houve muitas oportunidades — observa Vittorio Messori — para omitir esse episódio, que desde o início foi motivo de escárnio contra os cristãos («Que espécie de profeta é este — ironizava Celso — que nem sequer sabe escolher os seus seguidores?»). No entanto, a passagem chegou inalterada até nós. A única explicação razoável é que esse facto, por mais lamentável que fosse, aconteceu realmente. Os evangelistas estavam obrigados a respeitar a verdade porque, caso contrário — e deixando de lado outros motivos —, as falsificações teriam sido denunciadas pelos seus contemporâneos. Naqueles tempos, os cristãos foram alvo de troça, foram considerados loucos, mas não se pôs em causa que aquilo que pregavam correspondesse à verdade do que acontecera.

Além disso, se se tratasse de inventar, dificilmente os evangelistas teriam imaginado episódios como a fuga dos apóstolos perante a Paixão, a tripla negação de Pedro, as palavras de Cristo no Horto das Oliveiras ou a sua exclamação na cruz («Meu Deus, meu Deus, porque Me abandonaste?»), acontecimentos que ninguém teria ousado escrever se não tivessem sido rigorosamente reais, pois contrariavam profundamente a ideia de um Messias vitorioso e poderoso, tão enraizada na mentalidade hebraica da época. Perante contrastes deste género, o próprio Rousseau, nada suspeito de simpatia pela fé católica, costumava afirmar, ao falar dos Evangelhos: «Invenções...? Meu amigo, não é assim que se inventa.»

Nestes dois últimos séculos, tentou-se inúmeras vezes negar a veracidade dos Evangelhos. No entanto, os progressos científicos foram tornando evidente que a maioria desses argumentos era ditada pelo preconceito ideológico. E toda essa crítica, que em certos momentos

pareceu pôr a fé em crise ao tentar eliminar a sua base histórica, acabou antes, como que por efeito indireto, por a fortalecer. Um grande número de descobertas sucessivas foi dissipando pouco a pouco toda a nuvem de hipóteses que contra ela se tinham formado. «Hoje — afirma Lucien Certaux —, depois de dois séculos de ataques críticos, estamos a descobrir com surpresa que, possivelmente, a maneira mais científica de ler os Evangelhos é lê-los com simplicidade.»

Houve realmente milagres?

— Não é um pouco infantil acreditar nos milagres? Muita gente sustenta que todos têm uma explicação natural...

De facto — respondo-te desenvolvendo ideias de André Frossard —, muitos procuraram dar uma explicação natural aos milagres do Evangelho.

Os progressos da medicina — afirmam essas pessoas — sugerem hoje possíveis explicações naturais para os milagres de cura de paralíticos, surdos-mudos, endemoninhados, etc. Por exemplo, todas as doenças passam por fases de remissão, sobretudo tendo em conta a sugestão que poderia existir nestes casos e o facto de não se saber se depois recaíram na doença. Também explicam facilmente a ressurreição dos mortos. Dizem que, naquela época, as certidões de óbito eram passadas com base em simples aparências, e não é de admirar que alguns depois reanimassem (segundo estes homens, o número de pessoas enterradas vivas na Antiguidade deve ter sido enorme). Outros milagres, como caminhar sobre as águas ou a multiplicação dos pães, explicam-nos como efeito de miragens, ilusões óticas ou coisas semelhantes. E os fenómenos sobrenaturais, como formas ingénuas de explicar a espíritos simples as realidades habituais difíceis de compreender. Para todos os milagres, mesmo os mais espetaculares, encontram uma explicação simples. Quanto à passagem do Mar Vermelho, por exemplo, afirmam que poderia perfeitamente ter ocorrido por efeito de um movimento sísmico ou atmosférico que teria dividido o mar em dois e, ao cessar bruscamente a rajada de vento com a passagem do último hebreu, as muralhas líquidas do mar voltaram a juntar-se, engolindo os soldados do

faraó. Há, sem dúvida, explicações naturais dos milagres ainda mais milagrosas do que os próprios milagres.

Parece que essas pessoas, que tanto se empenham em ensinar-nos a ler o Evangelho «de uma forma madura», têm medo de ser consideradas espíritos simplistas e, por isso, exibem um engenho notável para racionalizar a fé e eliminar dela todo o fenómeno sobrenatural, sugerindo em troca espantosas interpretações figuradas, simbólicas ou alegóricas. No fim, acabam por querer que acreditemos que a única coisa verdadeira em todos os Evangelhos são as notas de rodapé que elas próprias acrescentam.

No entanto, poder-se-ia objetar que, desde as origens, todos os grandes espíritos nascidos da fé cristã deram crédito aos relatos — evidentemente miraculosos — da Anunciação, da Ascensão ou do Pentecostes, sem nunca recorrerem a esse tipo de interpretações. Por outro lado, não há notícia de que algum desses especialistas em ensinar-nos a interpretar a Sagrada Escritura tenha alguma vez tido sequer uma das alucinações ou miragens a que tanto recorrem para explicar os milagres que aconteceram aos outros. Teriam de nos explicar como puderam ser tão comuns naquela época, além disso de forma coletiva e perante pessoas extremamente céticas em relação a eles. Talvez seja porque, como nunca viram um anjo nem encontraram um corpo glorioso — eu também não —, não admitem que alguém possa ter tido tanta sorte. Acabam por se parecer com aquelas pessoas que resistem a acreditar que Armstrong tenha pisado a Lua pelo simples facto de não terem podido estar lá com ele.

— Mas talvez, quando a ciência avançar mais, se encontre uma explicação para esses milagres...

A crença ou a descrença nos milagres — escreveu Lewis — está fora do âmbito da ciência experimental. Não importa quanto esta progrida: os milagres são reais ou impossíveis independentemente dela. O incrédulo pensará sempre que se trata de miragens ou de fenómenos naturais de causas desconhecidas. Mas não por exigência da ciência: antes porque excluiu de antemão a possibilidade do sobrenatural.

— E parece-te muito importante para a fé admitir os milagres?

O Evangelho sem milagres fica reduzido a uma coleção de amáveis lições de moral filantrópicas. A pregação dos apóstolos e o testemunho dos mártires perderiam quase todo o sentido. Por outro lado, se os milagres são impossíveis, não se pode acreditar que Deus Se fez homem, nem na sua ressurreição, que são milagres centrais da fé cristã. «Postos de lado os milagres — afirma Lewis —, só restam, além da posição ateia, o panteísmo ou o deísmo. Em qualquer caso, um Deus impessoal que não intervém na natureza nem na história, que não interpela, não manda nem proíbe. Este é o motivo fundamental pelo qual uma divindade imprecisa e passiva se torna tão tentadora para alguns.»

TERCEIRA PARTE

O pior que os maus fazem é obrigar-nos a duvidar dos bons.

Jacinto Benavente

III. Objeções à Igreja Católica

14. AS LINHAS TORTAS DE DEUS

- Como permite Deus tantos erros?
- Creio em Deus, mas não nos padres
- O poder da Igreja
- A ação social da Igreja
- As riquezas da Igreja

É melhor coxear pelo caminho do que avançar a grandes passos fora dele. Pois quem coxeia no caminho, embora avance pouco, aproxima-se da meta, enquanto quem vai fora dele, quanto mais corre, mais se afasta.

Santo Agostinho

Como permite Deus tantos erros?

Nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial — conta José Orlandis —, um jovem chamado Gétaz, que ocupava um alto cargo no socialismo suíço, recebeu do seu partido a incumbência de elaborar um dossiê para uma campanha que se pretendia lançar contra a Igreja Católica.

Gétaz pôs mãos à obra, com a seriedade e o rigor próprios de um político helvético, e recolheu inúmeros testemunhos, estudou a doutrina católica e a história do cristianismo desde os seus primeiros séculos, de modo que, em pouco tempo, conseguiu reunir uma vastíssima documentação.

O resultado de tudo aquilo foi bastante surpreendente. Passo a passo, o jovem político chegou à convicção de que a Igreja Católica não podia ser invenção dos homens. Dois mil anos de negações, abalos, cismas, conflitos internos, heresias, erros e transgressões do Evangelho tinham-na deixado, se não intacta, pelo menos de pé. As próprias deficiências humanas que nela se observavam ao longo de vinte séculos — sempre misturadas com exemplos insignes de heroísmo e de santidade — eram vistas por ele como um argumento a favor da sua origem divina: «Se não tivesse sido Deus a fazê-la — concluiu —, já teria desaparecido mil vezes da face da terra.»

O desfecho de todo aquele episódio foi muito diferente do que os seus dirigentes tinham planeado. Gétaz converteu-se ao catolicismo, tornou-se frade dominicano e, na sua cátedra do Angelicum, em Roma, ensinou durante muitos anos, precisamente, o tratado sobre a Igreja. As suas aulas tinham o interesse de serem, em grande medida, como um relato autobiográfico, como o eco do percurso da sua própria conversão.

— Mas a reação de muitos outros perante as misérias dos membros da Igreja é bem diferente. Pergunto-me se não teria sido melhor, uma vez que Deus tudo pode, que pelo menos os ministros da sua Igreja estivessem isentos de tantos vícios...

Se Jesus Cristo tivesse de se servir apenas de ministros total e permanentemente bons, ver-se-ia obrigado a realizar constantemente

pequenos ou grandes milagres à volta dessas pessoas. Teria de intervir sempre que uma delas estivesse prestes a cometer algum erro. E não parece que isso fosse o melhor, entre outras coisas porque as privaria da devida liberdade.

Por outro lado, embora ao longo dos séculos os homens que fizeram parte da Igreja Católica tenham tido muitas deficiências humanas, há que dizer que se trata de uma instituição de reconhecido prestígio moral em todo o mundo.

É verdade que esse prestígio é por vezes ensombrado pelas fraquezas de alguns dos seus membros. Mas há mais de mil milhões de católicos e quase um milhão e trezentos mil sacerdotes e religiosos (contando apenas os que estão atualmente vivos), e é natural que, entre tantas pessoas, haja de vez em quando atuações infelizes.

Para sermos justos, deveríamos olhar um pouco mais para a imensa multidão de católicos que, ao longo de vinte séculos, se tem esforçado, dia após dia, por viver plenamente a sua fé e ajudar os outros. E deveríamos reparar em todos esses padres de aldeia que permanecem em lugares de onde quase toda a gente fugiu. E no sacrifício de tantos e tantos religiosos e religiosas que deixaram tudo para ir servir os desfavorecidos, tanto em longínquas terras de missão como nesses outros lugares esquecidos de todos, mas dramaticamente próximos, e cujo sacrifício tantas vezes só Deus vê. «Espalhados pelas paragens mais agrestes ou hostis do mapa — observa Juan Manuel de Prada —, uma legião de homens e mulheres de aparência profundamente humana e espírito sobre-humano contempla todos os dias o rosto de Deus nos rostos dos moribundos cobertos de moscas, nos rostos tumefactos dos doentes, nos rostos chagados dos famintos, nos rostos quase transparentes daqueles que vivem sem fé nem esperança. São homens e mulheres magros, em cujos pequenos corpos débeis habita uma força sobrenatural, um incêndio de benditas paixões que mantém a temperatura do universo. Um dia descobriram que Deus não era invisível, que o seu rosto se reproduz e multiplica no rosto das suas criaturas sofredoras, e decidiram sacrificar a sua vida para salvar outras vidas, decidiram oferecer a sua vocação nos altares da humanidade desamparada. Se se dedicasse à epopeia anónima e quotidiana desses missionários a mesma atenção que aos

escândalos que de vez em quando tanto se divulgam, não haveria papel no mundo que chegasse para a escrever.»

Creio em Deus, mas não nos padres

— Apesar de tudo isso, muitos dizem que creem em Deus, mas não nos padres, e que não têm de fazer caso do que a Igreja diz.

Quanto a crer em Deus e não nos padres, estamos inteiramente de acordo. E precisamente porque a fé tem por objeto Deus, e não os padres, é necessário distinguir bem entre a santidade da Igreja e os erros das pessoas que a compõem.

A Igreja não tem o seu centro na santidade dessas pessoas que possam ter dado mau exemplo (nem nas que deram bom exemplo), mas em Jesus Cristo. Por isso, não faz muito sentido que uma pessoa deixe de crer na Igreja porque o seu pároco é antipático, ou pouco exemplar, ou porque uma figura eclesiástica do século XVI cometeu esta ou aquela barbaridade. A todos nos incomoda a falta de coerência de quem não dá bom exemplo. E foi o próprio Deus quem disse — pode ler-se no Novo Testamento — que os vomitaria da sua boca. Mas o facto de um padre — ou de muitos, ou de quem quer que seja — agir ou ter agido mal em determinado momento não deveria fazer nenhuma pessoa sensata perder a fé. O facto de ter havido cristãos — leigos, sacerdotes ou bispos — que se enganaram, ou fizeram as coisas mal, ou até muito mal, embora me seja doloroso como católico e como pessoa, não deve fazer-me perder a fé, nem pensar que essa fé deixou de ser a verdadeira. Entre outras coisas, porque, se tivesse de perder a fé em alguma coisa sempre que visse agir mal alguém que acredita nessa mesma coisa, o mais provável seria já não ter fé em nada.

E quando se recorre a essas atuações infelizes de eclesiásticos para justificar o que não passa de uma atitude de comodismo, ou para ignorar a realidade de umas cedências morais pessoais que não se está disposto a corrigir, isso já me parece mais triste. Escudar-se nos padres para resistir a viver de acordo com uma moral que nos custa aceitar é — além de clerical — um pouco lamentável.

Pessoalmente, posso dizer, como tantas outras pessoas com quem tenho convivido, que ao longo da minha vida conheci sacerdotes excecionais. Sei que nem toda a gente teve a mesma sorte. O meu conselho é que, se tiveste algum problema com um deles, que fosse de trato difícil, ou que talvez tivesse tido um mau dia e não te tivesse tratado bem, ou não tivesse conseguido compreender-te, ou não te tivesse dado bom exemplo, ou fosse o que fosse..., o meu conselho é que não abandones Deus por causa de uma má experiência com um dos seus representantes. Ninguém é perfeito — nem nós —, e temos de aprender a perdoar... e a não culpar Deus pela atuação livre de ninguém.

O poder da Igreja

— Bem, e que dizes do poder civil e político da Igreja, tão relevante durante alguns séculos...?

Antes de mais, devo insistir em que não tenho dificuldade em admitir que houve atuações e mentalidades erradas em povos cristãos e que, com frequência, nelas caíram figuras eclesiásticas.

No entanto, para sermos justos, convém enquadrar esse fenómeno nas suas devidas coordenadas históricas, ponderando todas as condicionantes de cada época. Por exemplo, muitos desses erros a que te referes foram consequência da enorme pressão exercida pelos poderes civis para intervir na Igreja e tentar utilizá-la como instrumento de luta política. O facto de alguns eclesiásticos não terem conseguido ou podido resistir a essa intromissão, ou se terem deixado contaminar pela mentalidade dominante numa determinada época, é, indubitavelmente, um erro, mas um erro que deve ser julgado no contexto sociocultural dessa época concreta. Caso contrário, é fácil cair numa visão muito anacrónica, pois não se pode pretender que os homens do século XVI pensassem como os homens do século XXI.

A única época que não criticamos — observa Jean Marie Lustiger — é a nossa, porque nos parece evidente. A nossa referência atual é aquilo que nos parece mais acertado e sensato, mas basta uma perspetiva de cinquenta

ou cem anos para se tornar palpável a relatividade desses pontos de vista, mesmo dos que eram então considerados mais razoáveis.

Por isso, seria um anacronismo julgarmos uma sociedade, uma época anterior, a partir de uma ótica que hoje nos parece ideal, sem termos em conta o diferente enquadramento histórico, como se estivéssemos à margem da história e fôssemos os seus juízes.

Feita esta ressalva, insistiria apenas em que não se caia numa visão simplista da história. É triste que tenha havido cobardias, erros e pecados. Mas a vida dos homens é uma história de pecado e de perdão de que ninguém ficou isento, nem sequer os que creem sinceramente e desejam a santidade. E essas são coisas da vida, não da Igreja.

A ação social da Igreja

— Há quem considere que a ação social da Igreja é pouco eficaz.

E outros dizem que essa preocupação social é uma ingerência indevida. Parece que, se faz, faz mal; se não faz, acusam-na de passividade; e, se apenas dá conselhos, de ineficácia. Não é fácil agradar a todos, sobretudo quando muitas vezes essas críticas são uma simples estratégia para tentar negar à Igreja qualquer legitimidade na sua atuação.

No entanto, eu pediria a esses críticos que mostrassem o que fizeram nesse domínio. Ou que dissessem que instituições prestaram, ao longo da história, um serviço social como o da Igreja Católica. A preocupação efetiva que a Igreja tem demonstrado, através das suas instituições, no campo da educação, do cuidado dos doentes, das pessoas com deficiência, dos marginalizados, dos necessitados, etc., é realmente difícil de igualar.

Além disso, o que a Igreja faz fundamentalmente é responsabilizar os cristãos — e todos os homens de boa vontade que a queiram escutar — para que iluminem com a luz da fé todas as realidades humanas. A Igreja, enquanto tal, não apresenta soluções concretas nem únicas para os problemas políticos ou económicos, mas oferece orientações fundamentais para o desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade.

E isto é importante porque, embora haja certamente cálculos políticos errados e decisões económicas imprudentes, por detrás dos principais problemas que afligem a humanidade há sempre uma dimensão ética que remete para atos concretos de egoísmo das pessoas. Todas essas situações de crise seriam muito atenuadas se a mensagem cristã impregnasse mais profundamente a vida dos homens.

O cristianismo — escreve Ignacio Sánchez Cámara — constitui a raiz dos principais valores que sustentam a nossa civilização, incluindo os daqueles que, talvez por ignorância, o combatem. É fácil diagnosticar, em cada mal que nos aflige, a falta gritante de um valor cristão desprezado ou ausente: o terrorismo, a violência, a guerra, a corrupção, a falta de solidariedade, o materialismo... E, se passarmos do âmbito da moral para o da cultura, seria necessário recordar não só o contributo do cristianismo para a sobrevivência e difusão da cultura clássica antiga, mas também a sua criação das mais elevadas obras, das catedrais ao canto gregoriano, da mística a Bach. Poder-se-ia dizer que o esquecimento da religiosidade é uma das causas fundamentais da degradação da cultura contemporânea e que o cristianismo constitui um poderoso instrumento para melhorar o mundo. Impedir a difusão social dos princípios cristãos é privarmo-nos não só de uma esperança de salvação, mas também de todo um arsenal de princípios que nos permitem crescer em excelência e dignidade.

As riquezas da Igreja

— Mas e que dizes do grande património da Igreja Católica?

A Igreja foi construindo templos, hospitais, dispensários, orfanatos, seminários, escolas e outros edifícios, aqueles que em cada momento — com maior ou menor acerto — se consideraram adequados para melhor cumprir a sua missão.

Tudo isso constitui um património que nasceu, em cada caso, para o culto e para a evangelização e que, por muito grande que possa parecer — foi acumulado ao longo de dois mil anos —, não é uma fonte importante de rendimentos, mas antes o contrário. Na melhor das hipóteses, cobre as

despesas de manutenção. Tem sobretudo um valor de uso, que é o que costuma justificar a sua existência.

— Mas alguns desses edifícios têm agora um grande valor imobiliário e há museus com obras de grande valor artístico. A Igreja poderia vender tudo e entregá-lo aos pobres.

É verdade que há coisas de grande valor, mas cujo aproveitamento comercial é muito difícil. Desde logo, a maioria dos Estados proíbe a venda dos bens de interesse cultural. Além disso, a quem iria a Igreja vender uma catedral, ou uma igreja de aldeia..., ou o próprio Museu do Vaticano? Por outro lado, seria como pedir ao ministro das Finanças que cobrisse o défice público do país deste ano vendendo todos os quadros do Museu do Prado: não creio que a história julgasse muito favoravelmente semelhante operação.

— E porque se adornam os lugares de culto com materiais preciosos de tanto valor?

As pessoas que se amam oferecem coisas de valor umas às outras, mesmo que isso lhes exija um sacrifício (ou talvez precisamente por isso). As pessoas adornam-se com anéis de ouro... Porque se lhes há de proibir que ofereçam algo valioso para o culto de Deus ou para uma imagem que veneram?

— Mas essas coisas dão à Igreja uma imagem de riqueza e opulência...

Seria uma visão superficial. Foi precisamente o facto de não ser rica que ajudou a Igreja a conservar melhor o seu património. Por exemplo, as instituições civis costumam dispor de dinheiro abundante e mudam com frequência as poltronas dos seus vereadores ou parlamentares, coisa que não acontece com os cadeirais das catedrais, que, graças a isso, se conservam durante séculos. Ter muito dinheiro leva a que se substituam as coisas e se perca o seu valor histórico. A Igreja tem bens que utiliza para poder cumprir eficazmente os seus fins e vai-os administrando como melhor sabe e pode, conforme a sua situação económica lho permite. E isso é hoje tão claro que poucas pessoas continuam a sustentar seriamente que as finanças da Igreja são desafogadas ou que os padres têm grandes comodidades ou

salários elevados. É um velho lugar-comum que, felizmente, vai caindo no esquecimento.

— E que dizes dos investimentos que por vezes fez e que acabaram em grandes escândalos?

Há ocasiões em que dioceses ou instituições religiosas procuraram obter uma maior rendibilidade das suas próprias reservas ou dos donativos que recebem para obras sociais. Isso é perfeitamente legítimo, ou até uma obrigação, se relermos a parábola dos talentos. O problema é que, ao procurarem essa maior rendibilidade para os recursos que foram colocados à sua disposição para realizar boas obras, se os investirem em aplicações de risco excessivo, podem perdê-los ou ser vítimas de burla, como infelizmente tem acontecido com mais frequência do que seria desejável.

É certo que em tudo isso pode haver culpa, embora seja igualmente certo que nem sempre quem é enganado é culpado. Em todo o caso, não se trata propriamente de um problema da Igreja enquanto instituição, mas do acerto e da prudência do responsável de cada lugar, que pode enganar-se e ser enganado, como acontece a todos nós.

O que sucede com mais frequência perante esses factos — escreveu Ignacio Sánchez Cámara — é que o anticlericalismo tem um sono leve e basta o mais pequeno ruído para o despertar do seu torpor secular. Perante qualquer acontecimento desse género, o velho monstro latente afirmará categoricamente que a Igreja, assim, em geral, sem distinções, é culpada. E dizem-no porque, para eles, a Igreja já leva vinte séculos de culpabilidade. Para esse anticlericalismo, que se pretende filho do Iluminismo quando é antes filho da falta de esclarecimento e de informação, basta que uma parte de uma ordem religiosa, ou de uma diocese, ou do que quer que seja, tenha perdido uma parte das suas poupanças para que se desencadeie uma tempestade anticlerical. Não importa que possam ter agido na condição de burlões ou de burlados — o que não é exatamente a mesma coisa —, nem que o investimento na bolsa constitua uma opção legítima para todos os cidadãos, pois, se o investidor é eclesiástico, veem-no logo como um especulador sem escrúpulos.

Não existe um poder financeiro unificado no seio da Igreja: cada diocese ou instituição católica é administrada independentemente das outras. O bispo não fiscaliza todas as contas de outras entidades administrativas que atuam na sua diocese. Isto é importante para não cairmos em generalizações injustas. Investir na bolsa ou em instituições de poupança é lícito, e o problema costuma estar em que podem ser vítimas de burla. Para o bom anticlerical, a Igreja estará sempre do lado dos burlões, e ele não deixará passar a ocasião de exigir que a Igreja deixe de receber os subsídios a que têm direito as mais extravagantes organizações que prosseguem os mais excêntricos fins.

E, embora alguma vez — foram poucas, na verdade — tenha havido má-fé por parte dos eclesiásticos investidores, é o mesmo que aconteceu com todo o tipo de instituições — políticas, sindicais, etc. — que recebem apoios económicos para a função que desempenham, e a ninguém ocorreria pedir a supressão dos subsídios a todos os partidos ou a todos os sindicatos por causa de uma fraude concreta de um deles em determinado momento. Tudo isto prova que o anticlericalismo tem razões que a razão desconhece e que, quando se trata da Igreja, o bem é atribuído à parte e o mal ao todo. A patologia é velha, demasiado velha.

15. DEVE A IGREJA PEDIR PERDÃO PELOS SEUS ERROS?

- Um ato de coragem e humildade
- Sem pedir nada em troca
- Esclarecer a verdade histórica

Um homem nunca deve envergonhar-se de reconhecer que se enganou, pois isso equivale a dizer que hoje é mais sábio do que era ontem.

Jonathan Swift

Um ato de coragem e humildade

Hoje é frequente, felizmente, que instituições e Estados peçam publicamente perdão por ofensas cometidas pelos seus antecessores. Também a Igreja, sobretudo desde o Concílio Vaticano II, se tem mostrado disposta a realizar essa tarefa de revisão histórica dos erros e incoerências dos católicos ao longo dos séculos.

A Igreja, ao expor as verdades do depósito da fé que lhe está confiado, goza de uma infalibilidade concedida pelo próprio Jesus Cristo. Essa infalibilidade, segundo a doutrina católica, estende-se às declarações do magistério solene, ao magistério ordinário e universal e ao que é proposto de modo definitivo sobre a doutrina da fé e dos costumes. No entanto, nas atuações pessoais dos católicos, houve e haverá sempre erros, mais ou menos graves, como acontece com todos os seres humanos. A Igreja assume com viva consciência esses pecados dos seus filhos, recordando com dor todas as circunstâncias em que, ao longo da história, os católicos se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espetáculo de modos de pensar e de agir que eram verdadeiras formas de contratestemunho e de escândalo.

Por isso, a Igreja convida os seus filhos à purificação e ao arrependimento de todos os erros, infidelidades, incoerências e demoras. Fazê-lo tem constituído um ato de coragem e também uma manifestação de humildade e, portanto, uma maior aproximação a Deus. A Igreja, ao rever a sua história e suscitar o arrependimento pelos eventuais erros e deficiências de quantos tiveram e têm o nome de cristãos ao longo da história, dá exemplo daquilo que prega constantemente.

Pelo vínculo que, na Igreja, une todos os fiéis, nós, os cristãos de hoje, carregamos de algum modo o peso dos erros e das culpas daqueles que nos precederam (mesmo não tendo responsabilidade pessoal nesses erros), e é nesse sentido que a Igreja pede agora perdão por essas culpas. A Igreja abraça os seus filhos do passado e do presente numa comunhão real e profunda e assume sobre si o peso também das culpas passadas, para purificar a memória e viver a renovação do coração e da vida segundo a vontade do Evangelho.

Sem pedir nada em troca

A Igreja pede perdão e, por sua vez, oferece o seu perdão a quantos a ofenderam (questão bastante significativa, se pensarmos nas muitas perseguições que os cristãos sofreram ao longo da história). Mas a Igreja não exige o pedido de perdão dos outros como condição prévia do seu. Não pede nada em troca.

Pedir perdão pelas culpas do passado é um sinal de vitalidade e de autenticidade da Igreja, que reforça a sua credibilidade e ajudará a modificar essa falsa imagem de obscurantismo e intolerância com que, por ignorância ou má-fé, alguns setores de opinião se comprazem em identificá-la. Esclarecer a verdade será sempre uma libertação.

Esclarecer a verdade histórica

A Igreja é uma sociedade viva que atravessa os séculos e, ao longo desse caminhar pela história, não pode evitar que o bom trigo esteja misturado com o joio, que a santidade se encontre ao lado da infidelidade e do pecado.

Esclarecer a verdade fará com que a luz se destaque mais sobre as sombras, porque, a par das suas falhas, sobressairão os seus grandes méritos. Não se pode esquecer que foi a Igreja quem deu início aos hospitais, aos hospícios, às escolas, às universidades; que milhões de cristãos, em todo o mundo, se dedicaram a uma tarefa missionária que era também uma tarefa de assistência, de caridade, muitas vezes heroica até ao martírio.

É preciso evitar tanto uma apologética que pretenda justificar tudo como uma culpabilização indevida, própria de cristãos complexados. A Igreja não tem medo da verdade que emerge da história. Está disposta a reconhecer os erros onde quer que tenham ocorrido. Mas desconfia dos juízos generalizados de absolvição ou de condenação acerca das diversas épocas históricas. Confia na investigação paciente e honesta do passado, livre de preconceitos de natureza confessional ou ideológica.

O seu pedido de perdão não é uma ostentação de humildade fictícia, nem uma retratação da sua história, certamente rica em méritos no campo da caridade, da cultura e da santidade. Responde antes a uma irrenunciável exigência de verdade, que, a par dos aspetos positivos, reconhece os limites e as fraquezas humanas das sucessivas gerações de cristãos.

O facto de, por vezes, ao longo da história, a verdade ter sido defendida com atitudes ou atos de intolerância, e até de os seus defensores, no seu erro, terem chegado a levar homens à fogueira, não é culpa da verdade, mas daqueles que não souberam compreendê-la. Tudo, até o que há de maior, se pode degradar. É certo que o amor pode levar um insensato a cometer um crime, mas nem por isso se deve abominar o amor, nem a verdade, que nunca deixarão de ser as raízes que sustentam a vida humana.

16. O QUE ACONTECEU REALMENTE COM A INQUISIÇÃO?

- Um conceito errado de liberdade religiosa
- Reconhecer os erros
- Distinguir entre lugares-comuns e verdades
- A verdade sobre os números

Mesmo que possuísseis cem belas qualidades, as pessoas olhar-vos-iam pelo lado menos favorável.

Molière

Um conceito errado de liberdade religiosa

A origem da Inquisição remonta ao século XIII. O primeiro tribunal para julgar delitos contra a fé nasceu na Sicília, no ano de 1223. Por essa época, surgiram na Europa diversas heresias que depressa alcançaram uma difusão considerável. Inicialmente, tentou-se que os seus seguidores mudassem de posição através da pregação pacífica, mas depois passaram a ser combatidos formalmente. Foi nessas circunstâncias que nasceram os primeiros tribunais da Inquisição.

— E não é um contrassenso perseguir a heresia dessa maneira?

É. Mas não se deve esquecer a estreita ligação que existiu, ao longo de muitos séculos, entre o poder civil e o eclesiástico. Se a heresia era perseguida com tamanha dureza, isso devia-se sobretudo à forte perturbação da paz social que causava.

— E como pôde um erro desses durar tanto tempo?

Cada época caracteriza-se tanto pelas suas intuições como pelas suas cegueiras. A história mostra como povos inteiros permaneceram, durante períodos muito longos, mergulhados em erros surpreendentes. Basta recordar, por exemplo, que durante séculos se consideraram normais a escravatura, a segregação racial ou a tortura e que, infelizmente, em algumas zonas do planeta, ainda hoje continuam a ser praticadas e defendidas. A história tem os seus ritmos e devemos aproximar-nos dela tendo em conta a mentalidade de cada época.

A Inquisição utilizou os métodos habituais na sociedade de então, embora geralmente o tenha feito de modo mais benigno do que os seus contemporâneos. Com o tempo, os cristãos foram aprofundando as exigências da sua fé, até compreenderem que tais métodos não eram compatíveis com o Evangelho.

Há que reconhecer que todos esses tristes erros foram cometidos por aquelas pessoas naquela época. No entanto, a defesa da liberdade religiosa esteve bem patente logo nas origens do cristianismo. Para os primeiros cristãos, a convicção de estarem na verdade não os levava a pensar em impô-la pela força. Como sabiam que o ato de fé é livre, eram tolerantes, e isso não por simples conveniência social, mas por coerência com a própria raiz da sua fé. Os primeiros Padres da Igreja formularam o princípio de que «não há dificuldade em rejeitar o erro e, ao mesmo tempo, tratar com benevolência aquele que erra».

— No entanto, parece que, com o passar dos séculos, foram os católicos quem mais esqueceu a liberdade religiosa.

Não foi assim. O emprego da força para combater os dissidentes religiosos foi, infelizmente, algo frequente em todas as culturas e confissões até bem perto dos nossos dias. Basta pensar na intolerância de Lutero contra os camponeses alemães, que provocou dezenas de milhares de vítimas; ou nas leis inglesas contra os católicos, cujo número ainda era muito elevado no início da Igreja Anglicana; ou no destino de Miguel Servet e dos seus companheiros, queimados na fogueira pelos calvinistas em Genebra.

Para sermos justos, há que dizer que esse era o tratamento normal dado naquela época a quase todos os delitos, sendo o de heresia considerado o mais grave, sobretudo pela perturbação social que provocava. Nisto coincidiam tanto Lutero como Calvino, Henrique VIII e Carlos V ou Filipe II. E fora do Ocidente acontecia algo muito semelhante.

Numa época em que todo o mundo ocidental se sentia e se proclamava cristão e em que a unidade da fé constituía um dos principais elementos de integração da sociedade civil, consolidou-se a mentalidade de que a heresia, sendo um grave atentado contra a fé, era também um grave crime de «lesa-majestade». Ou seja, passou a ser considerada um delito comparável ao de quem atenta contra a vida do rei, crime então castigado com a morte na fogueira.

Não se pode esquecer que, para o bem ou para o mal — provavelmente para o mal —, os campos próprios da política e da religião não estiveram devidamente delimitados durante muitos séculos. Além disso, as autoridades civis receavam o indubitável perigo social que as dissidências religiosas representavam, pois costumavam dar origem a guerras e desordens sociais, uma vez que as correntes heréticas procuravam habitualmente conquistar o poder. Assim aconteceu, por exemplo, com o luteranismo, cujo rápido avanço se deveu, em boa parte, à habilidade com que Lutero conseguiu o apoio de alguns príncipes alemães que, desse modo, mantinham as distâncias em relação ao imperador Carlos V.

Nos primeiros séculos, os cristãos foram muito tolerantes em matéria religiosa. Mais tarde, houve épocas de bastante confusão neste ponto, mas, teologicamente, o caminho da tolerância nunca esteve fechado. E há já mais de dois séculos que são raras as manifestações de intolerância religiosa em países de maioria cristã.

Mais ainda, olhando para a situação mundial dos últimos cem anos, pode dizer-se que a tolerância religiosa se desenvolveu fundamentalmente nos países de maior tradição cristã.

Pelo contrário, a intolerância religiosa manifestou-se com grande dureza nos países governados por ideologias sistematicamente ateias (o Terceiro Reich nazi, a URSS e todos os países que estiveram sob o seu domínio, a revolução chinesa de Mao, o regime de Pol Pot no Camboja, etc.). Também cresceu a violência do integrismo islâmico nos países onde a sua religião ainda não alcançou o poder político (Senegal, Níger, Mauritânia, Chade, Egito, Tanzânia, Argélia, etc.); e, onde já o alcançou (Arábia, Irão, Afeganistão, etc.), a tolerância religiosa é quase inexistente. E outros países asiáticos não islâmicos (Índia, China, Vietname, etc.) não parecem melhorar muito a situação. No entanto, curiosamente, continua a falar-se muito mais da Inquisição, desaparecida há já muito tempo, do que de outras perseguições religiosas dolorosamente atuais.

Reconhecer os erros

Atualmente, existe, felizmente, uma compreensão muito generalizada — embora ainda não em todo o mundo — de que não é justo aplicar penas civis por motivos religiosos e de que a liberdade religiosa é um direito fundamental, pelo que todos os homens devem estar livres de coação em matéria religiosa. Esta é a doutrina do Concílio Vaticano II e, por essa razão, a Igreja Católica tem sublinhado recentemente a necessidade de rever algumas passagens da sua história, para reconhecer perante o mundo os erros de alguns dos seus membros ao longo dos séculos e pedir perdão em nome da união espiritual que nos liga aos membros da Igreja de todos os tempos.

Reconhecer os fracassos de ontem é sempre um ato de lealdade e de coragem, que, além disso, reforça a fé e facilita o enfrentar das dificuldades de hoje. A Igreja lamenta que os seus filhos tenham empregado, por vezes, métodos de intolerância e até de violência ao serviço da verdade, e é esse mesmo serviço à verdade que a leva agora a reconhecê-lo e a lamentá-lo.

— E não é estranho que nessas épocas tenha havido tão pouca reação contra esses erros dos católicos?

É provável que muitos deles estivessem, no seu íntimo, contra esse recurso à violência em defesa da fé. De facto, houve reação contra esses erros e, se não foi maior, talvez tenha sido porque muitas dessas pessoas não tinham outra opção senão o silêncio. E depois, quando esses fenómenos desapareceram, muitos católicos defendiam-nos por pensarem que fazer o contrário seria contribuir para difundir lendas negras sobre a Igreja.

Como assinalou João Paulo II, foram muito diversos os motivos que confluíram na criação de atitudes de intolerância, alimentando um ambiente de paixões ao qual só os grandes espíritos verdadeiramente livres e cheios de Deus conseguiam, de algum modo, subtrair-se. Mas a consideração de todas essas atenuantes não dispensa a Igreja do dever de lamentar profundamente as fraquezas de tantos dos seus filhos, que frequentemente desfiguraram o seu rosto. Destes traços dolorosos do passado emerge uma lição para o futuro, que deve levar todo o cristão a ter bem presente o princípio de ouro assinalado pelo Concílio: «a verdade não se impõe senão pela força da própria verdade, que penetra nas almas com suavidade e firmeza».

A Igreja não receia reconhecer esses erros, porque o amor à verdade é fundamental (não há uma verdade boa e outra má: a que lhe convém e a que a pode incomodar) e também porque essas violências não podem ser atribuídas à fé católica, mas à intolerância religiosa de pessoas que não assumiram corretamente essa fé.

Distinguir entre lugares-comuns e verdades

— Então, a Igreja reconhece que a lenda negra da Inquisição é verdadeira?

A Inquisição é, certamente, uma instituição controversa. Foi-o então e continua a sê-lo agora. No entanto, a perplexidade diminui quando se conhece melhor a realidade da sua história e as circunstâncias que determinaram a sua existência. Porque, como assinalou Beatriz Comella, a

polémica sobre a Inquisição alimenta-se em boa parte da ignorância histórica, do desconhecimento das mentalidades de épocas passadas, da falta de contextualização dos factos e de estudo comparativo entre a justiça civil e a inquisitorial. Essas lacunas fizeram com que se amplificasse uma injusta lenda negra em torno da Inquisição.

— E o que há então de verdadeiro sobre a Inquisição, por exemplo em Espanha, onde foi bastante famosa?

Em Espanha, os primeiros tribunais foram constituídos em 1242. Como noutros países europeus, esses tribunais dependiam dos bispos diocesanos e, em regra, foram bastante benévolos.

No entanto, na época dos Reis Católicos, o Santo Ofício espanhol tornou-se um tribunal eclesiástico subordinado à monarquia e um instrumento de repressão da dissidência religiosa, frequentemente influenciado pela política. Os Reis Católicos promoveram, ao longo do seu reinado, medidas religiosas muito acertadas, que a história lhes reconhece, mas que ficaram um tanto ensombradas pela atuação desses tribunais. Consideravam que a unidade religiosa devia ser um fator decisivo na unidade territorial dos seus reinos e julgaram imprescindível a conversão dos judeus (cerca de 110 000) e dos mouriscos (cerca de 350 000). Alguns deles batizaram-se por convicção, mas outros não e, ao regressarem às suas antigas práticas, foram perseguidos pela Inquisição.

— E como se explica essa decisão em reis que passaram à história como católicos?

Quando se julgam atuações do passado, é preciso ter presente que os tempos históricos, sociológicos e culturais são diferentes. Naquela época, a fé era o valor central da sociedade, tanto como pode ser hoje, por exemplo, a liberdade.

Tal como na nossa época se luta e se morre, e por vezes também se mata, para defender a liberdade pessoal ou coletiva, então fazia-se o mesmo para defender a fé.

A fé era então entendida como a base e a garantia da convivência, e quem atentava contra ela era considerado de modo semelhante àquele como hoje se veria um terrorista, uma pessoa que contamina a água de uma cidade ou alguém que vende droga a crianças. É essa a razão pela qual a maioria das pessoas aplaudia a atuação daqueles guardiões da ortodoxia.

Não quero com isto dizer que isso estivesse bem, nem que a história justifique tudo, mas simplesmente que devem ser ponderadas com atenção as condicionantes de então. Era uma sociedade com uma grande preocupação pela salvação eterna, em que a morte era uma realidade fortemente presente (a esperança média de vida não chegava aos trinta anos e a mortalidade infantil era muito elevada, pelo que toda a gente tinha visto morrer muito jovens vários dos seus familiares mais próximos), e, nesse ambiente, a generalidade das pessoas via o herege como um grave perigo social, de modo semelhante — insisto — àquele como hoje veríamos quem se dedicasse a propagar doenças contagiosas, a corromper crianças ou a prejudicar o ambiente.

— E eram muito frequentes a tortura ou a morte na fogueira?

A pena de morte na fogueira era aplicada ao herege obstinado que não se arrependia. Os restantes delitos eram punidos com excomunhão, confisco de bens, multas, prisão, orações e esmolas penitenciais. As sentenças eram lidas e executadas em público nos chamados «autos de fé».

Quanto à tortura, a Inquisição admitiu o seu uso, embora com diversas restrições: por exemplo, não podia chegar ao extremo da mutilação nem pôr em perigo a vida do acusado. Não se deve esquecer que a tortura era então utilizada com toda a normalidade nos tribunais civis. A principal diferença era que, nos tribunais da Inquisição, o acusado que confessasse e se arrependesse após a tortura escapava à morte, algo que não acontecia na justiça civil.

Outro traço característico da Inquisição era que os direitos do acusado estavam mais bem garantidos do que no sistema judicial civil. Além disso, a Inquisição não fazia distinções quando se tratava de acusar prelados, cortesãos, nobres ou ministros. Prova disso foi o julgamento de Carranza, arcebispo de Toledo e primaz de Espanha, que foi acusado de luteranismo e

condenado pela Inquisição espanhola. Ou o de Antonio Pérez, que era secretário do rei. Este último, juntamente com outros políticos espanhóis exilados, difundiu por França, Alemanha e Inglaterra o germe da lenda negra da Inquisição espanhola, que foi acolhida de bom grado num ambiente de grande rivalidade pelo domínio político do Império Espanhol em numerosos pontos da Europa.

A verdade sobre os números

A Inquisição foi instaurada em Espanha em 1242 e só foi formalmente abolida em 1834. A sua atuação mais intensa regista-se entre 1478 e 1700, durante o governo dos Reis Católicos e dos Habsburgos. Quanto ao número de executados, os estudos realizados por Heningsen e Contreras sobre os 44 674 processos instaurados entre os anos de 1540 e 1700 concluíram que foram queimadas na fogueira 1346 pessoas (um pouco menos de 9 pessoas por ano em todo o enorme território do Império Espanhol, da Sicília ao Peru, o que representa uma taxa inferior à de qualquer tribunal provincial de justiça).

O britânico Henry Kamen, conhecido estudioso não católico da Inquisição espanhola, calculou um total de cerca de 3000 vítimas ao longo dos seus seis séculos de existência. Kamen acrescenta que «é interessante comparar as estatísticas das condenações à morte dos tribunais civis e inquisitoriais entre os séculos XV e XVIII na Europa: por cada cem penas de morte decretadas pelos tribunais ordinários, a Inquisição decretou uma».

Com mais de cinco mil estudos já publicados sobre a Inquisição, os especialistas dão por encerrada a polémica em torno dos dados históricos e concentram agora os seus esforços na análise da sociologia, das finanças e da jurisprudência do Santo Ofício. A lenda negra já morreu para os historiadores, mas continua a circular entre pessoas menos informadas. Felizmente, a fé cristã conserva uma doutrina que lhe permite corrigir os erros práticos em que os seus membros tenham incorrido ao longo da história: a doutrina do Evangelho.

17. QUAL FOI O ERRO NO CASO GALILEU?

- Uma comparação
- Uma velha controvérsia
- A verdade sobre a condenação
- Diálogo entre ciência e fé

Depressa se arrepende quem julga precipitadamente.

Publílio Siro

Uma comparação

— E que me dizes do famoso caso de Galileu, queimado na fogueira por defender uma teoria científica hoje geralmente aceite?

Há um pouco de lenda em tudo isso. Não queria ser picuinhas, mas a verdade é que Galileu faleceu a 8 de janeiro de 1642, de morte natural, aos 78 anos de idade, na sua casa de Arcetri, perto de Florença. Não passou um único dia na prisão nem sofreu qualquer violência.

— Está bem, mas é evidente que o processo foi um completo erro...

Efetivamente — respondo-te desenvolvendo ideias de Mariano Artigas —, nove anos antes tinha tido lugar em Roma o famoso processo, e é verdade que, desde então, teve de viver em prisão domiciliária (embora tenha podido prosseguir os seus trabalhos, tendo publicado precisamente nessa época a sua obra mais importante).

Há que dizer que três dos dez dignitários do tribunal se recusaram a assinar a sentença e que o Papa nada teve oficialmente que ver com aquele processo, que foi certamente lamentável e não deveria ter acontecido. Mas o erro daquele tribunal — reconhecido oficialmente já em 1741 — não compromete a autoridade da Igreja enquanto tal, entre outras coisas porque as suas decisões não gozavam de infalibilidade nem estavam associadas a qualquer definição «ex cathedra» do Papa.

Apesar disso, este caso, convenientemente manipulado, tem sido a bandeira que muitos tomaram para alimentar o mito de que ciência e fé são incompatíveis. E costumam fazê-lo com uma notável falta de ponderação ao encarar a verdade histórica. Para dar um exemplo que sirva de comparação, creio que ninguém perderia a sua fé em França pelo simples facto, tragicamente real, de um tribunal francês ter guilhotinado, a 8 de maio de 1794, o grande protagonista da revolução científica da química do seu tempo, Antoine Laurent Lavoisier, aos 51 anos de idade. E suponho que ninguém renega hoje a autoridade da República Francesa porque, ao ser pedido o indulto, o presidente daquele tribunal tenha declarado solenemente que «a República não precisa de sábios». Com isto não quero atacar a França, nem a Revolução Francesa, nem a república, nem pretendo fazer comparações demagógicas; gostaria apenas de chamar a atenção para as conclusões tão diferentes que alguns retiram de um e de outro caso.

Uma velha controvérsia

O caso Galileu foi, durante mais de três séculos, uma fonte incessante de mal-entendidos e polémicas. Os erros do processo foram intencionalmente exagerados e retirados do seu contexto pelo pensamento iluminista, que quis fazer daquele assunto o paradigma do comportamento da Igreja perante a ciência. Desde então até aos nossos dias, tem sido apresentado como símbolo da suposta oposição da Igreja ao progresso científico.

Essa ideia foi crescendo e consolidando-se com o tempo, até se tornar patente a necessidade de a Igreja voltar a abordar o assunto para o esclarecer profundamente. Por isso, quando João Paulo II ordenou, em 1981, que se realizasse com todo o rigor um estudo aprofundado dos erros cometidos pelo tribunal eclesiástico que julgou os ensinamentos científicos de Galileu, abriu-se uma perspetiva fecunda para a relação entre ciência e fé.

João Paulo II constituiu uma comissão que se ocupou de estudar o caso durante onze anos, em todos os seus aspetos teológicos, históricos e

culturais. Essa comissão investigou exaustivamente o que aconteceu, como surgiu o conflito e como se desenrolaram os acontecimentos.

Passados mais de três séculos e meio, as circunstâncias mudaram muito e parece-nos evidente o erro cometido pela maioria dos juízes daquele tribunal. Mas, naquele momento, o horizonte cultural era muito diferente do nosso. Vivia-se uma situação de transição no campo dos conhecimentos astronómicos. Galileu defendia a teoria heliocêntrica de Copérnico (que situava o Sol, e não a Terra, no centro do Universo), uma hipótese que ainda não tinha sido oficialmente reconhecida pela comunidade científica da época, pelo que Galileu não enfrentou apenas a Igreja, mas também a ciência do seu tempo. Certos teólogos daquela época, herdeiros da conceção unitária do mundo que então se impôs, não souberam interpretar o significado profundo, não literal, das Sagradas Escrituras quando, no livro do Génesis, se descreve a estrutura física do universo criado. Esse erro levou-os a transpor indevidamente uma questão de observação experimental para o âmbito da fé.

A verdade sobre a condenação

— E foi reconhecido o grande sofrimento que Galileu padeceu às mãos de homens e instituições da Igreja?

João Paulo II reconheceu a grandeza de Galileu e lamentou profundamente os erros daqueles teólogos. Embora, para sermos objetivos, seja necessário dizer que se criou um grande mito em torno desses sofrimentos. Segundo um amplo inquérito realizado pelo Conselho da Europa entre estudantes de ciências de todo o continente, quase 30 % estão convencidos de que Galileu foi queimado vivo na fogueira pela Igreja; e 97 % têm a certeza de que foi submetido a torturas. Durante três séculos, pintores, escritores e cientistas descreveram, com todos os pormenores, as masmorras e as torturas que Galileu sofreu devido à intransigência da Igreja. E nada disso é verdade.

É indubitável que Galileu sofreu muito, mas a verdade histórica é que foi condenado apenas a «formalem carcerem», uma espécie de reclusão domiciliária. Não passou um único dia na prisão nem sofreu qualquer tipo

de maus-tratos físicos. Não houve, portanto, masmorras, nem torturas, nem fogueira. Também é indiscutível que vários juízes se recusaram a subscrever a sentença e que o Papa também não a assinou.

Galileu pôde continuar a trabalhar na sua ciência, continuou a receber visitas e a publicar as suas obras, até morrer pacificamente, nove anos depois, na sua residência em Arcetri, perto de Florença, como já dissemos. Viviani, que o acompanhou durante a doença, testemunha que morreu com firmeza filosófica e cristã, aos setenta e sete anos de idade, na sua cama, com indulgência plenária e a bênção do Papa. Galileu viveu e morreu como um bom crente.

— De qualquer modo, reconhecer agora esse erro significa que o Magistério da Igreja se pode enganar...

Já dissemos que as decisões judiciais de um tribunal com essas características não comprometem o Magistério da Igreja. João Paulo II, no termo dos trabalhos da referida comissão, recordou a famosa frase de Barónio: «A intenção do Espírito Santo foi ensinar-nos como se vai para o céu, não como está estruturado o céu.» A assistência divina à Igreja não se estende aos problemas do domínio das ciências positivas.

A infeliz condenação de Galileu está aí para no-lo recordar. É esse o seu aspeto providencial. É verdade que talvez se tenha demorado demasiado tempo a abordar profundamente este assunto. Por isso, a Igreja deplorou, em diversas ocasiões, certas atitudes que por vezes não faltaram entre os próprios cristãos, que não compreenderam suficientemente a legítima autonomia da ciência. De qualquer modo, há que recordar que Galileu Galilei, como cientista e como pessoa, já estava reabilitado havia muito tempo. De facto, quando em 1741 se obteve a prova ótica do movimento da Terra em torno do Sol, Bento XIV ordenou que o Santo Ofício concedesse o «imprimatur» à primeira edição das obras completas de Galileu. E, em 1822, houve uma revisão da sentença errónea de 1633, por decisão de Pio VII.

Diálogo entre ciência e fé

Perante estas ou outras lendas, em que a verdade histórica ficou ensombrada e deformada, é necessário reagir em nome daquela verdade e daquele respeito que hoje invocamos para todos.

As perspetivas do diálogo entre ciência e fé são agora mais prometedoras, partindo da esperança que o esclarecimento deste triste caso proporciona. O mito da incompatibilidade entre ciência e fé começa já a declinar. Por outro lado, também a Igreja se interroga hoje mais do que nunca sobre os fundamentos da sua fé, sobre como dar ao mundo de hoje razão da sua esperança. A ciência está cada vez mais consciente dos seus próprios limites e da sua necessidade de fundamentação. Por isso, ciência e fé são chamadas a uma reflexão séria, a construir pontes sólidas que garantam a escuta e o enriquecimento mútuos, pois não se pode esquecer que a ciência moderna se desenvolveu precisamente no Ocidente cristão e com o incentivo da Igreja. A fé constituiu, ao longo da história, uma força impulsionadora da ciência.

18. COMO ATUOU A IGREJA PERANTE O NAZISMO?

- A Santa Sé e o Holocausto nazi
- Uma breve retrospetiva histórica
- A ação mais prudente e eficaz

Faz o que for justo. O resto virá por si.

Goethe

A Santa Sé e o Holocausto nazi

De vez em quando, repete-se a acusação de que a Igreja Católica manteve uma atitude um tanto ambígua perante o extermínio de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Estas críticas só começaram em 1963, quando estreou uma peça do dramaturgo alemão Rolf Hochhuth, e desde então têm vindo a repetir-se com uma notável falta de documentação histórica.

A realidade, pelo contrário, é que as condenações mais contundentes e mais precoces do nazismo naqueles anos partiram precisamente da hierarquia católica. E, se não foram ainda mais contundentes, foi devido aos difíceis equilíbrios que tiveram de manter para denunciar os abusos de Hitler sem pôr em perigo a vida de milhões de pessoas. Nunca deixaram de combater e condenar as atrocidades nazis. Mas tinham as mãos atadas: depressa verificaram que, quando intensificavam as suas denúncias, as represálias nazis eram muito maiores.

Uma breve retrospetiva histórica

Adolf Hitler foi nomeado chanceler alemão a 28 de janeiro de 1933. O seu partido, o nacional-socialista, estava em minoria, mas Hitler demorou apenas três dias a convocar novas eleições. Com uma maioria absoluta por

uma pequena margem, os nazis aprovaram uma lei de plenos poderes. Um ano depois, a 2 de agosto de 1934, falecia o presidente alemão, marechal Hindenburg. Apenas uma hora depois, anunciou-se que os cargos de presidente e de chanceler seriam reunidos na pessoa de Hitler. Convocou-se um plebiscito para ratificar a medida e, graças à poderosa máquina de propaganda nazi nas mãos de Goebbels, no dia 19 desse mesmo mês o povo alemão votou favoravelmente por uma esmagadora maioria, e Adolf Hitler tornou-se senhor absoluto da Alemanha.

Desde 1930, tanto Pio XII como a hierarquia católica alemã manifestaram a sua preocupação com as consequências do pensamento nazi. Os bispos redigiram cartas pastorais por ocasião das eleições, recordando os critérios morais relativos ao voto e as ideias que eram inaceitáveis para um católico. Não se pode dizer que os católicos tenham recebido com indiferença essas declarações, pois a grande ascensão nacional-socialista registou-se sobretudo nas zonas de maioria protestante.

Pouco depois do triunfo nazi de 1933, os bispos alemães publicaram outra carta coletiva do episcopado, que falava com enorme clareza sobre o modo como os princípios nazis do sangue e da raça conduziam a injustiças gravemente contrárias à consciência cristã. Enviaram também uma mensagem ao governo, manifestando o repúdio unânime do episcopado católico perante essas atrocidades.

Perante isto, Hitler pensou que seria mais prático tentar abrir uma brecha entre os bispos alemães e a Santa Sé. Esta foi uma das razões pelas quais viu com bons olhos a possibilidade de assinar uma concordata com a Santa Sé.

Na Santa Sé, a ideia da concordata foi bem acolhida, pois considerava-se preferível tentar chegar a um entendimento com os regimes hostis à Igreja, como se tinha demonstrado, por exemplo, no caso da recente república espanhola. A Igreja não alimentava grandes ilusões a esse respeito, mas considerava que, pelo menos, serviria de referência para denunciar os previsíveis abusos das autoridades alemãs e talvez assim atenuá-los. É difícil avaliar até que ponto serviu para alcançar esse objetivo, mas aquela concordata de 1933 não parece ter sido muito desacertada, se tivermos em conta que ainda hoje continua em vigor.

O governo nazi desrespeitou a concordata desde o primeiro momento e hostilizou a Igreja de diversas maneiras. Organizou, por exemplo, uma campanha de descrédito com vários processos manipulados contra personalidades eclesiásticas.

Em janeiro de 1937, os principais representantes do episcopado alemão (os cardeais Bertram, Faulhaber e Schulte e os bispos Preysing e von Galen) deslocaram-se a Roma com a máxima discrição, para solicitar uma nova intervenção pontifícia que condenasse formalmente o nazismo. Daí nasceria a encíclica «Mit brennender Sorge» (Com ardente preocupação), que teve de ser introduzida clandestinamente no país e foi lida no domingo, 21 de março de 1937, nas 11 000 igrejas católicas alemãs. Foi um enorme toque de alerta. A denúncia da ideologia e da conduta nazis era claríssima: racismo, divinização do sistema, etc. Não faltavam referências àquilo a que hoje se chamaria «culto da personalidade».

Nunca o regime nazi recebeu na Alemanha uma contestação semelhante à que surgiu com a «Mit brennender Sorge». No dia seguinte, o órgão oficial nazi, «Volskischer Beobachter», publicou uma primeira resposta à encíclica que, surpreendentemente, foi também a última. O ministro alemão da Propaganda, Joseph Goebbels, apercebeu-se imediatamente da força que aquela declaração tinha tido e, com o controlo total da imprensa e da rádio de que já dispunha nessa altura, decidiu que o melhor era ignorá-la por completo.

— Mas, na Áustria, parece-me que a atitude da hierarquia católica não foi tão firme...

Quando Hitler invadiu a Áustria, em março de 1938, aquela anexação — o «Anschluss» — foi, em geral, bastante bem recebida, devido à instabilidade que a Áustria atravessava e à imagem que o regime alemão conseguira adquirir com a ativa propaganda nazi.

Nesse ambiente de euforia, Hitler, que era austríaco de nascimento, chegou a Viena e encontrou-se com o cardeal Innitzer, de quem conseguiu, por meio de engano, uma infeliz declaração do episcopado austríaco na qual lhe eram dadas as boas-vindas e se enaltecia o nacional-socialismo alemão.

Innitzer percebeu imediatamente que tinha cometido um grave erro e acrescentou uma nota de esclarecimento. Como seria de esperar, a propaganda nazi divulgou amplamente a declaração, mas omitiu qualquer referência a essa nota. Innitzer foi chamado a Roma e, poucos dias depois, publicou uma retificação muito mais contundente. Só depois foi recebido por Pio XI, que até então não quisera recebê-lo. A resposta nazi foi ignorar a retificação, suprimir as organizações juvenis católicas, o ensino da religião e até a Faculdade de Teologia de Innsbruck. O palácio arquiepiscopal de Innitzer foi assaltado e devastado pela Juventude Hitleriana.

A ação mais prudente e eficaz

— E não deveriam ter formulado condenações ainda mais públicas e explícitas?

Com o início da guerra, o regime nazi radicalizou-se. As grandes deportações e o extermínio programado dos judeus começaram na segunda metade de 1942. Estão agora a surgir numerosos documentos que provam que os governos aliados estavam bastante bem informados dessas atrocidades e que a Santa Sé fez esforços tenazes e contínuos para se opor a todos esses terríveis crimes. O aparente silêncio da Santa Sé durante uma fase da guerra escondia uma ação cautelosa e eficaz para evitar, tanto quanto possível, esses crimes.

As razões dessa discrição estão claramente explicadas pelo próprio Papa em diversos discursos, cartas ao episcopado alemão e deliberações da Secretaria de Estado. As declarações públicas só teriam agravado a sorte das vítimas e multiplicado o seu número. Não se pode perder de vista que essas declarações podiam ser contraproducentes e levar os nazis a radicalizar ainda mais as suas posições, como depressa se verificou. Por exemplo, quando a hierarquia católica de Amesterdão protestou publicamente, em 1942, contra o tratamento dado aos judeus, os nazis multiplicaram as rusgas e as deportações, de modo que, no final da guerra, tinham sido exterminados 90 % dos judeus da capital neerlandesa.

Por esse motivo, preferiu-se o protesto pela via diplomática, que foi muito intenso. Os esforços orientaram-se para procurar salvar vidas e exercer influência junto dos países satélites de Hitler, para que impedissem as SS alemãs de agir impunemente nos seus territórios. Considerava-se essa a solução mais prática, e uma visão retrospetiva parece confirmá-lo, pois assim se salvaram centenas de milhares de vidas.

Em Itália e, em menor medida, em França, muitos judeus salvaram-se graças à proteção de eclesiásticos católicos e, em Roma, Pio XII participou pessoalmente nesse trabalho. Também na Roménia os estragos teriam sido muito maiores sem as diligências realizadas, entre outros, por D. Roncalli, futuro João XXIII e então delegado apostólico na Turquia. Noutros países, a Igreja não conseguiu fazer muito, mas tentou-o com todos os meios ao seu alcance. De facto, quando a guerra terminou, entre os poucos a quem as organizações judaicas podiam manifestar o seu agradecimento figuravam a Santa Sé e algumas personalidades e instituições da Igreja Católica, a começar pelo próprio Papa Pio XII.

Foram muitos os cristãos que arriscaram a vida para salvar pessoas de origem judaica. O facto de alguns não o terem feito pode ter sido uma manifestação de pouco espírito cristão, mas também é verdade que não é fácil fazer um juízo moral retrospetivo sobre aquilo que os outros deveriam ter feito nas condições extremas de um Estado totalitário como o nazi.

As atuações diplomáticas do Papa ou da hierarquia católica podem ter sido mais ou menos acertadas naquela conjuntura política concreta. A Igreja, ao debruçar-se sobre este ou outros momentos da sua história, não tem dificuldade em reconhecer perante o mundo os erros que alguns dos seus membros possam ter cometido, mas, a par do pedido de perdão, é necessário empenharmo-nos em conhecer o que realmente aconteceu.

Nunca será demais refletir sobre como pôde produzir-se aquela barbárie nazi e observar que não foi a crueldade isolada de um grupo de indivíduos sem escrúpulos, mas a projeção política de toda uma série de ideias que vinham a formar-se no pensamento europeu (não apenas alemão) havia mais de um século. Eram teorias materialistas, biologistas, romântico-hegelianas e niilistas, que configuraram um estilo e um núcleo neopagãos cujas manifestações mais selvagens foram as ideologias nazi e comunista.

19. QUAL FOI O CONTRIBUTO DO CRISTIANISMO PARA A HISTÓRIA DA HUMANIDADE?

- Os primeiros cristãos
- Perante as invasões bárbaras
- Luzes e sombras
- O embate dos totalitarismos
- Fazer o balanço

A história é útil não tanto pelo que nos diz do passado como pelo facto de nela se ler o futuro.

J. B. Say

Os primeiros cristãos

Os primeiros anos do cristianismo não poderiam ter começado com mais dificuldades exteriores. Desde o primeiro momento, sofreu uma forte perseguição por parte do judaísmo. No entanto, em pouco menos de vinte anos após a morte de Jesus Cristo, o cristianismo tinha criado raízes e contava com comunidades em cidades tão importantes como Atenas, Corinto, Éfeso, Colossos, Tessalónica, Filipos e na própria capital do império, Roma.

Certamente, esse avanço não podia ser atribuído à simpatia do Império Romano. Na realidade, o cristianismo era para os romanos ainda mais incómodo nas suas pretensões, nos seus valores e na sua conduta do que para os judeus. Não só eliminava as barreiras étnicas, então tão acentuadas, como, além disso, acolhia extraordinariamente a mulher e se preocupava com os fracos, os marginalizados, os abandonados, ou seja, com aqueles por quem o império não sentia a menor preocupação.

— Não será exagerar um pouco?

O Império Romano deu contributos extraordinários, sem dúvida, mas também é verdade — respondo-te desenvolvendo ideias de César Vidal — que não se pode idealizar o facto de o império ser uma firme encarnação do poder dos homens sobre as mulheres, dos livres sobre os escravos, dos romanos sobre os outros povos, dos fortes sobre os fracos. Não deve admirar-nos que Nietzsche o considerasse um paradigma da sua filosofia do «super-homem».

Perante esse império, o cristianismo pregava um Deus diante do qual se tornava impossível manter a discriminação que oprimia as mulheres, o culto da violência que se manifestava nos combates de gladiadores, a prática do aborto ou do infanticídio, a justificação da infidelidade masculina e da deslealdade conjugal, o abandono dos desamparados, etc.

Ao longo de três séculos, o império desencadeou contra os cristãos toda uma série de perseguições, cada vez mais violentas. No entanto, não só não alcançaram o seu objetivo de exterminar a nova fé, como, no final, o cristianismo acabou por se impor, pregando um amor que jamais teria nascido no seio do paganismo (o próprio Juliano, o Apóstata, o reconheceu) e que proporcionava dignidade e sentido à vida até daqueles a quem ninguém estava disposto a conceder um mínimo de respeito.

Perante as invasões bárbaras

Quando, no ano de 476, caiu o Império Romano do Ocidente, o cristianismo preservou a cultura clássica, especialmente através dos mosteiros, que salvaguardaram eficazmente os valores cristãos no meio de um mundo que tinha desabado por completo com as invasões bárbaras. Cultivou-se a arte, incentivou-se o espírito de trabalho, a defesa dos fracos e a prática da caridade. O esforço missionário estendeu-se à integração e à formação cultural dos próprios povos invasores, que, a médio prazo, também se converteram ao cristianismo, como outrora acontecera com o Império Romano.

Nos séculos seguintes, o cristianismo foi decisivo para preservar a cultura, difundir a educação, promulgar leis sociais e formular o princípio da legitimidade política. No entanto, foram realizações que voltaram a

desmoronar-se perante as sucessivas invasões de outros povos, como os viquingues e os magiares. Em pouco tempo, grande parte das conquistas dos séculos anteriores desapareceu, reduzida a fumo e cinzas. Uma vez mais, porém, o cristianismo mostrou o seu vigor e, quando os inimigos dos povos cristãos eram mais fortes, quando não precisavam de negociar e podiam impor pela força a sua vontade, acabaram por aceitar a enorme força espiritual do cristianismo e por o assimilar nos seus territórios, de modo que, ao chegar o ano 1000, o cristianismo se estendia das Ilhas Britânicas até ao Volga.

Luzes e sombras

As sociedades nascidas daquela aceitação do cristianismo não chegaram a assimilar todos os princípios da nova fé. De facto, eram, em boa medida, reinos sustentados pela força militar necessária para a conquista ou para a defesa contra as invasões. No entanto, o cristianismo exerceu sobre eles uma influência fecunda, que voltou a lançar as bases de um princípio de legitimidade do poder — afastado da arbitrariedade guerreira dos bárbaros —, procurou de novo a defesa e a assistência dos fracos e continuou o seu esforço artístico e educativo. Além disso, suavizou a violência bárbara, estabelecendo as primeiras normas do direito de guerra — a «Paz de Deus» e a «Trégua de Deus» —, soube acolher a cultura de outros povos, criou um sistema de pensamento como a Escolástica e abriu as primeiras universidades.

Também as principais legislações de caráter social receberam um impulso decisivo da preocupação cristã de pessoas como lorde Shaftesbury (que promoveu leis que melhoraram as condições de trabalho nas minas e nas fábricas), Elizabeth Fry (que introduziu importantes medidas humanitárias nas prisões) e muitos outros homens e mulheres que, graças ao impulso cristão, superaram as condicionantes do seu tempo e promoveram reformas decisivas para humanizar a sociedade.

É certo que também houve páginas tristes e sombrias na história da fé desses povos cristãos e que se cometeram erros, por vezes graves, mas, ao longo desses séculos e dos seguintes, o cristianismo alcançou grandes

realizações educativas e assistenciais e facilitou o desenvolvimento económico, científico, cultural, artístico e até político. Causas como a defesa dos indígenas, a luta contra a escravatura, as primeiras leis sociais contemporâneas ou a denúncia do totalitarismo dificilmente teriam sido iniciadas sem o impulso cristão.

O embate dos totalitarismos

Não deve, por isso, surpreender-nos que o século XX, coincidindo com o declínio da influência da fé cristã na vida social, tenha sido o século que assistiu a um número de encarceramentos, maus-tratos e execuções superior ao de qualquer outro período da história.

É provável que as gerações vindouras tenham dificuldade em acreditar que houve um tempo em que a maior parte do mundo esteve controlada por uma doutrina chamada comunismo, que causou tanta desgraça e que, na sua expansão, foi reduzindo à escravidão e à morte centenas de milhões de seres humanos. Atualmente, esses sistemas comunistas fracassaram devido ao seu falso dogmatismo económico. Mas, por vezes, esquece-se que ruíram, de forma mais profunda, pelo seu desprezo pelo ser humano, pela subordinação da moral às necessidades do sistema e às suas promessas de futuro.

Além disso, não foi o único perigo totalitário que afligiu a humanidade no século XX, nem o único que tomou o cristianismo como alvo; o outro foi o neopaganismo niilista de que nasceriam o fascismo e o nazismo. Se Marx constitui um exemplo paradigmático das teses que mais tarde Lenine, Estaline ou Mao seguiriam à letra, não é menos verdade que Nietzsche propôs uma visão do mundo niilista e anticristã que depois cristalizaria, entre outros fenómenos, no fascismo e no nazismo.

— Existe realmente uma relação tão direta entre uma coisa e outra?

Nietzsche identificava o conceito de «bom» com a classe superior. O mau corresponde à plebe, ao vulgo, à classe inferior. A essa moral aristocrática, dos poderosos, dos fortes, contrapõe-se a moral dos fracos, da plebe. Afirmava que a moral tinha sofrido um processo de corrupção ao

deixar de ser delineada pelos senhores e passar a corresponder aos anseios da plebe, o que se devia fundamentalmente aos judeus e ao cristianismo. Perante essa situação, Nietzsche propôs a insurreição das raças nórdicas para implantar socialmente a superioridade de uma elite que dominasse sem o freio do sentimento de culpa, negando a existência da verdade objetiva e exercendo a crueldade sobre os inferiores. Para o conseguir, judeus e cristãos deveriam ser aniquilados pelas raças germânicas. Tais medidas permitiriam implantar uma sociedade elitista, baseada na desigualdade e na hierarquia, à semelhança do sistema ariano de castas existente há milénios na Índia. Nela, a maioria, os medíocres, seria enganada e mantida numa ignorância feliz, da qual o cristianismo não a deveria retirar.

Os ensinamentos do filósofo alemão tiveram repercussões políticas, em especial a partir do início do século XX. O fascismo de Mussolini — que desafiava Deus a fulminá-lo com um raio no prazo de cinco minutos — e, sobretudo, o nazismo de Hitler sustentaram-se, em boa medida, numa nova moral da minoria forte, violenta e audaz, que se impunha a uma massa enganada. Nesse sentido, as afirmações ideológicas de Nietzsche e as câmaras de gás de Auschwitz encontram-se unidas por uma linha reta.

O cristianismo sobreviveu, no século XX, a duas terríveis ameaças que puseram em perigo todo o género humano. Ambas coincidiam em negar a existência de princípios morais superiores que limitassem o poder e a prossecução dos seus objetivos; ambas ansiavam desesperadamente por alcançar esses objetivos; ambas acreditavam na legitimidade de exterminar social, económica e fisicamente aqueles que considerassem seus inimigos, fossem burgueses, judeus ou doentes; ambas tinham consciência de que o cristianismo se lhes opunha ideologicamente como uma barreira às suas aspirações; e ambas tentaram aniquilá-lo como a um adversário perigoso.

Tanto a ditadura de Hitler como a de Estaline se baseavam precisamente na rejeição da herança cristã da sociedade, num enorme orgulho que não queria submeter-se a Deus, mas pretendia criar por si mesmo um homem melhor, um homem novo, e transformar o mundo mau de Deus no mundo bom que surgiria do dogmatismo da sua própria ideologia.

Fazer o balanço

Sem dúvida, o contributo do cristianismo para a cultura ocidental foi enorme ao longo destes quase dois mil anos de existência. Para compreender um pouco a sua extraordinária importância, podemos imaginar o que teria sido um mundo sem cristianismo ou observar os resultados obtidos por outras culturas.

Um mundo que se tivesse limitado a dar continuidade à herança clássica não só teria resultado numa sociedade em que os fortes e os violentos se sabiam protagonistas, como teria sucumbido ao avanço dos bárbaros sem deixar quase nada atrás de si. Durante vários séculos, os reinos bárbaros ter-se-iam combatido infrutiferamente entre si, para depois não conseguirem sobreviver ao avanço conjunto das invasões seguintes e da expansão árabe, supondo que esta tivesse ocorrido sem um islão cuja existência pressupõe a do cristianismo.

Durante os séculos daquilo a que hoje chamamos período medieval, a Europa teria sido palco de contínuas vagas de invasores, sem excluir os mongóis contidos pela Rússia, das quais nada de duradouro teria surgido, como não surgiu noutros contextos. Nem a cultura clássica, nem a Escolástica, nem as universidades, nem o pensamento científico teriam aparecido, como de facto não apareceram noutras culturas. Além disso, sem os valores cristãos, ter-se-iam perpetuado — como acontece em algumas nações até aos nossos dias — fenómenos como a escravatura, a arbitrariedade do poder político, a ausência de desenvolvimento científico ou a estagnação da educação nas mãos de uma reduzida casta tradicional.

Hoje todos sabemos que o modelo democrático procede das constituições monásticas, que foram pioneiras com os seus capítulos e as suas votações. A ideia de direitos iguais para todos encontrou aí a sua forma política. É certo que existiu antes uma democracia grega, de onde se retiraram algumas ideias decisivas. Mas, na sociedade helénica, existia a garantia sagrada dos deuses, e a democracia cristã da época moderna pôde basear-se no caráter sagrado dos valores garantidos pela fé, que se subtraem à ditadura das maiorias. É um facto evidente que as duas primeiras democracias — a norte-americana e a inglesa — se baseiam num mesmo consenso de valores proveniente da fé cristã e que só podem funcionar quando existe um acordo fundamental sobre os valores.

Basta olhar para as culturas moldadas pelo islão, pelo budismo, pelo hinduísmo ou pelo animismo — onde continuam a ser consideradas legítimas muitas condutas degradantes para o ser humano — para intuir o que poderia ter sido um mundo sem a influência civilizadora do cristianismo (e isto apesar de, hoje em dia, até a sociedade mais isolada poder beneficiar de aspetos provenientes da influência cristã na cultura ocidental, desde o progresso científico à assistência social, para citar apenas dois exemplos).

No último século, o esquecimento de alguns dos princípios básicos de origem cristã (sobretudo nos regimes gerados pelo marxismo ou pelo fascismo-nazismo) levou a situações de uma barbárie sem precedentes, mais uma demonstração dos riscos de construir o futuro esquecendo os princípios em que assenta.

É certo que os cristãos muitas vezes deixaram bastante a desejar no modo de viver a sua fé. Ainda assim, a influência humanizadora e civilizadora da fé cristã não encontra equivalente de qualquer espécie ao longo da história universal. Sem a fé cristã, o percurso da humanidade teria sido muito mais marcado pela violência e pela barbárie, pela guerra e pela destruição, pelas calamidades e pelo sofrimento; com ela, o grande drama da condição humana foi acompanhado de progresso e justiça, de compaixão e cultura.

20. O QUE HÁ DE VERDADE EM TANTAS OUTRAS LENDAS NEGRAS?

- A história das missões
- A abolição da escravatura
- A preocupação com os que sofrem
- As cruzadas
- Isabel, a Católica
- Miguel Servet
- Escândalos de abusos sexuais

- Não fazer nada para não errar?

O ideal ou o projeto mais nobre pode ser objeto de troça ou de ridicularizações fáceis. Para isso não é necessária a menor inteligência.

Alexander Kuprin

A história das missões

— Há bastantes movimentos que criticam o modo como decorreram as missões. Parece que a Igreja carrega, a este respeito, um peso importante.

Penso que tem havido, a este respeito, muitos juízos sumários e precipitados que não correspondem à verdade histórica. Não pretendo desculpar as falhas, grandes ou pequenas, que certamente terão ocorrido ao longo de todos estes séculos de trabalho missionário de tantas pessoas em tantos lugares do mundo. Mas há cada vez mais estudos históricos sérios sobre este tema, e as novas investigações revelam que a fé e a própria Igreja realizaram uma grande tarefa de serviço e de proteção das pessoas e da cultura perante o impulso esmagador que muitas vezes animou os conquistadores ou as potências coloniais.

No caso concreto da América Latina, o Papa Paulo III e os seus sucessores intercederam firmemente a favor dos direitos dos indígenas e estabeleceram disposições jurídicas bem claras. A Coroa espanhola também promulgou leis que protegiam os direitos dos nativos, e foi naquele Século de Ouro espanhol que os teólogos e canonistas católicos deram origem à ideia dos direitos humanos. Tudo isso constituiu uma verdadeira barreira contra o extermínio das populações indígenas, infelizmente habitual noutros tipos de colonização.

Essa imensa atividade missionária transformou-se num grande movimento de defesa da dignidade e dos direitos do homem. E, se os indígenas acolheram prontamente o cristianismo, isso deveu-se em grande parte ao facto de terem compreendido a sua enorme força protetora e o seu valor libertador (libertador também do culto que muitos deles tinham

praticado até então). Os bispos, sacerdotes e missionários tornaram-se os principais defensores com que os fracos e os oprimidos podiam contar. E, de modo semelhante ao que acontecera na Idade Média na velha Europa, atuaram também como educadores, como fundadores de universidades, como desbravadores de terrenos incultos, como estudiosos daquelas culturas indígenas, como promotores de formas de vida que não terminassem no extermínio de uma raça por outra, mas na mestiçagem. Se as etnias e as culturas indígenas não desapareceram, isso deveu-se a esse trabalho fecundo, que fez prevalecer os princípios cristãos sobre a cobiça dos conquistadores.

A abolição da escravatura

— Mas, se a defesa dos indígenas americanos teve desde o princípio os seus principais defensores no cristianismo, não se pode dizer o mesmo da escravatura.

É um assunto mais complexo, e seria necessário analisar a sua evolução ao longo da história. No mundo antigo, consolidou-se a ideia aristotélica de que alguns homens tinham nascido para ser escravos. Isto, juntamente com a piedade para com os prisioneiros de guerra, para quem ser escravo era melhor do que morrer, fez com que o fenómeno da escravatura estivesse presente em todas as civilizações da Antiguidade. Entre as sociedades esclavagistas encontravam-se a grega e a romana. O direito romano, por exemplo, considerava o escravo uma coisa — res —, sem qualquer direito, inteiramente à disposição do seu senhor.

Com a chegada do cristianismo, proclama-se a igualdade absoluta de todos os homens perante Deus. No entanto, serão necessários séculos para se chegar à abolição da escravatura, mas o ponto de partida já estava estabelecido. Desde o princípio, a Igreja considerou os escravos pessoas, admitiu-os aos sacramentos, preocupou-se com a sua instrução e incentivou os senhores a tratá-los com a maior consideração. Apesar disso, o fenómeno da escravatura tornou-se, em todo o mundo, uma das maiores chagas sociais e uma cegueira que perdurou durante séculos e obscureceu verdades contidas na mensagem cristã. A luta contra a escravatura surgiu pouco a

pouco no seio do cristianismo, e só bastante mais tarde recebeu o apoio de outras culturas e de outros modos de pensar.

— Não foi então algo promovido sobretudo pelo Iluminismo?

Coincidiu no tempo com o Iluminismo, mas nem sempre nas ideias. Se examinarmos as páginas da Enciclopédia — a expressão máxima do Iluminismo —, podemos verificar que os iluministas não só não eram contrários à escravatura, como consideravam natural que umas raças fossem superiores e outras inferiores e que as superiores dominassem as inferiores para o bem destas, pois — afirmava a Enciclopédia — «os negros encontrar-se-ão melhor sob o domínio de um senhor branco na América do que em liberdade em África».

Não é difícil imaginar o que teria sido desses homens se, perante a visão dos conquistadores, perante o pensamento iluminista e perante as conceções islâmica e pagã da escravatura, não se tivesse erguido uma recuperação do conceito cristão da dignidade de todo o homem.

— E como decorreu o processo de abolição?

O tráfico de escravos em grande escala começou no século XV, em diferentes pontos da costa africana. Durante mais de um século, Portugal quase monopolizou esse tráfico graças à colaboração dos comerciantes árabes do Norte de África, que já enviavam escravos da África Central para os mercados da Arábia, do Irão e da Índia. A descoberta da América levou outras nações a aderirem a essa prática tão degradante. Nem sequer a Revolução Americana de 1776 alterou a situação, e a Constituição norte-americana também admitiu a escravatura.

A ideia de abolir a escravatura surgiu no seio do cristianismo, à medida que se foi tomando maior consciência de que ela se opunha aos princípios do Evangelho. Não foi uma tarefa fácil, pois colidia com evidentes e importantes interesses económicos, mas, finalmente, e graças sobretudo ao empenho de William Wilberforce, a Inglaterra proibiu, em 1807, o comércio de escravos e, em 1833, declarou a abolição da escravatura na totalidade dos territórios britânicos. O único país que se antecipou foi a Dinamarca, em 1792, e fê-lo também apelando diretamente a valores

cristãos. Ao longo do século XIX, a escravatura foi sendo sucessivamente abolida nos restantes países de tradição cristã.

Hoje em dia, apesar das normas contra a escravatura da legislação internacional, esta continua a ser uma triste realidade fora do Ocidente e afeta nada menos de cem milhões de pessoas. Em alguns países islâmicos e budistas, conta até com cobertura legal. Se não tivesse sido a influência do cristianismo, talvez tivéssemos esse mesmo panorama nas sociedades ocidentais.

A preocupação com os que sofrem

Por outro lado, há que dizer que a influência da fé cristã na luta para aliviar o sofrimento humano foi decisiva ao longo da história. Já no Império Romano, o cristianismo se preocupava com os fracos, os marginalizados, os abandonados, isto é, com aqueles por quem o império mal se interessava. Também acolheu extraordinariamente a mulher e contribuiu para atenuar as barreiras étnicas, então tão acentuadas. O cristianismo pregava um Deus perante o qual não era admissível manter a discriminação que oprimia as mulheres, o culto da violência, o infanticídio, o abandono dos desamparados, etc.

Nos séculos seguintes, o cristianismo foi também decisivo para preservar a cultura e difundir a educação. Impulsionou a defesa e a assistência dos fracos e preocupou-se com aqueles por quem ninguém parecia interessar-se. Basta citar, para dar alguns exemplos, o contributo de São João de Deus, que fundou uma ordem dedicada ao cuidado dos doentes mentais (verdadeiramente esquecidos pela sociedade durante séculos); ou o esforço de inúmeras instituições católicas dedicadas a manter leprosarias e dispensários, a cuidar de pessoas pobres ou abandonadas, de crianças órfãs, etc.

«Agora — escreveu Tomás Alfaro —, ou em qualquer outro momento da história dos últimos vinte séculos, se procurarmos um grupo de pessoas miseráveis, abandonadas por todos, marginalizadas pela sociedade, com quem ninguém quereria passar uma hora, é quase certo que encontraremos

ao seu lado alguém que se considera filho da Igreja e que faz o que faz precisamente por ser seguidor de Cristo.»

As cruzadas

— E que dizes das cruzadas, que foram guerras de religião promovidas pela Igreja?

Trata-se de um tema complexo, pois as cruzadas abrangem cerca de duzentos anos e, ao estudar o seu desenvolvimento ao longo da história, deve fazer-se uma apreciação de conjunto, mas não se pode dizer que tenham sido guerras de religião. Desde logo — como escreveu o historiador Franco Cardini —, a palavra «cruzada» é uma expressão moderna, usada sistematicamente apenas a partir do século XVIII. Até então, essa palavra não existia, o que indica que, ao falar das Cruzadas desde essa altura até hoje, se fez toda uma série de generalizações enganadoras.

As cruzadas nunca foram guerras de religião, não procuravam a conversão forçada nem a eliminação dos infiéis. Os excessos e as violências cometidos no decurso das expedições — que existiram e que não se pretende ocultar — devem ser avaliados no quadro das manifestações normais, embora dolorosas, dos acontecimentos militares da época. A cruzada corresponde a um movimento de peregrinação armada que se afirmou lentamente entre os séculos XI e XIII e que deve ser entendido no contexto do longo encontro entre a Cristandade e o islão, que produziu resultados culturais e económicos muito positivos. Como se explica, de outro modo, a existência de frequentes amizades e até de alianças militares entre cristãos e muçulmanos na história das Cruzadas?

São Bernardo de Claraval propôs que, em contraposição àquela cavalaria laica do século XII, formada por gente ávida, violenta e amoral, se criasse uma nova cavalaria ao serviço dos pobres e dos peregrinos. A proposta de São Bernardo era revolucionária: uma nova cavalaria formada por monges que renunciassem a toda a forma de riqueza e de poder pessoal. O seu objetivo era colocar-se ao serviço dos cristãos ameaçados pelos muçulmanos, restabelecer a paz no Ocidente e socorrer os correligionários distantes. A cruzada exigia que se reconciliassem com o adversário antes de

partir, que renunciassem à disputa e à vingança, que aceitassem a ideia do martírio, que se pusessem a si mesmos e aos seus bens à disposição dos outros e que embarcassem, durante um certo número de meses ou de anos, numa expedição movida pelo desejo de garantir o livre acesso dos peregrinos aos Lugares Santos, entendido como procura da memória de Jesus Cristo na terra que fora o cenário da sua existência terrena.

Independentemente da maior ou menor qualidade humana e espiritual dos participantes, o seu impulso era fundamentalmente espiritual. Movidos por esse desejo de peregrinação, abandonaram tudo o que tinham e lançaram-se numa aventura em que não poucos não só se arruinaram, como chegaram a encontrar a morte. Não se tratou, portanto, de um movimento material disfarçado de espiritualidade, nem de uma guerra santa, mas de um impulso colossal de raízes espirituais que, apesar dos seus enormes defeitos, não hesitou em enfrentar riscos e perdas materiais consideráveis.

Há que dizer que, nos nossos dias, a Igreja Católica promove decididamente o diálogo religioso e cultural com o islão. João Paulo II recordou que «nós, cristãos, reconhecemos com alegria os valores religiosos que partilhamos com o islão. A Igreja olha os muçulmanos com estima, convencida de que a sua fé no Deus transcendente contribui para a construção de uma nova família humana. A adoração do único Deus, criador de todos, encoraja-nos a intensificar no futuro o nosso conhecimento recíproco, caminhando juntos pela via da reconciliação. Renunciando a toda a forma de violência como meio para resolver as diferenças, as duas religiões poderão oferecer ao mundo um sinal de esperança».

Isabel, a Católica

— Isabel de Castela é uma figura histórica muito controversa. Chama a atenção que tenha passado à história com o título de «Católica», mas que, por exemplo, tenha sido ela quem expulsou os judeus de Espanha...

O facto de, em determinado momento, a rainha ter proibido a prática do judaísmo em Espanha (pois o judeu que se convertesse não tinha de partir) criou efetivamente um ambiente negativo em torno da sua pessoa. Mas

talvez não se tenha em conta que essa expulsão foi uma medida generalizada na Europa, que Espanha foi a última a aplicá-la e que só o fez quando já não havia outra saída, quando as pressões internacionais eram enormes. E, quando tomou essa decisão, teve a preocupação de assegurar que os judeus dispusessem de um prazo para decidir e que pudessem dispor de todos os seus bens, coisa pouco habitual naquela época.

No século XV, em todos os países, a cidadania estava ligada ao princípio religioso, de modo que o «não fiel» podia ser um «hóspede tolerado e suportado» — esta é a expressão exata utilizada nos documentos —, mas não um súbdito. Cobrava-se ao hóspede uma determinada quantia em troca do direito de permanência, mas essa autorização podia ser suspensa (lembra um pouco as «autorizações de residência» das atuais leis de imigração desses mesmos países).

Todas as figuras importantes da história cometeram erros, como aconteceu neste caso, mas deve ficar claro que não foi um erro exclusivo de Isabel, a Católica: o judaísmo estava proibido havia muito tempo em Inglaterra e em França, em Nápoles e praticamente em toda a Europa. De facto, o corpo docente da Universidade de Paris reuniu-se para felicitar os reis de Espanha pela medida que, finalmente, tinham tomado.

Naqueles tempos, essa medida foi entendida como hoje se entenderia uma decisão de Estado que, causando grandes transtornos a uma série de pessoas, se considerasse dever executar para o bem geral de todas as outras. Se hoje se pensasse numa minoria estrangeira pouco integrada na nação e com fortes sinais de identidade própria, e se considerasse que comprometia a segurança do Estado, seria fácil compreender que se adotassem medidas drásticas. Por exemplo, exigir-lhe fidelidade às regras do jogo democrático. E não era de modo muito diferente que se considerava o cristianismo na Europa do século XV, ou seja, como um sistema de valores indiscutível. Não sei como serão julgadas, daqui a cinco séculos, as nossas atuais leis restritivas de imigração ou as expulsões de imigrantes ilegais, mas a quem então as julgar será necessário pedir que o faça tendo em conta a mentalidade e a situação atuais.

— E que dizes do papel da rainha Isabel na conquista da América?

Ela é a primeira, em muitos séculos, a reconhecer que os habitantes dessas terras recentemente incorporadas na Coroa são homens como os outros, que foram redimidos por Cristo e que, por isso, devem ver reconhecidos os seus direitos humanos. Sem esta posição de Isabel, a Católica, dificilmente se teria chegado, mais tarde, à Constituição dos Estados Unidos, que repete praticamente aquilo que ela disse: que Deus nos fez a todos livres, iguais e em busca da felicidade.

Fala-se muito das atrocidades que foram cometidas e, efetivamente, houve erros na prática, pois os encarregados de levar a cabo a colonização deixaram-se, por vezes, conduzir pelos seus interesses particulares e violaram os direitos dos nativos. Mas os princípios foram sempre claros e, de facto, para contornar essa legislação, os grandes proprietários, séculos depois, tiveram de comprar em África negros já escravizados para poderem introduzir ali essa servidão que ambicionavam, porque as leis de Castela lho impediam categoricamente: nenhum índio podia ser escravo.

Cada cristão pode pensar o que quiser sobre a atuação de Isabel, a Católica, uma vez que as decisões pessoais do seu reinado não comprometem a fé cristã, mas a sua atuação tem sido tão utilizada contra a Igreja Católica, apresentando a rainha como uma mulher intolerante — e intolerante precisamente por ser católica —, que convém destacar alguns testemunhos históricos sobre este ponto.

Por exemplo, os Reis Católicos foram pessoas conciliadoras e prontas a perdoar, como demonstra o facto de, no final de uma guerra civil, terem sido capazes de evitar represálias e de chegar a um acordo com aqueles que se tinham revoltado contra eles, garantindo-lhes que não sofreriam qualquer prejuízo, mas continuariam a desempenhar as funções sociais e a manter a posição que até então ocupavam. Aquilo foi um exemplo de como se encerra uma guerra civil sem ressentimentos, coisa muito difícil, pois o habitual é criarem-se ódios que duram muito tempo.

Outro exemplo é o modo como a rainha acolhe e educa os filhos ilegítimos da mulher de Henrique IV. E como também cuida dos filhos ilegítimos do seu marido e sente para com todos eles uma obrigação de afeto que vai além do simples exercício da caridade.

Também defendeu os direitos das mulheres. Em Espanha, não se tinha verificado, como em França, uma recusa tão categórica de reconhecer os direitos das mulheres, mas esses direitos destinavam-se mais a ser transmitidos aos filhos ou aos maridos do que a ser exercidos por elas próprias. Isabel estabelece o princípio contrário: não há diferença entre o homem e a mulher quanto à capacidade de governar, e assim educa as suas filhas e assim procede também ela própria. Essa norma vigoraria até ao início do século XVIII, quando, por razões de progresso iluminista, se impôs a Lei Sálica.

Com os seus erros, que os teve, foi uma mulher que teve sempre presente o juízo de Deus. Uma mulher que, ao escrever ao marido gravemente ferido depois de um atentado, lhe diz: «Lembra-te de que temos de prestar contas a Deus, e as contas que Ele nos vai pedir a nós, os reis, são muito mais rigorosas do que as que pede a qualquer dos nossos súbditos.»

Miguel Servet

— E aquela outra velha história sobre Miguel Servet, que foi queimado na fogueira por ter descoberto a circulação do sangue?

Essa velha lenda pode ser refutada sem grandes demonstrações de erudição. Para começar, Miguel Servet não descobriu a circulação do sangue, mas apenas aquilo que se conhece como «pequena circulação», isto é, a passagem do sangue de um lado para o outro do coração, através dos pulmões, onde o sangue se purifica em contacto com o ar que se respira.

Curiosamente, além disso, esse contributo de alcance mundial, que deu a este médico aragonês um lugar de destaque na história das grandes descobertas, foi escrito entre os parágrafos de um livro de teologia dedicado à Santíssima Trindade. As coisas, naqueles tempos, eram assim — explica Pascual Falces de Binéfar —, pois ainda dominava a ideia de que «o médico que só sabe medicina nem medicina sabe». Esse livro de Miguel Servet, intitulado «Christianismi restitutio», caiu nas mãos de João Calvino, cuja Reforma acabava de ser implantada na cidade de Genebra. Calvino discordou de tais teorias, a ponto de declarar publicamente que, se Miguel Servet aparecesse naquela cidade, seria queimado na fogueira, como então

se resolviam muitas das divergências pessoais ou políticas. Miguel Servet ignorou essa advertência, apresentou-se desafiadoramente na monótona cidade e aconteceu o previsível: acabou na fogueira, e as suas cinzas foram espalhadas pelo vento sobre o lago Léman. Foi por isso que foi executado, e não por descobrir a circulação do sangue. Foi algo evidentemente cruel e injusto, mas não foi obra da Igreja Católica nem aconteceu por ele ter descoberto a circulação do sangue.

Escândalos de abusos sexuais

— E, se pensarmos em épocas mais recentes, que dizes dos escândalos provocados por denúncias de abusos sexuais cometidos por sacerdotes, sobretudo nos Estados Unidos?

Foram factos muito tristes e lamentáveis, que chegaram com grande impacto à opinião pública, tendo a Igreja Católica sido duramente criticada por esse motivo. Embora quase todos os casos remontassem a bastantes anos antes e envolvessem uma pequena percentagem do clero, causaram danos muito graves, em primeiro lugar às vítimas e depois ao prestígio do sacerdócio. Censurava-se também os bispos por terem aplicado medidas insuficientes, sem se decidirem a tomar outras mais firmes para enfrentar o problema, pois publicaram-se histórias de sacerdotes culpados de abusos de menores que o bispo se limitava a transferir para outra missão pastoral ou que eram reintegrados no ministério após um tratamento psicológico que não corrigia suficientemente as suas tendências desviadas.

Os meios de comunicação atacaram insistentemente a Igreja, mas quase não se prestou atenção às estatísticas gerais de abusos de menores no país. Deu-se muita atenção a algumas dezenas de casos protagonizados por sacerdotes ao longo dos últimos vinte ou trinta anos, mas não se mencionava o número de casos semelhantes em que o responsável não era sacerdote, e não se pode ignorar que, por exemplo, só nesse ano houve mais de cem mil casos de abusos sexuais de menores nos Estados Unidos.

É evidente que o abuso sexual de um menor por parte de um sacerdote é uma falta gravíssima e que se deve fazer tudo o que for possível para o evitar. E é claro que se devem tomar medidas drásticas quando esses casos

ocorrem. Mas é fundamental defender a imensa maioria dos sacerdotes de conduta exemplar que trabalham diariamente nas suas comunidades e paróquias e assistem abnegadamente os seus fiéis. A forma como os factos, os dados e as situações foram apresentados pela maioria dos meios de comunicação não só manchava e ofendia a Igreja Católica, como ensombrava e difamava todos os sacerdotes que dedicam cuidadosamente as suas vidas ao serviço dos outros, que exercem o seu ministério com honestidade e coerência, muitas vezes com caridade heroica.

Este escândalo fez também ressurgir vozes que pediam a abolição do celibato sacerdotal, ao qual se atribuíam esses problemas. O protesto ignorava que esses tristes casos eram proporcionalmente menos frequentes no clero católico do que no clero protestante casado e noutras profissões dedicadas ao cuidado de menores.

O que esta crise levou a abordar profundamente foi uma questão bastante debatida, anos antes, em alguns setores da hierarquia católica norte-americana um tanto «dissidentes» em relação à doutrina católica oficial. Trata-se da homossexualidade no clero e da seleção dos candidatos ao sacerdócio. É preciso ter em conta que a maioria dos casos ocorridos não tinha sido de pedofilia (perturbação psicológica pela qual um adulto abusa sexualmente de uma criança impúbere), mas de abusos de rapazes mais velhos, protagonizados por uma pequeníssima minoria de sacerdotes homossexuais ativos que abusaram de adolescentes, aproveitando-se da sua autoridade e da sua condição de sacerdotes. O facto de quase todas as acusações se referirem a abusos cometidos com rapazes, e não com raparigas, indica que os sacerdotes acusados eram sobretudo pessoas com tendências homossexuais. Tratava-se, portanto, de um problema de homossexuais ativos no clero, não de pedofilia, e revelava claramente uma deficiência na seleção dos candidatos ao sacerdócio e na sua formação em alguns seminários dos Estados Unidos. Um grave erro a que depressa se pôs cobro.

Não fazer nada para não errar?

— Há quem pense que a Igreja deveria reduzir a sua atuação, para evitar o perigo de cometer todos esses erros reais ou supostos que houve ao longo da história.

É bastante fácil atacar a Igreja e troçar das páginas mais difíceis da sua história. Não procuro, nestas linhas, justificar os erros que muitos cristãos realmente cometeram ao longo dos séculos. Mas, por vezes, penso que, se essas pessoas consideram que a Igreja tem as mãos sujas, seria preciso dizer-lhes que talvez elas não tenham as mãos sujas porque não têm mãos ou porque não as utilizam.

A Igreja procura realizar a sua tarefa e vive imersa numa sociedade em mudança, que, por sua vez, se desenvolve numa determinada época, e tenta nela introduzir o fermento sobrenatural do Evangelho. A grandeza da Igreja está em enfrentar as mudanças do homem ao longo dos séculos e tentar introduzir na sua vida o sobrenatural. Se, para evitar o risco de contaminar a sua pureza, a Igreja renunciasse a tentar fazer-se presente na sociedade de cada momento, ficaria reduzida a um simples e curioso empreendimento abstrato.

Há muitos puristas que se escandalizam com as atuações da Igreja ou dos católicos, mas que não apresentam qualquer solução para todos esses problemas que deveriam interpelar seriamente qualquer pessoa. Procuram uma segurança na atuação, uma recusa de assumir riscos que não conduz a outra paz senão à do cemitério. A Igreja enfrenta serenamente todos esses sarcasmos porque deseja cumprir a sua missão entre os homens. Sabe que corre incessantemente o perigo de ensombrar a pureza da sua mensagem, pelo menos na aparência, ao tentar encarná-la numa história que continuamente se volta contra ela, contra quem a quer salvar. A Igreja prefere este risco ao estéril fechamento sobre si própria. Prefere-o e enfrenta esse risco há vinte séculos porque, no seu amor pelo homem, acorre aos lugares de maior necessidade e mais ameaçados.

Haverá sempre pessoas que se obstinem em não ver no cristianismo outra coisa senão as deformações de que foi objeto ao longo da história. Haverá sempre quem relacione a fé cristã com o obscurantismo, com a «sombria Idade Média», com a intolerância, com a pressão sobre as consciências, com o subdesenvolvimento intelectual, com o atraso e com a

falta de liberdade. É uma imagem que foi criada umas vezes com má intenção e outras simplesmente por desconhecimento, e que talvez provenha daquela velha ideia iluminista segundo a qual tantos pensavam que o racionalismo ateu tinha alcançado um grande triunfo sobre a fé.

A história da Igreja é uma mistura de triunfos e de aparentes fracassos do cristianismo. É uma série sempre repetida de tentativas de construir o reino de Deus na terra. Isto não é surpreendente, nem é algo que Jesus Cristo não tivesse previsto. A parábola do joio semeado entre o trigo mostra claramente que Ele o sabia e que isso está de acordo com o plano de Deus.

A vida da Igreja na história, tal como a vida de cada cristão — afirma Thomas Merton —, é um ato constantemente repetido que recomeça sempre, uma história de boas intenções que termina em êxitos e em equívocos; de erros que têm de ser corrigidos, de defeitos que têm de ser aproveitados, de lições que se aprendem mal e que devem ser aprendidas uma e outra vez. Houve hesitações e falsos começos na história cristã. Houve até erros graves, mas estes são imputáveis mais às sociedades seculares cristãs do que à Igreja. Ora, a Igreja nunca perdeu o seu caminho. Mas o que a mantém no caminho certo não é o poder, não é a sabedoria humana, a habilidade política nem a previsão diplomática. Há épocas na história da Igreja em que essas coisas se tornaram, para os dirigentes cristãos, obstáculos e fontes de erros. O que mantém a Igreja e o cristão no bom caminho é o amor e o cuidado de Deus.

21. UMA INSTITUIÇÃO OPRESSIVA E ANTIQUADA?

- Falta de pluralismo
- São necessários os dogmas?
- O prestígio da Igreja
- Superar velhos estereótipos

A sátira é uma crítica que, quase sempre, se transforma em desculpa.

Eduardo Terrasa

Falta de pluralismo

— Alguns afirmam que há pouco pluralismo na Igreja, porque são afastados dos seus cargos aqueles que manifestam honesta e sinceramente a sua discordância em relação à doutrina oficial.

Não duvido de que as pessoas que foram sancionadas por esse motivo tenham chegado sinceramente a essas opiniões que se afastam do Magistério da Igreja. E também não duvido de que as defendam com honestidade. O que parece pouco honesto é quererem continuar a ensinar essas opiniões não católicas nas igrejas, nas salas de aula ou na catequese da Igreja Católica.

Um homem que ganhasse a vida como representante de uma empresa, de uma fundação, de um partido político, de um sindicato ou de qualquer outra organização pode honestamente mudar de opinião e tornar-se sinceramente adepto de outra empresa, partido ou sindicato, passando então a defender legitimamente outras ideias. O que não seria nada honesto nem correto seria querer continuar como representante de um, apoiando a política de outro (e, além disso, recebendo o salário daquele que ataca). Quando a Igreja Católica retira a alguém a autorização para ensinar em seu nome, não faz mais do que aplicar o bom senso.

— Mas a Igreja poderia ser mais sensível às propostas de mudança que alguns fazem, até de dentro da própria Igreja...

Parece-me que a Igreja é uma instituição em que existe uma grande pluralidade de opiniões e em que se pode falar com mais liberdade do que na maioria das instituições do nosso tempo. Mas a Igreja prega o cristianismo tal como acredita que ele é, tal como o recebeu de Jesus Cristo, e não como um grupo pequeno ou grande, de uma época ou de outra, gostaria que fosse.

A Igreja está vinculada a uma herança que recebeu, de modo semelhante — para dar um exemplo — àquele como um cientista pode estar vinculado aos resultados das suas experiências. Não diz aquilo de que gosta,

mas aquilo que é. Todo o homem está sujeito à verdade: à verdade que agrada mais e também à que agrada menos.

Quando um cientista obtém dados experimentais que não concordam com uma teoria científica aceite nesse momento, isso obriga-o a fazer novas considerações e encaminha-o para novos conhecimentos. E a ciência progride precisamente porque os cientistas não evitam nem escondem os fenómenos incómodos para as suas teorias, mas dão a conhecer esses dados e continuam a investigar até encontrar uma solução, demore o tempo que demorar. De modo semelhante, e salvaguardadas as diferenças, o conhecimento cristão progride em grande parte graças ao desafio que representam algumas verdades cristãs que talvez nos custe mais compreender ou aceitar. Mas um cristianismo que recorresse a modificar a fé sempre que lhe parecesse difícil compreendê-la ou vivê-la seria como o cientista pouco honesto que altera os dados do laboratório para ajustar a realidade à sua realidade.

São necessários os dogmas?

— E é necessário que a Igreja tenha dogmas, uma autoridade e um Magistério? Não bastaria que cada um procurasse viver aquilo que Jesus Cristo disse e que está recolhido na Bíblia?

O que dizes é a tese protestante da «sola Scriptura». No entanto, se se trata de viver aquilo que diz a Sagrada Escritura, conviria ter presente que nela se afirma claramente que Jesus Cristo fundou a Igreja (por exemplo, em Mt 16, 16-19; Mt 18, 18; etc.). E, para apresentar também algumas razões de ordem prática, pode acrescentar-se que, desde os tempos de Lutero até hoje, já surgiram mais de 25 000 denominações protestantes diferentes e que, atualmente, nascem 5 novas por semana, num processo crescente de desorientação e fragmentação. Por isso, Scott Hahn escreveu que uma Sagrada Escritura sem Igreja seria algo semelhante ao que teria acontecido se os fundadores do Estado norte-americano que promulgaram a Constituição se tivessem limitado a acrescentar uma recomendação genérica, dizendo «que o espírito de George Washington guie cada cidadão», mas sem prever um governo, um congresso e um sistema judicial,

necessários para aplicar e interpretar a Constituição. E, se isso é imprescindível para governar um país, também o é para governar uma Igreja que abrange o mundo inteiro. Por isso, é bastante lógico que Jesus Cristo nos tenha deixado a sua Igreja, dotada de uma hierarquia, com o Papa, os bispos, os Concílios, etc., tudo isso necessário para aplicar e interpretar a Escritura.

O prestígio da Igreja

— E que pensas do prestígio da Igreja Católica?

A situação da Igreja Católica no início deste milénio reveste-se de um interesse extraordinário. Como escreveu José Orlandis, nunca na história a Igreja foi tão universal como agora, pela diversidade nacional e étnica dos seus fiéis; nunca o Papa gozou de um prestígio moral tão elevado, não só entre os seus fiéis, mas também entre homens do mundo inteiro, que o consideram a mais alta autoridade espiritual.

Trata-se de um fenómeno sem precedentes, pois os grandes Papas medievais tinham como enquadramento uma cristandade europeia, espiritualmente coesa, mas de dimensões muito reduzidas. A Igreja Católica apresenta-se hoje com uma inequívoca personalidade internacional, com mil milhões de fiéis, com mais de cento e vinte mil instituições assistenciais e com escolas onde se formam cinquenta milhões de estudantes. Apresenta-se, além disso, firme e coerente nos seus ensinamentos sobre questões doutrinais e morais, em contraste com a instabilidade e as ambiguidades de muitas confissões religiosas, que frequentemente se assemelham a navios desarvorados, à mercê da ondulação das modas ou dos caprichos das suas bases, ansiosas por se adaptarem às preferências da opinião pública.

Superar velhos estereótipos

— Há pessoas que sentem necessidade de preencher a sua vida com algo espiritual, mas rejeitam a possibilidade de se aproximarem da Igreja por considerarem que é uma estrutura opressiva e antiquada.

Em muitos casos, todas essas reservas em relação à Igreja se dissipam quando se chega a conhecê-la mais de perto. Quando se esteve afastado durante muito tempo, é fácil ter assimilado estereótipos que depois se revelam falsos ou inexatos, assim que se faz o esforço de se aproximar e observar as coisas pessoalmente e em primeira mão. Vê-se então que a realidade tem tonalidades diferentes. Que na Igreja há bastante mais liberdade do que se pensava. Que há muitos sacerdotes exemplares, inteligentes, cultos e que falam com brilhantismo. Que a liturgia tem mais força e é mais atraente do que se julgava. Que existe, certamente, um conjunto de normas morais bastante exigentes, mas que são precisamente a melhor garantia que o homem tem para alcançar a sua felicidade e a de todos. Mais ainda, o facto de, apesar da permissividade atual, a Igreja se recusar a baixar a fasquia ética e não ceder às pressões de uns e de outros é um extraordinário motivo de admiração e de atração. A Igreja não quer nem pode fazer saldos de fim de estação em assuntos de moral para assim atrair as massas, mas continua a apresentar a mensagem genuína do Evangelho. Os saldos e os sucedâneos depressa cansam, e a história está cheia de cadáveres daqueles que cederam à acomodação aos erros do momento e não conseguiram absolutamente nada.

Quando se conhece verdadeiramente a Igreja, desmascaram-se muitas imagens falsas. Descobre-se então que a moral cristã não é um conjunto de proibições e obrigações, mas um grande ideal de excelência pessoal. Um ideal que não consiste apenas em proibir esta ou aquela coisa, mas que sobretudo incentiva positivamente a fazer muitas coisas. Ser católico praticante não é cumprir o preceito dominical, mas algo muito mais profundo e maior. A fé coloca o cristão perante as suas responsabilidades em relação a si próprio, à sua família, ao seu trabalho, à tarefa de construir um mundo melhor. A mensagem cristã não afasta os homens da construção do mundo, nem os leva a desinteressarem-se do bem dos outros, mas, pelo contrário, impõe-lhes como dever essa preocupação. É certo que há maus exemplos, como qualquer pessoa os poderia encontrar na tua vida ou na minha. Onde há homens, há erros. Se na Igreja não pudesse haver homens com defeitos, ninguém teria lugar nela. Não é que nos agradem esses erros, que devemos procurar corrigir, mas a primeira coisa que devemos considerar é que a Igreja é formada por pessoas como tu e como eu. Bem, talvez um pouco melhores.

22. UMA ANTIGA DESCONFIANÇA EM RELAÇÃO À MULHER?

- Inferioridade da mulher?
- Porque não podem as mulheres ser ordenadas?
- O papel da mulher

Em quase toda a Europa, a conversão de um povo começou pela ação de uma mulher.

Régine Pernoud

Inferioridade da mulher?

— Muitos pensam que, embora as coisas tenham melhorado bastante nos últimos tempos, subsistem na Igreja vestígios de uma antiga desconfiança em relação à mulher. Já ouvi até dizer que a Igreja demorou alguns séculos a reconhecer que as mulheres tinham alma.

A Igreja Católica nunca pensou, evidentemente, que a mulher não tivesse alma, e a história desmente-o categoricamente: as santas e as mártires foram veneradas desde os primeiros séculos do cristianismo, a sua glorificação resplandece em todos os templos cristãos da Antiguidade, e sempre houve tanto mulheres como homens no catálogo romano de canonizações.

Além disso, a Igreja Católica, como é sabido, venera desde os primeiros tempos uma mulher, a Virgem Maria, como mãe de Deus e a mais perfeita das criaturas. Tudo isto, como compreenderás, é pouco compatível com semelhante lenda.

— E não é verdade, pelo menos, que a Igreja admitiu que a mulher era inferior ao homem porque, segundo o relato do Génesis, foi criada depois dele?

Houve alguns pensadores cristãos suficientemente ridículos para pretenderem que a mulher era um ser inferior, fazendo uma interpretação

verdadeiramente surpreendente desse relato do Génesis. Mas a sua doutrina foi condenada pela Igreja. Já Aristóteles dizia que não havia no mundo ideia absurda que não tivesse pelo menos algum filósofo a defendê-la; e vê-se que isso se pode estender às muitas afirmações absurdas que se fizeram em torno da teologia católica ao longo dos séculos. É preciso recordar que, durante os primeiros séculos do cristianismo, os concílios dedicaram muito tempo a condenar erros. Um deles foi este. Mas não se podem imputar à Igreja as aberrações que ela se viu obrigada a denunciar e a condenar. Como dizia André Frossard, isso seria como responsabilizar o ministro da Justiça por todas as infrações que o Código Penal pune.

— Mas São Paulo, por exemplo, manda numa das suas epístolas que as mulheres se mantenham caladas nas assembleias.

E com isso demonstra que elas participavam nessas assembleias, algo absolutamente inimaginável durante muitíssimos séculos nas nossas modernas e avançadas assembleias parlamentares ocidentais.

Porque uma simples análise da história permite ver que a discriminação da mulher foi um fenómeno muito generalizado ao longo dos séculos. Isso é lamentável, mas não é justo atribuí-lo à Igreja.

Para dar um exemplo bem elucidativo, o acesso generalizado da mulher ao voto nas eleições democráticas civis das nossas modernas sociedades ocidentais começou na Finlândia, em 1906, e só chegou aos Estados Unidos em 1920, à Grã-Bretanha em 1928 e a Espanha em 1931. Outros países próximos de nós só alcançaram o pleno direito de sufrágio feminino muito mais tarde: a França em 1944, a Itália em 1945, a Bélgica em 1948, Andorra em 1970 e a Suíça em 1971. A mulher foi muito discriminada na história da democracia, mas a culpa não é da democracia, e sim da visão da mulher que a sociedade tinha então.

Para sermos justos, é necessário enquadrar esse comentário de São Paulo na mentalidade dominante naqueles tempos. A ninguém daquela época, fosse judeu ou romano, teria passado pela cabeça dar às mulheres tanto protagonismo como aquele que têm no Novo Testamento, algo totalmente impensável naquele tempo (de facto, durante muito tempo, isso foi objeto de crítica por parte de muitos autores não cristãos). Seria mais

justo dizer, em todo o caso, que as fortes exigências da moral cristã contribuíram para atenuar aquela lamentável situação.

Porque não podem as mulheres ser ordenadas?

— Mas e a questão do sacerdócio feminino?

Afastamo-nos um pouco do objetivo deste livro, porque já se trata de um problema teológico, e não de uma questão sobre a razoabilidade da fé. De qualquer modo, posso dizer-te que a Igreja Católica afirma que existe um sacerdócio comum de todos os fiéis — homens e mulheres — e que o sacerdócio ministerial corresponde apenas aos homens, entre outras razões porque não considera a Santa Missa uma simples evocação simbólica ou comemorativa, mas a renovação incruenta do sacrifício da Cruz; e, como Jesus Cristo era um homem e o sacerdote, na Santa Missa, empresta o seu corpo a Cristo, o adequado é que o sacerdote seja um homem.

— Então, as mulheres não têm esse direito?

O sacerdócio não é um direito, mas um chamamento. Jesus Cristo chamou aqueles que quis, e não se pode ignorar o facto de não ter escolhido nenhuma mulher entre os doze apóstolos. E é evidente que poderia tê-lo feito facilmente, pois havia sempre algumas mulheres que o acompanhavam (e que o seguiriam até à cruz, onde, aliás, todos os apóstolos, menos um, o abandonaram), e isso não teria causado estranheza naqueles tempos, em que havia sacerdotisas.

Porque não escolheu Jesus Cristo nenhuma mulher? Não é fácil sabê-lo. O certo é que os apóstolos também não o fizeram ao designarem os seus sucessores e, desde os primeiros tempos, a Igreja tem procedido assim — sem que isso represente qualquer diminuição da mulher — por fidelidade à vontade fundadora de Jesus Cristo.

Por outro lado, não é necessário ser sacerdote para alcançar a santidade, nem se deve considerar a ordenação um prémio de que as mulheres foram privadas. Trata-se antes de um serviço que corresponde aos homens. Por

exemplo, a própria Virgem Maria, associada mais do que ninguém ao mistério de Jesus Cristo, não foi chamada ao sacerdócio.

A Igreja reconhece a igualdade de direitos do homem e da mulher na Igreja, mas essa igualdade de direitos não implica identidade de funções. Por sua vez, essa diferença de funções não confere ao homem um valor superior ao da mulher, pois os maiores na Igreja não são os sacerdotes, mas os santos.

— Mas as mulheres não terão poder na Igreja...

Se contemplarmos a Igreja na perspetiva do poder, efetivamente, quem não ocupa cargos estaria oprimido. Mas essa maneira de ver destruiria a Igreja e daria uma visão falsa da sua natureza, como se o poder fosse o seu fim último. Não estamos na Igreja para nos associarmos e exercermos um poder. Pertencemos à Igreja porque ela nos dá a vida eterna; tudo o resto é secundário.

O papel da mulher

— De qualquer modo, isso não parece muito feminista da parte da Igreja...

O Papa e os bispos não podem alterar o comportamento de Jesus Cristo. Reconhecem e promovem o papel da mulher e recomendaram que as mulheres participem na vida da Igreja sem qualquer discriminação, também nas consultas e na elaboração das decisões, nos Conselhos e Sínodos diocesanos e nos Concílios particulares.

«Precisamente porque sou profundamente feminista — dizia a escritora Régine Pernoud —, a ordenação de mulheres parece-me contrária aos próprios interesses das mulheres. Trata-se de algo que encerra o perigo de confirmar nas mulheres a crença de que, para elas, a promoção consiste em fazer tudo o que os homens fazem, como se o seu progresso fosse agir exatamente como eles.

Que o homem e a mulher têm igualdade de direitos, ensinou-no-lo o Evangelho. Os próprios apóstolos ficam perplexos quando Cristo anuncia a absoluta reciprocidade de deveres entre o marido e a mulher: tão evidente era que isso contrariava a mentalidade da época.

Isto torna mais significativa a decisão de Cristo de escolher, entre os homens e as mulheres que o rodeavam, doze homens que haviam de receber a consagração eucarística durante a Última Ceia, no cenáculo de Jerusalém. Observemos que, nessa mesma sala, as mulheres se encontram junto dos homens para receber a vinda do Espírito Santo no Pentecostes. Mais do que reivindicar o ministério sacerdotal para as mulheres, não seria antes necessário recordar que aquilo que Cristo pediu às mulheres foi que fossem portadoras da salvação?

No início do Evangelho está o sim de uma mulher; no final, outras mulheres apressam-se a ir despertar os apóstolos para lhes comunicar a notícia da Ressurreição; as mulheres são convidadas a transmitir a palavra: há místicas, teólogas, doutoras da Igreja. Em quase toda a Europa, a conversão de um povo começou pela ação de uma mulher: Clotilde em França, Berta em Inglaterra, Olga na Rússia, para não falar de Teodósia em Espanha e de Teodolinda na Lombardia. Mas o serviço sacerdotal é pedido aos homens.

Hoje vemos muitas mulheres assumir as mais amplas tarefas de ensino religioso ou teológico. A desconfiança da sociedade civil em relação à mulher, manifesta no mundo clássico, começou a dissipar-se muito recentemente. O desejável, no início deste terceiro milénio, é que se estabeleça o esperado equilíbrio sem qualquer confusão.»

23. A AUTORIDADE DA IGREJA

- Um problema de dicionário
- Simplificações perigosas
- Intransigência?

Existe uma impressão vaga, mas persuasiva, de que exprimir dúvidas é sinal de modéstia e de democracia, enquanto demonstrar certeza é considerado dogmático e ditatorial.

Christopher Derrick

Um problema de dicionário

— Há católicos que se interrogam sobre a autoridade que a Igreja tem para definir o que exige exatamente a moral católica. Dizem que têm uma maneira própria de entender o que significa ser católico e que ela não tem de coincidir com aquilo que se diz em Roma.

Se alguém diz que a Igreja Católica não pode definir em que consiste a fé ou a moral católicas, lamento, mas não poderíamos chamar católico a quem sustente isso. Talvez uma espécie de nostalgia pessoal leve essa pessoa a querer conservar o título de católico, mas — como dizia Christopher Derrick — temos de lho retirar com a maior delicadeza e caridade, e não porque o Papa o diga, mas porque o diz o dicionário.

A religião católica é algo bastante concreto. Distingue-se basicamente dos luteranos, dos ortodoxos ou dos anglicanos, entre outras coisas, por seguir os ensinamentos da Sé Apostólica romana. Por isso, se consideramos importante a precisão terminológica, convém esclarecer que essas pessoas querem chamar-se católicas sem realmente o serem.

— Receio que, perante essa posição, muitos respondam que então não são católicos, porque interpretam a Sagrada Escritura de outra maneira e consideram que a Igreja é uma invenção dos homens.

Talvez seja a única saída que lhes resta, mas conduz a algumas contradições. Por exemplo, já que falam em recorrer à Sagrada Escritura, seria necessário dizer-lhes que nela se lê com bastante clareza, e em diversas passagens, que Jesus Cristo «instituiu a Igreja», que colocou Pedro à sua frente e que lhe deu «as chaves do Reino dos Céus». E também consta que confiou aos apóstolos uma missão de ensino e de defesa da doutrina: «Ide, pois, e fazei discípulos de todos os povos (...) ensinando-os a cumprir

tudo quanto vos mandei.» Ao mesmo tempo que lhes assegurava que não os deixaria sozinhos — «Eu estarei sempre convosco até ao fim do mundo» —, garantiria também o acerto dos seus ensinamentos: «Tudo o que ligares na terra ficará ligado nos céus, e o que desligares ficará desligado nos céus.» E deu-lhes ainda o poder de perdoar os pecados: «Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos.» Etc.

Como vês, os textos são abundantes e, por outro lado, a sua autenticidade está amplamente comprovada. Se essas pessoas dizem aceitar o Evangelho como proveniente de Deus, ser-lhes-á francamente difícil negar que Jesus Cristo instituiu a Igreja, lhe deu poder para ensinar com autoridade a sua doutrina, assegurou que estaria sempre ao seu lado e que tudo o que ela ligasse na terra ficaria ligado no céu. O mínimo que se pode deduzir de tais frases é que Jesus Cristo preservaria a sua Igreja do erro nas questões em que, comprometendo a sua autoridade, se pronunciasse de forma solene.

Simplificações perigosas

— Pois receio que então digam que não se devem tomar os Evangelhos num sentido tão literal. Que se trata simplesmente de compreender a sua mensagem de amor e de paz...

É assim que muitos acabam por reduzir os Evangelhos a simples livros moralizantes de grande interesse, a uma espécie de «Iniciação à vida feliz». O que me parece muito respeitável, naturalmente, porque cada um é livre de pensar o que quiser, mas seria reduzir a figura de Jesus Cristo a um simples pensador antigo, com uma filosofia mais ou menos atraente, que apresentou umas mensagens muito interessantes. Mas isso já não seria propriamente uma religião, e sim uma certa predileção por um pensador da Antiguidade.

A Sagrada Escritura — explica Joseph Ratzinger — é portadora do pensamento de Deus, mas chega-nos através de uma história humana, encerra o pensamento e a vida de uma comunidade histórica. A Escritura não está isolada, nem é apenas um livro. Sem a Igreja, faltar-lhe-ia a

contemporaneidade connosco, ficaria reduzida a simples literatura que se interpreta como se pode interpretar qualquer obra literária.

O Magistério da Igreja não acrescenta uma segunda autoridade à da Escritura, mas pertence-lhe a partir de dentro. Não reduz a autoridade da Escritura, mas vela por garantir que ela não seja manipulada.

— Mas essa autoridade eclesiástica também poderia tornar-se arbitrária.

Assim poderia acontecer se o Espírito Santo não iluminasse e guardasse a Igreja. Mas essa vigilância do Espírito Santo sobre a Igreja é uma realidade que o próprio Jesus Cristo anuncia na Escritura.

Intransigência?

— Outras pessoas dizem que o dogma exclui o debate e o pluralismo de opiniões, indispensáveis ao crescimento saudável de qualquer pensamento religioso. Pensam que a Igreja deveria ser menos intransigente e mais liberal, para se adaptar às diferentes culturas e à evidente diversidade que existe no mundo.

Além dos dogmas, existe na teologia católica uma infinidade de pontos sujeitos a debate, com uma pluralidade de opiniões enormemente rica e diversa. Qualquer pessoa que observe isso com alguma perspetiva poderá perceber que sempre houve, e continuará a haver, uma grande variedade nas questões que exigem uma adaptação às mudanças dos tempos ou dos lugares. São questões habitualmente sujeitas a um amplo debate, tanto interno como externo, que a Igreja não evita.

Por outro lado, os dogmas — como observa Frossard — não impõem à inteligência limites que lhe seja proibido ultrapassar; pelo contrário, esses dogmas impelem a inteligência para além das fronteiras do visível. Não são muros, mas antes janelas para a nossa limitação intelectual. São ajudas divinas para podermos chegar a verdades às quais a inteligência, devido à sua limitação (que havemos de fazer?), nem sempre teria fácil acesso. A Igreja apresenta apenas um pequeno conjunto de verdades de fé, mas dificilmente se pode imaginar uma Igreja sem verdades de fé.

O católico — explica Christopher Derrick — tem, na sua fé nos dogmas, uma pedra de toque da verdade. Graças a ela, pode comparar qualquer afirmação teológica com tudo o que o Magistério da Igreja tem dito a esse respeito durante dois mil anos; e, se houver um choque violento, a sua fé diz-lhe que essa teoria será, com o tempo, um dos numerosos caminhos obstruídos ou becos sem saída que pontuam a história do pensamento.

A posição da Igreja Católica em relação aos dogmas é simples e coerente:

- As verdades de fé introduzem-nos numa ordem de realidades à qual nunca teríamos chegado apenas com as nossas forças intelectuais.
- Essas verdades de fé não ficam fechadas ao pensamento nem à racionalidade, nem pretendem esgotar as possibilidades de conhecimento do homem.
- A Igreja limita-se a guardar essas verdades, porque afirma que foi o próprio Deus quem as revelou.
- O homem é livre de dar ou não o seu assentimento a esses dogmas, mas deve dá-lo se quiser chamar-se legitimamente católico.

A isto se reduz a intransigência que alguns atribuem à Igreja Católica e que não é outra coisa senão uma defesa serena e prudente do depósito da fé, bem afastada de qualquer intolerância ou fanatismo. A única coisa que a Igreja reclama é a liberdade de apresentar pública e livremente aos homens a luz que a sua mensagem lança sobre a realidade e sobre a vida.

24. SÃO NECESSÁRIOS OS DOGMAS?

- Não é a Igreja demasiado dogmática?
- Intolerância na Igreja?
- Porque faz proselitismo?
- Porque aplica sanções a teólogos?

A maior sabedoria humana é saber que sabemos muito pouco.

Sócrates

Não é a Igreja demasiado dogmática?

— Mas propor dogmas... não implica cair inevitavelmente em atitudes dogmáticas?

Há uma grande diferença entre ser dogmático e acreditar firmemente em alguma coisa. As atitudes dogmáticas nascem de «impor» dogmas, não de os «propor». E a Igreja dirige-se ao homem no mais pleno respeito pela sua liberdade. A Igreja propõe, não impõe nada.

Acreditar é uma consequência da procura natural da verdade em que todo o homem deveria estar empenhado. Pelo contrário, ser dogmático — caricatura do respeito pelos dogmas — foi o que levou alguns homens a cair em diversos fanatismos ao longo da história, nos quais, com grande frequência, se utilizou a fé como pretexto, quando, na realidade, os motivos de fundo eram muito diferentes. Mas seria injusto atribuir aos dogmas a responsabilidade por ações ou atitudes cujos únicos culpados são homens que os compreenderam mal ou os manipularam.

— Mas há algum descontentamento em certos meios em relação a esta posição da Igreja, que consideram demasiado firme, até um pouco radical.

Esse descontentamento limita-se a meios bastante restritos. Quase toda a gente compreende que a Igreja tem de se reger por um direito e manter um mínimo de disciplina. Uma Igreja cuja fé se constituísse como simples equilíbrio ou soma das opiniões dos seus membros não seria propriamente uma Igreja, mas um simples lugar de convergência de algumas preferências particulares, uma mera associação privada.

É certo que na Igreja existe uma unidade clara e firme. Mas trata-se de uma unidade que não exclui o pluralismo, que não nos faz caminhar em passo marcado. Uma grande unidade compatível com uma grande diversidade, capaz de se exprimir através de muitas línguas, povos e nações e de incorporar as legítimas tradições de muitos lugares. A Igreja Católica sempre teve presente a diversidade própria da cultura humana.

Para dar um exemplo, o prólogo do Catecismo da Igreja Católica adverte para a necessidade de adaptar a sua doutrina, em cada lugar, a diversas exigências incontornáveis, entre as quais inclui as que decorrem das diferentes culturas. E, embora a adaptação às culturas exija por vezes ruturas com hábitos ou perspetivas incompatíveis com a fé católica — uma vez que a Igreja está na história, mas, ao mesmo tempo, a transcende —, sublinha sempre os valores positivos de toda a construção cultural.

Intolerância na Igreja?

— E não é intolerância da parte da Igreja condenar ações ou atitudes que, em alguns casos, são socialmente aceites, sem atender às opiniões daqueles que as defendem?

Felizmente, ser tolerante não é partilhar em tudo a opinião dos outros. Nem deixar de manter as próprias convicções por estarem pouco na moda. De facto, ambas as coisas seriam uma boa maneira de depressa ficarmos sem nenhuma ideia própria na cabeça.

Ser tolerante é reconhecer e respeitar nos outros o direito de pensarem de modo diferente. E a Igreja fá-lo.

Por outro lado, a tolerância e o respeito pelo legítimo pluralismo nada têm que ver com uma espécie de relativismo que sustentasse não existir nada que se possa considerar intrinsecamente bom e universalmente vinculativo. Se não houvesse coisas claramente más e que não devem ser toleradas, ninguém poderia, por exemplo, censurar legitimamente Hitler pelo genocídio dos judeus.

Não se deve esquecer que esse genocídio foi perpetrado dentro das amplas margens da «justiça» e da «lei» nazis, estabelecidas a partir de eleições democráticas realizadas de forma correta. O problema é que, se não houver referência a uma verdade objetiva, os critérios morais carecem de uma base sólida e, mais cedo ou mais tarde, a verdade acaba por ficar nas mãos do poder, e a sociedade fica à mercê daqueles que podem impor as suas opiniões aos outros. Se faltarem referências permanentes, basta uma série de intervenções nos principais meios de comunicação para produzir a

impressão de que o sentir popular reclama uma coisa ou outra e de que todos têm de se adaptar a isso.

Por outro lado, como assinalou Giacomo Biffi, àqueles que pensam que a Igreja é pouco tolerante talvez fosse necessário recordar que a realidade histórica da intolerância, manifestada tragicamente como o massacre de inocentes, entra no acontecer humano precisamente com a irrupção política da razão separada da fé, com a chegada do Iluminismo. O princípio de que é lícito eliminar grupos inteiros de pessoas pelo simples facto de serem considerados um obstáculo à imposição de determinada ideologia foi aplicado pela primeira vez na história em 1793, com a atividade incansável da guilhotina e com o genocídio da Vendeia contra os camponeses católicos. E os frutos mais amargos dessa semente surgiram no século XX — o século mais sangrento de que há conhecimento — às mãos de totalitarismos ateus, com o massacre dos camponeses russos pelos bolcheviques, com o genocídio nazi, com as matanças de cambojanos levadas a cabo pelos comunistas, etc.

— Admito que as sociedades com fundamentos cristãos sejam efetivamente mais tolerantes do que as ateias, mas não estou tão certo da tolerância pessoal dos cristãos...

Não posso responder pela virtude de cada cristão, mas penso que as pessoas com convicções religiosas enraizadas caem mais dificilmente em atitudes intolerantes. Para apresentar um dado significativo — embora seja apenas um exemplo —, uma sondagem Gallup realizada recentemente nos Estados Unidos para a revista First Things, na qual se estabeleceram doze graus para medir a religiosidade, indicava que o segmento da população considerado mais religioso (o chamado «highly spiritually committed», que abrangia 13 % da população) corresponde às «pessoas mais tolerantes, mais inclinadas a realizar atos de caridade, mais preocupadas com a melhoria da sociedade e mais felizes».

Aqueles que, pela sua fé, sabem que o desejo de Deus é respeitar as convicções dos outros dispõem de mais recursos pessoais para respeitar os direitos humanos, defender a liberdade religiosa e proteger o santuário da consciência numa sociedade civil e livre. Em qualquer caso, a Igreja não

tem culpa de haver um ou outro católico mais ou menos intolerante. São coisas da vida, não da Igreja.

Porque faz proselitismo?

— A Igreja diz que não pode haver uma adesão cristã se não se tratar de uma adesão livre, mas depois faz proselitismo. E alguns entendem isso como uma violência, pois é querer levar uma doutrina a quem não pediu nada.

Se essa argumentação fosse válida, seria necessário proibir também a publicidade, porque oferece coisas que não foram pedidas. E, levada ao extremo, essa lógica poderia acabar com boa parte da liberdade de expressão.

O apostolado cristão consiste em dar testemunho daquilo que se considera ser a verdade, sem violentar ninguém. Não é, de modo algum, uma imposição. A verdade cristã não deve impor-se senão pela força da própria verdade. Portanto, a conversão de uma pessoa à fé, ou a sua vocação para uma determinada instituição da Igreja, deve proceder de um dom de Deus ao qual só se pode corresponder com uma decisão pessoal e livre, que deve ser tomada sempre em inteira liberdade, sem coação nem pressão de qualquer espécie.

Neste sentido, a tradição cristã fala, desde tempos muito antigos, de propagar a fé e de fazer proselitismo, para se referir ao zelo apostólico de anunciar a sua mensagem e incorporar novos fiéis na Igreja ou em alguma das suas instituições. Qualquer outra interpretação desses termos que os associasse ao uso da violência ou da coerção, ou que, de algum modo, pretendesse forçar a consciência ou manipular a liberdade, implicaria formas de agir que, como é evidente, são inteiramente alheias ao espírito cristão e totalmente reprováveis. Mas o desejo de propagar a própria fé ou de fazer proselitismo, sem essas conotações negativas, é algo inteiramente legítimo.

Se negássemos às pessoas a liberdade de ajudar outras a encaminharem-se para aquilo que consideram ser a verdade, cairíamos numa perigosa

forma de intolerância. Por isso, é necessário respeitar — dentro dos seus limites próprios — a liberdade de exprimir as ideias pessoais e a liberdade de desejar convencer outras pessoas através delas. Afinal, é algo que está — entre outras coisas — na essência da educação, da publicidade ou da política, e é um direito básico cada vez mais reconhecido, tanto no plano jurídico como no sociológico.

A liberdade religiosa pertence à essência da sociedade democrática e é um dos pontos fundamentais para verificar o progresso autêntico do homem em qualquer regime, sociedade ou sistema. Qualquer atentado direto ou consentido contra ela é sempre sintoma de um totalitarismo mais ou menos dissimulado. Violar o direito de exprimir ou propagar as próprias ideias ou crenças seria entrar de novo num perigoso sistema repressivo, próprio de regimes autoritários, em que se restringe a liberdade religiosa como se fosse algo subversivo, talvez com o propósito de retirar à Igreja a coragem e o impulso necessários para realizar a sua missão evangelizadora.

Porque aplica sanções a teólogos?

— Se a verdade cristã não deve ser imposta, como explicas que a Igreja continue a aplicar sanções a teólogos que mantêm posições demasiado «renovadoras»?

A Igreja Católica não obriga ninguém a acreditar em coisa alguma. O que acontece é que alguns se têm empenhado em apresentar como mártires, vítimas de injustiças clamorosas, certos sacerdotes e teólogos que pretendem continuar a dizer, a partir de cargos oficiais de instituições eclesiásticas, coisas que não são de modo algum conciliáveis com a teologia católica.

Qualquer pessoa, crente ou não, compreende que a Igreja — como qualquer outra instituição que não queira acabar na mais lamentável das confusões — deve assegurar que as pessoas que a representam exprimem fielmente a sua doutrina. E, embora essa doutrina seja compatível com a evidente multiplicidade do pensamento cristão, há coisas que não são pluralidade, mas contradição.

Faz parte da missão da Igreja verificar se uma linha de pensamento ou de expressão da fé pertence ou não à verdade católica. E manter essas garantias exige um direito e uma autoridade que julgue de acordo com ele e que depois se ocupe de aplicar as suas decisões.

E há que dizer que os procedimentos judiciais da Igreja são muito mais respeitadores e conciliadores do que os utilizados na justiça civil. Basta ler o Código de Direito Canónico para ver que a Igreja não é uma instituição sujeita à arbitrariedade. Os direitos das pessoas são enormemente respeitados, mesmo à custa de, por vezes, se incorrer numa certa lentidão.

25. SE MODERASSE AS SUAS EXIGÊNCIAS...

Uma conduta desregrada aguça o engenho e falseia o juízo.

De Bonald

Não conseguiria mais adesões?

— E não achas que, se a Igreja moderasse as suas exigências, haveria mais crentes?

Francamente, penso que não. Há pessoas que garantem que teriam fé se vissem um morto ressuscitar, ou se a Igreja reduzisse as suas exigências em matéria sexual, ou se as mulheres pudessem aceder ao sacerdócio, ou simplesmente se o seu pároco fosse menos antipático. Mas é muito provável que, se essas condições se cumprissem, a sua descrença encontrasse imediatamente outras. Porque, como diz Robert Spaemann, a pessoa que não acredita é incapaz de saber em que condições estaria disposta a acreditar. E aqueles que não acreditam porque o seu laxismo moral os impede, penso que também não acreditariam mesmo que um morto ressuscitasse debaixo dos seus olhos. Depressa encontrariam alguma explicação engenhosa que lhes permitisse continuar a viver como até então.

— Mas, mesmo que não fosse para «captar» crentes, a Igreja poderia moderar as suas exigências em benefício daqueles que acreditam. Parece-me que foi o próprio São Tomás quem disse que a virtude está no meio...

Disse-o, efetivamente, mas referia-se ao ponto intermédio entre dois extremos errados, não a fazer a média aritmética entre a verdade e a mentira, ou entre o bem e o mal. Porque isso seria incorrer em algo semelhante ao que disse, há tempos, um deputado do nosso país: «Quando alguém diz que dois mais dois são quatro e aparece outro a dizer que dois mais dois são seis, surge sempre um terceiro que, em nome do necessário diálogo e do respeito pelas opiniões alheias — tudo pela moderação e pelo

entendimento —, acaba por concluir que dois mais dois são cinco. E não faltarão aqueles que o considerem um homem conciliador e tolerante.»

A Igreja, tal como qualquer pessoa sensata, defende aquilo que considera verdadeiro e não quer diluir essa verdade. Ninguém deveria chamar intolerância a isso, que não é mais do que defender coerentemente as próprias convicções. Se alguém se queixasse, demonstraria ter um conceito bastante intolerante da tolerância.

Porque não podem os padres casar?

— Não compreendo porque é que a Igreja Católica não permite que os padres casem ou que se ordenem pessoas casadas. Sobretudo tendo em conta a preocupante escassez de sacerdotes.

A Igreja Católica do Ocidente — respondo-te desenvolvendo ideias de Jean-Marie Lustiger — optou por escolher os seus sacerdotes entre homens que receberam o carisma do celibato. É algo mais do que uma simples disciplina canónica: é uma opção inspirada pelo próprio Jesus Cristo. Mas é verdade que também mantém e recorda a possibilidade e o seu direito de ordenar homens casados. Essa é a tradição, por exemplo, das Igrejas Católicas de rito oriental unidas a Roma.

Quanto ao que dizes sobre a premente falta de sacerdotes, a questão do casamento não se revelou determinante nem decisiva em relação às novas vocações. E isso pode verificar-se facilmente. Basta observar as Igrejas orientais (nas quais também se ordenam sacerdotes casados), o anglicanismo e o luteranismo (nestes, além disso, são bem remunerados), e facilmente se verifica que em nenhum dos três casos existe uma correlação entre vocações e casamento. De facto, a diminuição das vocações de pastores luteranos e anglicanos é superior à dos sacerdotes católicos nesses mesmos países.

Pelo contrário, vêem-se surgir, de forma persistente e significativa, vocações de sacerdotes solteiros em Igrejas que admitem a ordenação de homens casados. É um dado pouco conhecido, mas que confirma uma

tendência que avança há um século no anglicanismo, nas Igrejas orientais, no luteranismo alemão e entre alguns protestantes franceses.

Não deveria adaptar-se mais aos tempos?

«Embora a Igreja tenha procurado adaptar-se às diferentes culturas e lugares — dizia-me certa pessoa numa ocasião —, penso que, em geral, lhe tem faltado agilidade para se atualizar.

Parece-me que a Igreja tem estado habitualmente pouco atenta às mudanças dos tempos e se tem esforçado pouco por ser progressista e se antecipar a oferecer aquilo que as pessoas pedem em cada momento. Penso que lhe faria bem um pouco de mentalidade empresarial e talvez algumas noções de marketing. Hoje em dia, é imprescindível conhecer bem os mercados e as leis que os regem.

Penso — voltou a sentenciar — que essa é uma das razões pelas quais perdeu seguidores. Eu recomendar-lhe-ia, como única saída para a sua sobrevivência, que adaptasse as suas posições ao mundo moderno.»

Em primeiro lugar, seria necessário dizer que a Igreja Católica não parou de crescer em número de fiéis ao longo destas últimas décadas. Mas, mesmo que assim não fosse, não se pode entender ou tratar a fé como uma simples estratégia de sobrevivência nos mercados comerciais. A Igreja não é uma empresa, nem um movimento associativo, nem um partido político, nem um sindicato. As verdades de fé ou as exigências da moral não podem ser tratadas como se a verdade fosse o menos importante e o essencial fosse ser eficaz, ser muitos ou ser moderno.

A Igreja tem de se adaptar aos tempos, é verdade, e necessita de uma renovação contínua. Mas tem de manter a sua identidade, sem ceder no que é fundamental na sua mensagem. O seu objetivo não é alinhar-se onde houver mais gente, nem concordar com as tendências mais difundidas em cada época, nem satisfazer as exigências do marketing do momento. Para a Igreja — como dizia Thoreau —, o mais importante não é o novo, mas aquilo que nunca foi nem será velho.

E, quanto ao progressismo, convém perguntar primeiro em que direção se quer progredir. Caso contrário, seria utilizar uma palavra talvez muito sugestiva para alguns — cada vez para menos —, mas que, assim, por si só, não diz nada de concreto.

Sempre me pareceu que o progresso é bom, pois costuma ser obra dos insatisfeitos, daqueles que não se conformam, daqueles que procuram caminhos arriscados na vida. Mas parece-me uma simplificação recorrer à velha técnica de se autodenominar progressista para classificar os outros de imobilistas, para desqualificar, sem qualquer debate, quem pensa de maneira diferente. Chamar retrógrados, integristas, tradicionalistas ou coisas semelhantes a todos aqueles que têm opiniões contrárias às nossas é sinal, pelo menos, de um discurso intelectual bastante pobre.

Da mesma maneira, também não é sério chamar progressista a quem vive com a ânsia — talvez com o complexo — de dançar sempre ao ritmo da moda do momento. Quem funciona assim está marcado pelo estigma do passageiro, daquilo que depressa será ultrapassado por outros tempos e outras modas. São soldados rasos de uma massa, de um exército sem comandos, em que ninguém sabe quem dá as ordens, mas em que estas, apesar disso, são obedecidas com disciplina prussiana.

Hoje, como ontem, a Igreja tem de escutar essas vozes críticas e ponderá-las, como sempre se deve fazer com a crítica. Mas não pode aderir àquilo que aparentemente agradaria a mais pessoas, mas dificulta o cumprimento da sua missão. Entre outras coisas, porque somos servidores da Igreja, não aqueles que decidem o que é a Igreja. Temos de saber o que Deus quer e colocar-nos ao seu serviço.

Não deveria ser mais compreensiva?

— Mas não te parece que a Igreja deveria ser um pouco mais compreensiva com a fraqueza dos homens?

Um médico não é acusado de falta de compreensão quando diagnostica um cancro e diz que seria necessário operar. No entanto, por vezes, os «médicos do espírito» são acusados de serem pouco compreensivos ou de

lhes faltar compaixão quando diagnosticam uma falta ou um pecado e sugerem que seria necessário arrepender-se e mudar.

Tal como o médico se compadece do doente com cancro mostrando-se inflexível perante o tumor, a Igreja compadece-se da fraqueza humana do pecador mostrando-se inflexível perante o pecado. É um dever por vezes difícil de ouvir, e até de enunciar, mas um dever incontornável.

A Igreja recorda, com a luz de Deus, que o homem pode distinguir o bem do mal. Nunca pode chamar bem ao mal, a não ser à custa de uma mentira que o destrói a si próprio. Esta é uma questão fundamental para a felicidade e para a liberdade. O bem é um caminho que se abre para a felicidade. O mal é um abismo onde, de repente, o homem se precipita como que no nada. Por isso, os preceitos da Igreja não são proibições arbitrárias, mas uma salvaguarda da liberdade humana.

A Igreja apela à razão para reconhecer esta luz sobre o homem e sobre a sua condição e, ao recordar o que é razoável, defende até ao fim a responsabilidade da liberdade. Escolher o bem digno do homem não é chamar «bem» àquilo de que gosto ou que satisfaz os meus interesses. É respeitar a dignidade pessoal e comum a todos.

Por isso, há muitos temas em que a Igreja está obrigada a dizer sempre o mesmo sobre o mesmo. Isso sim, com uma graça nova em cada dia. Mas sem se deixar arrastar pelas modas do momento. Por isso, a Igreja tem uma lógica interna esmagadora quando diz: não me peçam que mude a norma; adapte o seu comportamento à norma, se quer realmente viver a fé católica.

O essencial da fé — observa Manuel Hidalgo — é como o essencial da medicina. Olhe, doutor, é que hoje em dia as pessoas bebem muito... Poderia autorizar-me uma garrafa de uísque por dia? Pois olhe, o uísque acabará por lhe destruir o fígado. Além disso, se não beber, aqueles que o virem terão menos uma razão para destruírem o seu próprio fígado. É que eu gosto de beber. Ah, nesse caso faça o que quiser e não me pergunte. É duro, não é? Talvez por isso haja tantos que não querem saber dos médicos. E ainda mais quando se trata de sexo, de que muitos gostam mais do que de uísque. Ouça, esse exemplo não serve, porque o sexo é das coisas mais

naturais. Sim, e os ovos de galinha também são naturais e fazem subir o colesterol... Que havemos de fazer!

Essa honestidade da Igreja Católica, que sustenta com exemplar firmeza os seus princípios morais, apesar de não serem nada complacentes com a fraqueza humana, é como a dos bons médicos, que te dizem o que têm de te dizer, gostes ou não. Porque, para andar de médico em médico até encontrar um que te deixe fazer o que te apetecer, mais vale não ir ao médico. E, se uma igreja — com minúscula — fosse muito complacente e te desse sempre razão, não seria a Igreja.

13. VALOR HISTÓRICO DOS EVANGELHOS

Muitas vezes, basta mudar de modo de viver para acreditar na verdade que se negava.

Hugo de Lamennais

Merecem credibilidade os Evangelhos que conhecemos?

— Não serei eu a negar agora a existência de Jesus Cristo. Mas como sabemos que os Evangelhos merecem credibilidade quanto àquilo que Ele fez e disse?

Um livro histórico — como são os Evangelhos — merece credibilidade quando reúne três condições fundamentais: ser autêntico, verídico e íntegro. Isto é, quando o livro foi escrito na época e pelo autor que lhe são atribuídos (autenticidade), quando o autor conheceu os acontecimentos que relata e não quer enganar os seus leitores (veracidade) e, por último, quando chegou até nós sem alteração substancial (integridade).

Os Evangelhos parecem autênticos, em primeiro lugar, porque só um autor contemporâneo de Jesus Cristo ou um discípulo imediato seu poderia tê-los escrito. Se tivermos em conta que, no ano 70, Jerusalém foi destruída e a nação judaica desterrada em massa, dificilmente um escritor posterior, com os meios de que então dispunha, poderia ter descrito bem os lugares; ou simulado os hebraísmos que figuram no grego corrente em que está

redigido quase todo o Novo Testamento; ou inventado as descrições que ali aparecem, tão ricas em pormenores históricos, topográficos e culturais, confirmados pelas sucessivas descobertas arqueológicas e pelos estudos sobre outros autores daquele tempo. Os factos mais relevantes da vida de Jesus são perfeitamente comprováveis através de fontes independentes de conhecimento histórico.

Quanto à integridade dos Evangelhos, encontramo-nos numa situação privilegiada, pois, desde os primeiros tempos, os cristãos fizeram numerosas cópias em grego e em latim, para o culto litúrgico e para a leitura e meditação das Escrituras. Graças a isso, os testemunhos documentais do Novo Testamento são abundantíssimos. Atualmente, conhecem-se mais de 6000 manuscritos gregos. Há ainda cerca de 40 000 manuscritos de traduções antiquíssimas para diversas línguas (latim, copta, arménio, etc.), que dão testemunho do texto grego que os tradutores tiveram diante de si. Chegaram até nós 1500 lecionários de Missas que contêm a maior parte do texto dos Evangelhos, distribuído em leituras ao longo de todo o ano. E a tudo isso é preciso acrescentar as numerosíssimas citações do Evangelho em obras de escritores antigos, que são como fragmentos de outros manuscritos anteriores que não chegaram até nós.

Toda esta variedade e extensão de testemunhos dos Evangelhos constitui uma prova historicamente incontestável. Se a comparássemos, por exemplo, com aquilo que conhecemos das grandes obras clássicas, veríamos que os manuscritos mais antigos que delas se conservam estão muito mais distantes da época do seu autor. Por exemplo: Virgílio (século V, cerca de 500 anos depois da redação original), Horácio (século VIII, mais de 900 anos depois), Platão (século IX, cerca de 1400), Júlio César (século X, quase 1100) e Homero (século XI, cerca de 1900 anos depois). No entanto, há papiros dos Evangelhos datados de épocas muito próximas da sua redação original (graças aos progressos dos estudos filológicos, podem ser datados com grande precisão): o Códice Alexandrino, cerca de 300 anos depois; o Códice Vaticano e o Sinaítico, cerca de 200; o papiro Chester Beatty, entre 125 e 150; o Bodmer, aproximadamente 100; e o papiro Rylands, finalmente, dista apenas 25 ou 30 anos.

— Mas, mesmo sendo os manuscritos numerosos e muito antigos, os copistas poderiam sempre ter feito interpolações ou deturpado algumas passagens. Suponho que não se pode garantir uma certeza total sobre o texto que conhecemos.

Tem em conta que, havendo tantas cópias e de proveniências tão diversas (são dezenas de milhares, em várias línguas, encontradas em lugares e datas muito distantes), é muito fácil desmascarar o copista que introduz alguma alteração no texto, porque este difere das outras cópias que chegaram até nós. Apareceu, de facto, um número reduzido de falsificações ou cópias apócrifas, mas foram sempre facilmente detetadas graças à prodigiosa concordância das restantes versões.

Isso tem sido comprovado ao longo do próprio processo histórico de descoberta dos diversos manuscritos. Por exemplo, no século XVI fizeram-se numerosas edições impressas, baseadas em profundos estudos críticos de cópias manuscritas, algumas das quais remontavam ao século VIII, o mais antigo que então se conhecia. Posteriormente, foram encontrados códices dos séculos IV e V, que concordavam substancialmente com aqueles textos impressos. Mais tarde, foram sendo encontrados cerca de cem novos papiros escritos entre os séculos II e IV, na sua maioria provenientes do Egito, que também revelaram uma concordância surpreendente com as cópias existentes.

Tendo em conta a enorme diversidade de proveniências de cada um desses documentos — repito que são dezenas de milhares, oriundos de lugares muito diferentes —, pode deduzir-se que a prodigiosa concordância de todas as versões que chegaram até nós constitui um testemunho esmagador da veneração e da fidelidade com que os Evangelhos foram conservados ao longo dos séculos, bem como da sua autenticidade e integridade indiscutíveis. O Novo Testamento é, sem comparação com qualquer outra obra literária da Antiguidade, o livro mais bem e mais abundantemente documentado.

É verdade o que os Evangelhos contam?

Quanto à veracidade dos Evangelhos, poderiam apontar-se inúmeras razões. Pascal, referindo-se ao testemunho que os primeiros cristãos deram com a sua vida, apresenta um argumento muito simples e convincente: acredito mais facilmente nas histórias cujas testemunhas se deixam martirizar para confirmar o seu testemunho.

Terem chegado à morte por fidelidade aos ensinamentos dos Evangelhos confere a essas pessoas uma forte garantia de veracidade. Pelo menos, conhecem-se poucos mentirosos que tenham morrido para defender as suas mentiras.

Além disso, é bastante significativo, por exemplo, que os evangelistas não ocultem os seus próprios defeitos nem as repreensões recebidas do seu mestre, e que relatem factos embaraçosos para os cristãos, que um falsificador poderia ter escondido. Porque não foram corrigidas, ou pelo menos um pouco retocadas, as passagens mais delicadas? Que razões existem, por exemplo, para narrar a traição e a morte dramática de Judas, um dos doze apóstolos, escolhido pessoalmente por Jesus Cristo? Houve muitas oportunidades — observa Vittorio Messori — para omitir esse episódio, que desde o início foi motivo de escárnio contra os cristãos («Que espécie de profeta é este — ironizava Celso — que nem sequer sabe escolher os seus seguidores?»). No entanto, a passagem chegou inalterada até nós. A única explicação razoável é que esse facto, por mais lamentável que fosse, aconteceu realmente. Os evangelistas estavam obrigados a respeitar a verdade porque, caso contrário — e deixando de lado outros motivos —, as falsificações teriam sido denunciadas pelos seus contemporâneos. Naqueles tempos, os cristãos foram alvo de troça, foram considerados loucos, mas não se pôs em causa que aquilo que pregavam correspondesse à verdade do que acontecera.

Além disso, se se tratasse de inventar, dificilmente os evangelistas teriam imaginado episódios como a fuga dos apóstolos perante a Paixão, a tripla negação de Pedro, as palavras de Cristo no Horto das Oliveiras ou a sua exclamação na cruz («Meu Deus, meu Deus, porque Me abandonaste?»), acontecimentos que ninguém teria ousado escrever se não tivessem sido rigorosamente reais, pois contrariavam profundamente a ideia de um Messias vitorioso e poderoso, tão enraizada na mentalidade hebraica

da época. Perante contrastes deste género, o próprio Rousseau, nada suspeito de simpatia pela fé católica, costumava afirmar, ao falar dos Evangelhos: «Invenções...? Meu amigo, não é assim que se inventa.»

Nestes dois últimos séculos, tentou-se inúmeras vezes negar a veracidade dos Evangelhos. No entanto, os progressos científicos foram tornando evidente que a maioria desses argumentos era ditada pelo preconceito ideológico. E toda essa crítica, que em certos momentos pareceu pôr a fé em crise ao tentar eliminar a sua base histórica, acabou antes, como que por efeito indireto, por a fortalecer. Um grande número de descobertas sucessivas foi dissipando pouco a pouco toda a nuvem de hipóteses que contra ela se tinham formado. «Hoje — afirma Lucien Certaux —, depois de dois séculos de ataques críticos, estamos a descobrir com surpresa que, possivelmente, a maneira mais científica de ler os Evangelhos é lê-los com simplicidade.»

Houve realmente milagres?

— Não é um pouco infantil acreditar nos milagres? Muita gente sustenta que todos têm uma explicação natural...

De facto — respondo-te desenvolvendo ideias de André Frossard —, muitos procuraram dar uma explicação natural aos milagres do Evangelho.

Os progressos da medicina — afirmam essas pessoas — sugerem hoje possíveis explicações naturais para os milagres de cura de paralíticos, surdos-mudos, endemoninhados, etc. Por exemplo, todas as doenças passam por fases de remissão, sobretudo tendo em conta a sugestão que poderia existir nestes casos e o facto de não se saber se depois recaíram na doença. Também explicam facilmente a ressurreição dos mortos. Dizem que, naquela época, as certidões de óbito eram passadas com base em simples aparências, e não é de admirar que alguns depois reanimassem (segundo estes homens, o número de pessoas enterradas vivas na Antiguidade deve ter sido enorme). Outros milagres, como caminhar sobre as águas ou a multiplicação dos pães, explicam-nos como efeito de miragens, ilusões óticas ou coisas semelhantes. E os fenómenos sobrenaturais, como formas ingénuas de explicar a espíritos simples as realidades habituais difíceis de

compreender. Para todos os milagres, mesmo os mais espetaculares, encontram uma explicação simples. Quanto à passagem do Mar Vermelho, por exemplo, afirmam que poderia perfeitamente ter ocorrido por efeito de um movimento sísmico ou atmosférico que teria dividido o mar em dois e, ao cessar bruscamente a rajada de vento com a passagem do último hebreu, as muralhas líquidas do mar voltaram a juntar-se, engolindo os soldados do faraó. Há, sem dúvida, explicações naturais dos milagres ainda mais milagrosas do que os próprios milagres.

Parece que essas pessoas, que tanto se empenham em ensinar-nos a ler o Evangelho «de uma forma madura», têm medo de ser consideradas espíritos simplistas e, por isso, exibem um engenho notável para racionalizar a fé e eliminar dela todo o fenómeno sobrenatural, sugerindo em troca espantosas interpretações figuradas, simbólicas ou alegóricas. No fim, acabam por querer que acreditemos que a única coisa verdadeira em todos os Evangelhos são as notas de rodapé que elas próprias acrescentam.

No entanto, poder-se-ia objetar que, desde as origens, todos os grandes espíritos nascidos da fé cristã deram crédito aos relatos — evidentemente miraculosos — da Anunciação, da Ascensão ou do Pentecostes, sem nunca recorrerem a esse tipo de interpretações. Por outro lado, não há notícia de que algum desses especialistas em ensinar-nos a interpretar a Sagrada Escritura tenha alguma vez tido sequer uma das alucinações ou miragens a que tanto recorrem para explicar os milagres que aconteceram aos outros. Teriam de nos explicar como puderam ser tão comuns naquela época, além disso de forma coletiva e perante pessoas extremamente céticas em relação a eles. Talvez seja porque, como nunca viram um anjo nem encontraram um corpo glorioso — eu também não —, não admitem que alguém possa ter tido tanta sorte. Acabam por se parecer com aquelas pessoas que resistem a acreditar que Armstrong tenha pisado a Lua pelo simples facto de não terem podido estar lá com ele.

— Mas talvez, quando a ciência avançar mais, se encontre uma explicação para esses milagres...

A crença ou a descrença nos milagres — escreveu Lewis — está fora do âmbito da ciência experimental. Não importa quanto esta progrida: os milagres são reais ou impossíveis independentemente dela. O incrédulo

pensará sempre que se trata de miragens ou de fenómenos naturais de causas desconhecidas. Mas não por exigência da ciência: antes porque excluiu de antemão a possibilidade do sobrenatural.

— E parece-te muito importante para a fé admitir os milagres?

O Evangelho sem milagres fica reduzido a uma coleção de amáveis lições de moral filantrópicas. A pregação dos apóstolos e o testemunho dos mártires perderiam quase todo o sentido. Por outro lado, se os milagres são impossíveis, não se pode acreditar que Deus Se fez homem, nem na sua ressurreição, que são milagres centrais da fé cristã. «Postos de lado os milagres — afirma Lewis —, só restam, além da posição ateia, o panteísmo ou o deísmo. Em qualquer caso, um Deus impessoal que não intervém na natureza nem na história, que não interpela, não manda nem proíbe. Este é o motivo fundamental pelo qual uma divindade imprecisa e passiva se torna tão tentadora para alguns.»

A ação social da Igreja

— Há quem considere que a ação social da Igreja é pouco eficaz.

E outros dizem que essa preocupação social é uma ingerência indevida. Parece que, se faz alguma coisa, faz mal; se não faz, é acusada de passividade; e, se apenas dá conselhos, de ineficácia. Não é fácil agradar a todos, sobretudo quando, muitas vezes, essas críticas são uma simples estratégia para tentar negar à Igreja qualquer legitimidade nas suas atuações.

No entanto, eu pediria a esses críticos que mostrassem o que fizeram nessa matéria. Ou que dissessem que instituições prestaram, ao longo da história, um serviço social como aquele que a Igreja Católica prestou. A preocupação efetiva que a Igreja demonstrou através das suas instituições no campo da educação, do cuidado dos doentes, das pessoas com deficiência, dos marginalizados, dos necessitados, etc., é realmente difícil de igualar.

Além disso, aquilo que a Igreja faz fundamentalmente é responsabilizar os cristãos — e todos os homens de boa vontade que a queiram escutar — para que iluminem com a luz da fé todas as realidades humanas. A Igreja, enquanto tal, não apresenta soluções concretas nem únicas para os problemas políticos ou económicos, mas oferece orientações para o desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade.

E isto é importante porque, embora haja certamente cálculos políticos errados e decisões económicas imprudentes, por detrás dos principais problemas que afligem a humanidade há sempre uma dimensão ética que remete para atos concretos de egoísmo das pessoas. Todas essas situações de crise seriam muito aliviadas se a mensagem cristã impregnasse mais profundamente a vida dos homens.

O cristianismo — escreve Ignacio Sánchez Cámara — constitui a raiz dos principais valores que sustentam a nossa civilização, incluindo os daqueles que, talvez por ignorância, o combatem. É fácil diagnosticar, em cada mal que nos aflige, a ausência gritante de um valor cristão desprezado ou ausente: o terrorismo, a violência, a guerra, a corrupção, a falta de solidariedade, o materialismo... E, se passarmos do domínio da moral para o da cultura, seria necessário recordar não só o contributo do cristianismo para a sobrevivência e a difusão da cultura clássica antiga, mas também a sua criação das mais elevadas obras, das catedrais ao canto gregoriano, da mística a Bach. Poderia dizer-se que o esquecimento da religiosidade é uma das causas fundamentais da degradação da cultura contemporânea e que o cristianismo constitui um poderoso instrumento para melhorar o mundo. Impedir a difusão social dos princípios cristãos é privar-nos não só de uma esperança de salvação, mas também de todo um arsenal de princípios que nos permitem crescer em excelência e dignidade.

As riquezas da Igreja

— Mas o que dizes do grande património da Igreja Católica?

A Igreja foi construindo templos, hospitais, dispensários, orfanatos, seminários, escolas e outros edifícios, aqueles que em cada momento —

com maior ou menor acerto — foram considerados adequados para melhor cumprir a sua missão.

Tudo isso é um património que nasceu, em cada caso, para o culto e para a evangelização e que, por maior que possa parecer — foi acumulado ao longo de dois mil anos —, não é uma fonte importante de receitas, mas antes o contrário. Na melhor das hipóteses, cobre as despesas de manutenção. Tem sobretudo um valor de uso, que é o que costuma justificar a sua existência.

— Mas alguns desses edifícios têm hoje um grande valor imobiliário, e há museus com obras de grande valor artístico. A Igreja poderia vender tudo e entregá-lo aos pobres.

É verdade que há coisas de grande valor, mas de muito difícil aproveitamento comercial. Para começar, a maioria dos Estados proíbe a venda dos bens de interesse cultural. Além disso, a quem iria a Igreja vender uma catedral, uma igreja de aldeia... ou o próprio Museu do Vaticano? Por outro lado, seria como pedir ao ministro das Finanças que cobrisse o défice público do país deste ano vendendo todos os quadros do Museu do Prado: não creio que a história viesse a julgar muito bem semelhante operação.

— E porque se adornam os lugares de culto com materiais preciosos de tanto valor?

As pessoas que gostam umas das outras oferecem-se coisas de valor, mesmo que isso lhes exija um sacrifício (ou talvez precisamente por isso). As pessoas adornam-se com anéis de ouro... Porque se lhes há de proibir que ofereçam algo valioso para o culto de Deus ou para uma imagem que veneram?

— Mas essas coisas dão à Igreja uma imagem de riqueza e opulência...

Seria uma visão superficial. Precisamente o facto de não ser rica ajudou a Igreja a conservar melhor o seu património. Por exemplo, as instituições civis costumam ter dinheiro abundante e substituem frequentemente as cadeiras dos seus vereadores ou parlamentares, o que não acontece com os

cadeirais das catedrais, que, graças a isso, se conservam durante séculos. Ter muito dinheiro leva a substituir as coisas e a perder a sua valorização histórica. A Igreja tem bens que utiliza para poder cumprir eficazmente os seus fins e vai-os administrando como melhor sabe e pode, conforme a sua situação económica o permite. E isso é hoje tão claro que poucas pessoas sustentam já seriamente que as finanças da Igreja sejam desafogadas ou que os padres tenham grandes comodidades ou salários elevados. É um velho lugar-comum que, felizmente, vai caindo no esquecimento.

— E o que dizes dos investimentos que por vezes fez e que acabaram em grandes escândalos?

Há ocasiões em que dioceses ou instituições religiosas procuraram obter maior rentabilidade das suas próprias reservas ou dos donativos que recebem para obras sociais. Isso é perfeitamente legítimo, ou até uma obrigação, se relermos a parábola dos talentos. O problema é que, ao procurar uma maior rentabilidade para os recursos colocados à sua disposição para realizar boas obras, se os investirem em aplicações de risco excessivo, podem perdê-los ou ser vítimas de burla, como infelizmente aconteceu com mais frequência do que seria desejável.

É verdade que em tudo isso pode haver culpa, embora seja igualmente verdade que nem sempre quem é enganado é culpado. Em todo o caso, não é propriamente um problema da Igreja enquanto instituição, mas do acerto e da prudência do responsável de cada lugar, que pode enganar-se e ser enganado, como acontece a todos nós.

O que acontece mais frequentemente perante esses factos — escreveu Ignacio Sánchez Cámara — é que o anticlericalismo tem o sono leve, e basta o mais pequeno ruído para o despertar do seu torpor secular. Perante qualquer acontecimento desse género, o velho monstro latente afirmará categoricamente que a Igreja, assim, em geral, sem distinções, é culpada. E dizem-no porque, para eles, a Igreja já leva vinte séculos de culpabilidade. Para esse anticlericalismo, que se pretende filho do Iluminismo quando é antes filho da falta de esclarecimento e de informação, basta que parte de uma ordem religiosa, de uma diocese ou de qualquer outra entidade tenha perdido parte das suas poupanças para se desencadear a tempestade anticlerical. Não importa que possam ter agido como burlões ou como

vítimas de burla — o que não é exatamente a mesma coisa —, ou que o investimento em bolsa constitua uma opção legítima para todos os cidadãos, pois, se o investidor é eclesiástico, já o veem como um especulador sem escrúpulos.

Não há um poder financeiro unificado no seio da Igreja; cada diocese ou instituição católica é administrada independentemente das outras. O bispo não fiscaliza todas as contas de outras entidades administrativas que atuam na sua diocese. Isto é importante para não cairmos em generalizações injustas. Investir na bolsa ou em instituições de poupança é lícito, e o problema costuma estar na possibilidade de serem vítimas de burla. Para o bom anticlerical, a Igreja estará sempre do lado dos burlões, e ele não deixará passar a ocasião de pedir que a Igreja deixe de receber os subsídios a que têm direito as mais extravagantes organizações, que prosseguem os fins mais insólitos.

E, embora alguma vez — foram poucas, na verdade — tenha havido má-fé por parte dos eclesiásticos investidores, é o mesmo que aconteceu com todo o tipo de instituições — políticas, sindicais, etc. — que recebem apoios económicos para a função que desempenham, e a ninguém ocorreria pedir a supressão dos subsídios a todos os partidos ou a todos os sindicatos por causa de uma fraude concreta de um deles, num determinado momento. Tudo isto prova que o anticlericalismo tem razões que a razão desconhece e que, quando se trata da Igreja, o bem é atribuído à parte e o mal ao todo. A patologia é velha, demasiado velha.

15. DEVE A IGREJA PEDIR PERDÃO PELOS SEUS ERROS?

Um homem nunca deve envergonhar-se de reconhecer que se enganou, o que equivale a dizer que hoje é mais sábio do que foi ontem.

Jonathan Swift

Um ato de coragem e humildade

Hoje é frequente, felizmente, que instituições e Estados peçam publicamente perdão por ofensas cometidas pelos seus antecessores. Também a Igreja, sobretudo desde o Concílio Vaticano II, se tem mostrado disposta a realizar essa tarefa de revisão histórica dos erros e das incoerências dos católicos ao longo dos séculos.

A Igreja, ao expor as verdades do depósito da fé que lhe foi confiado, goza de uma infalibilidade concedida pelo próprio Jesus Cristo. Essa infalibilidade, segundo a doutrina católica, estende-se às declarações do magistério solene, ao magistério ordinário e universal e àquilo que é proposto de modo definitivo sobre a doutrina da fé e dos costumes. No entanto, nas atuações pessoais dos católicos, houve e haverá sempre erros, mais ou menos graves, como acontece com todos os seres humanos. A Igreja assume com viva consciência esses pecados dos seus filhos, recordando com dor todas as circunstâncias em que, ao longo da história, os católicos se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espetáculo de maneiras de pensar e de agir que eram verdadeiras formas de contratestemunho e de escândalo.

Por isso, a Igreja encoraja os seus filhos à purificação e ao arrependimento de todos os erros, infidelidades, incoerências e demoras. Fazê-lo constituiu um ato de coragem e também uma manifestação de humildade e, portanto, uma maior aproximação a Deus. Ao rever a sua história e suscitar o arrependimento pelos eventuais erros e deficiências de quantos tiveram e têm o nome de cristãos ao longo da história, a Igreja dá exemplo daquilo que prega constantemente.

Pelo vínculo que, na Igreja, une todos os fiéis, nós, cristãos de hoje, carregamos de algum modo o peso dos erros e das culpas daqueles que nos precederam (embora não tenhamos responsabilidade pessoal nesses erros), e é nesse sentido que a Igreja pede agora perdão por essas culpas. A Igreja abraça os seus filhos do passado e do presente numa comunhão real e profunda e assume sobre si o peso também das culpas passadas, para purificar a memória e viver a renovação do coração e da vida segundo a vontade do Evangelho.

Sem pedir nada em troca

A Igreja pede perdão e, por sua vez, oferece o seu perdão a todos aqueles que a ofenderam (questão bastante significativa, se pensarmos nas numerosas perseguições que os cristãos sofreram ao longo da história). Mas a Igreja não exige que os outros peçam perdão como condição para ela própria o fazer. Não pede nada em troca.

Pedir perdão pelas culpas do passado é um sinal de vitalidade e de autenticidade da Igreja, que reforça a sua credibilidade e ajudará a modificar essa falsa imagem de obscurantismo e intolerância com que, por ignorância ou má-fé, alguns setores de opinião se comprazem em identificá-la. Esclarecer a verdade será sempre uma libertação.

Esclarecer a verdade histórica

A Igreja é uma sociedade viva que atravessa os séculos e, nesse caminhar pela história, não pode evitar que o bom grão esteja misturado com o joio, que a santidade se encontre ao lado da infidelidade e do pecado.

Esclarecer a verdade fará com que a luz se destaque mais das sombras, porque, a par das suas falhas, sobressairão os seus grandes méritos. Não se pode esquecer que foi a Igreja que deu origem aos hospitais, aos hospícios, às escolas e às universidades; que milhões de cristãos, em todo o mundo, se dedicaram a uma tarefa missionária que era também uma tarefa de assistência e de caridade, muitas vezes heroica até ao martírio.

É necessário evitar tanto uma apologética que pretenda justificar tudo como uma culpabilização indevida, própria de cristãos complexados. A Igreja não tem medo da verdade que emerge da história. Está disposta a reconhecer erros onde eles se tenham verificado. Mas desconfia dos juízos generalizados de absolvição ou de condenação sobre as diversas épocas históricas. Confia na investigação paciente e honesta do passado, livre de preconceitos de natureza confessional ou ideológica.

O seu pedido de perdão não é uma ostentação de humildade fictícia, nem uma retratação da sua história, certamente rica em méritos no campo da caridade, da cultura e da santidade. Corresponde antes a uma exigência irrenunciável de verdade que, a par dos aspetos positivos, reconhece os limites e as fraquezas humanas das sucessivas gerações de cristãos.

O facto de, por vezes, ao longo da história, a verdade ter sido defendida com atitudes ou atos de intolerância, e até de, por erro, se ter chegado a levar homens à fogueira, não é culpa da verdade, mas daqueles que não souberam compreendê-la. Tudo, até o que há de maior, pode degradar-se. É verdade que o amor pode levar um insensato a cometer um crime, mas nem por isso se deve abominar o amor ou a verdade, que nunca deixarão de ser as raízes que sustentam a vida humana.

16. O QUE ACONTECEU REALMENTE COM A INQUISIÇÃO?

Mesmo que tivésseis cem belas qualidades, as pessoas olhar-vos-iam pelo lado menos favorável.

Molière

Um conceito errado de liberdade religiosa

A origem da Inquisição remonta ao século XIII. O primeiro tribunal para julgar delitos contra a fé nasceu na Sicília, no ano de 1223. Por essa época, surgiram na Europa diversas heresias que rapidamente alcançaram uma difusão considerável. Inicialmente, tentou-se que os seus seguidores mudassem de posição através da pregação pacífica, mas depois passaram a ser formalmente combatidos. Foi nessas circunstâncias que nasceram os primeiros tribunais da Inquisição.

— E não é um contrassenso perseguir a heresia dessa maneira?

É. Mas não se deve esquecer a estreita ligação que existiu, durante muitos séculos, entre o poder civil e o eclesiástico. Se a heresia era perseguida com tamanha dureza, era sobretudo pela forte perturbação da paz social que causava.

— E como pôde um erro desses durar tanto tempo?

Cada época caracteriza-se tanto pelas suas intuições como pelas suas cegueiras. A história mostra como povos inteiros permaneceram, durante períodos muito longos, mergulhados em erros surpreendentes. Basta recordar, por exemplo, que durante séculos foram consideradas normais a escravatura, a segregação racial ou a tortura e que, infelizmente, em algumas regiões do planeta, ainda hoje continuam a ser praticadas e defendidas. A história tem os seus tempos, e é necessário abordá-la tendo em conta a mentalidade de cada época.

A Inquisição utilizou os métodos habituais na sociedade de então, embora normalmente de uma forma mais benigna do que os seus contemporâneos. Com o tempo, os cristãos foram aprofundando as exigências da sua fé, até compreenderem que tais métodos não eram compatíveis com o Evangelho.

É preciso reconhecer que todos esses tristes erros foram cometidos por aquelas pessoas naquela época. No entanto, a defesa da liberdade religiosa já era bem patente nas origens do cristianismo. Para os primeiros cristãos, a convicção de estarem na verdade não os levava a pensar em impô-la pela força. Como sabiam que o ato de fé é livre, eram tolerantes, e não por mera conveniência social, mas por coerência com a própria raiz da sua fé. Os primeiros Padres da Igreja formularam o princípio de que «não há dificuldade em rejeitar o erro e, ao mesmo tempo, tratar com benevolência aquele que erra».

— No entanto, parece que, com o passar dos séculos, foram os católicos que mais esqueceram a liberdade religiosa.

Não foi assim. O uso da força para combater os dissidentes religiosos foi, infelizmente, bastante comum em todas as culturas e confissões até uma época já bastante próxima da nossa. Basta pensar na intolerância de Lutero contra os camponeses alemães, que provocou dezenas de milhares de vítimas; nas leis inglesas contra os católicos, cujo número ainda era muito elevado no início da Igreja Anglicana; ou na sorte de Miguel Servet e dos seus companheiros, queimados na fogueira pelos calvinistas em Genebra.

Para sermos justos, é preciso dizer que esse era o tratamento habitual dado naquela época a quase todos os delitos, e o de heresia era considerado o mais grave, sobretudo pela perturbação social que provocava. Nisto coincidiam tanto Lutero como Calvino, Henrique VIII e Carlos V ou Filipe II. E, fora do Ocidente, acontecia algo muito semelhante.

Numa época em que todo o mundo ocidental se sentia e se proclamava cristão, e em que a unidade da fé constituía um dos principais elementos de integração da sociedade civil, consolidou-se a mentalidade de que a heresia, por ser um grave atentado contra a fé, era também um grave atentado «de lesa-majestade». Isto é, passou a ser considerada um delito comparável ao de quem atentava contra a vida do rei, um crime então castigado com a morte na fogueira.

Não se pode esquecer que, para o bem ou para o mal — provavelmente para o mal —, os campos próprios da política e da religião não estiveram devidamente delimitados durante vários séculos. Além disso, as autoridades civis receavam o indubitável perigo social das dissidências religiosas, que costumavam dar origem a guerras e desordens sociais, pois as posições heréticas procuravam habitualmente conquistar o poder. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o luteranismo, cujo rápido avanço se deveu, em boa parte, à habilidade com que Lutero conseguiu o apoio de alguns príncipes alemães que, desse modo, mantinham distância em relação ao imperador Carlos V.

Nos primeiros séculos, os cristãos foram muito tolerantes em matéria religiosa. Mais tarde, houve épocas de bastante confusão neste ponto, mas, teologicamente, o caminho da tolerância nunca esteve fechado. E, há já mais de dois séculos, são raras as manifestações de intolerância religiosa em países de maioria cristã.

Mais ainda, olhando para a situação mundial dos últimos cem anos, pode dizer-se que a tolerância religiosa se desenvolveu fundamentalmente nos países de maior tradição cristã.

Pelo contrário, a intolerância religiosa manifestou-se com grande dureza nos países governados por ideologias sistematicamente ateias (o Terceiro Reich nazi, a URSS e todos os países que estiveram sob o seu domínio, a

revolução chinesa de Mao, o regime de Pol Pot no Camboja, etc.). Também cresceu a violência do integrismo islâmico nos países onde a sua religião ainda não alcançou o poder político (Senegal, Níger, Mauritânia, Chade, Egito, Tanzânia, Argélia, etc.); e, onde já o alcançou (Arábia, Irão, Afeganistão, etc.), a tolerância religiosa é quase inexistente. E outros países asiáticos não islâmicos (Índia, China, Vietname, etc.) não parecem apresentar uma situação muito melhor. No entanto, curiosamente, continua a falar-se muito mais da Inquisição, desaparecida há muito tempo, do que de outras perseguições religiosas dolorosamente atuais.

Reconhecer os erros

Atualmente, existe, felizmente, uma compreensão muito difundida — embora ainda não em todo o mundo — de que não é justo aplicar penas civis por motivos religiosos e de que a liberdade religiosa é um direito fundamental, pelo que todos os homens devem estar livres de coação em matéria religiosa. Esta é a doutrina do Concílio Vaticano II, e, por essa razão, a Igreja Católica sublinhou recentemente a necessidade de rever algumas passagens da sua história, para reconhecer perante o mundo os erros de alguns dos seus membros ao longo dos séculos e pedir desculpa em nome da união espiritual que nos liga aos membros da Igreja de todos os tempos.

Reconhecer os fracassos de ontem é sempre um ato de lealdade e de coragem, que, além disso, reforça a fé e facilita enfrentar as dificuldades de hoje. A Igreja lamenta que os seus filhos tenham usado, por vezes, métodos de intolerância e até de violência ao serviço da verdade, e é esse mesmo serviço à verdade que leva agora a reconhecê-lo e a lamentá-lo.

— E não é estranho que, nessas épocas, tenha havido tão pouca reação contra esses erros dos católicos?

É provável que muitos deles estivessem, no seu íntimo, contra esse uso da violência em defesa da fé. De facto, houve reação contra esses erros e, se não foi maior, talvez tenha sido porque muitas dessas pessoas não tinham outra opção senão o silêncio. E, depois, quando esses fenómenos

desapareceram, muitos católicos defendiam-nos porque pensavam que fazer o contrário seria contribuir para difundir lendas negras sobre a Igreja.

Como observou João Paulo II, foram muito diversos os motivos que concorreram para criar atitudes de intolerância, alimentando um ambiente de paixões ao qual só os grandes espíritos verdadeiramente livres e cheios de Deus conseguiam, de algum modo, subtrair-se. Mas a consideração de todas essas atenuantes não dispensa a Igreja do dever de lamentar profundamente as fraquezas de tantos dos seus filhos, que frequentemente desfiguraram o seu rosto. Destes traços dolorosos do passado emerge uma lição para o futuro, que deve levar todo o cristão a ter bem presente o princípio de ouro enunciado pelo Concílio: «a verdade não se impõe senão pela força da própria verdade, que penetra nas almas com suavidade e firmeza».

A Igreja não receia reconhecer esses erros, porque o amor à verdade é fundamental (não há uma verdade boa e outra má: a que lhe convém e a que a pode incomodar), e também porque essas violências não podem ser atribuídas à fé católica, mas à intolerância religiosa de pessoas que não assumiram corretamente essa fé.

Distinguir entre lugares-comuns e verdades

— Então a Igreja reconhece que a lenda negra da Inquisição é verdadeira?

A Inquisição é certamente uma instituição controversa. Foi-o então e continua a sê-lo agora. No entanto, a perplexidade diminui quando se conhece melhor a realidade da sua história e as circunstâncias que determinaram a sua existência. Porque, como observou Beatriz Comella, a polémica sobre a Inquisição alimenta-se, em boa parte, de ignorância histórica, do desconhecimento das mentalidades de épocas passadas, da falta de contextualização dos factos e de estudo comparativo entre a justiça civil e a inquisitorial. Essas carências levaram a ampliar uma injusta lenda negra em torno da Inquisição.

— E o que há então de verdadeiro sobre a Inquisição, por exemplo em Espanha, onde foi bastante célebre?

Em Espanha, os primeiros tribunais foram constituídos em 1242. Como noutros países europeus, esses tribunais dependiam dos bispos diocesanos e, em regra, foram bastante benévolos.

No entanto, na época dos Reis Católicos, o Santo Ofício espanhol tornou-se um tribunal eclesiástico subordinado à monarquia e um instrumento de repressão da dissidência religiosa, frequentemente influenciado pela política. Os Reis Católicos promoveram, ao longo do seu reinado, medidas religiosas muito acertadas, que a história lhes reconhece, mas que ficaram um tanto ensombradas pela atuação desses tribunais. Consideravam que a unidade religiosa devia ser um fator fundamental da unidade territorial dos seus reinos e julgaram imprescindível a conversão dos judeus (cerca de 110 000) e dos mouriscos (cerca de 350 000). Alguns deles foram batizados por convicção, mas outros não e, ao regressarem às suas antigas práticas, foram perseguidos pela Inquisição.

— E como se explica essa decisão em reis que passaram à história como católicos?

Quando se julgam atuações do passado, é necessário ter presente que os tempos históricos, sociológicos e culturais são diferentes. Naquela época, a fé era o valor central da sociedade, tal como hoje pode ser, por exemplo, a liberdade.

Tal como na nossa época se luta e se morre, e por vezes também se mata, para defender a liberdade pessoal ou coletiva, então fazia-se o mesmo para defender a fé.

A fé era então entendida como a base e a garantia da convivência, e quem atentava contra ela era visto de maneira semelhante àquela como hoje se veria um terrorista, uma pessoa que contamina a água de uma cidade ou alguém que vende droga a crianças. É essa a razão pela qual a maioria das pessoas aplaudia a atuação daqueles guardiões da ortodoxia.

Não quero com isto dizer que isso estivesse bem, nem que a história justifique tudo, mas simplesmente que devem ser considerados com atenção os condicionamentos de então. Era uma sociedade com uma grande preocupação pela salvação eterna, na qual a morte era uma realidade fortemente presente (a esperança média de vida não chegava aos trinta anos e a mortalidade infantil era muito elevada, pelo que toda a gente tinha visto morrer muito jovens vários dos seus familiares mais próximos), e, nesse ambiente, as pessoas em geral viam o herege como um grave perigo social, de modo semelhante — insisto — àquele como hoje veríamos alguém que se dedicasse a propagar doenças contagiosas, a corromper crianças ou a prejudicar o ambiente.

— E eram muito frequentes a tortura ou a morte na fogueira?

A pena de morte na fogueira era aplicada ao herege obstinado que não se arrependia. Os restantes delitos eram punidos com excomunhão, confisco de bens, multas, prisão, orações e esmolas penitenciais. As sentenças eram lidas e executadas em público nos chamados «autos de fé».

Quanto à tortura, a Inquisição admitiu o seu uso, embora com diversas restrições: por exemplo, não podia chegar à mutilação nem pôr em perigo a vida do acusado. Não se deve esquecer que a tortura era então utilizada com toda a normalidade nos tribunais civis. A principal diferença era que, nos tribunais da Inquisição, o acusado que confessasse e se arrependesse depois da tortura se livrava da morte, o que não acontecia na justiça civil.

Outro traço característico da Inquisição era que o acusado tinha os seus direitos mais bem garantidos do que no sistema judicial civil. Além disso, a Inquisição não fazia distinções quando se tratava de acusar prelados, cortesãos, nobres ou ministros. Prova disso foi o julgamento de Carranza, arcebispo de Toledo e primaz de Espanha, acusado de luteranismo e condenado pela Inquisição espanhola. Ou o caso de Antonio Pérez, que era secretário do rei. Este último, juntamente com outros políticos espanhóis exilados, difundiu por França, Alemanha e Inglaterra o germe da lenda negra da Inquisição espanhola, que foi bem acolhido num ambiente de grande rivalidade devido ao domínio político do Império Espanhol em numerosos pontos da Europa.

A verdade sobre os números

A Inquisição foi instaurada em Espanha em 1242 e só foi formalmente abolida em 1834. A sua atuação mais intensa registou-se entre 1478 e 1700, durante o governo dos Reis Católicos e dos Habsburgos. Quanto ao número de executados, os estudos realizados por Heningsen e Contreras sobre os 44 674 processos abertos entre 1540 e 1700 concluíram que foram queimadas na fogueira 1346 pessoas (um pouco menos de 9 pessoas por ano em todo o enorme território do Império Espanhol, da Sicília ao Peru, o que representa uma taxa inferior à de qualquer tribunal provincial de justiça).

O britânico Henry Kamen, conhecido estudioso não católico da Inquisição espanhola, calculou um total de cerca de 3000 vítimas ao longo dos seus seis séculos de existência. Kamen acrescenta que «é interessante comparar as estatísticas das condenações à morte dos tribunais civis e inquisitoriais entre os séculos XV e XVIII na Europa: por cada cem penas de morte decretadas pelos tribunais comuns, a Inquisição decretou uma».

Com mais de cinco mil estudos já publicados sobre a Inquisição, os especialistas consideram encerrada a polémica em torno dos dados históricos e concentram agora os seus esforços na análise da sociologia, das finanças e da jurisprudência do Santo Ofício. A lenda negra já morreu para os historiadores, mas continua a circular entre pessoas menos informadas. Felizmente, a fé cristã conserva uma doutrina que lhe permite corrigir os erros práticos em que os seus membros tenham incorrido ao longo da história: a doutrina do Evangelho.

17. QUAL FOI O ERRO NO CASO GALILEU?

Depressa se arrepende quem julga precipitadamente.

Publílio Siro

Uma comparação

— E o que me dizes do célebre caso de Galileu, queimado na fogueira por defender uma teoria científica hoje geralmente aceite?

Há um pouco de lenda em tudo isso. Não queria ser picuinhas, mas a verdade é que Galileu faleceu a 8 de janeiro de 1642, de morte natural, aos 78 anos, em sua casa, em Arcetri, perto de Florença. Não passou um único dia na prisão nem sofreu qualquer violência.

— Bem, mas é evidente que o processo foi um erro...

De facto — respondo-te desenvolvendo ideias de Mariano Artigas —, nove anos antes tivera lugar em Roma o célebre processo, e é verdade que, desde então, teve de viver em prisão domiciliária (embora pudesse prosseguir os seus trabalhos, e foi precisamente nessa época que publicou a sua obra mais importante).

É preciso dizer que três dos dez dignitários do tribunal se recusaram a assinar a sentença e que o Papa nada teve oficialmente que ver com aquele processo, que foi certamente lamentável e não deveria ter acontecido. Mas o erro daquele tribunal — oficialmente reconhecido já em 1741 — não compromete a autoridade da Igreja enquanto tal, entre outras razões porque as suas decisões não gozavam de infalibilidade nem estavam associadas a qualquer definição *ex cathedra* do Papa.

Apesar disso, este caso, convenientemente manipulado, foi a bandeira que muitos tomaram para alimentar o mito de que a ciência e a fé são incompatíveis. E costumam fazê-lo com uma notável falta de ponderação ao olhar para a verdade da história. Para dar um exemplo que sirva de comparação, creio que ninguém perderia a sua fé em França pelo simples facto, tragicamente real, de um tribunal francês ter guilhotinado, a 8 de maio de 1794, o grande protagonista da revolução científica da química do seu tempo, Antoine Laurent Lavoisier, aos 51 anos. E suponho que ninguém renega hoje a autoridade da República Francesa porque, ao ser pedido o indulto, o presidente daquele tribunal tenha declarado solenemente que «a República não precisa de sábios». Com isto não quero atacar a França, nem a Revolução Francesa, nem a república, nem pretendo fazer comparações demagógicas; gostaria apenas de chamar a atenção para as conclusões tão diferentes que alguns tiram de um e de outro caso.

Uma velha controvérsia

O caso Galileu foi, durante mais de três séculos, uma fonte incessante de mal-entendidos e polémicas. Os erros do processo foram intencionalmente exagerados e retirados do seu contexto pelo pensamento iluminista, que quis fazer daquele assunto o paradigma do comportamento da Igreja perante a ciência. Desde então até aos nossos dias, tem sido apresentado como símbolo da suposta oposição da Igreja ao progresso científico.

Essa ideia foi crescendo e consolidando-se com o tempo, até se tornar evidente a necessidade de a Igreja voltar a abordar o assunto para o esclarecer a fundo. Por isso, quando João Paulo II ordenou, em 1981, que se realizasse, com todo o rigor, um estudo aprofundado dos erros cometidos pelo tribunal eclesiástico que julgou os ensinamentos científicos de Galileu, abriu-se uma perspetiva fecunda para a relação entre a ciência e a fé.

João Paulo II constituiu uma comissão que se dedicou a estudar o caso durante onze anos, em todos os seus aspetos teológicos, históricos e culturais. Essa comissão investigou exaustivamente o que aconteceu, como surgiu o conflito e como os factos se desenrolaram.

Depois de mais de três séculos e meio, as circunstâncias mudaram muito, e a nós parece-nos evidente o erro cometido pela maioria dos juízes daquele tribunal. Mas, naquele momento, o horizonte cultural era muito diferente do nosso. Havia uma situação de transição no campo dos conhecimentos astronómicos. Galileu defendia a teoria heliocêntrica de Copérnico (que colocava o Sol, e não a Terra, no centro do Universo), uma hipótese que ainda não tinha sido oficialmente reconhecida pela comunidade científica da época, pelo que Galileu não enfrentou apenas a Igreja, mas também a ciência do seu tempo. Certos teólogos daquela época, herdeiros da conceção unitária do mundo que então se impôs, não souberam interpretar o significado profundo, não literal, das Sagradas Escrituras quando, no livro do Génesis, se descreve a estrutura física do universo criado. Esse erro levou-os a transpor indevidamente uma questão de observação experimental para o âmbito da fé.

A verdade sobre a condenação

— E foi reconhecido o grande sofrimento que Galileu padeceu às mãos de homens e instituições da Igreja?

João Paulo II reconheceu a grandeza de Galileu e lamentou profundamente os erros daqueles teólogos. Embora, sendo objetivos, seja necessário dizer que se criou um grande mito em torno desses sofrimentos. Segundo um amplo inquérito realizado pelo Conselho da Europa entre estudantes de ciências de todo o continente, quase 30% estão convencidos de que Galileu foi queimado vivo na fogueira pela Igreja; e 97% têm a certeza de que foi submetido a torturas. Durante três séculos, pintores, escritores e cientistas descreveram com todo o pormenor as masmorras e as torturas sofridas por Galileu devido à intransigência da Igreja. E nada disso é verdade.

É indubitável que Galileu sofreu muito, mas a verdade histórica é que foi condenado apenas a *formalem carcerem*, uma espécie de reclusão domiciliária. Não passou um único dia na prisão nem sofreu qualquer tipo de maus-tratos físicos. Não houve, portanto, masmorras, torturas ou fogueira. Também é indiscutível que vários juízes se recusaram a subscrever a sentença e que o Papa também não a assinou.

Galileu pôde continuar a trabalhar na sua ciência, continuou a receber visitas e a publicar as suas obras, até morrer tranquilamente, nove anos depois, em sua casa, em Arcetri, perto de Florença, como já dissemos. Viviani, que o acompanhou durante a doença, testemunha que morreu com firmeza filosófica e cristã, aos setenta e sete anos, na sua cama, com indulgência plenária e a bênção do Papa. Galileu viveu e morreu como um bom crente.

— De qualquer modo, reconhecer agora esse erro significa que o Magistério da Igreja pode enganar-se...

Já dissemos que as decisões judiciais de um tribunal com essas características não comprometem o Magistério da Igreja. João Paulo II, no termo dos trabalhos da referida comissão, recordou a célebre frase de

Barónio: «A intenção do Espírito Santo foi ensinar-nos como se vai para o céu, não como o céu está estruturado.» A assistência divina à Igreja não se estende aos problemas de ordem científico-positiva.

A infeliz condenação de Galileu está aí para no-lo recordar. Este é o seu aspeto providencial. É verdade que talvez se tenha demorado demasiado tempo a abordar este assunto a fundo. Por isso, a Igreja deplorou em diversas ocasiões certas atitudes que por vezes não faltaram entre os próprios cristãos, que não compreenderam suficientemente a legítima autonomia da ciência. De qualquer modo, é preciso recordar que Galileu Galilei, como cientista e como pessoa, já estava reabilitado havia muito tempo. De facto, quando, em 1741, se obteve a prova ótica do movimento da Terra em torno do Sol, Bento XIV ordenou que o Santo Ofício concedesse o *imprimatur* à primeira edição das obras completas de Galileu. E, em 1822, houve uma revisão da sentença errada de 1633, por decisão de Pio VII.

Diálogo entre a ciência e a fé

Perante estas ou outras lendas, em que a verdade histórica ficou obscurecida e deformada, é necessário reagir, em nome dessa verdade e desse respeito que hoje invocamos para todos.

As perspetivas do diálogo entre a ciência e a fé são agora mais promissoras, partindo da esperança proporcionada pelo esclarecimento deste triste caso. O mito da incompatibilidade entre a ciência e a fé começa já a declinar. Por outro lado, também a Igreja se interroga hoje, mais do que nunca, sobre os fundamentos da sua fé, sobre como dar razão da sua esperança ao mundo atual. A ciência está cada vez mais consciente dos seus próprios limites e da sua necessidade de fundamentação. Por isso, a ciência e a fé são chamadas a uma reflexão séria, a construir pontes sólidas que garantam a escuta e o enriquecimento mútuos, pois não se pode esquecer que a ciência moderna se desenvolveu precisamente no Ocidente cristão e com o incentivo da Igreja. A fé constituiu, ao longo da história, uma força propulsora da ciência.

18. COMO ATUOU A IGREJA PERANTE O NAZISMO?

Faz o que for justo. O resto virá por si.

Goethe

A Santa Sé e o Holocausto nazi

De vez em quando, repete-se a acusação de que a Igreja Católica manteve uma atitude um tanto ambígua perante o extermínio de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Estas críticas só começaram em 1963, quando estreou uma peça do dramaturgo alemão Rolf Hochhuth, e desde então têm sido repetidas com uma notável falta de documentação histórica.

A realidade, pelo contrário, é que as condenações mais firmes e precoces do nazismo naqueles anos partiram precisamente da hierarquia católica. E, se não foram ainda mais firmes, foi pelos difíceis equilíbrios que tiveram de manter para denunciar os abusos de Hitler sem pôr em perigo a vida de milhões de pessoas. Nunca deixaram de combater e condenar as atrocidades nazis. Mas tinham as mãos atadas: depressa verificaram que, quando intensificavam as suas denúncias, as represálias nazis eram muito maiores.

Uma breve retrospetiva histórica

Adolf Hitler foi nomeado chanceler alemão a 28 de janeiro de 1933. O seu partido, o nacional-socialista, estava em minoria, mas Hitler demorou apenas três dias a convocar novas eleições. Com uma maioria absoluta por pequena margem, os nazis aprovaram uma lei de plenos poderes. Um ano depois, a 2 de agosto de 1934, falecia o presidente alemão, marechal Hindenburg. Apenas uma hora depois, foi anunciado que os cargos de presidente e chanceler passavam a estar reunidos na pessoa de Hitler. Foi convocado um plebiscito para ratificar a medida e, graças à poderosa máquina de propaganda nazi nas mãos de Goebbels, no dia 19 desse mesmo mês o povo alemão votou favoravelmente por uma maioria esmagadora, e Adolf Hitler tornou-se senhor absoluto da Alemanha.

Desde 1930, tanto Pio XII como a hierarquia católica alemã manifestaram a sua preocupação com as consequências do pensamento nazi. Os bispos redigiram cartas pastorais por ocasião das eleições, recordando os critérios morais sobre o voto e as ideias inaceitáveis para um católico. Não se pode dizer que os católicos tenham recebido essas declarações com indiferença, pois a grande ascensão nacional-socialista registou-se sobretudo nas regiões de maioria protestante.

Pouco depois do triunfo nazi de 1933, os bispos alemães publicaram outra carta coletiva do episcopado, que falava com enorme clareza sobre a forma como os princípios nazis do sangue e da raça conduziam a injustiças gravemente contrárias à consciência cristã. Enviaram também uma mensagem ao governo, manifestando o repúdio unânime do episcopado católico perante essas atrocidades.

Perante isto, Hitler pensou que seria mais prático tentar abrir uma brecha entre os bispos alemães e a Santa Sé. Esta foi uma das razões pelas quais viu com bons olhos a possibilidade de assinar uma concordata com a Santa Sé.

Na Santa Sé, a ideia da concordata foi bem acolhida, pois pensava-se que era melhor tentar chegar a um entendimento com os regimes hostis à Igreja, como se tinha demonstrado, por exemplo, no caso da recente república espanhola. A Igreja não alimentava grandes ilusões a esse respeito, mas considerava que, pelo menos, serviria de referência para denunciar os previsíveis abusos das autoridades alemãs e talvez assim atenuá-los. É difícil avaliar até que ponto serviu para alcançar esse objetivo, mas aquela concordata de 1933 não parece ter sido muito desacertada, se tivermos em conta que ainda hoje se mantém em vigor.

O governo nazi violou a concordata desde o primeiro momento e hostilizou a Igreja de diversas formas. Organizou, por exemplo, uma campanha de descrédito com vários processos manipulados contra personalidades eclesiásticas.

Em janeiro de 1937, deslocaram-se a Roma, com a máxima discrição, os principais representantes do episcopado alemão (os cardeais Bertram, Faulhaber e Schulte, e os bispos Preysing e von Galen), para solicitar uma

nova intervenção pontifícia que condenasse formalmente o nazismo. Daí nasceria a encíclica *Mit brennender Sorge* (Com ardente preocupação), que teve de ser introduzida clandestinamente no país e foi lida no domingo, 21 de março de 1937, nos 11 000 templos católicos alemães. Foi um enorme alerta. A denúncia da ideologia e da conduta nazis era claríssima: racismo, divinização do sistema, etc. Não faltavam referências àquilo a que hoje se chamaria «culto da personalidade».

Nunca o regime nazi recebeu na Alemanha uma contestação semelhante à que se produziu com a *Mit brennender Sorge*. No dia seguinte, o órgão oficial nazi, *Völkischer Beobachter*, publicou uma primeira resposta à encíclica que, surpreendentemente, foi também a última. O ministro alemão da Propaganda, Joseph Goebbels, apercebeu-se imediatamente da força daquela declaração e, com o controlo total da imprensa e da rádio de que já então dispunha, decidiu que o melhor era ignorá-la por completo.

— Mas, na Áustria, parece-me que a atitude da hierarquia católica não foi tão firme...

Quando Hitler invadiu a Áustria, em março de 1938, aquela anexação — o *Anschluss* — foi, em geral, bastante bem recebida, devido à instabilidade que a Áustria atravessava e à imagem que o regime alemão conseguira adquirir graças à intensa propaganda nazi.

Nesse ambiente de euforia, Hitler, que era austríaco de nascimento, chegou a Viena e encontrou-se com o cardeal Innitzer, de quem conseguiu obter, por meio de engano, uma infeliz declaração do episcopado austríaco em que lhe eram dadas as boas-vindas e se enaltecia o nacional-socialismo alemão.

Innitzer percebeu de imediato que cometera um erro grave e acrescentou uma nota de esclarecimento. Como era de esperar, a propaganda nazi divulgou amplamente a declaração, omitindo, porém, qualquer referência a essa nota de esclarecimento.

Innitzer foi chamado a Roma e, poucos dias depois, publicou uma retificação muito mais firme. Só depois foi recebido por Pio XI, pois, até então, este não quisera recebê-lo. A resposta nazi foi ignorar a retificação,

suprimir as organizações juvenis católicas, o ensino da religião e até a Faculdade de Teologia de Innsbruck. O palácio arquiepiscopal de Innitzer foi assaltado e devastado pelas Juventudes Hitlerianas.

A ação mais prudente e eficaz

— E não deveriam ter formulado condenações ainda mais públicas e explícitas?

Com o início da guerra, o regime nazi radicalizou-se. As grandes deportações e o extermínio programado dos judeus começaram na segunda metade de 1942. Estão agora a surgir numerosos documentos que provam que os governos aliados estavam bastante bem informados dessas atrocidades e que a Santa Sé fez esforços tenazes e contínuos para se opor a todos esses terríveis crimes. O aparente silêncio da Santa Sé durante uma fase da guerra escondia uma ação cautelosa e eficaz para evitar, tanto quanto possível, esses crimes.

As razões de tal discrição são claramente explicadas pelo próprio Papa em diversos discursos, cartas ao episcopado alemão e deliberações da Secretaria de Estado. As declarações públicas só teriam agravado a sorte das vítimas e multiplicado o seu número. Não se pode perder de vista que as declarações podiam ser contraproducentes e levar os nazis a radicalizar ainda mais as suas posições, como depressa se verificou. Por exemplo, quando a hierarquia católica de Amesterdão protestou publicamente, em 1942, contra o tratamento dado aos judeus, os nazis multiplicaram as rusgas e as deportações, de modo que, no fim da guerra, tinham sido exterminados 90% dos judeus da capital holandesa.

Por esse motivo, preferiu-se o protesto por via diplomática, que foi muito intenso. Os esforços orientaram-se para procurar salvar vidas e exercer influência junto dos países satélites de Hitler, para que impedissem as SS alemãs de atuar impunemente no seu território. Considerava-se ser o mais prático, e uma visão retrospetiva parece confirmá-lo, pois assim se salvaram centenas de milhares de vidas.

Em Itália e, em menor medida, em França, muitos judeus salvaram-se graças à proteção de eclesiásticos católicos e, em Roma, Pio XII participou pessoalmente nesse trabalho. Também na Roménia os estragos teriam sido muito maiores sem as diligências realizadas, entre outros, por monsenhor Roncalli, futuro João XXIII e então delegado apostólico na Turquia. Noutros países, a Igreja não conseguiu fazer muito, mas tentou-o com todos os meios ao seu alcance. De facto, quando a guerra terminou, entre os poucos a quem as organizações judaicas podiam manifestar o seu agradecimento figuravam a Santa Sé e algumas personalidades e instituições da Igreja Católica, a começar pelo próprio Papa Pio XII.

Foram muitos os cristãos que arriscaram a vida para salvar pessoas de raça judaica. O facto de alguns não o terem feito pode ter revelado pouco espírito cristão, mas também é verdade que não é fácil fazer um juízo moral retrospetivo sobre aquilo que os outros deveriam ter feito nas condições extremas de um Estado totalitário como o nazi.

As atuações diplomáticas do Papa ou da hierarquia católica podem ter sido mais ou menos felizes naquela conjuntura política concreta. Ao abordar este ou outros momentos da sua história, a Igreja não tem dificuldade em reconhecer perante o mundo os erros que alguns dos seus membros possam ter cometido, mas, a par do pedido de perdão, é necessário empenhar-se em conhecer aquilo que realmente aconteceu.

Nunca será demais refletir sobre como pôde acontecer aquela barbárie nazi e observar que não foi a crueldade isolada de um grupo de indivíduos sem escrúpulos, mas a projeção política de toda uma série de ideias que vinham a formar-se na mentalidade europeia (não apenas alemã) havia mais de um século. Eram teorias materialistas, biologistas, romântico-hegelianas e niilistas, que configuraram um estilo e um núcleo neopagãos cujas manifestações mais selvagens foram as ideologias nazi e comunista.

19. O QUE TROUXE O CRISTIANISMO À HISTÓRIA DA HUMANIDADE?

A história é útil, não tanto pelo que nos diz do passado, mas porque nela se lê o futuro.

J. B. Say

Os primeiros cristãos

Os primeiros anos do cristianismo não poderiam ter começado com maiores dificuldades exteriores. Desde o primeiro momento, sofreu uma forte perseguição por parte do judaísmo. No entanto, em pouco menos de vinte anos após a morte de Jesus Cristo, o cristianismo tinha criado raízes e contava com comunidades em cidades tão importantes como Atenas, Corinto, Éfeso, Colossos, Tessalónica, Filipos e na própria capital do Império, Roma.

Esse avanço não podia certamente ser atribuído à simpatia do Império Romano. Na realidade, o cristianismo era para os romanos ainda mais incómodo, nas suas pretensões, nos seus valores e na sua conduta, do que para os judeus. Não só eliminava as barreiras étnicas, então tão marcadas, como também dava um acolhimento extraordinário à mulher, preocupava-se com os fracos, os marginalizados, os abandonados, isto é, com aqueles por quem o Império não sentia a menor preocupação.

— Não será exagerar um pouco?

O Império Romano deu contributos extraordinários, indubitavelmente, mas também é verdade — respondo-te desenvolvendo ideias de César Vidal — que não se pode idealizar o facto de o Império ser uma firme encarnação do poder dos homens sobre as mulheres, dos livres sobre os escravos, dos romanos sobre os outros povos, dos fortes sobre os fracos. Não é de admirar que Nietzsche o considerasse um paradigma da sua filosofia do «super-homem».

Perante esse Império, o cristianismo pregava um Deus diante de quem se tornava impossível manter a discriminação que oprimia as mulheres, o culto da violência manifestado nos combates de gladiadores, a prática do aborto ou do infanticídio, a justificação da infidelidade masculina e da deslealdade conjugal, o abandono dos desamparados, etc.

Ao longo de três séculos, o Império desencadeou contra os cristãos uma série de perseguições cada vez mais violentas. No entanto, não só não alcançaram o objetivo de exterminar a nova fé, como, no fim, prevaleceu o cristianismo, que pregava um amor que nunca teria nascido no seio do paganismo (o próprio Juliano, o Apóstata, o reconheceu) e que proporcionava dignidade e sentido à vida até daqueles a quem ninguém estava disposto a conceder um mínimo de respeito.

Perante as invasões bárbaras

Quando, no ano de 476, caiu o Império Romano do Ocidente, o cristianismo preservou a cultura clássica, especialmente através dos mosteiros, que salvaguardaram eficazmente os valores cristãos no meio de um mundo que, com as invasões bárbaras, tinha entrado em completo colapso. Cultivou-se a arte, incentivou-se o espírito de trabalho, a defesa dos fracos e a prática da caridade. O esforço missionário estendeu-se à assimilação e à formação cultural dos próprios povos invasores, que, a médio prazo, também se converteram ao cristianismo, como outrora acontecera com o Império Romano.

Nos séculos seguintes, o cristianismo foi decisivo para preservar a cultura, alargar o acesso à educação, promulgar leis sociais ou formular o princípio da legitimidade política. No entanto, foram realizações que voltaram a desmoronar-se perante as sucessivas invasões de outros povos, como os viquingues e os magiares. Em pouco tempo, grande parte das conquistas dos séculos anteriores desapareceu, reduzida a fumo e cinzas. Mais uma vez, porém, o cristianismo mostrou o seu vigor e, quando os inimigos dos povos cristãos eram mais fortes, quando não precisavam de negociar e podiam impor a sua vontade pela força, acabaram por aceitar a enorme força espiritual do cristianismo e assimilaram-no nos seus territórios, de modo que, no ano 1000, o cristianismo se estendia das Ilhas Britânicas ao Volga.

Luzes e sombras

As sociedades nascidas daquela aceitação do cristianismo não chegaram a assimilar todos os princípios da nova fé. De facto, em boa medida, eram reinos sustentados pela força militar necessária à conquista ou à defesa contra as invasões. No entanto, o cristianismo exerceu sobre eles uma influência fecunda, que voltou a lançar as bases de um princípio de legitimidade do poder — afastado da arbitrariedade guerreira dos bárbaros —, procurou novamente defender e assistir os fracos e continuou o seu esforço artístico e educativo. Além disso, moderou a violência bárbara, implantando as primeiras normas do direito de guerra — a «Paz de Deus» e a «Trégua de Deus» —, soube acolher a cultura de outros povos, criou um sistema de pensamento como a Escolástica e abriu as primeiras universidades.

Também as principais legislações de caráter social receberam um impulso decisivo da preocupação cristã de pessoas como lorde Shaftesbury (que promoveu leis que melhoraram as condições de trabalho nas minas e nas fábricas), Elizabeth Fry (que introduziu importantes medidas humanitárias nas prisões) e muitos outros homens e mulheres que, graças ao impulso cristão, superaram os condicionamentos do seu tempo e promoveram reformas decisivas para humanizar a sociedade.

É verdade que houve também páginas tristes e sombrias na história da fé desses povos cristãos, e também é verdade que se cometeram erros, por vezes graves, mas, ao longo desses séculos e dos seguintes, o cristianismo alcançou grandes realizações educativas e assistenciais e favoreceu o desenvolvimento económico, científico, cultural, artístico e até político. Causas como a defesa dos indígenas, a luta contra a escravatura, as primeiras leis sociais contemporâneas ou a denúncia do totalitarismo dificilmente teriam sido iniciadas sem o impulso cristão.

O embate dos totalitarismos

Por isso, não deve surpreender-nos que o século XX, coincidindo com o declínio da influência da fé cristã na vida social, tenha sido o século que assistiu ao maior número de prisões, maus-tratos e execuções, ultrapassando qualquer outro período da história.

É provável que as gerações futuras tenham dificuldade em acreditar que houve um tempo em que a maior parte do mundo esteve controlada por uma doutrina chamada comunismo, que causou tanta desgraça e que, na sua expansão, foi reduzindo à escravidão e à morte centenas de milhões de seres humanos. Atualmente, esses sistemas comunistas fracassaram devido ao seu falso dogmatismo económico. Mas, por vezes, passa-se por alto o facto de terem desmoronado, de forma mais profunda, pelo seu desprezo pelo ser humano, pela subordinação da moral às necessidades do sistema e às suas promessas de futuro.

Além disso, não foi o único perigo totalitário que afligiu a humanidade no século XX, nem o único que considerou o cristianismo um alvo; o outro foi o neopaganismo niilista de que nasceriam o fascismo e o nazismo. Se Marx constitui um exemplo paradigmático das teses que depois Lenine, Estaline ou Mao seguiriam à letra, não é menos verdade que Nietzsche apresentou uma visão do mundo niilista e anticristã que mais tarde se concretizaria, entre outros fenómenos, no fascismo e no nazismo.

— Há realmente uma relação tão direta entre uma coisa e outra?

Nietzsche identificava o conceito de «bom» com a classe superior. O mau corresponde à plebe, ao povo, à classe inferior. A essa moral aristocrática, dos poderosos, dos fortes, contrapõe-se a moral dos fracos, da plebe. Afirmava que a moral tinha sofrido um processo de corrupção ao deixar de ser delineada pelos senhores e passar a responder aos anseios da plebe, e que isso se devia fundamentalmente aos judeus e ao cristianismo. Perante essa situação, Nietzsche propôs a revolta das raças nórdicas para implantar socialmente a superioridade de uma elite que dominasse sem o travão do sentimento de culpa, negando a existência da verdade objetiva e exercendo a crueldade sobre os inferiores. Para o conseguir, judeus e cristãos deveriam ser aniquilados pelas raças germânicas. Tais medidas permitiriam implantar uma sociedade elitista, baseada na desigualdade e na hierarquia, à maneira do sistema ariano de castas existente há milénios na Índia. Nela, a maioria, os medíocres, seria enganada e mantida numa ignorância feliz, da qual o cristianismo não deveria retirá-la.

Os ensinamentos do filósofo alemão tiveram repercussões políticas, especialmente a partir do início do século XX. O fascismo de Mussolini —

que desafiava Deus a fulminá-lo com um raio no prazo de cinco minutos — e, sobretudo, o nazismo de Hitler apoiaram-se, em boa medida, numa nova moral da minoria forte, violenta e audaz, que se impunha a uma massa enganada. Nesse sentido, as afirmações ideológicas de Nietzsche e as câmaras de gás de Auschwitz estão unidas por uma linha reta.

O cristianismo sobreviveu, no século XX, a duas terríveis ameaças que puseram em perigo todo o género humano. Ambas coincidiam em negar a existência de princípios morais superiores que limitassem o poder e a prossecução dos seus objetivos; ambas ansiavam desesperadamente por alcançar esses objetivos; ambas acreditavam na legitimidade de exterminar social, económica e fisicamente aqueles que considerassem seus inimigos, fossem burgueses, judeus ou doentes; ambas tinham consciência de que o cristianismo se lhes opunha ideologicamente como uma barreira às suas aspirações; e ambas tentaram aniquilá-lo como a um adversário perigoso.

Tanto a ditadura de Hitler como a de Estaline se baseavam precisamente na rejeição da herança cristã da sociedade, num enorme orgulho que não queria submeter-se a Deus, mas pretendia criar, ele próprio, um homem melhor, um homem novo, e transformar o mundo mau de Deus no mundo bom que surgiria do dogmatismo da sua própria ideologia.

Fazer o balanço

Sem dúvida, o contributo do cristianismo para a cultura ocidental foi enorme ao longo destes quase dois mil anos de existência. Para compreendermos um pouco a sua extraordinária importância, podemos imaginar o que teria sido um mundo sem cristianismo, ou observar os resultados obtidos por outras culturas.

Um mundo que se tivesse limitado a dar continuidade à herança clássica não só teria resultado numa sociedade em que os fortes e os violentos se sabiam protagonistas, como também teria sucumbido ao avanço dos bárbaros, quase sem deixar nada para trás. Durante vários séculos, os reinos bárbaros teriam combatido infrutiferamente entre si, para depois não conseguirem sobreviver ao ímpeto conjunto das invasões seguintes e do

avanço árabe, supondo que este se tivesse dado sem um islão cuja existência pressupõe a do cristianismo.

Durante os séculos daquilo a que hoje chamamos período medieval, a Europa teria sido palco de sucessivas vagas de invasores, sem excluir os mongóis contidos pela Rússia, das quais não teria surgido nada de duradouro, como não surgiu noutros contextos. Nem a cultura clássica, nem a Escolástica, nem as universidades, nem o pensamento científico teriam aparecido, como de facto não apareceram noutras culturas. Além disso, sem os valores cristãos, ter-se-iam perpetuado — como ainda hoje acontece em algumas nações — fenómenos como a escravatura, a arbitrariedade do poder político, a ausência de desenvolvimento científico ou a estagnação da educação nas mãos de uma pequena casta tradicional.

Hoje todos sabemos que o modelo democrático provém das constituições monásticas, pioneiras com os seus capítulos e as suas votações. A ideia de direitos iguais para todos encontrou aí a sua forma política. É verdade que existiu antes uma democracia grega, da qual se retiraram algumas ideias decisivas. Mas, na sociedade helénica, existia a garantia sagrada dos deuses, e a democracia cristã da época moderna pôde basear-se na sacralidade dos valores garantidos pela fé, que ficam fora do alcance da ditadura das maiorias. É um facto evidente que as duas primeiras democracias — a norte-americana e a inglesa — se baseiam numa mesma concordância de valores proveniente da fé cristã e que só podem funcionar quando existe um acordo fundamental sobre os valores.

Basta olhar para as culturas moldadas pelo islão, pelo budismo, pelo hinduísmo ou pelo animismo — onde continuam a ser consideradas legítimas muitas condutas degradantes para o ser humano — para intuir o que poderia ter sido um mundo sem a influência civilizadora do cristianismo (e isto apesar de, hoje em dia, até a sociedade mais afastada poder beneficiar de aspetos emanados da influência cristã na cultura ocidental, do progresso científico à assistência social, para citar apenas dois exemplos).

No último século, o esquecimento de alguns dos princípios fundamentais de origem cristã (sobretudo nos regimes gerados pelo marxismo ou pelo fascismo-nazismo) levou a situações de uma barbárie

sem precedentes, mais uma demonstração dos riscos de construir o futuro esquecendo os princípios em que ele assenta.

É verdade que os cristãos muitas vezes deixaram bastante a desejar na maneira de viver a sua fé. Ainda assim, a influência humanizadora e civilizadora da fé cristã não tem equivalente de qualquer espécie ao longo da história universal. Sem a fé cristã, o devir humano teria sido muito mais marcado pela violência e pela barbárie, pela guerra e pela destruição, pelas calamidades e pelo sofrimento; com ela, o grande drama da condição humana foi acompanhado de progresso e justiça, de compaixão e cultura.

20. O QUE HÁ DE VERDADE EM TANTAS OUTRAS LENDAS NEGRAS?

O ideal ou o projeto mais nobre pode ser objeto de troça ou de ridicularizações fáceis. Para isso, não é necessária a menor inteligência.

Alexander Kuprin

A história das missões

— Há bastantes movimentos críticos da forma como as missões se desenvolveram. Parece que a Igreja carrega com isso um peso importante.

Penso que houve, a este respeito, muitos juízos sumários e precipitados que não correspondem à verdade da história. Não pretendo desculpar as falhas, grandes ou pequenas, que certamente terão existido ao longo de todos estes séculos de trabalho missionário de tantas pessoas, em tantos lugares do mundo. Mas há cada vez mais estudos históricos sérios sobre este tema, e as novas investigações revelam que a fé e a própria Igreja realizaram uma grande tarefa de serviço e de proteção das pessoas e da cultura perante o impulso de esmagamento que tantas vezes tiveram os conquistadores ou as potências coloniais.

No caso concreto da América Latina, o Papa Paulo III e os seus sucessores intercederam firmemente a favor dos direitos dos indígenas e estabeleceram disposições jurídicas muito claras. A Coroa espanhola também promulgou leis que protegiam os direitos dos nativos, e foi naquele Século de Ouro espanhol que os teólogos e canonistas católicos deram origem à ideia dos direitos humanos. Tudo isso constituiu uma verdadeira barreira contra o extermínio das populações indígenas, tristemente habitual noutros tipos de colonização.

Essa imensa atividade missionária transformou-se num grande movimento de defesa da dignidade e dos direitos do homem. E, se os indígenas acolheram prontamente o cristianismo, foi em grande parte

porque compreenderam a sua enorme força protetora e o seu valor libertador (libertador também do culto que muitos deles tinham praticado até então). Os bispos, sacerdotes e missionários tornaram-se os principais defensores com que os fracos e os oprimidos podiam contar. E, à semelhança do que acontecera na Idade Média na velha Europa, atuaram também como educadores, fundadores de universidades, desbravadores de terrenos incultos, estudiosos daquelas culturas indígenas e promotores de formas de vida que não terminassem com o extermínio de uma raça por outra, mas com a mestiçagem. Se as etnias e as culturas indígenas não desapareceram, isso deveu-se a esse trabalho fecundo, que fez prevalecer os princípios cristãos sobre a cobiça dos conquistadores.

A abolição da escravatura

— Mas, se a defesa dos indígenas americanos teve desde o início os seus principais defensores no cristianismo, não se pode dizer o mesmo da escravatura.

É um assunto mais complexo, e seria necessário analisar a sua evolução ao longo da história. No mundo antigo, consolidou-se a ideia aristotélica de que alguns homens tinham nascido para ser escravos. Isto, juntamente com a piedade para com os prisioneiros de guerra, para quem ser escravo era melhor do que morrer, fez com que o fenómeno da escravatura estivesse presente em todas as civilizações da Antiguidade. Entre as sociedades esclavagistas encontravam-se a grega e a romana. O direito romano, por exemplo, considerava o escravo uma coisa — *res* —, sem qualquer direito, inteiramente à disposição do seu senhor.

Com a chegada do cristianismo, proclama-se a igualdade absoluta de todos os homens perante Deus. No entanto, seriam necessários séculos para chegar à abolição da escravatura, mas o ponto de partida já estava estabelecido. Desde o princípio, a Igreja considerou os escravos como pessoas, admitiu-os aos sacramentos, preocupou-se com a sua instrução e incentivou os senhores a tratá-los com a maior consideração. Apesar disso, o fenómeno da escravatura tornou-se, em todo o mundo, uma das maiores chagas sociais e uma cegueira que perdurou durante séculos, obscurecendo

verdades contidas na mensagem cristã. A luta contra a escravatura surgiu pouco a pouco no seio do cristianismo e só bastante mais tarde recebeu o apoio de outras culturas e de outras formas de pensar.

— Não foi então algo impulsionado sobretudo pelo Iluminismo?

Coincidiu no tempo com o Iluminismo, mas nem sempre nas ideias. Se examinarmos as páginas da Enciclopédia — a expressão máxima do Iluminismo —, podemos ver que os iluministas não só não eram contrários à escravatura, como consideravam natural que umas raças fossem superiores e outras inferiores, e que as superiores dominassem as inferiores para seu bem, pois — afirmava a Enciclopédia — «os negros encontrar-se-ão melhor sob o domínio de um senhor branco na América do que em liberdade em África».

Não é difícil imaginar o que teria acontecido a esses homens se, perante a visão dos conquistadores, o pensamento iluminista e as conceções islâmica e pagã da escravatura, não se tivesse erguido uma recuperação do conceito cristão da dignidade de todo o homem.

— E como decorreu o processo de abolição?

O tráfico de escravos em grande escala começou no século XV, em diferentes pontos da costa africana. Durante mais de um século, Portugal quase monopolizou esse tráfico graças à colaboração dos comerciantes árabes do Norte de África, que já enviavam escravos da África Central para os mercados da Arábia, do Irão e da Índia. A descoberta da América levou outras nações a aderirem a essa prática tão degradante. Nem sequer a Revolução Americana de 1776 alterou a situação, e a Constituição norte-americana também admitiu a escravatura.

A ideia de abolir a escravatura surgiu no seio do cristianismo, à medida que se foi tomando maior consciência de que ela se opunha aos princípios do Evangelho. Não foi uma tarefa fácil, pois colidia com evidentes e importantes interesses económicos, mas, por fim, e graças sobretudo ao empenho de William Wilberforce, a Inglaterra proibiu o comércio de escravos em 1807 e, em 1833, declarou a abolição da escravatura em todos os territórios britânicos. O único país que se antecipou foi a Dinamarca, em

1792, também apelando diretamente a valores cristãos. Ao longo do século XIX, a escravatura foi sucessivamente abolida nos restantes países de tradição cristã.

Hoje, apesar das normas antiesclavagistas da legislação internacional, a escravatura continua a ser uma triste realidade fora do Ocidente e afeta não menos de cem milhões de pessoas. Em alguns países islâmicos e budistas, conta até com cobertura legal. Se não fosse a influência do cristianismo, talvez tivéssemos esse mesmo panorama nas sociedades ocidentais.

A preocupação com os que sofrem

Por outro lado, é preciso dizer que a influência da fé cristã na luta para aliviar o sofrimento humano foi decisiva ao longo da história. Já no Império Romano, o cristianismo se preocupava com os fracos, os marginalizados, os abandonados, isto é, com aqueles por quem o Império quase não sentia preocupação. Deu também um acolhimento extraordinário à mulher e contribuiu para atenuar as barreiras étnicas, então tão marcadas. O cristianismo pregava um Deus perante quem não era possível manter a discriminação que oprimia as mulheres, o culto da violência, o infanticídio, o abandono dos desamparados, etc.

Nos séculos seguintes, o cristianismo foi também decisivo para preservar a cultura e alargar o acesso à educação. Impulsionou a defesa e a assistência dos fracos e preocupou-se com aqueles por quem ninguém parecia interessar-se. Basta citar, a título de exemplo, o contributo de São João de Deus, que fundou uma ordem dedicada ao cuidado dos doentes mentais (verdadeiros esquecidos da sociedade durante séculos); ou o esforço de inúmeras instituições católicas dedicadas a cuidar de leprosarias, dispensários, pessoas pobres ou abandonadas, crianças órfãs, etc.

> *«Agora — escreveu Tomás Alfaro —, ou em qualquer outro momento da história dos últimos vinte séculos, se procurarmos um grupo de pessoas miseráveis, abandonadas por todos, marginalizadas pela sociedade, com quem ninguém gostaria de passar uma hora, é quase certo que, ao seu lado, encontraremos*

alguém que se considera filho da Igreja e que faz o que faz precisamente por ser seguidor de Cristo.»

As cruzadas

— E o que dizes das cruzadas, que foram guerras de religião promovidas pela Igreja?

Trata-se de um tema complexo, pois as cruzadas abrangem cerca de duzentos anos e, ao estudar o seu desenvolvimento ao longo da história, deve fazer-se um juízo de conjunto, mas não se pode dizer que tenham sido guerras de religião. Para começar — como escreveu o historiador Franco Cardini —, a palavra «cruzada» é uma expressão moderna, usada sistematicamente apenas desde o século XVIII. Até então, essa palavra não existia, o que indica que, ao falar das Cruzadas desde essa altura até hoje, se fizeram numerosas generalizações enganadoras. As cruzadas nunca foram guerras de religião; não procuravam a conversão forçada nem a eliminação dos infiéis. Os excessos e as violências cometidos no decurso das expedições — que existiram e não se pretende ocultar — devem ser avaliados no quadro normal, embora doloroso, dos acontecimentos militares da época. A cruzada corresponde a um movimento de peregrinação armada que se afirmou lentamente entre os séculos XI e XIII e que deve ser entendido no contexto do longo encontro entre a Cristandade e o Islão, que produziu resultados culturais e económicos muito positivos. Como se explica, de outro modo, a existência de frequentes amizades e até de alianças militares entre cristãos e muçulmanos na história das Cruzadas?

São Bernardo de Claraval propôs que, em oposição àquela cavalaria laica do século XII, formada por gente ávida, violenta e amoral, se criasse uma nova cavalaria ao serviço dos pobres e dos peregrinos. A proposta de São Bernardo era revolucionária: uma nova cavalaria constituída por monges que renunciassem a toda a forma de riqueza e de poder pessoal. O seu objetivo era colocar-se ao serviço dos cristãos ameaçados pelos muçulmanos, restabelecer a paz no Ocidente e socorrer os correligionários distantes. A cruzada exigia a reconciliação com o adversário antes da partida, a renúncia à disputa e à vingança, a aceitação da ideia do martírio, a

disponibilidade para se pôr a si próprio e aos seus bens ao serviço dos outros e o embarque, durante um determinado número de meses ou de anos, numa expedição movida pelo desejo de garantir o livre acesso dos peregrinos aos Lugares Santos, entendido como procura da memória de Jesus Cristo na terra que fora o cenário da sua existência terrena.

Independentemente da maior ou menor qualidade humana e espiritual dos participantes, o seu impulso era fundamentalmente espiritual. Movidos por esse desejo de peregrinação, abandonaram tudo o que tinham e lançaram-se numa aventura em que muitos não só se arruinaram como encontraram a morte. Não se tratou, portanto, de um movimento material disfarçado de espiritualidade, nem de uma guerra santa, mas de um impulso colossal de raízes espirituais que, apesar dos seus enormes defeitos, não hesitou em enfrentar riscos consideráveis e perdas materiais.

É preciso dizer que, nos nossos dias, a Igreja Católica promove decididamente o diálogo religioso e cultural com o Islão. João Paulo II recordou que «nós, cristãos, reconhecemos com alegria os valores religiosos que partilhamos com o Islão. A Igreja olha os muçulmanos com estima, convencida de que a sua fé em Deus transcendente contribui para a construção de uma nova família humana. A adoração do único Deus, criador de todos, encoraja-nos a intensificar no futuro o nosso conhecimento recíproco, caminhando juntos pela via da reconciliação. Renunciando a toda a forma de violência como meio de resolver as diferenças, as duas religiões poderão oferecer ao mundo um sinal de esperança».

Isabel, a Católica

— Isabel de Castela é uma figura histórica muito controversa. Chama a atenção que tenha passado à história com o título de «Católica», mas que, por exemplo, tenha sido ela quem expulsou os judeus de Espanha...

O facto de, num determinado momento, a rainha ter proibido a prática do judaísmo em Espanha (porque o judeu que se convertesse não tinha de partir) criou efetivamente um ambiente negativo em torno da sua pessoa. Mas talvez não se tenha em conta que essa expulsão foi uma medida

generalizada na Europa, que Espanha foi a última a aplicá-la e que só o fez quando já não restava outro remédio, quando as pressões internacionais eram enormes. E, quando tomou essa decisão, teve a preocupação de garantir aos judeus um prazo para decidirem e a possibilidade de disporem de todos os seus bens, o que não era muito habitual naquela época.

No século XV, em todos os países, a cidadania estava ligada ao princípio religioso, de modo que o «não fiel» podia ser um «hóspede tolerado e suportado» — é esta a expressão exata utilizada nos documentos —, mas não um súbdito. Ao hóspede cobrava-se uma determinada quantia em troca do direito de permanência, mas essa autorização podia ser suspensa (lembra um pouco as «autorizações de residência» das atuais leis de imigração nesses mesmos países).

Todas as figuras importantes da história cometeram erros, como aconteceu neste caso, mas deve ficar claro que não foi um erro exclusivo de Isabel, a Católica: o judaísmo estava proibido havia muito tempo em Inglaterra e em França, em Nápoles e praticamente em toda a Europa. De facto, o corpo docente da Universidade de Paris reuniu-se para felicitar os reis de Espanha pela medida que, finalmente, tinham tomado.

Naqueles tempos, essa medida foi entendida como hoje se entenderia uma decisão de Estado que, causando grandes incómodos a um conjunto de pessoas, se considerasse digna de ser executada para o bem geral de todos os outros. Se hoje se pensasse numa minoria estrangeira pouco integrada na nação e com uma identidade muito vincada, e se considerasse que comprometia a segurança do Estado, seria fácil compreender que se adotassem medidas drásticas. Por exemplo, exigir-lhe fidelidade às regras do jogo democrático. E não era de modo muito diferente que o cristianismo era considerado na Europa do século XV, isto é, como um sistema de valores indiscutível. Não sei como serão julgadas, daqui a cinco séculos, as nossas atuais leis restritivas de imigração ou as expulsões de imigrantes ilegais, mas a quem então as julgar será necessário pedir que o faça tendo em conta a mentalidade e a situação atuais.

— E o que dizes do papel da rainha Isabel na conquista da América?

Ela é a primeira, em muitos séculos, a reconhecer que os habitantes dessas terras recentemente incorporadas na Coroa são homens como os outros, que foram redimidos por Cristo e que, por isso, os seus direitos humanos devem ser reconhecidos. Sem esta posição de Isabel, a Católica, dificilmente se teria chegado, mais tarde, à Constituição dos Estados Unidos, que repete praticamente aquilo que ela disse: que Deus nos fez a todos livres, iguais e em busca da felicidade.

Fala-se muito das atrocidades cometidas e, efetivamente, houve erros na prática, pois os encarregados de realizar a colonização deixaram-se, por vezes, levar pelos seus interesses particulares e violaram os direitos dos nativos. Mas os princípios estiveram sempre claros e, de facto, para contornar essa legislação, os grandes proprietários, séculos depois, tiveram de comprar em África negros já escravizados para poderem introduzir ali essa servidão a que aspiravam, porque as leis de Castela lho impediam terminantemente: nenhum índio podia ser escravo.

Cada cristão pode pensar o que quiser sobre a atuação de Isabel, a Católica, pois as decisões pessoais do seu reinado não comprometem a fé cristã, mas a sua atuação foi tantas vezes utilizada contra a Igreja Católica, apresentando a rainha como uma mulher intolerante — e intolerante precisamente por ser católica —, que convém destacar alguns testemunhos históricos sobre este ponto.

Por exemplo, os Reis Católicos foram pessoas conciliadoras e prontas a perdoar, como demonstra o facto de, no termo de uma guerra civil, terem sido capazes de evitar represálias e chegar a acordo com aqueles que se tinham revoltado contra eles, garantindo-lhes que não sofreriam qualquer prejuízo, mas continuariam a desempenhar as funções sociais e a ocupar a posição que até então tinham. Aquilo foi um exemplo de como uma guerra civil pode terminar sem ressentimentos, coisa muito difícil, pois o normal é criarem-se ódios que duram muito tempo.

Outro exemplo é a forma como a rainha acolhe e educa os filhos ilegítimos da mulher de Henrique IV. E como cuida também dos filhos ilegítimos do seu marido, sentindo para com todos eles uma obrigação de afeto que vai além do simples exercício da caridade.

Também defendeu os direitos das mulheres. Em Espanha não se tinha verificado, como em França, uma recusa tão categórica do reconhecimento dos direitos das mulheres, mas esses direitos destinavam-se mais a ser transmitidos aos filhos ou aos maridos do que a ser exercidos por elas próprias. Isabel estabelece o princípio contrário: não há diferença entre o homem e a mulher quanto à capacidade de governar, e é assim que educa as suas filhas e que ela própria procede. Essa norma manter-se-ia em vigor até ao início do século XVIII, quando, por razões de progresso iluminista, foi imposta a Lei Sálica.

Com os seus erros, que os teve, foi uma mulher que manteve sempre presente o juízo de Deus. Uma mulher que, ao escrever ao marido gravemente ferido depois de um atentado, lhe diz: «Lembra-te de que temos de prestar contas a Deus, e as contas que nos pedirá a nós, reis, são muito mais rigorosas do que aquelas que pede a qualquer dos nossos súbditos.»

Miguel Servet

— E aquela outra velha história sobre Miguel Servet, que foi queimado na fogueira por ter descoberto a circulação do sangue?

Essa velha lenda pode ser refutada sem grandes demonstrações de erudição. Para começar, Miguel Servet não descobriu a circulação do sangue, mas apenas aquilo a que se chama «pequena circulação», isto é, a passagem do sangue de um lado para o outro do coração, através dos pulmões, onde o sangue é purificado em contacto com o ar que se respira.

Curiosamente, além disso, esse contributo de alcance mundial, que deu a este médico aragonês um lugar de destaque na história das grandes descobertas, foi por ele escrito entre os parágrafos de um livro de teologia dedicado à Santíssima Trindade. Naqueles tempos, as coisas eram assim — explica Pascual Falces de Binéfar —, pois ainda predominava a ideia de que «o médico que só sabe medicina nem medicina sabe». Esse livro de Miguel Servet, intitulado *Christianismi restitutio,* caiu nas mãos de João Calvino, cuja Reforma acabara de ser implantada na cidade de Genebra. Calvino discordou de tais teorias a ponto de declarar publicamente que, se Miguel Servet aparecesse naquela cidade, seria queimado na fogueira, como então

se resolviam muitas divergências pessoais ou políticas. Miguel Servet ignorou essa advertência, apresentou-se desafiadoramente na cidade aborrecida e aconteceu o previsível: acabou na fogueira e as suas cinzas foram espalhadas pelo vento sobre o lago Léman. Foi por isso que foi executado, e não por descobrir a circulação do sangue. Foi algo evidentemente cruel e injusto, mas não foi a Igreja Católica que o fez, nem foi por ter descoberto a circulação do sangue.

Escândalos de abusos sexuais

— E, se pensarmos em épocas mais recentes, o que dizes dos escândalos suscitados por denúncias de abusos sexuais cometidos por sacerdotes, sobretudo nos Estados Unidos?

Foram acontecimentos muito tristes e lamentáveis, que chegaram com grande impacto à opinião pública, levando a críticas muito duras à Igreja Católica. Embora quase todos os casos remontassem a bastantes anos antes e envolvessem uma pequena percentagem do clero, causaram danos muito graves, em primeiro lugar às vítimas e depois ao prestígio do sacerdócio. Censurava-se também os bispos por terem aplicado medidas insuficientes, sem se decidirem a tomar outras mais firmes para enfrentar o problema, pois foram publicadas histórias de sacerdotes culpados de abusos de menores que o bispo se limitava a transferir de função pastoral ou que eram reintegrados no ministério depois de um tratamento psicológico que não corrigia suficientemente as suas tendências desviadas.

Os meios de comunicação atacaram insistentemente a Igreja, mas quase não se prestou atenção às estatísticas gerais de abusos de menores no país. Deu-se muita atenção a algumas dezenas de casos protagonizados por sacerdotes ao longo dos últimos vinte ou trinta anos, mas não se mencionava o número de casos semelhantes em que o responsável não era um sacerdote, e não se pode ignorar que, por exemplo, só nesse ano houve mais de cem mil casos de abusos sexuais de menores nos Estados Unidos.

É evidente que o abuso sexual de um menor por parte de um sacerdote é uma falta gravíssima e que se deve fazer tudo o que for possível para o evitar. E é claro que devem ser tomadas medidas drásticas quando isso

acontece. Mas é fundamental defender a imensa maioria dos sacerdotes de conduta exemplar que trabalham diariamente nas suas comunidades e paróquias e assistem abnegadamente os seus fiéis.

A forma como os factos, os dados e as situações foram apresentados pela maioria dos meios de comunicação não só lançava suspeitas e afrontava a Igreja Católica, como também ensombrava e difamava todos os sacerdotes que dedicam cuidadosamente a sua vida ao serviço dos outros, que exercem o seu ministério com honestidade e coerência, muitas vezes com uma caridade heroica.

Este escândalo fez também ressurgir vozes que pediam a abolição do celibato sacerdotal, ao qual se atribuía a culpa desses problemas. O protesto ignorava que esses tristes casos eram proporcionalmente menos frequentes no clero católico do que no clero protestante casado e noutras profissões dedicadas ao cuidado de menores.

Aquilo que esta crise levou a abordar a fundo foi uma questão bastante debatida anos antes em alguns setores da hierarquia católica norte-americana, um tanto «dissidentes» em relação à doutrina católica oficial. Trata-se da homossexualidade no clero e da seleção dos candidatos ao sacerdócio. É preciso ter em conta que a maioria dos casos ocorridos não tinha sido de pederastia (perturbação psicológica pela qual um adulto abusa sexualmente de uma criança impúbere), mas de abusos de rapazes mais velhos, protagonizados por uma pequeníssima minoria de sacerdotes homossexuais ativos que abusaram de adolescentes, aproveitando-se da sua autoridade e da sua condição de sacerdotes. O facto de quase todas as acusações se referirem a abusos cometidos com rapazes, não com raparigas, indica que os sacerdotes acusados eram sobretudo pessoas com tendências homossexuais. Tratava-se, portanto, de um problema de homossexuais ativos no clero, não de pederastia, e revelava claramente uma deficiência na seleção dos candidatos ao sacerdócio e na sua formação em alguns seminários dos Estados Unidos. Um erro grave a que depressa se pôs remédio.

Não fazer nada para não errar?

— Há quem pense que a Igreja deveria reduzir a sua atuação para evitar o perigo de cometer todos esses erros, reais ou supostos, que existiram ao longo da história.

É bastante fácil atacar a Igreja e troçar das páginas mais difíceis da sua história. Não procuro, nestas linhas, justificar os erros que muitos cristãos realmente cometeram ao longo dos séculos. Mas, por vezes, penso que, se essas pessoas consideram que a Igreja tem as mãos sujas, talvez fosse preciso dizer-lhes que elas não têm as mãos sujas porque não têm mãos ou porque não as utilizam.

A Igreja procura realizar a sua tarefa e vive imersa numa sociedade em mudança, que, por sua vez, se desenvolve numa determinada época, procurando nela introduzir o fermento sobrenatural do Evangelho. A grandeza da Igreja está em enfrentar as mudanças do homem ao longo dos séculos e procurar introduzir na sua vida o sobrenatural. Se, para evitar o risco de contaminar a sua pureza, a Igreja renunciasse a tentar estar presente na sociedade de cada momento, ficaria reduzida a um simples e curioso propósito abstrato.

Há muitos puristas que se escandalizam com as atuações da Igreja ou dos católicos, mas não apresentam nenhuma solução para todos esses problemas que deveriam interpelar seriamente qualquer pessoa. Procuram uma segurança nas atuações, uma recusa de assumir riscos, que não conduz a outra paz senão à do cemitério. A Igreja enfrenta serenamente todos esses sarcasmos, porque deseja cumprir a sua missão entre os homens. Sabe que corre incessantemente o risco de manchar a pureza da sua mensagem, pelo menos na aparência, ao procurar encarná-la numa história que constantemente se volta contra ela, contra quem a quer salvar. A Igreja prefere esse risco ao estéril fechamento sobre si mesma. Prefere-o e enfrenta-o há vinte séculos porque, no seu amor pelo homem, acorre aos lugares de maior necessidade, mais ameaçados.

Haverá sempre pessoas que se obstinem em não ver no cristianismo senão as deformações de que foi objeto ao longo da história. Haverá sempre quem associe a fé cristã ao obscurantismo, à «sombria Idade Média», à intolerância, à pressão sobre as consciências, ao subdesenvolvimento intelectual, ao atraso e à falta de liberdade. É uma imagem criada umas

vezes com má intenção e outras simplesmente por desconhecimento, que talvez provenha daquela velha ideia iluminista segundo a qual tantos pensavam que o racionalismo ateu tinha alcançado um grande triunfo sobre a fé.

A história da Igreja é uma mistura de triunfos e de aparentes fracassos do cristianismo. É uma série sempre repetida de tentativas de construir o reino de Deus na terra. Isto não é surpreendente, nem é algo que Jesus Cristo não tivesse previsto. A parábola do joio semeado entre o trigo mostra claramente que Ele o sabia e que isso está de acordo com o plano de Deus.

A vida da Igreja na história, tal como a vida de cada cristão — afirma Thomas Merton —, é um ato constantemente repetido que começa sempre de novo, uma história de boas intenções que termina em êxitos e em equívocos; de erros que têm de ser corrigidos, de defeitos que têm de ser utilizados, de lições mal aprendidas que têm de ser aprendidas repetidamente. Houve hesitações e falsos começos na história cristã. Houve até erros graves, mas estes são imputáveis mais às sociedades seculares cristãs do que à Igreja. Ora, a Igreja nunca perdeu o seu caminho. Mas aquilo que a mantém no caminho certo não é o poder, a sabedoria humana, a habilidade política ou a previsão diplomática. Há épocas na história da Igreja em que essas coisas se tornaram, para os dirigentes cristãos, obstáculos e fontes de erros. O que mantém a Igreja e o cristão no bom caminho é o amor e o cuidado de Deus.

21. UMA INSTITUIÇÃO OPRESSIVA E ANTIQUADA?

A sátira é uma crítica que, quase sempre, se transforma em desculpa.

Eduardo Terrasa

Falta de pluralismo

— Alguns afirmam que há pouco pluralismo na Igreja, porque são afastados dos seus cargos aqueles que manifestam honesta e sinceramente a sua discordância em relação à doutrina oficial.

Não duvido de que as pessoas sancionadas por esse motivo tenham chegado sinceramente a essas opiniões que se afastam do Magistério da Igreja. E também não duvido de que as defendam com honestidade. O que parece pouco honesto é quererem continuar a ensinar essas opiniões não católicas nas igrejas, nas aulas ou na catequese da Igreja Católica.

Um homem que ganhe a vida como representante de uma empresa, de uma fundação, de um partido político, de um sindicato ou de qualquer outra organização pode honestamente mudar de opinião e tornar-se sinceramente adepto de outra empresa, partido ou sindicato, passando então a defender com retidão outras ideias. O que não seria nada honesto nem correto seria querer continuar como representante de uma organização, apoiando a orientação de outra (e, além disso, recebendo o salário daquela que ataca). Quando a Igreja Católica retira a alguém a autorização para ensinar em seu nome, não faz mais do que aplicar o senso comum.

— Mas a Igreja poderia ser mais sensível às propostas de mudança que alguns fazem, até a partir do seu interior...

Parece-me que a Igreja é uma instituição em que há uma grande pluralidade de opiniões e onde se pode falar com mais liberdade do que na maioria das instituições do nosso tempo. Mas a Igreja prega o cristianismo tal como acredita que ele é, tal como o recebeu de Jesus Cristo, não como um grupo pequeno ou grande, de uma época ou de outra, gostaria que fosse.

A Igreja está vinculada a uma herança que recebeu, de modo semelhante — para dar um exemplo — àquele como um cientista pode estar vinculado aos resultados das suas experiências. Não diz aquilo de que gosta, mas aquilo que é. Todo o homem está sujeito à verdade: à verdade de que gosta mais e também àquela de que gosta menos.

Quando um cientista obtém dados experimentais que não concordam com uma teoria científica aceite naquele momento, isso obriga-o a fazer novas considerações e encaminha-o para novos conhecimentos. E a ciência progride precisamente porque os cientistas não evitam nem escondem os fenómenos incómodos para as suas teorias, mas trazem esses dados à luz e continuam a investigar até encontrarem uma solução, demore o tempo que demorar. De modo semelhante, e salvaguardadas as devidas distâncias, o

conhecimento cristão progride, em grande parte, graças ao desafio que representam algumas verdades cristãs que talvez nos custe mais compreender ou aceitar.

Mas um cristianismo que recorresse à alteração da fé sempre que esta lhe parecesse difícil de compreender ou de viver seria como o cientista pouco honesto que retoca os dados do laboratório para ajustar a realidade à sua própria realidade.

São necessários os dogmas?

— E é necessário que a Igreja tenha dogmas, uma autoridade e um Magistério? Não bastaria que cada um procurasse viver aquilo que Jesus Cristo disse e que está registado na Bíblia?

O que dizes é a tese protestante da *sola Scriptura*. No entanto, se se trata de viver o que diz a Sagrada Escritura, convinha ter presente que nela se afirma claramente que Jesus Cristo fundou a Igreja (por exemplo, em Mt 16, 16-19; Mt 18, 18; etc.). E, para apresentar também algumas razões de ordem prática, pode acrescentar-se que, desde os tempos de Lutero até hoje, surgiram já mais de 25 000 denominações protestantes diferentes e que atualmente nascem cinco novas por semana, num processo crescente de desorientação e fragmentação. Por isso escreveu Scott Hahn que uma Sagrada Escritura sem Igreja seria algo semelhante ao que teria acontecido se os fundadores do Estado norte-americano, que promulgaram a Constituição, se tivessem limitado a acrescentar uma recomendação genérica, dizendo «que o espírito de George Washington guie cada cidadão», mas sem prever um governo, um congresso e um sistema judicial, necessários para aplicar e interpretar a Constituição. E, se isso é imprescindível para governar um país, também o é para governar uma Igreja que abrange o mundo inteiro. Por isso, é bastante lógico que Jesus Cristo nos tenha deixado a sua Igreja, dotada de uma hierarquia, com o Papa, os bispos, os concílios, etc., tudo isso necessário para aplicar e interpretar a Escritura.

O prestígio da Igreja

— E o que pensas do prestígio da Igreja Católica?

A situação da Igreja Católica no início deste milénio reveste-se de um interesse extraordinário. Como escreveu José Orlandis, nunca na história a Igreja tinha sido tão universal como agora, pela diversidade nacional e étnica dos seus fiéis; nunca o Papa tinha gozado de um prestígio moral tão elevado, não só entre os seus fiéis, mas também entre homens do mundo inteiro, que o consideram a mais alta autoridade espiritual.

Trata-se de um fenómeno sem precedentes, pois os grandes Papas medievais tinham como horizonte uma cristandade europeia espiritualmente coesa, mas de dimensões muito reduzidas. A Igreja Católica apresenta-se hoje com uma inequívoca personalidade internacional, com mil milhões de fiéis, mais de cento e vinte mil instituições assistenciais e escolas em que se formam cinquenta milhões de estudantes. Apresenta-se, além disso, firme e coerente nos seus ensinamentos doutrinais e morais, em contraste com a instabilidade e as ambiguidades de muitas confissões religiosas, que frequentemente parecem navios sem mastros, à mercê das vagas das modas ou dos caprichos das suas bases, ansiosas por se adaptarem às preferências da opinião pública.

Superar velhos estereótipos

— Há pessoas que sentem necessidade de preencher a vida com algo espiritual, mas rejeitam a possibilidade de se aproximarem da Igreja porque a consideram uma estrutura opressiva e antiquada.

Em muitos casos, todas essas reservas em relação à Igreja desaparecem quando se chega a conhecê-la mais de perto. Quando se esteve afastado durante muito tempo, é fácil ter assimilado estereótipos que depois se revelam falsos ou inexatos, assim que se faz o esforço de se aproximar e observar as coisas pessoalmente e em primeira mão.

Vê-se então que a realidade tem tonalidades diferentes. Que há na Igreja bastante mais liberdade do que se pensava. Que há muitos sacerdotes exemplares, inteligentes, cultos e que falam com brilhantismo. Que a liturgia tem maior força e atrativo do que se acreditava. Que existe,

certamente, um conjunto de normas morais bastante exigentes, mas que são precisamente a melhor garantia de que o homem dispõe para alcançar a sua felicidade e a de todos. Mais ainda, o facto de, apesar da permissividade atual, a Igreja se recusar a baixar a fasquia ética e não ceder às pressões de uns e de outros é um extraordinário motivo de admiração e de atração. A Igreja não quer nem pode fazer saldos de fim de estação em assuntos de moral para assim atrair as multidões, mas continua a apresentar a mensagem genuína do Evangelho. Os saldos e os sucedâneos cansam depressa, e a história está cheia de cadáveres daqueles que cederam à acomodação aos erros do momento e não conseguiram absolutamente nada.

Quando se conhece verdadeiramente a Igreja, desmascaram-se muitas imagens falsas. Descobre-se então que a moral cristã não é um conjunto de proibições e obrigações, mas um grande ideal de excelência pessoal. Um ideal que não consiste apenas em proibir esta ou aquela coisa, mas que, sobretudo, incentiva positivamente a fazer muitas coisas. Ser católico praticante não é cumprir o preceito dominical, mas algo muito mais profundo e maior. A fé coloca o cristão perante as suas responsabilidades para consigo mesmo, para com a sua família, o seu trabalho e a tarefa de construir um mundo melhor. A mensagem cristã não afasta os homens da construção do mundo, nem os leva a despreocupar-se com o bem dos outros; pelo contrário, impõe-lhes como dever essa preocupação. É verdade que há maus exemplos, como qualquer pessoa os poderia encontrar na tua vida ou na minha. Onde há homens, há erros. Se na Igreja não pudesse haver homens com defeitos, ninguém teria lugar nela. Não é que gostemos desses erros, que devemos procurar corrigir, mas a primeira coisa que devemos considerar é que a Igreja é formada por pessoas como tu e como eu. Bem, talvez um pouco melhores.

22. UMA ANTIGA DESCONFIANÇA EM RELAÇÃO À MULHER?

Em quase toda a Europa, a conversão de um povo começou pela ação de uma mulher.

Régine Pernoud

Inferioridade da mulher?

— Muitos pensam que, embora as coisas tenham melhorado bastante nos últimos tempos, restam na Igreja vestígios de uma antiga desconfiança em relação à mulher. Até já ouvi dizer que a Igreja demorou alguns séculos a reconhecer que as mulheres tinham alma.

A Igreja Católica nunca pensou que a mulher não tivesse alma, e a história desmente-o categoricamente: as santas e as mártires foram veneradas desde os primeiros séculos do cristianismo, a sua glorificação resplandece em todos os templos cristãos da Antiguidade, e sempre houve tanto mulheres como homens no catálogo romano de canonizações.

Além disso, a Igreja Católica, como é sabido, venera desde os primeiros tempos uma mulher, a Virgem Maria, como mãe de Deus e a mais perfeita das criaturas. Tudo isto, como compreenderás, é pouco compatível com semelhante lenda.

— E não é verdade, pelo menos, que a Igreja admitiu que a mulher era inferior ao homem porque, segundo o relato do Génesis, foi criada depois dele?

Houve alguns pensadores cristãos suficientemente ridículos para pretenderem que a mulher era um ser inferior, fazendo uma interpretação verdadeiramente surpreendente desse relato do Génesis. Mas a sua doutrina foi condenada pela Igreja. Já Aristóteles dizia que não havia no mundo ideia absurda que não tivesse pelo menos algum filósofo a defendê-la; e vê-se que isso pode estender-se às muitas afirmações absurdas feitas em torno da teologia católica ao longo dos séculos. É preciso lembrar que, durante os primeiros séculos do cristianismo, os concílios dedicaram muito tempo a condenar erros. Um deles foi este. Mas não se podem imputar à Igreja as aberrações que ela se viu obrigada a denunciar e condenar. Como dizia André Frossard, isso seria como responsabilizar o ministro da Justiça por todas as infrações que o Código Penal pune.

— Mas São Paulo, por exemplo, manda numa das suas epístolas que as mulheres permaneçam caladas nas assembleias.

E com isso demonstra que elas participavam nessas assembleias, algo absolutamente inimaginável durante muitíssimos séculos nas nossas

modernas e avançadas assembleias parlamentares ocidentais.

Porque uma simples análise da história permite ver que a discriminação da mulher foi um fenómeno muito generalizado ao longo dos séculos. Isso é lamentável, mas não é justo atribuí-lo à Igreja.

Para dar um exemplo bem ilustrativo, o acesso generalizado da mulher ao voto nas eleições democráticas civis das nossas modernas sociedades ocidentais começou na Finlândia, em 1906, e só chegou aos Estados Unidos em 1920, à Grã-Bretanha em 1928 e a Espanha em 1931. Outros países próximos de nós só alcançaram o pleno direito de sufrágio feminino muito mais tarde: a França em 1944, a Itália em 1945, a Bélgica em 1948, Andorra em 1970 e a Suíça em 1971. A mulher foi muito discriminada na história da democracia, mas a culpa não é da democracia, e sim da visão que a sociedade tinha então da mulher.

Para sermos justos, é necessário enquadrar esse comentário de São Paulo na mentalidade dominante naqueles tempos. A ninguém daquela época, fosse judeu ou romano, teria passado pela cabeça dar às mulheres tanto protagonismo como têm no Novo Testamento, algo então inteiramente impensável (de facto, isso foi durante muito tempo objeto de crítica por parte de muitos autores não cristãos). Seria mais justo dizer, em todo o caso, que as fortes exigências da moral cristã contribuíram para atenuar aquela situação lamentável.

Porque não podem as mulheres ser ordenadas?

— Mas e a questão do sacerdócio feminino?

Afastamo-nos um pouco do objetivo deste livro, porque se trata já de um problema teológico, e não de uma questão sobre o caráter razoável da fé. De qualquer modo, posso dizer-te que a Igreja Católica afirma que há um sacerdócio comum de todos os fiéis — homens e mulheres — e que o sacerdócio ministerial corresponde apenas aos homens, entre outras razões porque não considera a Santa Missa uma simples evocação simbólica ou comemorativa, mas a renovação incruenta do sacrifício da Cruz; e, como

Jesus Cristo era um homem e o sacerdote, na Santa Missa, empresta o seu corpo a Cristo, o próprio é que o sacerdote seja um homem.

— Então as mulheres não têm esse direito?

O sacerdócio não é um direito, mas um chamamento. Jesus Cristo chamou aqueles que quis, e não se pode ignorar o facto de não ter escolhido nenhuma mulher entre os doze apóstolos. E é evidente que poderia tê-lo feito facilmente, pois algumas mulheres acompanhavam-No sempre (e segui-Lo-iam até à cruz, onde, por sinal, todos os apóstolos, menos um, O abandonaram), e isso não teria causado estranheza naqueles tempos, em que existiam sacerdotisas.

Porque não escolheu Jesus Cristo nenhuma mulher? Não é fácil sabê-lo. O facto é que os apóstolos também não o fizeram ao designarem os seus sucessores, e, desde os primeiros tempos, a Igreja continuou assim — sem que isso implique qualquer desvalorização da mulher —, por fidelidade à vontade fundadora de Jesus Cristo.

Por outro lado, não é necessário ser sacerdote para alcançar a santidade, nem se deve considerar a ordenação um prémio de que as mulheres foram privadas. Trata-se antes de um serviço que cabe aos homens. Por exemplo, a própria Virgem Maria, associada mais do que ninguém ao mistério de Jesus Cristo, não foi chamada ao sacerdócio.

A Igreja reconhece a igualdade de direitos do homem e da mulher na Igreja, mas essa igualdade de direitos não implica identidade de funções. Por sua vez, essa diferença de funções não confere ao homem um valor superior ao da mulher, pois os maiores na Igreja não são os sacerdotes, mas os santos.

— Mas as mulheres não terão poder na Igreja...

Se olharmos para a Igreja na perspetiva do poder, efetivamente, quem não ocupar cargos estaria oprimido. Mas essa maneira de ver destruiria a Igreja e daria uma visão falsa da sua natureza, como se o poder fosse o seu fim último. Não estamos na Igreja para nos associarmos e exercermos um

poder. Pertencemos à Igreja porque ela nos dá a vida eterna; tudo o resto é secundário.

O papel da mulher

— De qualquer modo, não parece muito feminista da parte da Igreja...

O Papa e os bispos não podem mudar o comportamento de Jesus Cristo. Reconhecem e promovem o papel da mulher e recomendaram que as mulheres participem na vida da Igreja sem qualquer discriminação, também nas consultas e na elaboração das decisões, nos conselhos e sínodos diocesanos e nos concílios particulares.

«Precisamente porque sou profundamente feminista — dizia a escritora Régine Pernoud —, a ordenação de mulheres parece-me contrária aos próprios interesses das mulheres. Trata-se de algo que encerra o perigo de confirmar nas mulheres a crença de que, para elas, a promoção consiste em fazer tudo o que os homens fazem, como se o seu progresso fosse agir exatamente como eles.

»Foi o Evangelho que nos ensinou que o homem e a mulher têm igualdade de direitos. Os próprios apóstolos ficam perplexos quando Cristo anuncia a absoluta reciprocidade de deveres entre o marido e a mulher: tão evidente era que isso contrariava a mentalidade da época.

»Isto torna mais significativa a decisão de Cristo de escolher, entre os homens e as mulheres que O rodeavam, doze homens que haviam de receber a consagração eucarística durante a Última Ceia, no cenáculo de Jerusalém. Observemos que, nessa mesma sala, as mulheres se encontram juntamente com os homens para receber a irrupção do Espírito Santo no Pentecostes. Mais do que reivindicar o ministério sacerdotal para as mulheres, não seria antes necessário recordar que aquilo que Cristo pediu às mulheres foi que fossem portadoras da salvação?

»No início do Evangelho está o sim de uma mulher; no final, outras mulheres apressam-se a ir despertar os apóstolos para lhes comunicar a notícia da Ressurreição; as mulheres são convidadas a transmitir a palavra: há místicas, teólogas, doutoras da Igreja. Em quase toda a Europa, a conversão de um povo começou pela ação de uma mulher: Clotilde em França, Berta em Inglaterra, Olga na Rússia, para não falar de Teodósia em Espanha e Teodolinda na Lombardia. Mas o serviço sacerdotal é pedido aos homens.

»Hoje vemos muitas mulheres assumir as mais amplas tarefas de ensino religioso ou teológico. A desconfiança da sociedade civil em relação à mulher, manifesta no mundo clássico, começou a dissipar-se muito recentemente. O desejável, no início deste terceiro milénio, é que se estabeleça o esperado equilíbrio, sem qualquer confusão.»

23. A AUTORIDADE DA IGREJA

Há uma impressão vaga, mas persuasiva, de que manifestar dúvidas é sinal de modéstia e de democracia, enquanto demonstrar certeza é considerado dogmático e ditatorial.

Christopher Derrick

Um problema de dicionário

— Há católicos que se perguntam que autoridade tem a Igreja para definir exatamente aquilo que a moral católica exige. Dizem que têm uma maneira própria de entender o que significa ser católico e que ela não tem de coincidir com aquilo que se diga em Roma.

Se alguém diz que a Igreja Católica não pode definir em que consiste a fé ou a moral católicas, lamento, mas não poderíamos chamar católico a quem sustenta isso. Talvez uma espécie de nostalgia pessoal esteja a levar essa pessoa a querer conservar o título de católico, mas — como dizia

Christopher Derrick — temos de lho retirar com a maior delicadeza e caridade, não porque o Papa o diga, mas porque o diz o dicionário.

A religião católica é algo bastante concreto. Distingue-se fundamentalmente dos luteranos, dos ortodoxos ou dos anglicanos, entre outras coisas, por seguir os ensinamentos da Sé Apostólica Romana. Por isso, se consideramos importante a precisão dos termos, convém esclarecer que essas pessoas querem chamar-se católicas sem realmente o serem.

— Receio que, perante essa posição, muitos respondam que então não são católicos, porque interpretam a Sagrada Escritura de outra maneira e consideram que a Igreja é uma invenção dos homens.

Talvez seja a única saída que lhes resta, mas conduz a algumas contradições. Por exemplo, já que falam em recorrer à Sagrada Escritura, seria necessário dizer-lhes que nela se lê com bastante clareza, em diversas passagens, que Jesus Cristo «instituiu a Igreja», que colocou Pedro à sua frente e lhe deu «as chaves do Reino dos Céus». E consta também que confiou aos apóstolos uma missão de ensino e de salvaguarda da doutrina: «Ide, pois, e fazei discípulos de todos os povos (...) ensinando-os a cumprir tudo quanto vos mandei.» Ao mesmo tempo que lhes garantia que não os deixaria sós — «Eu estarei sempre convosco até ao fim do mundo» —, assegurava a retidão dos seus ensinamentos: «Tudo o que ligares na terra ficará ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra ficará desligado nos céus.» E deu-lhes também o poder de perdoar os pecados: «Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos.» E assim por diante.

Como vês, os textos são abundantes e, por outro lado, a sua autenticidade está amplamente comprovada. Se essas pessoas dizem aceitar o Evangelho como vindo de Deus, ser-lhes-á francamente difícil negar que Jesus Cristo instituiu a Igreja, lhe deu o poder de ensinar com autoridade a sua doutrina, garantiu que estaria sempre a seu lado e que tudo o que ela ligasse na terra ficaria ligado no céu. O mínimo que se pode deduzir de tais frases é que Jesus Cristo preservaria a sua Igreja do erro nas questões em que, comprometendo a sua autoridade, se pronunciasse de forma solene.

Simplificações perigosas

— Pois receio que então digam que não se devem tomar os Evangelhos num sentido tão literal. Que se trata simplesmente de compreender a sua mensagem de amor e de paz...

É assim que muitos acabam por reduzir os Evangelhos a simples livros moralizantes de grande interesse, a uma espécie de «Iniciação à vida feliz». O que me parece perfeitamente respeitável, naturalmente, porque cada um é livre de pensar o que quiser, mas seria reduzir a figura de Jesus Cristo a um simples pensador antigo, com uma filosofia mais ou menos atraente, que lançou mensagens muito interessantes. Mas isso já não seria propriamente uma religião, antes a manifestação de uma certa preferência por um pensador da Antiguidade.

A Sagrada Escritura — explica Joseph Ratzinger — é portadora do pensamento de Deus, mas chega-nos através de uma história humana, encerra o pensar e o viver de uma comunidade histórica. A Escritura não está isolada, nem é apenas um livro. Sem a Igreja, faltar-lhe-ia a contemporaneidade connosco, ficaria reduzida a simples literatura, interpretada como se pode interpretar qualquer obra literária. O Magistério da Igreja não acrescenta uma segunda autoridade à da Escritura, mas pertence-lhe a partir do seu interior. Não reduz a autoridade da Escritura; vela, antes, por garantir que ela não seja manipulada.

— Mas essa autoridade eclesiástica também poderia tornar-se arbitrária.

Isso poderia acontecer se o Espírito Santo não iluminasse e guardasse a Igreja. Mas essa vigilância do Espírito Santo sobre a Igreja é uma realidade que o próprio Jesus Cristo anuncia na Escritura.

Intransigência?

— Outras pessoas dizem que o dogma exclui o debate e o pluralismo de opiniões, indispensáveis ao crescimento saudável de qualquer pensamento religioso. Pensam que a Igreja deveria ser menos intransigente e mais

liberal, para se adaptar às diferentes culturas e à evidente diversidade que existe no mundo.

Além dos dogmas, há na teologia católica uma grande quantidade de pontos sujeitos a debate, com uma pluralidade de opiniões extremamente rica e diversa. Qualquer pessoa que observe isso com alguma perspetiva poderá perceber que sempre houve, e continuará a haver, uma grande variedade nas questões que exigem adaptação às mudanças dos tempos ou dos lugares. São questões habitualmente sujeitas a um amplo debate, tanto interno como externo, ao qual a Igreja não foge.

Por outro lado, os dogmas — como observa Frossard — não impõem à inteligência limites que lhe seria proibido ultrapassar; pelo contrário, esses dogmas impelem a inteligência para além das fronteiras do visível. Não são muros, mas antes janelas para a nossa limitação intelectual. São auxílios divinos para podermos chegar a verdades às quais a inteligência, pela sua limitação (que havemos de fazer?), nem sempre teria fácil acesso. A Igreja apresenta apenas um pequeno conjunto de verdades de fé, mas dificilmente se pode imaginar uma Igreja sem verdades de fé.

O católico — explica Christopher Derrick — encontra na sua fé nos dogmas uma pedra de toque da verdade. Graças a ela, pode comparar qualquer afirmação teológica com tudo o que o Magistério da Igreja tem dito sobre esse assunto durante dois mil anos; e, se houver um choque violento, a sua fé diz-lhe que essa teoria será, com o tempo, um dos numerosos caminhos bloqueados ou becos sem saída que pontuam a história do pensamento.

A posição da Igreja Católica em relação aos dogmas é simples e coerente:

§ As verdades de fé introduzem-nos numa ordem de realidades à qual nunca teríamos chegado apenas com as nossas forças intelectuais.

§ Essas verdades de fé não estão fechadas ao pensamento nem à racionalidade, nem pretendem esgotar as possibilidades de conhecimento do homem.

§ A Igreja limita-se a guardar essas verdades, porque afirma que foram reveladas pelo próprio Deus.

§ O homem é livre de dar ou não o seu assentimento a esses dogmas, mas deve fazê-lo se quiser chamar-se legitimamente católico.

É a isto que se reduz a intransigência que alguns atribuem à Igreja Católica e que não é senão uma defesa serena e prudente do depósito da fé, bem afastada de qualquer destempero ou fanatismo. A única coisa que a Igreja reclama é liberdade para apresentar pública e livremente aos homens a luz que a sua mensagem lança sobre a realidade e sobre a vida.

24. SÃO NECESSÁRIOS OS DOGMAS?

A maior sabedoria humana é saber que sabemos muito pouco.

Sócrates

Não será a Igreja demasiado dogmática?

— Mas propor dogmas... não implica cair inevitavelmente em atitudes dogmáticas?

Há uma grande diferença entre ser dogmático e acreditar firmemente em alguma coisa. As atitudes dogmáticas nascem de «impor» dogmas, não de os «propor». E a Igreja dirige-se ao homem no mais pleno respeito pela sua liberdade. A Igreja propõe, não impõe nada.

Acreditar é uma consequência da procura natural da verdade em que todo o homem deveria estar empenhado. Pelo contrário, ser dogmático — caricatura do respeito pelos dogmas — foi o que levou alguns homens a cair em diversos fanatismos ao longo da história, nos quais se utilizou frequentemente a fé como pretexto, quando, na realidade, os motivos de fundo eram muito diferentes. Mas seria injusto atribuir aos dogmas a responsabilidade por ações ou atitudes cujos únicos culpados são homens que os compreenderam mal ou manipularam.

— Mas há um certo descontentamento em alguns meios quanto a esta posição da Igreja, que consideram demasiado firme, até um pouco radical.

Esse descontentamento limita-se a meios bastante restritos. Quase toda a gente compreende que a Igreja tem de seguir um direito e manter um mínimo de disciplina. Uma Igreja cuja fé se constituísse como simples equilíbrio ou soma das opiniões dos seus membros não seria propriamente uma Igreja, mas um simples lugar de encontro de algumas preferências particulares, uma mera associação privada.

É verdade que há na Igreja uma unidade clara e firme. Mas trata-se de uma unidade que não exclui o pluralismo, que não nos faz marchar todos ao mesmo passo. Uma grande unidade compatível com uma grande diversidade, capaz de se exprimir através de muitas línguas, povos e nações, e de incorporar as tradições legítimas de muitos lugares. A Igreja Católica sempre teve presente a diversidade própria da cultura humana.

Para dar um exemplo, o prólogo do Catecismo da Igreja Católica adverte para a necessidade de adaptar a sua doutrina, em cada lugar, a diversas exigências incontornáveis, entre as quais inclui as que decorrem das diferentes culturas. E, embora a adaptação às culturas exija por vezes ruturas com hábitos ou perspetivas incompatíveis com a fé católica — pois a Igreja está na história, mas ao mesmo tempo transcende-a —, sublinha sempre os valores positivos de toda a construção cultural.

Intolerância na Igreja?

— E não é intolerância da parte da Igreja condenar ações ou atitudes que, em alguns casos, são socialmente aceites, sem atender às opiniões daqueles que as defendem?

Felizmente, ser tolerante não é partilhar em tudo a opinião dos outros. Nem deixar de manter as próprias convicções por estarem pouco na moda. De facto, ambas as coisas seriam uma boa maneira de acabar depressa sem nenhuma ideia própria na cabeça.

Ser tolerante é reconhecer e respeitar nos outros o direito de pensarem de maneira diferente. E a Igreja fá-lo.

Por outro lado, a tolerância e o respeito pelo pluralismo legítimo nada têm que ver com uma espécie de relativismo que sustentasse não existir nada intrinsecamente bom e universalmente vinculativo. Se não houvesse coisas claramente más e que não devem ser toleradas, ninguém poderia, por exemplo, censurar legitimamente Hitler pelo genocídio dos judeus.

Não se deve esquecer que esse genocídio foi perpetrado dentro das amplas margens da «justiça» e da «lei» nazis, estabelecidas a partir de eleições democráticas realizadas de forma correta. O problema é que, se não houver referência a uma verdade objetiva, os critérios morais carecem de uma base sólida e, mais cedo ou mais tarde, a verdade acaba por ficar nas mãos do poder, e a sociedade à mercê daqueles que podem impor as suas opiniões aos outros. Se faltarem referências permanentes, basta uma série de intervenções nos principais meios de comunicação para produzir a impressão de que o sentir popular exige uma coisa ou outra e de que todos devem adaptar-se a isso.

Por outro lado, e como observou Giacomo Biffi, àqueles que pensam que a Igreja é pouco tolerante talvez fosse necessário recordar que a realidade histórica da intolerância, manifestada tragicamente na matança em massa de inocentes, entra no acontecer humano precisamente com a irrupção política da razão separada da fé, com a chegada do Iluminismo. O princípio de que é legítimo eliminar grupos inteiros de pessoas pelo simples facto de serem considerados um obstáculo à imposição de determinada ideologia foi aplicado pela primeira vez na história em 1793, com a atividade incansável da guilhotina e com o genocídio da Vendeia contra os camponeses católicos. E os frutos mais amargos dessa semente surgiram no século XX — o século mais sangrento que se conhece —, às mãos de totalitarismos ateus, com o massacre dos camponeses russos pelos bolcheviques, com o genocídio nazi, com as matanças de cambojanos levadas a cabo pelos comunistas, etc.

— Admito que as sociedades de fundamentos cristãos sejam efetivamente mais tolerantes do que as ateias, mas não estou tão certo quanto à tolerância pessoal dos cristãos...

Não posso responder pela virtude de cada cristão, mas penso que as pessoas com convicções religiosas enraizadas caem mais dificilmente em atitudes intolerantes. Para apresentar um dado significativo — embora seja apenas um exemplo —, uma sondagem Gallup realizada recentemente nos Estados Unidos para a revista *First Things*, na qual foram estabelecidos doze graus para medir a religiosidade, indicava que o segmento da população considerado mais religioso (o chamado *highly spiritually committed*, que abrangia 13% da população) corresponde às «pessoas mais tolerantes, mais inclinadas a praticar atos de caridade, mais preocupadas com a melhoria da sociedade e mais felizes».

Aqueles que, pela sua fé, sabem que Deus deseja que se respeitem as convicções dos outros dispõem de mais recursos pessoais para respeitar os direitos humanos, defender a liberdade religiosa e proteger o santuário da consciência numa sociedade civil e livre. Em todo o caso, a Igreja não tem culpa de haver um ou outro católico mais ou menos intolerante. Essas são coisas da vida, não da Igreja.

Porque faz proselitismo?

— A Igreja diz que não pode haver adesão cristã se não se tratar de uma adesão livre, mas depois faz proselitismo. E alguns entendem isso como uma violência, pois significa querer levar uma doutrina a quem não pediu nada.

Se essa argumentação fosse válida, também seria necessário proibir a publicidade, porque oferece coisas que não foram pedidas. E, levada ao extremo, essa lógica poderia acabar com boa parte da liberdade de expressão.

O apostolado cristão é dar testemunho daquilo que se considera ser a verdade, sem violentar ninguém. Não é, de modo algum, uma imposição. A verdade cristã não deve impor-se senão pela força da própria verdade. Portanto, a conversão de uma pessoa à fé, ou a sua vocação para uma determinada instituição da Igreja, deve proceder de um dom de Deus ao qual só se pode corresponder com uma decisão pessoal e livre, que deve ser

sempre tomada com inteira liberdade, sem coação nem pressão de qualquer espécie.

Neste sentido, a tradição cristã fala, desde há muito, de propagar a fé e de fazer proselitismo, para se referir ao zelo apostólico em anunciar a sua mensagem e incorporar novos fiéis na Igreja ou em alguma das suas instituições. Qualquer outra interpretação desses termos que os associasse ao uso da violência ou da coação, ou que de algum modo pretendesse forçar a consciência ou manipular a liberdade, implicaria maneiras de agir que, como é evidente, são inteiramente alheias ao espírito cristão e totalmente reprováveis. Mas o desejo de propagar a própria fé ou de fazer proselitismo, despojado dessas conotações negativas, é inteiramente legítimo.

Se negássemos às pessoas a liberdade de ajudar outras a encaminharem-se para aquilo que consideram a verdade, cairíamos numa forma perigosa de intolerância. Por isso, é necessário respeitar — dentro dos seus limites próprios — a liberdade de exprimir as ideias pessoais e a liberdade de querer convencer outras pessoas com elas. Afinal, é algo que está — entre outras coisas — na essência da educação, da publicidade ou da política, e é um direito fundamental cada vez mais reconhecido, tanto pelas instâncias jurídicas como pelas sociológicas.

A liberdade religiosa pertence à essência da sociedade democrática e é um dos pontos fundamentais para verificar o progresso autêntico do homem em qualquer regime, sociedade ou sistema. Qualquer atentado direto ou consentido contra ela é sempre sintoma de um totalitarismo mais ou menos dissimulado. Violar o direito de exprimir ou propagar as próprias ideias ou crenças seria entrar novamente num perigoso sistema repressivo, próprio de regimes autoritários, nos quais se restringe a liberdade religiosa como se fosse algo subversivo, talvez com o propósito de retirar à Igreja a coragem e o impulso necessários para realizar a sua missão evangelizadora.

Porque impõe sanções a teólogos?

— Se a verdade cristã não deve ser imposta, como explicas que a Igreja continue a impor sanções a teólogos que mantêm posições demasiado «renovadoras»?

A Igreja Católica não obriga ninguém a acreditar em nada. O que acontece é que alguns se empenharam em apresentar como mártires, vítimas de injustiças clamorosas, certos sacerdotes e teólogos que pretendem continuar a dizer, a partir de cargos oficiais em instituições eclesiásticas, coisas que não são de modo algum conciliáveis com a teologia católica.

Qualquer pessoa, seja ou não crente, compreende que a Igreja — como qualquer outra instituição que não queira acabar na mais lamentável confusão — deve garantir que aqueles que a representam exprimam fielmente a sua doutrina. E, embora essa doutrina seja compatível com a evidente multiplicidade do pensamento cristão, há coisas que não são pluralidade, mas contradição.

Faz parte da missão da Igreja verificar se uma linha de pensamento ou de expressão da fé pertence ou não à verdade católica. E manter essas garantias exige um direito e uma autoridade que julgue de acordo com ele e depois se ocupe de aplicar as suas decisões.

E é preciso dizer que os procedimentos judiciais da Igreja são muito mais respeitadores e conciliadores do que os utilizados na justiça civil. Basta ler o Código de Direito Canónico para ver que a Igreja não é uma instituição sujeita à arbitrariedade. Os direitos das pessoas são profundamente respeitados, mesmo à custa de, por vezes, se incorrer numa certa lentidão.

25. SE MODERASSE AS SUAS EXIGÊNCIAS...

Uma conduta desregrada aguça o engenho e falseia o juízo.

De Bonald

Não conseguiria mais adesões?

— E não achas que, se a Igreja moderasse as suas exigências, haveria mais crentes?

Francamente, creio que não. Há pessoas que afirmam que teriam fé se vissem um morto ressuscitar, se a Igreja reduzisse as suas exigências em matéria sexual, se as mulheres pudessem aceder ao sacerdócio ou, simplesmente, se o seu pároco fosse menos antipático. Mas é muito provável que, se essas condições se cumprissem, a sua descrença encontrasse imediatamente outras. Porque, como diz Robert Spaemann, a pessoa que não acredita é incapaz de saber em que condições estaria disposta a acreditar. E aqueles que não acreditam porque o seu laxismo moral os impede, penso que também não acreditariam mesmo que um morto ressuscitasse diante do seu nariz. Encontrariam logo alguma explicação engenhosa que lhes permitisse continuar a viver como até então.

— Mas, mesmo que não fosse para «captar» crentes, a Igreja poderia moderar as suas exigências em benefício daqueles que acreditam. Parece-me que foi o próprio São Tomás quem disse que a virtude está no meio...

Disse-o, de facto, mas referia-se ao ponto intermédio entre dois extremos errados, não a fazer a média aritmética entre a verdade e a mentira, ou entre o bem e o mal. Porque isso seria incorrer em algo semelhante ao que disse há tempos um parlamentar do nosso país: «Quando alguém diz que dois mais dois são quatro e aparece outro a dizer que dois mais dois são seis, surge sempre um terceiro que, em nome do necessário diálogo e do respeito pelas opiniões alheias — tudo pela moderação e pelo entendimento —, acaba por concluir que dois mais dois são cinco. E não faltarão aqueles que o considerem um homem conciliador e tolerante.»

A Igreja, como qualquer pessoa sensata, defende aquilo que considera verdadeiro e não quer diluir essa verdade. Ninguém deveria chamar intolerância a isso, que não é mais do que defender coerentemente as próprias convicções. Se alguém se queixasse, demonstraria ter um conceito bastante intolerante da tolerância.

Porque não podem os padres casar-se?

— Não compreendo porque não permite a Igreja Católica que os padres se casem ou que sejam ordenadas pessoas casadas. Sobretudo tendo em conta a preocupante escassez de sacerdotes.

A Igreja Católica do Ocidente — respondo-te desenvolvendo ideias de Jean-Marie Lustiger — optou por escolher os seus sacerdotes entre homens que receberam o carisma do celibato. É algo mais do que uma simples disciplina canónica: é uma opção inspirada pelo próprio Jesus Cristo. Mas é verdade que mantém e recorda também a possibilidade e o seu direito de ordenar homens casados. É essa a tradição, por exemplo, das Igrejas Católicas de rito oriental unidas a Roma.

Quanto ao que dizes sobre a premente falta de sacerdotes, a questão do casamento não se revelou determinante nem decisiva para as novas vocações. E isso pode verificar-se facilmente. Basta olhar para as Igrejas orientais (nas quais também são ordenados sacerdotes casados) e para o anglicanismo e o luteranismo (nestes, além disso, são bem remunerados), e facilmente se comprova que, em nenhum dos três casos, há uma correlação entre vocações e casamento. De facto, a diminuição das vocações de pastores luteranos e anglicanos é superior à de sacerdotes católicos nesses mesmos países.

Pelo contrário, vê-se surgirem de forma persistente e significativa vocações de sacerdotes solteiros em Igrejas que admitem a ordenação de homens casados. É um dado pouco conhecido, mas que confirma uma tendência que avança há um século no anglicanismo, nas Igrejas orientais, no luteranismo alemão e entre alguns protestantes franceses.

Não deveria adaptar-se mais aos tempos?

«Embora a Igreja tenha procurado adaptar-se às diferentes culturas e lugares — dizia-me uma pessoa em certa ocasião —, creio que, em geral, lhe faltou agilidade para se atualizar.

»Parece-me que a Igreja esteve habitualmente pouco atenta às mudanças dos tempos e se esforçou pouco por ser progressista e se antecipar a oferecer aquilo que as pessoas pedem em cada momento. Penso que lhe faria bem um pouco de mentalidade empresarial e talvez algumas noções de marketing. Hoje é imprescindível conhecer bem os mercados e as leis que os regem.

»Creio — voltou a sentenciar — que essa é uma das razões pelas quais perderam seguidores. Eu recomendar-lhes-ia, como única saída para a sua sobrevivência, que adaptassem as suas posições ao mundo moderno.»

Em primeiro lugar, seria necessário dizer que a Igreja Católica não deixou de crescer em número de fiéis ao longo destas últimas décadas. Mas, mesmo que assim não fosse, não se pode entender ou tratar a fé como uma simples estratégia de sobrevivência nos mercados comerciais. A Igreja não é uma empresa, nem um movimento associativo, nem um partido político, nem um sindicato. As verdades de fé ou as exigências da moral não podem ser tratadas como se a verdade fosse o menos importante e o que importasse fosse ser eficaz, ser muitos ou ser moderno.

A Igreja deve adaptar-se aos tempos, é verdade, e precisa de uma renovação contínua. Mas deve manter a sua identidade, sem ceder no essencial da sua mensagem. O seu objetivo não é alinhar onde houver mais gente, nem estar de acordo com as tendências mais difundidas em cada época, nem satisfazer as exigências do marketing do momento. Para a Igreja — como dizia Thoreau —, o mais importante não é o que é novo, mas aquilo que nunca foi nem será velho.

E, quanto ao progressismo, convém perguntar primeiro em que direção se quer progredir. Caso contrário, seria utilizar uma palavra talvez muito sugestiva para alguns — cada vez menos —, mas que, por si só, não diz nada de concreto.

Sempre me pareceu que o progresso é bom, pois costuma ser obra dos insatisfeitos, dos que não se conformam, dos que procuram caminhos arriscados na vida. Mas parece-me simplista recorrer à velha técnica de se autodenominar progressista para acusar os outros de imobilismo, para desqualificar sem qualquer debate todos aqueles que pensam de maneira diferente. Chamar retrógrados, integristas, tradicionalistas ou coisas semelhantes a todos os que têm opiniões contrárias às nossas revela, no mínimo, um discurso intelectual bastante pobre.

Da mesma maneira, também não é sério chamar progressista a quem vive no afã — talvez no complexo — de dançar sempre ao ritmo da moda do momento. Aqueles que assim agem estão marcados pelo estigma do

passageiro, daquilo que depressa será ultrapassado por outros tempos e outras modas. São soldados rasos de uma massa, de um exército sem comando, em que ninguém sabe quem dá as ordens, mas em que estas são, no entanto, obedecidas com disciplina prussiana.

Hoje, como ontem, a Igreja deve escutar essas vozes críticas e ponderá-las, como sempre se deve fazer com a crítica. Mas não pode aderir àquilo que aparentemente agradaria a mais pessoas, mas dificulta o cumprimento da sua missão. Entre outras razões, porque somos servidores da Igreja, não aqueles que decidem o que a Igreja é. Temos de saber o que Deus quer e colocar-nos ao seu serviço.

Não deveria ser mais compreensiva?

— Mas não te parece que a Igreja deveria ser um pouco mais compreensiva para com a fraqueza dos homens?

Um médico não é acusado de falta de compreensão quando diagnostica um cancro e diz que seria necessário operar. No entanto, por vezes acusam-se os «médicos do espírito» de serem pouco compreensivos ou de não terem compaixão quando diagnosticam uma falta ou um pecado e sugerem que seria necessário arrepender-se e mudar.

Tal como o médico se compadece do doente com cancro mostrando-se inflexível perante o tumor, a Igreja compadece-se da fraqueza humana do pecador mostrando-se inflexível perante o pecado. É um dever que, por vezes, custa ouvir e até enunciar, mas um dever incontornável.

A Igreja recorda, com a luz de Deus, que o homem pode distinguir o bem do mal. Nunca pode chamar bem ao mal, a não ser à custa de uma mentira que o destrói a si mesmo. Esta é uma questão fundamental para a felicidade e a liberdade. O bem é um caminho que se abre para a felicidade. O mal é um abismo onde, de repente, o homem cai como que no nada. Por isso, os preceitos da Igreja não são proibições arbitrárias, mas uma salvaguarda da liberdade humana. A Igreja apela à razão para reconhecer esta luz sobre o homem e a sua condição e, ao recordar aquilo que é razoável, defende até ao fim a responsabilidade da liberdade. Escolher o

bem digno do homem não é chamar «bem» àquilo de que gosto ou que satisfaz os meus interesses. É respeitar a dignidade pessoal e comum a todos.

Por isso, há muitos temas em que a Igreja está obrigada a dizer sempre o mesmo sobre o mesmo. Isso sim, com uma graça nova a cada dia. Mas sem se deixar arrastar pelas modas do momento. Por isso, a Igreja tem uma lógica interna esmagadora quando diz: não me peçam que mude a norma; adapte o seu comportamento à norma, se quer viver realmente a fé católica.

O essencial da fé — observa Manuel Hidalgo — é como o essencial da medicina. Veja, doutor, é que hoje as pessoas bebem muito... poderia autorizar-me uma garrafa de uísque por dia? Pois olhe, o uísque acabará por lhe destruir o fígado. Além disso, se não beber, aqueles que o virem terão menos uma razão para destruir o seu próprio fígado. É que eu gosto de beber. Ah, nesse caso, faça o que quiser e não me pergunte. É duro, não é? Talvez por isso haja tantos que não ligam aos médicos. E ainda mais quando se trata do sexo, de que muitos gostam mais do que do uísque. Ouça, esse exemplo não serve, porque o sexo é das coisas mais naturais que há. Sim, e os ovos de galinha também são naturais e aumentam o colesterol... Que havemos de fazer!

Essa honestidade da Igreja Católica, que sustenta com exemplar firmeza os seus princípios morais, apesar de estes não serem nada complacentes para com a fraqueza humana, é como a dos bons médicos, que dizem aquilo que têm de dizer, quer gostes quer não. Porque, para andar de médico em médico até encontrar um que te deixe fazer o que te apetecer, mais vale não ir ao médico. E, se uma igreja — com minúscula — fosse muito complacente e te desse sempre razão, não seria a Igreja.

QUARTA PARTE

Sócrates é meu amigo, mas sou mais amigo da verdade.

Aristóteles

IV. É RAZOÁVEL ACREDITAR?

26. SERÁ QUE DEUS QUER INCOMODAR-NOS?

- Caminhar sobre a água?
- Uma questão de sensibilidade
- Desmancha-prazeres da vida?
- Acreditar é próprio de seres inteligentes

Se o rosto da virtude pudesse ser visto, todos se enamorariam dele.

Platão

Caminhar sobre a água?

Um pensador espanhol escreveu que quem, em nome da liberdade, pretendesse caminhar sobre as águas só conseguiria afogar-se. E, se isto acontece na ordem física, algo semelhante ocorre na ordem moral. É verdade que os efeitos de transgredir as leis morais não costumam ser tão evidentes como os de contrariar as leis físicas, mas nem por isso as consequências são menos destruidoras. Transgredir as leis físicas — como, por exemplo, ao pretender caminhar sobre as águas — acarreta consequências facilmente comprováveis. Mas o facto de serem mais facilmente comprováveis não implica que sejam mais certas: são simplesmente mais fáceis de compreender.

É verdade que somos livres. Somos livres de nos lançarmos a voar de um terceiro andar. Somos livres de tentar caminhar sobre a água. Mas isso não significa que seja o mais sensato, porque não temos asas nem barbatanas. Somos livres de caminhar nus pelo Polo Norte, mas não é o mais aconselhável, se a natureza não nos deu uma proteção térmica como a da foca ou a do pinguim. Só fazemos um uso sensato da liberdade na medida em que assumimos livremente as leis que regem a nossa própria natureza.

Precisamos da nossa liberdade, mas devemos contar sempre, além disso, com a realidade da nossa natureza. Caso contrário, poderemos demonstrar que somos muito livres, mas não teremos demonstrado muito bom senso.

— Mas nem toda a gente está de acordo sobre quais são as exigências morais da natureza do homem.

Todo o ser humano tem um conhecimento íntimo e natural da lei moral, com os correspondentes deveres para consigo mesmo, para com os outros e para com a própria natureza. Outra questão é podermos enganar-nos ao reconhecê-la ou ao pô-la em prática.

Uma questão de sensibilidade

— Mas, de alguma maneira, deveríamos perceber que a transgressão dessa lei nos prejudica, não é?

Se, num coro, alguém der uma nota falsa, uma pessoa que pouco entendesse de música ou que tivesse mau ouvido não notaria nada. Mas, se quem escuta for alguém que sabe, perceberá imediatamente que há alguém a desafinar.

Algo semelhante nos acontece quando, pelas razões que forem, nos falta sensibilidade moral: não percebemos até que ponto uma transgressão da lei natural nos prejudica (com a diferença de que esse erro tem maior influência em nós do que uma falha musical).

Quando alguém infringe as leis físicas (a lei da gravidade, por exemplo), depressa comprova que quem verdadeiramente fica maltratado é ele próprio. Com a lei moral acontece algo semelhante, embora por vezes demore a descobrir-se. Quando o homem transgride as exigências morais naturais, degrada-se, afasta-se do seu pleno desenvolvimento pessoal. Por isso, se nos esforçássemos mais por conhecer as verdadeiras consequências dos nossos atos, talvez a nossa maneira de agir mudasse bastante.

Desmancha-prazeres da vida?

Há pessoas que acreditam — como diz aquele dito popular — que «tudo o que nos agrada ou é proibido ou engorda». Pensam que a virtude ou a religião são realidades que vêm estragar-lhes a festa da vida. Veem-nas como uma sequência ingrata de restrições, obrigações e renúncias. Fixam-se apenas no lado antipático que qualquer esforço apresenta e não se apercebem do lado atraente da virtude, do seu rosto amável, do seu efeito libertador.

«Só fazendo o bem se pode ser verdadeiramente feliz», dizia Aristóteles. Tudo aquilo que Deus exige, exige-o precisamente porque é o que mais nos convém.

Deus não estabeleceu uma série de exigências morais com o simples objetivo de nos incomodar. Seria um erro associar a vontade de Deus, ou o prémio na outra vida, a uma suposta resignação à infelicidade nesta terra. Se a vida é um dom de Deus e a felicidade eterna é o seu destino, Aristóteles tem razão quando diz que a felicidade está ligada ao cumprimento desse desígnio divino. A ética facilita a vida, não a dificulta constantemente.

Viver os mandamentos de Deus tem alguma semelhança — embora distante — com seguir as instruções de manutenção de um veículo. Essas instruções podem prescrever algumas normas cujo motivo o utilizador nem sempre compreende inteiramente. Mas o fabricante, que conhece bem o funcionamento, recomenda-nos que, para nosso bem, cumpramos essas normas, mesmo que nem sempre cheguemos a compreendê-las bem. Se alguma coisa nos parece inútil, talvez seja porque ignoramos os danos que o seu incumprimento provocaria.

— Mas, já que a fé é algo razoável, o lógico seria compreendermos bem porque convém fazer as coisas.

Continuando com o exemplo do veículo, imagina uma pessoa que quisesse utilizar um automóvel durante anos sem mudar o óleo ou sem repor o líquido dos travões, por dizer que não compreende bem a necessidade de o fazer com tanta frequência. Acabaria por gripar o motor por falta de lubrificante ou por se despistar por falta de líquido dos travões.

E não deixaria de correr esses riscos pelo facto de os desconhecer, ou de não os compreender inteiramente (ou de não os querer compreender).

Se deseja compreender bem as razões daquilo que faz, o mais sensato é aprender mecânica automóvel. Se pouco sabe dessa ciência, seguir as instruções do fabricante não significa agir de forma pouco razoável, mas agir confiando em alguém. Quando se age confiando noutro, também se usa o entendimento: compreende-se que aquilo que nos dizem merece credibilidade, porque se acredita que a pessoa que o diz é digna de confiança.

Acreditar é próprio de seres inteligentes

Acreditar é algo razoável. Passamos a vida a confiar naquilo que alguém nos diz. Pela autoridade de outros, aceitamos os conhecimentos históricos, a maioria dos geográficos e boa parte dos relativos aos assuntos da vida quotidiana. Confiamos no manual de instruções do carro e numa infinidade de coisas da vida corrente: caso contrário, seria impossível viver.

— Mas, para muitos, as exigências da fé parecem exageradas.

Há realidades que requerem um certo nível de exigência e de compromisso. É fácil encontrar ou inventar teorias agradáveis ao ouvido, acolhedoramente permissivas, e que até adornem a vida com um certo ar transcendente, mas isso não basta para que sejam verdadeiras.

— Mas dizias que fazer o bem não tem de ser desagradável.

O principal não é procurar o agradável nem o desagradável, mas aquilo que é próprio da nossa natureza humana. Ou aquilo que Deus quer de nós, que, em última análise, é o mesmo. E, como Deus procura sempre o nosso bem, será precisamente isso o melhor para nós. E, a longo prazo, também o mais agradável.

Se chegarmos com sede a uma fonte onde encontramos um aviso a dizer «água não potável», isso pode provocar-nos uma primeira reação de desagrado, pois temos sede e ali há água fresca. Mas saciar a sede com essa

água levar-nos-ia a uma intoxicação que o aviso nos poupa. Quem coloca esse aviso não procura incomodar-nos, mas ajudar-nos, prevenir-nos contra um mal nem sempre claramente percetível. E essa água não nos faz mal por ter o aviso; o aviso foi colocado para que ela não nos faça mal.

A verdadeira fé é exigente. E exige uma conversão verdadeira, do coração. O dever moral não pode ser considerado uma prisão da qual o homem tenha de se libertar para finalmente poder fazer o que lhe apetece. As normas morais não são limitações arbitrárias impostas às pessoas, mas verdades libertadoras que enchem de luz a sua existência e constituem a sua própria dignidade.

27. A FÉ AJUDA A DESFRUTAR DA VIDA?

Não há no mundo senhorio como a liberdade do coração.

Baltasar Gracián

Felizmente, Deus não é kantiano

— Mas, se o homem faz o bem por medo do castigo da natureza, para alcançar o prémio do céu ou para encontrar um consolo divino na terra..., não está então a agir de forma egoísta?

A moral exige alguma abnegação e renúncia, mas essa renúncia não é o fim que se procura. Desejar o próprio bem e esperar desfrutar dele no futuro não tem de ser egoísmo.

Se Deus fosse kantiano — dizia C. S. Lewis — e, portanto, não nos aceitasse enquanto não fôssemos até Ele movidos pelos motivos mais puros e melhores, ninguém poderia salvar-se. Kant pensava que nenhuma ação tinha valor moral a menos que fosse realizada por pura reverência à lei moral, isto é, sem contar de modo algum com o atrativo ou a inclinação para essa boa ação.

E, de facto, por vezes a opinião corrente parece estar do lado de Kant. Parece que perde valor a atuação de uma pessoa que faz aquilo de que

gosta. As próprias palavras «mas ele gosta de o fazer» costumam significar «e, portanto, não tem mérito». No entanto, perante Kant ergue-se a verdade sublinhada por Aristóteles: «quanto mais virtuoso se torna o homem, mais desfruta dos atos de virtude».

Felizmente, Deus não é orgulhoso nem kantiano, e a esperança de recompensa ou o medo do castigo não têm de perverter tudo. Há diversos tipos de recompensas. Umas podem ser adequadas a determinada ação e outras não. O dinheiro, por exemplo, não é a recompensa natural do amor, e por isso chamaríamos mercenário ao homem que se casasse por dinheiro. Em contrapartida, o casamento parece um prémio apropriado para quem ama verdadeiramente uma pessoa, e não chamaríamos mercenário a um apaixonado por desejar conquistar a pessoa amada e chegar a casar-se. Uma recompensa apropriada e conveniente a uma ação não tem de aviltar essa ação; pelo contrário, é a sua culminação natural.

O atrativo do bem

— De acordo, mas todos os apaixonados esperam com entusiasmo o dia do casamento, enquanto os homens nem sempre anseiam por fazer o bem.

No caso dos apaixonados, a paixão ganha nesses momentos muita força e torna-lhes muito fácil sentirem-se atraídos pelo bem desejado. Também é preciso dizer que a paixão nem sempre é uma garantia perante o desgaste do tempo e que até pode tornar-se perigosa se não for bem orientada pela inteligência. Não se deve esquecer que as paixões também produziram muitos desvarios.

Mas é verdade o que dizes. Nem sempre se anseia apaixonadamente pelo bem. E, muitas vezes, simplesmente porque não conseguimos ver a recompensa legítima associada a esse bem.

Tomemos um caso prático da vida quotidiana. É evidente, por exemplo, que só aqueles que alcançam um bom nível de formação e conhecimentos, depois de anos de esforço, podem desfrutar dos bens associados à cultura e à sabedoria. Quando, na escola, um rapaz ou uma rapariga começa a estudar a tabela periódica dos elementos, os músculos do corpo humano, dados de

história ou de geografia, leis físicas ou matemáticas, ou tem de realizar qualquer outro esforço próprio da vida escolar, esses jovens nem sempre conseguirão vislumbrar permanentemente a utilidade e os bens associados a esses estudos. Ou, pelo menos, nem sempre os verão com tanta paixão como a do enamorado que espera, cheio de entusiasmo, casar com a pessoa amada.

Alguns desses jovens — não muitos — estudarão com grande entusiasmo e terão presente esse bem distante que esperam alcançar. Mas muitos outros fá-lo-ão fundamentalmente para obter boas notas, agradar aos pais, evitar um castigo ou por motivos semelhantes. São motivos que não parecem muito elevados. E é verdade que é preciso dar-lhes a conhecer bens ou fins mais altos, mas não convém sermos utópicos. Irão descobrindo pouco a pouco a razão desses estudos, e chegará o dia em que compreenderão claramente a sua necessidade e se alegrarão por terem aproveitado a oportunidade de não serem analfabetos.

Ninguém poderá indicar o dia e a hora em que terminará uma perspetiva e começará a outra. No entanto, a mudança vai acontecendo à medida que se aproximam da posse da recompensa, que então já desejarão e agradecerão por si mesma.

Os educadores demonstrarão a sua mestria ao saber despertar nos alunos essa paixão por aprender, fazendo-os vislumbrar o fim pelo qual se estão a esforçar. Motivar os alunos levando-os a pensar num prémio futuro não tem de ser algo corruptor. Pode ser a chave da verdadeira motivação.

E algo semelhante acontece com o chamamento natural do homem para o bem. O anseio de o alcançar está na nossa natureza, embora talvez não o tenhamos descoberto em muitos dos seus aspetos e nos falte motivação ou conhecimento. Pode haver momentos em que não vejamos claramente as vantagens de fazer o bem, que talvez nos pareça vago e distante, perante as vantagens concretas e próximas do mal. Nesses momentos, não é mau pensar no prémio prometido. O acerto da nossa vida depende radicalmente da nossa capacidade de descobrir o bem e de nos decidirmos por ele.

Que tipo de pessoa quero ser?

Quando alguém se pergunta que tipo de pessoa quer ser e como consegui-lo, enfrenta questões importantes.

O acerto da sua vida estará muito ligado a não fugir a essas perguntas. Não basta pensar um pouco nelas, pois muitas pessoas fracassam na vida — escreveu Tomás Moro — não por se terem recusado a pensar nessas questões, mas por terem pensado pouco nelas.

— Então é preciso estar continuamente a perguntar como se deve ser?

Continuamente talvez não, porque acabaria por ser algo doentio. Mas, se fugirmos habitualmente a essas perguntas sobre o sentido da nossa vida, ou se escondermos zonas da nossa vida à luz dessas questões fundamentais, estaremos a delimitar em nós uma espécie de área de autoengano.

— Mas, mesmo pensando nisso, não é fácil perceber o que se deve fazer.

Por vezes pode haver dúvidas, mas o habitual é que o contraste entre o bem e o mal acabe por se tornar claro para quem procura com retidão. Não se trata, naturalmente, de dividir a humanidade entre santos e demónios; a questão é deixar-se guiar ou não pela honestidade. Além disso, também se aprende com os erros.

— Mas há uma forte pressão do meio, e por vezes quase parece que ser bom equivale a ser tolo.

Por vezes pode parecer, e, de facto, a pressão do meio tem muita força. Já Chesterton o dizia: «É tão simples, tão fácil e agradável entregarmo-nos nas mãos do conformismo...; e tão difícil, pelo contrário, ousarmos ser aquilo que somos e acreditar naquilo em que acreditamos, por fidelidade à nossa própria alma...!»

Por natureza, todo o homem procura o bem. O desejo humano inato de felicidade conduz-nos até ele. O mal, em si mesmo, é algo negativo e não pode, portanto, exercer qualquer atração sobre o homem. O que acontece é que o mal não costuma apresentar-se quimicamente puro, mas misturado com coisas boas, e atrai-nos pelos clarões de bem que o revestem. Mas

também nisto se demonstra a inteligência, pois, afinal, a maneira mais inteligente de utilizar a inteligência é ser eticamente bom.

Temos o mal colado ao corpo, e a luta contra ele não é nada simples. Por isso, não devemos desprezar nenhuma ajuda. E a de Deus é importante.

28. TEM ALGUÉM O DIREITO DE ME IMPOR OS SEUS VALORES?

As condições de sobrevivência da humanidade não estão sujeitas a votação: são como são.

Robert Spaemann

Existem valores absolutos?

Peter Kreeft conta que, um dia, durante uma das suas aulas de ética, um aluno lhe disse que a moral era algo relativo e que ele, como professor, não tinha o direito de «lhe impor os seus valores».

Muito bem — respondeu Kreeft, para iniciar um debate sobre aquela questão —, vou aplicar à turma os teus valores, e não os meus. Tu dizes que não há valores absolutos e que os valores morais são subjetivos e relativos. Como as minhas ideias pessoais são um tanto singulares em alguns aspetos, a partir deste momento vou aplicar esta: todas as alunas ficam reprovadas.

O aluno ficou surpreendido e protestou, dizendo que aquilo não era justo.

Kreeft argumentou: o que significa para ti ser justo? Porque, se a justiça é apenas o «meu» valor ou o «teu» valor, então não há nenhuma autoridade comum a nós dois. Eu não tenho o direito de te impor o meu sentido de justiça, mas tu também não podes impor-me o teu... Portanto, só se houver um valor universal chamado justiça, que prevaleça sobre nós, podes apelar a ele para considerar injusto que eu reprove todas as alunas. Mas, se não existissem valores absolutos e objetivos fora de nós, só poderias dizer que os teus valores subjetivos são diferentes dos meus, e nada mais.

No entanto — continuou Kreeft —, não dizes que não gostas daquilo que faço, mas que é injusto. Ou seja, quando passas à prática, acreditas efetivamente em valores absolutos.

Não me imponhas a tua verdade

Os relativistas e os céticos consideram que aceitar qualquer crença é algo servil, uma escravidão insensata que limita a liberdade de pensamento e impede uma maneira de pensar elevada e independente.

No entanto — como dizia C. S. Lewis —, mesmo que um homem afirme não acreditar na realidade do bem e do mal, vê-lo-emos contradizer-se imediatamente na vida prática. Por exemplo, uma pessoa pode faltar à palavra dada ou não respeitar o que foi acordado, argumentando que isso não tem importância e que cada um deve organizar a sua vida sem pensar em teorias. Mas o mais provável é que não demore muito a argumentar, referindo-se a outra pessoa, que é indigno que esta não tenha cumprido as promessas que lhe fez.

Quando os defensores do relativismo falam em defesa dos seus direitos, costumam despir-se de todo o seu relativismo moral e condenar categoricamente a imoralidade objetiva de quem pretenda prejudicá-los. E, se alguém lhes roubar a carteira ou lhes der uma bofetada, o mais provável é que esqueçam o seu relativismo e afirmem — sem relativismo algum — que isso está muito mal, diga quem disser o contrário (sobretudo se quem o diz é o respetivo ladrão ou agressor). Porque, se a palavra dada não tem importância, se não existem coisas como o bem e o mal, ou se não existe uma lei natural, qual é a diferença entre algo justo e injusto? Não se contradizem ao mostrar que, digam o que disserem, na vida prática reconhecem a existência de uma lei da natureza humana?

O relativismo, por não ter uma referência clara à verdade, conduz à confusão geral entre o que está bem e o que está mal. Se analisarmos com algum pormenor os seus argumentos, é fácil perceber — como explica Peter Kreeft — que quase todos costumam refutar-se a si mesmos:

§ «A verdade não é universal» (exceto esta verdade?).

§ «Ninguém pode conhecer a verdade» (exceto tu, pelo que parece).

§ «A verdade é incerta» (também é incerto aquilo que dizes?).

§ «Todas as generalizações são falsas» (esta também?).

§ «Não podes ser dogmático» (com esta mesma afirmação estás a mostrar-te bastante dogmático).

§ «Não me imponhas a tua verdade» (estás agora a impor-me as tuas verdades).

§ «Não há absolutos» (absolutamente?).

§ «A verdade é apenas opinião» (a tua opinião, pelo que vejo).

§ E assim por diante, *ad nauseam*.

O pugilista que nunca sobe ao ringue

Quando alguém diz que é muito difícil ou quase impossível saber o que é verdade ou mentira, ou o que é bom ou mau, porque afirma que tudo é relativo, adota uma posição cómoda em que quase não precisa de argumentar. Evita qualquer debate ou discussão séria, porque nega o seu pressuposto. Por isso dizia Wittgenstein que é como um pugilista que nunca sobe ao ringue.

Em vez de subir ao ringue, aquilo que costuma fazer na prática é introduzir às escondidas, num descuido retórico, a sua própria verdade e o seu próprio conceito de bem. Porque também ele conserva muitas certezas, embora talvez não as reconheça por estar demasiado ocupado a acusar os outros de dogmatismo. Aquilo que o relativista costuma olhar com suspeita não são as certezas, mas antes as certezas dos outros.

Deixar-se-iam operar por um cirurgião que não estivesse seguro da sua competência? Entrariam num avião de uma companhia aérea que manifestasse incertezas quanto à segurança do voo? Todo o homem, por natureza, procura sempre certezas.

Segundo Christopher Derrick, a apoteose do relativismo pode dever-se à impressão — vaga, mas persuasiva — de que manifestar dúvidas é sinal de modéstia e de democracia, enquanto falar de certezas é considerado algo dogmático e quase ditatorial.

No entanto, o relativismo não pode ser levado até às suas últimas consequências. Por isso dizia Ortega que o relativismo é uma teoria suicida, pois, quando se aplica a si mesma, mata-se. Na maior parte das vezes, o relativismo é uma espécie de pose académica, uma cómoda fuga à realidade.

É indiferente uma religião ou outra?

Charles Moore, diretor do *Sunday Telegraph*, relatou há alguns anos a sua conversão ao catolicismo.

Moore procurava a religião verdadeira, perante o espanto dos seus amigos, que lhe diziam que era indiferente uma religião ou outra e que a única coisa importante era o desejo de fazer o bem. Ele discordava inteiramente e respondia: «Isso seria como se uns médicos se reunissem à volta de um doente e concluíssem: "Bem, todos queremos que ele melhore, por isso todos os tratamentos que propusermos serão igualmente bons." No entanto, é evidente que não é assim. Encontrar o tratamento adequado pode ser uma questão de vida ou de morte.»

É verdade que pessoas de religiões diferentes recebem das suas crenças estímulo e ensinamentos para serem melhores. Todas as religiões diferentes da verdadeira contêm e oferecem elementos de religiosidade que procedem de Deus e refletem um clarão daquela Verdade que ilumina todos os homens. Mas deduzir daí que todas as religiões são iguais, ou que é indiferente uma ou outra, seria deduzir demasiado.

Ao escolher uma religião, é preciso perguntar sobretudo qual é a porta verdadeira, não qual é aquela de que mais gostamos pelos seus adornos ou atrativos exteriores. A boa intenção não basta, pois não se pode esquecer quanto mal aconteceu na história em nome de opiniões e intenções boas.

Cada homem tem a obrigação — e também o direito — de procurar a verdade em matéria religiosa, para que, utilizando os meios adequados, chegue a formar juízos de consciência retos e verdadeiros.

— Então, o que importa para a salvação é viver de acordo com a própria consciência.

Quando se fala de viver de acordo com a consciência, alguns entendem isso como um simples viver segundo aquilo que cada um pensa subjetivamente, como se nas questões religiosas e morais não houvesse nada de objetivo. Mas nem sempre basta seguir a consciência, pois, por vezes, a sua voz pode ser abafada ou pode estar errada. Por exemplo, Hitler escreveu, poucas horas antes de morrer, que não se arrependia de nada, que não pedia perdão por nada, porque afirmava seguir de boa-fé a sua consciência...

A consciência não é um simples reduto do subjetivismo, mas o lugar onde se dá a abertura do homem à verdade, a Deus. O homem, se procurar, tem a possibilidade de conhecer o caminho que o conduz à verdade.

E obedecer à consciência nesse caminho pode exigir um esforço considerável. Implica não se deixar guiar apenas por aquilo que apetece, mas olhar em redor, purificar-se e estar atento à voz de Deus para se pôr a caminho da verdade.

Só assim se pode compreender em que consiste a grandeza da fé. E as diferentes religiões podem fornecer elementos que nos conduzam a esse caminho, mas também nos podem desviar dele.

— Então a Igreja não admite que o cristianismo seja uma via de salvação entre muitas outras?

A Igreja sustenta que Jesus Cristo não é um simples guia espiritual, ou mais um caminho para Deus entre muitos outros, mas o único caminho de salvação.

— E essa não é uma afirmação um pouco arrogante da parte da Igreja?

Penso que não. O natural é que um crente muçulmano reconheça Maomé como profeta, ou que um fiel judeu escute a Torá como palavra de Deus. Aquilo que a Igreja Católica diz não implica desprezo nem falta de consideração por outras confissões religiosas. Diz que Jesus Cristo é o

único caminho de salvação, mas também diz claramente que Deus salva os não cristãos que disso se tornam merecedores.

A salvação — para o dizer de maneira um tanto informal — é monopólio de Deus, não dos cristãos. Deus dá a todos os homens luz e auxílio para se salvarem, e fá-lo de maneira adequada à situação interior e ao meio em que cada um vive.

29. AS NOSSAS CERTEZAS... E AS DOS OUTROS?

Ao procurarmos o bem dos nossos semelhantes, encontramos o nosso.

Platão

Uma novidade na história

A triste novidade daquela guerra foi que, pela primeira vez na história, o assassínio foi organizado como uma indústria de produção em série. A história nunca tinha conhecido nada semelhante.

Talvez só aqueles que estiveram em Mauthausen, em Auschwitz, em Majdanek ou em qualquer outro campo de extermínio da Segunda Guerra Mundial possam fazer uma verdadeira ideia daquilo que foi. Até as descrições mais realistas que se fizeram dos *lager* provavelmente empalideceriam perante a realidade daquele horror.

Claudio Magris afirma que os testemunhos mais expressivos dessa realidade não são os das vítimas, mas os dos carrascos. Talvez por isso, o testemunho mais revelador do que aconteceu entre aqueles barracões e as câmaras de gás tenha sido escrito pelo próprio Rudolf Höss nas semanas decorridas entre a sua condenação e a sua morte. A sua autobiografia, intitulada *Comandante em Auschwitz*, relata friamente uma série interminável de atrocidades que ultrapassa qualquer medida humana. Höss conta de forma imperturbável tudo o que acontece, a ignomínia e a vileza, os episódios de mesquinhez e de heroísmo entre as vítimas, as dimensões monstruosas daquele terrível massacre.

— E como se pôde chegar a semelhante aberração?

É difícil responder. O surpreendente é que o nacional-socialismo hitleriano detinha o poder com um grande apoio da população, que votou em massa num partido totalitário que lhe apresentava uma visão do mundo então considerada plenamente satisfatória.

Hitler dominava as técnicas de comunicação de massas. Soube utilizá-las, criar um estado de opinião, alcançar o poder e transformar depois o Estado numa organização criminosa mortífera. Nem ele nem os dirigentes do seu partido disfarçavam o seu antissemitismo radical e violento. Proclamaram as suas palavras de ordem de sangue e de raça, das quais decorria o direito de tratar outros povos como inferiores. Dos 9 600 000 judeus que viviam na Europa durante o domínio nazi, calcula-se que mais de 5 700 000 tenham sido expulsos das suas casas, tratados como cabeças de gado e exterminados com uma crueldade desumana.

Atropelos da maioria

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando a opinião pública tomou conhecimento de toda a dimensão dos horrores do Terceiro Reich, colocou-se uma questão crucial. Muitos tinham defendido até então que a opinião da maioria da sociedade determinava o que era justo ou injusto. Mas Hitler tinha atuado com o apoio da maioria parlamentar e também contara com um grande apoio da opinião pública do seu país. É verdade que, durante a guerra, nunca se propôs publicamente o extermínio em massa, mas havia uma ampla aprovação popular da espoliação e da expulsão dos judeus.

Tinha sido legal. E, em grande parte, também socialmente aceite. Mas nem por isso deixava de ser um crime evidente e horrível. Ninguém imaginara que se pudesse chegar a semelhante desprezo pelo homem e pelos seus direitos, a uma infâmia que concentrou uma quantidade de ódio sem precedentes, que espezinhou o homem e tudo o que é humano com uma força até então desconhecida.

Aqueles dirigentes nazis foram condenados como autores de crimes contra a humanidade, porque se considerou evidente a existência de uma lei

moral universal à qual todos os homens estamos sujeitos, independentemente do que digam as leis desse Estado ou do que aprove ou desaprove a opinião pública.

Houve juristas coerentes com o relativismo moral que sempre tinham defendido e que argumentaram que não se podia condenar aqueles generais nazis, pois não tinham transgredido as leis então vigentes no seu país. Mas aquele protesto foi apenas mais uma prova da fragilidade dessa maneira de pensar. Porque, se um ato tivesse de ser bom simplesmente por ser ordenado ou permitido por uma lei, então não se poderia acusar de injusto nenhum regime político que violasse os direitos humanos.

Nenhuma percentagem de apoio social pode tornar bom aquilo que é perverso em si mesmo. Os votos que levaram ou mantiveram Hitler no poder não tornaram aceitáveis o seu racismo nem os seus desígnios criminosos. Há coisas que são más, mesmo que o poder legitimamente estabelecido as permita ou promova.

Quando o relativismo moral se impõe, a dignidade humana corre um grave perigo. Os direitos fundamentais são relativizados e abre-se a porta ao totalitarismo. O regime nazi é uma prova de que essas ideias não são um mero entretenimento de intelectuais, mas têm consequências importantes.

Auschwitz revelou, entre outras coisas, a profunda depravação em que o homem podia mergulhar ao esquecer Deus. Muitos anos antes, certos setores da cultura europeia tinham tentado apagar Deus do horizonte humano, e uma das consequências fora o aparecimento do paganismo nazi e do dogmatismo marxista, duas ideologias totalitárias que Hitler e Estaline pretenderam transformar em religiões de substituição. Foi assim que o desprezo por Deus levou ao desprezo pela humanidade e pela vida das pessoas. O resultado foi um abismo de imoralidade que a história nunca poderá esquecer.

A lei do mais forte

Se trinta sádicos — sugere Peter Kreeft — concordassem em torturar uma pessoa, poderia o número tornar correta essa ação? E se fosse toda a

sociedade a aprová-la?

Se a tortura é má, não é porque a sociedade o diga, mas porque o é em si mesma.

Um linchamento costuma ser «consensual» para a multidão, que aplica justiça — e rapidamente — de acordo com um veredito também ditado por uma maioria esmagadora. No entanto, embora cumpra os postulados da moral relativista, não é aceitável.

Se, em 1939, se tivesse feito na Alemanha um inquérito sobre a legitimidade de exterminar adultos com malformações, é provável que tivesse contado com uma aprovação generalizada. No entanto, a opinião maioritária não tornaria morais esses atos.

Em muitos países islâmicos, nega-se a possibilidade de abandonar a fé muçulmana para aderir a outra religião. É uma proibição legal e aceite pela opinião pública, mas atenta contra a liberdade religiosa, que é um direito humano anterior a tudo isso.

O facto de algo ser aceite por uma maioria da sociedade não é uma garantia moral segura. É apenas um indicador do nível de reconhecimento da verdade nessa sociedade. A história dos progressos humanos — não só dos progressos éticos, mas também dos científicos — mostra que a compreensão da verdade costuma ser, no início, minoritária. Pense-se, por exemplo, nos primeiros movimentos contra a escravatura ou a discriminação racial, que nasceram com uma aceitação social reduzida.

— No entanto, o Estado pode e deve elaborar leis e regras, alterando-as depois quando for necessário. E hoje diz-se aos automobilistas que circulem pela direita, mas amanhã pode dizer-se-lhes que circulem pela esquerda. E não parece haver nada de mal nisso.

De facto, há leis e normas que não têm uma qualificação moral direta, e o Estado pode decidir sobre elas num sentido ou noutro. No entanto, há outras coisas que são boas ou más em si mesmas, independentemente de o Estado as impor ou não, ou de agradarem mais ou menos aos cidadãos. Os homens não podem inventar as regras da moral: só podem procurar

descobri-las (algo semelhante ao que acontece, por exemplo, com as regras da saúde corporal).

O bom legislador é aquele que legisla procurando verdades que conduzam à justiça, não aquele que pretende decidir arbitrariamente o que é justo ou injusto (tal como o bom médico é aquele que descobre verdades relacionadas com a saúde, não aquele que decide arbitrariamente o que é estar saudável ou doente).

Ao recordar o genocídio nazi, vimos como uma maioria que não reconhece outros limites além de si mesma cai facilmente na tentação de atropelar os direitos fundamentais das minorias. E essas minorias podem ser minorias étnicas (racismo), crianças por nascer (aborto), idosos doentes ou pessoas com deficiência mental (eutanásia), ou qualquer grupo que não possa defender-se da maioria que detém o poder.

Uma atitude deste tipo conduz ao domínio tirânico do grupo mais forte em cada momento. Como na selva, impõe-se a lei do mais forte (que, neste caso, é a maioria sem apelo).

Não se pode obrigar a verdade a estar em relação direta com o número de pessoas que convence. A ética natural e, com ela, a dignidade da pessoa devem ser respeitadas como algo que está acima da decisão de qualquer grupo humano. Não é o Estado que concede aos homens os seus direitos fundamentais: esses direitos não são concedidos, mas reconhecidos e protegidos pelo Estado, pois são inerentes à dignidade humana. O Estado não concede o direito à vida nem à própria dignidade: deve limitar-se a reconhecer e defender esses direitos.

O encontro mais libertador

O encontro com a verdade exige que conformemos a própria vida com essa verdade e, nesse sentido, pode dizer-se que a verdade se nos impõe. Mas o encontro com a verdade é o que de mais libertador pode haver na vida de uma pessoa.

Pelo contrário, quem pretende «libertar-se da verdade» não se liberta, mas cai no autoengano. E um engano, mesmo quando é causado pela própria pessoa, não pode libertar de nada. Libertar-se da verdade atenta, além disso, contra os próprios fundamentos da democracia, pois a verdadeira democracia apoia-se no respeito por uma grande verdade: a dignidade humana, que deve ser considerada inegociável.

É necessário estabelecer normas por consenso, se se quer que haja democracia. E esse consenso pode ser a via mais adequada para nos aproximarmos da verdade. Mas — como explicou Andrés Ollero — é preciso assumir com realismo que, apesar dos nossos bons desejos, podemos enganar-nos ao tentar captá-la. E só se esse consenso coincidir com a verdade poderá tornar-se uma instância ética. Não é o consenso que nos diz o que é eticamente adequado, mas a ética que nos exorta a alcançar consenso sobre as suas exigências.

30. E PORQUE HÁ DE «ISSO» SER MAU?

A liberdade, como a vida, só a merece quem sabe conquistá-la todos os dias.

Goethe

Um sonho aterrador

Raskólnikov, o protagonista de *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, é um jovem estudante de Direito, convencido de que a consciência é uma simples imposição social. De facto, mata friamente uma velha usurária e, depois do assassínio, diz não sentir qualquer remorso. Afirma ter vencido o preconceito social da consciência: «O meu crime? Que crime? É um crime matar um parasita vil e nocivo? Não consigo conceber que seja mais glorioso bombardear uma cidade sitiada do que matar à machadada. Não compreendo que se possa chamar crime à minha ação. Tenho a consciência tranquila.»

Pouco a pouco, o seu comportamento torna-se cada vez mais desequilibrado e acaba na prisão. No final do romance, enquanto cumpre a

sua pena na Sibéria, tem um pesadelo inquietante. Sonha que o mundo é invadido por uma praga de micróbios que transmitem aos homens a estranha loucura de cada um acreditar que está na posse da verdade. Surgem discussões intermináveis, porque ninguém considera que deve ceder, tornam-se impossíveis as relações familiares e sociais, e o mundo acaba por se transformar num manicómio insuportável.

Ao refletir sobre esse sonho, Raskólnikov acaba por descobrir que a sua teoria para justificar o crime é semelhante à conduta daqueles homens loucos do seu sonho.

Antígona: leis que ninguém estabeleceu

Sófocles conta, numa das suas tragédias, a história de Polinices, um jovem que morre na revolta contra Creonte, o tirano de Tebas. Para dar um castigo exemplar perante todos, Creonte ordena que o cadáver de Polinices seja abandonado no campo para ser devorado pelos animais selvagens. E, se alguém se atrever a sepultá-lo, morrerá.

Mas Antígona, irmã de Polinices, desafia a ordem do tirano e sepulta o corpo do irmão. É denunciada a Creonte, que acusa a jovem de desprezar a lei. Ela responde com coragem: «Não julgava que os teus decretos tivessem tanta força que um homem pudesse passar por cima das leis não escritas e imutáveis dos deuses; dessas leis cuja vigência não vem de ontem, mas de sempre, e ninguém sabe quando apareceram.»

Aquele diálogo continua, vivo e incisivo, e reflete bem como a sociedade grega de há vinte e cinco séculos reconhecia a existência de leis naturais imutáveis. Porque, se o fundamento da moral fosse a vontade dos povos, as decisões dos seus chefes ou as sentenças dos seus juízes, então tudo aquilo que fosse legalmente aprovado se tornaria bom, mesmo que fosse mentir, roubar ou matar.

A lei moral deve decorrer de algo inscrito na natureza humana, a que chamamos lei natural. Uma lei que obriga todos os homens e que nem sempre coincide com os gostos do momento de cada governante, de cada sociedade ou de cada pessoa.

— Mas essas leis não representam para o homem uma perda de liberdade?

Todos aceitamos leis biológicas, físicas ou matemáticas que limitam a nossa liberdade. Não nos consideramos oprimidos pela lei da gravidade, que nos impede de voar ou de nos atirarmos de um nono andar; aceitamo-la, sabendo que contrariá-la acabaria com a nossa vida. Ninguém se considera menos livre por aceitar o teorema de Pitágoras ou o princípio de Pascal. De modo semelhante, a lei natural não tem de representar para ninguém uma perda de liberdade. Mais ainda, aqueles que não querem aceitar essa norma reta de conduta, por pensarem que assim serão mais livres, descobrem mais cedo ou mais tarde que são escravos dos seus próprios vícios e estão a ser manipulados por quem explora a sua fraqueza.

Não somos nós que possuímos a verdade; é a verdade que nos possui. Somos servidores da verdade, não os seus donos nem os seus autores.

Uma moral sem Deus?

— Mas pode ter-se uma moral muito exigente e elevada sem se ser crente.

É verdade que existem muitas pessoas de grande retidão moral que não são crentes. E também é verdade que se podem encontrar doutrinas éticas respeitáveis que excluem a fé.

No entanto, não vejo como pode existir uma ética que prescinda inteiramente de Deus e possa considerar-se racionalmente bem fundamentada. A ética remete para a natureza, e esta para o seu autor, que é Deus.

Para fundamentar qualquer ética, é necessário saber quem é o homem e quem é o seu criador (Platão dizia que não podemos conhecer a conduta que nos torna bons se não soubermos quem somos). Uma ética sem Deus, sem um ser superior, baseada apenas no consenso social ou em tradições culturais, oferece poucas garantias perante a evidente fraqueza do homem ou a sua capacidade de ser manipulado.

Uma referência a Deus serve — e a história parece empenhada em demonstrá-lo — não só para justificar a existência de normas de conduta que devem ser observadas, mas também para mover as pessoas a observá-las. O crente dirige-se a Deus não só como legislador, mas também como juiz. Conhecer a lei moral e observá-la são coisas bem diferentes e, por isso, se Deus estiver presente — e presente sem se pretender adaptá-Lo ao próprio capricho, naturalmente —, será mais fácil observar essas leis morais.

Em contrapartida, quando se prescinde voluntariamente de Deus, é fácil que o homem se desvie até se tornar a única instância que decide o que é bom ou mau, em função dos seus próprios interesses. Porquê ajudar uma pessoa que dificilmente me poderá retribuir? Porquê perdoar? Porquê ser fiel ao meu marido ou à minha mulher, quando é tão fácil não o ser? Porque não aceitar aquele pequeno ganho fácil? Porquê arriscar-me a dizer a verdade, em vez de deixar que seja outro a pagar as consequências do meu erro?

Quem não tem consciência do pecado e não admite que haja alguém superior a si que julgue as suas ações encontra-se muito mais indefeso perante a tentação de se erigir em juiz e árbitro supremo do bem e do mal.

Isso não significa que o crente aja sempre com retidão, nem que nunca se engane; mas, pelo menos, não está sozinho. Está menos exposto a enganar-se a si mesmo, dizendo que é bom aquilo de que gosta e mau aquilo de que não gosta. Sabe que tem dentro de si uma voz moral que, a dada altura, o advertirá: basta, não continues por aí. Sem religião, é mais fácil duvidar de que valha a pena ser fiel à ética. Sem religião, é mais fácil não perceber claramente porque se devem manter condutas que exigem sacrifícios.

Isto acontece ainda mais quando a moral laica é transmitida de uma geração para outra quase sem reflexão. Como observou Julián Marías, aqueles que inicialmente sustentaram esses princípios laicos como elemento de um debate ideológico tinham, pelo menos, o ardor e o idealismo de uma causa que defendiam apaixonadamente. Mas, se essa moral for transmitida aos mais jovens, aos filhos e depois aos filhos destes, sem qualquer ligação

a crenças religiosas, é fácil que esse idealismo se reduza a simples ideias sem um fundamento claro e, portanto, perca vigor.

Quando se nega a existência de um juízo e de uma vida depois da morte, é bastante fácil que as perspetivas de uma pessoa se reduzam àquilo que pode acontecer nesta vida. Se não se conta com mais nada, por não se acreditar no além, o sentido de responsabilidade última tende a diluir-se.

— E o que dirias àquele que, apesar de procurar Deus, não tem fé?

Procurar Deus é um passo importante. E quase sempre significa já ter alguma fé. Se a procura for sincera, mais cedo ou mais tarde encontrá-Lo-á. Eu recomendaria a essa pessoa que pensasse na sua própria conduta e na verdade, que refletisse sobre o que está bem e o que está mal e que procurasse agir em conformidade, pois talvez seja Deus quem lho está a pedir. E, ao agir bem, estará numa boa disposição para descobrir Aquele que é a fonte do bem.

31. A MORAL AJUDA A PENSAR BEM?

Quem, em nome da liberdade, renuncia a ser quem deve ser já se matou em vida: é um suicida de pé. A sua existência consistirá numa fuga perpétua da única realidade que poderia ser.

Ortega y Gasset

Incutir uma moral é fazer uma lavagem ao cérebro?

— Muitos pensam que incutir numa pessoa princípios morais preestabelecidos é uma maneira de lhe fazer uma lavagem ao cérebro. Dizem que o melhor é cada um ir retirando da sua experiência pessoal os seus próprios critérios morais.

Entendo que fazer uma lavagem ao cérebro de uma pessoa consiste em diminuir a sua capacidade de julgar racionalmente. Mas educar as pessoas para desenvolverem o hábito de serem verdadeiras, generosas, justas ou respeitadoras dos outros não pode ser considerado um atentado à sua

capacidade de tomar decisões razoáveis. É precisamente o contrário. Os bons hábitos morais reforçam a capacidade de julgar razoavelmente.

Pelo contrário, quando faltam os hábitos morais, é mais fácil que a razão se extravie. Foi Lenine quem disse: «Se queremos dominar um povo, começaremos por corromper a sua moralidade.»

E se for uma moral errada?

— Mas nem sempre sabemos exatamente o que a lei moral exige, e seria triste correr o risco de propagar erros.

A moral é uma ciência difícil, e a sua aprendizagem está efetivamente sujeita a erros. Mas esses possíveis erros não diminuem a sua importância nem a sua necessidade, da mesma maneira que o facto de uma pessoa se enganar numa soma não significa que a matemática esteja errada ou que seja pouco importante.

A falha e o erro são inerentes à ação humana, e também à educação e ao ensino (incluindo o da matemática). Mas esse risco não deve dissuadir-nos de procurar a verdade nem de ajudar os outros a procurá-la.

Além disso, a lei moral é mais clara do que talvez alguns pretendam. Todo o homem reconhece no seu interior a existência de uma lei que não estabelece para si mesmo e à qual deve obedecer.

— Mas nem sempre temos uma evidência clara do que é bom ou mau.

De facto, nem sempre o bem e o mal se apresentam com total clareza. Mas o homem que procura honestamente a verdade acaba por discernir o que é bom ou mau em cada caso.

Há aplicações práticas em que não é fácil distinguir o melhor do pior, pois a ética não é uma ciência exata, como pode ser a matemática, mas há muitas coisas claras e acessíveis a qualquer pessoa que procure a verdade ética com retidão. E, em todo o caso, essa procura será sempre fecunda.

Lei moral e felicidade humana

— Mas, ao longo da história, surgiram inúmeras conceções morais radicalmente incompatíveis entre si...

As diversas conceções morais que foram surgindo ao longo da história do género humano têm, efetivamente, pontos contraditórios, mas também muitos outros em comum. Alguns insistem tanto na incompatibilidade que chegam a pensar que toda a ética é uma invenção humana própria de cada época ou lugar. Mas a história mostra que a intuição moral natural é bastante comum a todas as grandes civilizações que assistiram à passagem dos séculos, desde há milhares de anos.

Os grandes imperativos morais estão presentes em toda a história. As grandes conquistas éticas da humanidade são tão verdadeiras como as conquistas da ciência experimental ou da técnica. Ou até mais, pois captam mais profundamente a verdade e são mais decisivas para a felicidade humana.

— Porque te parecem mais decisivas?

Porque a moral é decisiva para a dignidade do homem. Desprezar a moral não torna o homem mais livre, como se fosse algo de que lhe conviesse libertar-se. Descurar o dever moral degrada o homem, coloca-o num patamar menos humano e afasta-o da felicidade.

O ensino da religião

— E o que pensas da pretensão da Igreja de que se ensine religião cristã como mais uma disciplina dos currículos escolares? Não é contraditório haver uma disciplina confessional num Estado não confessional?

Se essa disciplina for escolhida livremente, penso que é uma pretensão muito razoável e muito respeitadora tanto do valor educativo da religião como da liberdade dos pais. Há muitas soluções possíveis, como escolher entre essas aulas e outras alternativas de ética, de história das religiões, etc.

«A religião — afirma Juan Manuel de Prada —, além de uma escolha transcendente, é um ramo essencial do conhecimento, pois nela se fundamenta a nossa genealogia cultural. Para compreender plenamente os tercetos encadeados de Dante, é preciso ter cultura religiosa; para tornar Ticiano inteligível, é preciso cultura religiosa; para desfrutar da música de Bach, é preciso cultura religiosa. E, uma vez que não estamos a falar de insignificâncias, impõe-se que essa transmissão cultural seja avaliável; não creio que haja assuntos muito mais importantes do que fazer os nossos filhos participar neste riquíssimo legado. Considero, portanto, inquestionável a existência de uma disciplina que exija conhecimentos básicos e irrenunciáveis sobre o fenómeno religioso. Os homens de amanhã não podem crescer separados da sua genealogia espiritual e cultural, como se essa herança incalculável fosse algo inerte; se baníssemos das escolas o esqueleto da nossa cultura, estaríamos a condenar as gerações futuras a uma existência sem estrutura. E, como católico, desejo que os meus filhos recebam uma educação de acordo com os princípios em que acredito. Uma vez que a religião católica é muito mais do que um simples repertório de dogmas e liturgias, uma vez que constitui o substrato fecundo sobre o qual se edificam a nossa civilização, a nossa cultura e a nossa moral, quero que os meus filhos sejam instruídos nos seus mistérios. Quero que saibam que houve um homem em quem Deus estava presente, que subiu a uma montanha para proclamar o mais belo poema de bem-aventurança, que se recusou a apedrejar uma mulher adúltera, que não hesitou em aceitar a água que uma samaritana Lhe ofereceu, que dignificou o sofrimento imolando-Se numa cruz. Quero que esse homem em quem Deus estava presente seja a pedra angular da sua formação; não prejudico ninguém com esta escolha e não a imponho a ninguém.»

O Estado deve proteger o pluralismo e o direito dos pais a escolher a formação dos seus filhos. Quando alguns «progressistas» desejam que se imponha a todos uma educação materialista e querem proibir o ensino da religião na escola, seria necessário recordar-lhes que não é legítimo invocar a liberdade para impor, através do sistema público de ensino, uma conceção materialista e ateia da vida. Sem a dimensão religiosa, fica amputada a visão integral da realidade.

«Só a partir do cristianismo — salienta José Ramón Ayllón — é possível compreender Lutero e Erasmo, Miguel Ângelo e Bernini, Filipe II e Henrique VIII, Dante e Jorge Manrique, Lope de Vega e Quevedo. Graças à disciplina de religião, compreenderam aspetos fundamentais da história da Europa: uma longa história que passa pelo Caminho de Santiago, pelas catedrais românicas e góticas, pela pintura barroca, pelo *Requiem* de Mozart, pela *Paixão* de Bach e pelo *Messias* de Händel, e também pela fundação episcopal ou papal das universidades.

»A religião tem um efeito saudável sobre a personalidade daqueles que a estudam. Na realidade, não poderia ser de outra maneira. Porque Jesus Cristo, o mais atraente e exigente dos modelos registados pela história humana, contagia generosidade e compaixão, compreensão e amor, justiça e responsabilidade, pureza de pensamento e de vida, sentido da vida e da morte, alegria e esperança inabalável.

»Sei que o cristianismo não é uma ética, mas a revolução religiosa a que dá origem tem, como grande efeito secundário, uma extraordinária revolução ética. E essa nova interpretação da condição humana, unida à ordem jurídica romana e à ordem mental grega, dá origem à civilização ocidental. Jesus Cristo chama bem-aventurados aos pobres de espírito, que se sabem nada diante de Deus. Aos mansos, que não se deixam arrastar pela ira e pelo ódio. Aos que choram os seus pecados e os dos outros. Aos que têm fome e sede de justiça e desejam com todas as suas forças o triunfo do bem. Aos que são compassivos e misericordiosos. Aos puros de coração. Aos que promovem a paz à sua volta.

»Assim se resume a ética cristã. Cristo apresenta-a em toda a sua exigência e radicalidade, afirmando que exige fazer violência a si mesmo, mas assinalando, ao mesmo tempo, que vale a pena contar-se entre aqueles que se esforçam por o tentar. Na história da humanidade, as bem-aventuranças constituem uma mudança radical nas avaliações humanas habituais, ao colocarem os bens do espírito muito acima dos bens materiais. Saudáveis e doentes, poderosos e fracos, ricos e pobres, pouco dotados e inteligentes, todos são valorizados por Deus independentemente dessas circunstâncias acidentais. E isso tem um enorme valor educativo num mundo consagrado ao pragmatismo do sucesso.

»Além do seu indiscutível valor cultural, a religião distingue-se das outras disciplinas ao oferecer-nos este acréscimo de sentido. Por isso, discutir a sua presença nas salas de aula parece-me tão insólito como discutir a da matemática ou da língua.»

— E o que dizes dos perigos dos fundamentalismos religiosos? Algumas pessoas dizem que, como a religião apresenta em certos casos sinais de fundamentalismo, o melhor é suprimi-la como coisa de fanáticos.

Não se apercebem — observa Ignacio Sánchez Cámara — de que, com tão extravagante raciocínio, seria necessário proibir, entre outras coisas, o futebol e a política. Tão perspicazes para detetar os desmandos do fanatismo religioso, são incapazes de compreender a força humanizadora da religião, aquilo que as grandes criações do espírito humano lhe devem, a íntima relação entre arte e transcendência. Este «fundamentalismo irreligioso», que sofre convulsões e tonturas só de recordar a Idade Média e costuma despachá-la com as simplificações habituais e os elogios a uma modernidade deturpada, não aceita o ensino da religião nas escolas públicas. Não lhe basta que exista uma opção confessional e outra não confessional. O que pretende é a supressão de toda a referência religiosa nas escolas públicas, a condenação de toda a religião, reduzida à condição de patologia do espírito. São os mesmos que riem e aplaudem as blasfémias e as troças públicas das crenças religiosas e do sentimento do sagrado e que se indignam e clamam, em tom lastimoso, se um chefe de Estado ou de Governo reza em público. É, mais uma vez, a tolerância de ida sem volta, num só sentido. Nem sequer lhes basta colocar ao mesmo nível a piedade e a troça antirreligiosa. Deve tolerar-se tudo, menos a expressão pública do transcendente.

32. PORQUE NÃO SE ESCUTA MAIS A IGREJA?

Muitos acreditam que discordam dos outros, quando o que acontece é não terem coragem para falar uns com os outros.

John Henry Newman

Com que direito fala a Igreja?

— E o que dirias àqueles que pensam que a Igreja não tem o direito de dizer qual é essa lei natural?

Em primeiro lugar, dir-lhes-ia que a Igreja goza de liberdade de expressão, como qualquer outra instância social.

Todos têm o direito de se manifestar livremente numa sociedade democrática. Portanto, é perfeitamente legítimo que a Igreja fale com liberdade sobre aquilo que considera bom ou mau, como fazem os governos, os sindicatos, as associações de defesa da natureza e toda a gente.

— Muito bem, mas não quererás que a Igreja imponha o seu critério e acabe por ditar as leis ao Estado...

A Igreja não o pretende, naturalmente. Mas considera seu dever oferecer à sociedade a luz da fé. Uma luz que pode iluminar profundamente, e com grande eficácia, muitos aspetos da vida civil e responder a muitas interrogações que se colocam na sociedade.

Além disso, é interessante recordar que a ideia da separação entre a Igreja e o Estado se deve ao cristianismo. Antes do cristianismo, havia uma identificação generalizada entre a constituição política e a religião. Em todas as culturas antigas, o Estado possuía um caráter sagrado. Esse foi, por exemplo, o principal ponto de confronto entre o cristianismo e o Império Romano, que só tolerava as religiões privadas se reconhecessem o culto do Estado. O cristianismo não aceitou essa condição, questionando assim a estrutura fundamental do Império, isto é, do mundo antigo. Portanto, afinal, essa separação foi um legado cristão e um fator determinante para o avanço da liberdade.

Essa separação não é entendida assim em todas as religiões. Por exemplo, a própria essência do Islão não a admite, pois o Alcorão é uma lei religiosa que regula a totalidade da vida política e social, toda a organização da vida. A *sharia* configura a sociedade do princípio ao fim.

A Igreja, pelo contrário, limita-se a recordar aquilo que considera serem os princípios morais fundamentais e dirige-se a todos aqueles que a queiram escutar. E, como é natural, não está obrigada a concordar sempre com

aquilo que o poder estabelecido diga ou faça. Por isso, a Igreja pede liberdade para falar.

E pede também algo que não deveria faltar em nenhuma sociedade: respeito por aquilo que é sagrado para os outros, um respeito perfeitamente exigível até a quem não está disposto a acreditar em Deus. Porque, como escreveu Joseph Ratzinger, onde esse respeito é quebrado, algo de essencial se desmorona nessa sociedade. No nosso mundo ocidental de hoje, pune-se, graças a Deus, quem escarnece da fé de Israel, da sua imagem de Deus, das suas grandes figuras. Pune-se também quem denigre o Alcorão e as convicções fundamentais do Islão. Em contrapartida, quando se trata daquilo que é sagrado para os cristãos, a liberdade de opinião parece tornar-se o bem supremo, e parece que limitá-la poria em perigo ou até destruiria a tolerância e a liberdade. Mas a liberdade de opinião tem os seus limites: não deve destruir a honra e a dignidade do outro; não é liberdade para a mentira ou para a destruição dos direitos humanos. Há aqui algo que se pode qualificar de patológico, num Ocidente que, sem dúvida — e isso é digno de elogio —, procura abrir-se compreensivamente a valores alheios, mas parece não gostar de si mesmo; que tende a ver apenas o que há de mais triste e sombrio na sua própria história, mas quase não reconhece a grandeza dos valores cristãos que nela existem desde a sua origem.

Impor valores religiosos à sociedade civil?

— Alguns queixam-se de que a Igreja parece querer impor à sociedade civil os seus valores religiosos. Dizem que as crenças são questões que devem ficar reservadas ao âmbito pessoal ou familiar.

A Igreja não procura impor a ninguém uma religião ou crenças. O Concílio Vaticano II recordou claramente o cuidado que a Igreja e os católicos devem ter em respeitar a liberdade religiosa de todos os homens. A Igreja Católica exprime livremente a sua mensagem, dirigida aos fiéis católicos e a todos os homens de boa vontade que a queiram escutar. Não seria sensato dizer que, pelo simples facto de falar, pretende impor os seus valores à sociedade civil. Quando a Igreja fala, exerce a liberdade de expressão, à qual, felizmente, todos temos direito.

Uma das tarefas da Igreja Católica é despertar a sensibilidade do homem para a verdade, o sentido de Deus e a consciência moral. A Igreja procura infundir coragem e ânimo para viver e agir com coerência, oferecer convicções que possam representar um fundamento sólido. E fá-lo dirigindo-se à consciência de todos, embora muitas vezes seja uma tarefa ingrata e pouco reconhecida, como acontece quando se dirige aos poderosos que parecem não querer que ninguém dê opinião sobre aquilo que fazem.

O Papa e os bispos estão dispostos a dizer a verdade, mesmo enfrentando uma oposição cultural, pequena ou grande. E fazem-no nas suas declarações e documentos contra o racismo ou a xenofobia; quando rejeitam a cultura do divórcio ou defendem o direito à vida das crianças por nascer, das pessoas com deficiência ou dos doentes terminais; quando questionam o laxismo sexual ou encorajam as nações a serem fiéis ao seu compromisso com a liberdade e a justiça para todos. A Igreja protestará sempre que a vida humana correr perigo, seja pelo aborto, pela exploração de crianças, pelos maus-tratos às mulheres, pelas injustiças económicas, pelo abandono de doentes ou imigrantes, ou por qualquer forma de abuso ou exploração.

— A Igreja dará a sua opinião, se quiser, mas depois continua a ser a maioria parlamentar, democraticamente eleita, a decidir.

Naturalmente. A Igreja não deseja impor — muito menos pela força — os seus ensinamentos. Mas, se a maioria parlamentar decidir algo injusto, isso não se tornará justo pelo facto de ter sido decidido legalmente.

Uma das principais tarefas da Igreja é sensibilizar os homens para que alcancem, pelo menos, um certo grau de reconhecimento comum das verdades fundamentais. Entre outras razões, porque sabe bem que será difícil um Estado manter durante muito tempo leis contrárias à opinião da maioria da sociedade.

A Igreja não mantém opiniões nem posições próprias em questões estritamente políticas — a Igreja desconfia dessas confusões, nesta época mais do que em qualquer outra —, mas procura sensibilizar para os valores morais e denunciar quem atenta contra eles, seja quem for, porque nem o Estado nem ninguém é soberano absoluto das consciências ou da sociedade.

— Mas com que autoridade se opõe a Igreja ao poder político legitimamente constituído?

A Igreja limita-se a exprimir em voz alta um critério ético ou moral. Não se apresenta como um tribunal ou um censor universal, nem procura andar a dar lições a ninguém. Considera simplesmente que recebeu de Deus uma luz sobre o homem, da qual decorrem, no seu entender, os direitos e os deveres humanos. E exprime o seu critério, como qualquer outra pessoa ou instituição.

Não se trata de os eclesiásticos controlarem o poder. Primeiro, porque essa não é a sua missão, e a Igreja reafirmou a proibição de os sacerdotes e os clérigos exercerem cargos públicos. Segundo, porque, para fazer política, não basta ter boas intenções morais, sendo por isso necessário deixar cada um trabalhar no seu âmbito de aptidões e competências. A posição da Igreja em matéria política consiste em emitir, numa determinada situação, um juízo moral; em denunciar o mal, trazer o bem à luz e animar os homens a procurar soluções de forma positiva.

A Igreja considera-se responsável não só pelo seu bem particular, mas pelo bem de todos, e deve pedir que se respeitem os direitos de todos. Para a eficácia desse testemunho cristão, é importante fazer um grande esforço para explicar adequadamente os motivos das posições da Igreja, sublinhando sobretudo que não se trata de impor aos não crentes uma perspetiva de fé, mas de interpretar e defender os valores enraizados na própria natureza do ser humano.

A caridade transformar-se-á então, necessariamente, em serviço à cultura, à política, à economia, à família, para que em toda a parte sejam respeitados os princípios fundamentais de que dependem o destino do ser humano e o futuro da civilização.

A força dos estereótipos

É muito conhecida a narrativa de Kierkegaard sobre o palhaço e a aldeia em chamas. Conta-se que deflagrou um incêndio num circo da Dinamarca. O diretor do circo dirigiu-se a um dos palhaços, que já estava preparado

para atuar, e pediu-lhe que corresse à aldeia vizinha para pedir auxílio e avisar que havia o perigo de as chamas se estenderem até à aldeia, arrasando pelo caminho os campos secos e toda a colheita. O palhaço correu à aldeia e pediu aos habitantes que fossem com a maior urgência ao circo apagar o fogo. Mas os aldeões pensaram que se tratava de um truque concebido para os levar a assistir em massa ao espetáculo. Aplaudiram e até choraram a rir. Mas não saíram dali. O palhaço sentia ainda mais vontade de chorar. Em vão tentava explicar-lhes que não era um truque nem uma brincadeira, que tinham de o levar muito a sério e que o circo estava realmente a arder. A sua insistência apenas aumentou as gargalhadas. Os aldeões achavam que estava a desempenhar maravilhosamente o seu papel e riam despreocupados... até que, por fim, as chamas chegaram à aldeia. A ajuda chegou demasiado tarde, e tanto o circo como a aldeia foram consumidos pelo fogo.

Esta narrativa pode ilustrar a situação por que às vezes passam os cristãos, ou a própria Igreja enquanto tal, quando verificam o fracasso da tentativa de fazer os homens escutar a sua mensagem. Embora se esforce por se apresentar com toda a seriedade, a Igreja observa que muitos escutam despreocupadamente, sem recearem o grave perigo para o qual são alertados.

A Igreja encontra muitas vezes uma dificuldade enorme e angustiante em desfazer certos estereótipos do pensamento ou da linguagem, com a tristeza de não conseguir mostrar que a fé é algo extremamente sério na vida dos homens.

— Não será um problema de saber explicar-se ou de se apresentarem demasiadas coisas como mistérios?

Pode haver, de facto, um problema de comunicação, e por isso é necessário, da parte dos cristãos, um esforço de compreensão, de explicação e de capacidade comunicativa.

Quanto ao que dizes sobre os mistérios, não se deve entender, ao falar deles, que a fé cristã é um conjunto de paradoxos incompreensíveis. Seria um erro recorrer ao mistério como pretexto para não se esforçar por compreender ou explicar. O mistério, tal como a Igreja Católica o entende,

não pretende destruir a compreensão, mas torná-la possível. E isso não contraria a racionalidade. Também Einstein, por exemplo, escolheu a palavra mistério para exprimir a incalculável racionalidade do universo; e também são um mistério a saúde, a felicidade, o amor ou a educação, sem que isso signifique que não se possa aprofundar racionalmente a sua compreensão. Chamam-se mistérios na medida em que são realidades complexas em cujo conhecimento se pode avançar racionalmente, mas que nunca se chegam a abarcar ou compreender inteiramente.

E uma ética laica?

— Alguns defendem que só seria válida uma ética inteiramente laica, sem elementos religiosos, que devem permanecer como algo pessoal de cada um.

É um abuso pretender silenciar as convicções morais do outro — de uma pessoa, da Igreja Católica ou de quem quer que seja — apenas porque essas ideias ou essas pessoas têm ligação a crenças religiosas. Agir assim não é neutral nem laico, mas simplesmente injusto. Significa calar o crente por ser crente e deixar falar apenas quem não o é.

Como escreveu Rafael Serrano, para haver lealdade no debate moral contemporâneo, é necessário partir de uma certa disciplina lógica. Invocar a ética laica não deve bastar para desvalorizar as razões do crente. A ética laica é um conceito que alguns utilizam como trunfo para desconcertar o crente pouco informado, evitando à partida o debate e os pontos fracos da sua própria posição. «Dizes que o aborto é imoral...? Isso é o que diz a Igreja — responderão —, mas o Estado é laico... Não quererás que a Igreja dite as leis?» São respostas mais ou menos engenhosas, mas que evitam sempre o essencial da questão (se o aborto é ou não imoral) e se limitam a desqualificar o interlocutor, não as suas opiniões.

Desqualificar o interlocutor pelo simples facto de ser crente revela um dogmatismo inaceitável. É uma forma subtil e hábil de rejeitar uma ideia sem se dar ao trabalho de a refutar. E uma forma bastante hábil de impor o próprio critério moral enquanto — paradoxalmente — se invocam a tolerância e o respeito pelo pluralismo legítimo.

Trata-se de uma curiosa maneira de pensar, que recorre à velha fórmula de apresentar a Igreja Católica como intolerante, demasiado antiquada, fora de moda ou incompatível com a modernidade e que, por isso, deve ser reprimida. Consegue assim exercer uma enorme pressão, exigindo à Igreja que se adapte aos padrões dessa doutrina laicista. Nessa batalha, o laicismo utiliza todos os seus meios, incluindo autênticos linchamentos mediáticos que criam estados de opinião muito hostis à Igreja. Tudo isso faz com que, em muitos âmbitos da vida, seja necessária verdadeira coragem para se manifestar como católico coerente e com que muita gente boa não se atreva a mostrar a sua discordância perante tais atropelos.

QUINTA PARTE

O homem é um auriga que conduz um carro puxado por dois cavalos impetuosos: o prazer e o dever. A arte do auriga consiste em moderar o ímpeto do cavalo negro (prazer) e harmonizá-lo com o branco (dever), para correr sem perder o equilíbrio.

Platão

V. A QUESTÃO DO SEXO

33. SEXO E SENTIMENTOS: É NECESSÁRIO APRENDER?

Quanto mais vazio está um coração, mais pesa.

Madame Amiel Lapeyre

O amor e o sexo

O amor é a realização mais completa das possibilidades do ser humano. É o que há de mais íntimo e de maior, aquilo em que encontra a plenitude do seu ser, a única coisa que o pode absorver inteiramente.

E o prazer que decorre da sua expressão no amor conjugal é talvez o mais intenso dos prazeres corporais e também, talvez, o mais absorvente.

O entusiasmo que nasce de um enamoramento puro e sincero faz o homem ou a mulher sair de si mesmos para se entregarem e viverem no outro e para o outro: é o maior entusiasmo que a maioria dos seres humanos experimenta na vida.

Quando o prazer e o amor se unem à entrega mútua, torna-se possível alcançar um elevado grau de felicidade e de prazer. Em contrapartida — como escreveu Mikel Gotzon Santamaría —, quando prevalece a procura do simples prazer físico, esse prazer tende a tornar-se momentâneo e fugaz, deixando um fundo de insatisfação. Porque a satisfação sexual é, na realidade, apenas uma parte, e talvez a mais pequena, da alegria da entrega sexual de alma e corpo, própria da entrega total do amor conjugal.

— Mas nem sempre é fácil distinguir o que é carinho do que é fome de prazer.

Por vezes é muito claro. Outras vezes, nem tanto. Em qualquer caso, na medida em que se reduz a simples fome de prazer, está-se a usar a outra pessoa. E isso não pode ser bom para nenhum dos dois. Quando se usa outra pessoa, não se está a amá-la, nem sequer a respeitá-la, porque se utiliza e rebaixa a sua intimidade pessoal.

O domínio sexual oferece, mais do que outros, ocasiões de nos servirmos das pessoas como de um objeto, mesmo que inconscientemente. A dimensão sexual do amor faz com que este possa inclinar-se com alguma facilidade para a procura do prazer em si mesmo, para uma utilização sexual que rebaixa sempre a pessoa, pois afeta a sua intimidade mais profunda.

Sendo o sexo expressão da nossa capacidade de amar, qualquer referência sexual chega ao mais profundo, ao núcleo mais íntimo, e envolve a totalidade da pessoa. E, precisamente por possuir tão grande valor e dignidade, a sua corrupção é particularmente perniciosa. Cada um faz do seu amor aquilo que faz da sua sexualidade.

Aprender a amar

Para ser feliz, o homem tem de encontrar resposta para as grandes questões da vida. Entre essas questões que afetam o homem de todos os tempos e lugares, que interpelam o seu coração, onde se desenrola a trama mais essencial da sua história, encontra-se, indiscutivelmente, a sexualidade.

Por isso, é necessário encontrar resposta para perguntas fundamentais como: o que devo fazer para educar a minha sexualidade, para ser senhor dela? Pois o corpo da outra pessoa apresenta-se simultaneamente como reflexo dessa pessoa e como ocasião para dar rédea solta a um desejo de autossatisfação egoísta.

— Consideras, então, a sexualidade um assunto muito importante?

O governo mais importante é o de nós próprios. E, se uma pessoa não adquire o necessário domínio sobre a sua sexualidade, vive com um tirano dentro de si.

A sexualidade é um impulso genérico entre qualquer macho e qualquer fêmea. O amor entre um homem e uma mulher, pelo contrário, procura a máxima individualização.

E, para que o corpo seja expressão e instrumento desse amor individualizado, é necessário dominá-lo, de modo que não fique subjugado pelo prazer imediato e egoísta, mas atue ao serviço do amor.

Porque, se a própria afetividade não for bem educada, é fácil que, no momento em que deveria nascer um amor puro, se imponha a força do egoísmo sexual. No momento em que a sexualidade deixa de estar sob controlo, começa a sua tirania. Chesterton dizia que pensar numa desinibição sexual simpática e sem dramatismos, em que o sexo se transforma num passatempo belo e inofensivo como uma árvore ou uma flor, seria uma fantasia utópica ou um triste desconhecimento da natureza e da psicologia humanas.

Um certo «treino»

Só as pessoas podem participar no amor. Se uma pessoa permite que a sua mente, os seus hábitos e as suas atitudes se impregnem de desejos sexuais não orientados para um amor pleno, perceberá que, pouco a pouco, a sua capacidade de amar verdadeiramente se vai deteriorando. Está a permitir que se perca um dos tesouros mais preciosos que qualquer homem pode possuir.

Se não se esforçar por corrigir esse erro, o egoísmo tornar-se-á cada vez mais senhor da sua imaginação, da sua memória, dos seus sentimentos e dos seus desejos. E a sua mente irá impregnando-se de uma forma egoísta de viver o sexo.

Tenderá a olhar para o outro de modo interesseiro. Apreciará sobretudo os valores sensuais ou sexuais dessa pessoa e prestará muito menos atenção à sua inteligência, às suas virtudes, ao seu caráter ou aos seus sentimentos. A sedução do prazer erótico antes do tempo costuma ocultar a necessidade de criar uma amizade profunda e pura.

Além disso, uma relação baseada numa atração quase exclusivamente sensual tende a ser instável pela sua própria natureza, e é fácil que, ao fim de pouco tempo — ao perder força esse atrativo —, tudo termine em desilusão, ou até numa reação emotiva de sinal contrário, de antipatia e desafeição.

— E consideras difícil corrigir essa deterioração na maneira de ver o sexo?

Depende da profundidade da deterioração. E, sobretudo, de a decisão de a superar ser ou não firme. O fundamental é reconhecer sinceramente a necessidade dessa mudança e decidir-se verdadeiramente a fazê-la. É como um desafio: é preciso purificar, encher a imaginação de luz, a memória de limpidez, os sentimentos e os desejos de clareza.

É — num âmbito muito mais sério — como treinar para recuperar a frescura e a agilidade depois de se ter perdido a boa forma física.

— E não soa um pouco artificial isso de «treinar»? Não basta ter as ideias claras?

No amor, tal como acontece com a destreza em qualquer desporto, com a maioria das competências profissionais ou com tantas outras coisas, se não houver prática e treino suficientes, as coisas correm mal.

Para aprender a ler, a escrever, a dançar, a cantar ou até a comer, é necessário querer fazê-lo, passar por uma certa aprendizagem e adquirir um hábito positivo. Caso contrário, faz-se de modo grosseiro e rude. Para exprimir bem qualquer coisa com alguma graça, convém treinar, cultivar-se um pouco. Quando uma pessoa não o faz, tem dificuldade em exprimir o que deseja. Sente a frustração de não conseguir comunicar aquilo que tem dentro, de não conseguir realizar os seus sonhos. E isso acontece tanto na expressão verbal como na expressão do amor. Se não educarmos a nossa capacidade de amar e de nos entregarmos inteiramente, em vez de exprimirmos amor, comportar-nos-emos de forma rude, como acontece a quem não sabe falar ou não sabe comer.

Cultivar-se assim é uma maneira de se aproximar daquilo que se entende dever chegar a ser. Com esse esforço de se moldar a si próprio, de autoeducação, o homem torna-se mais humano, personaliza-se um pouco mais.

Educar a sexualidade

É uma pena que muitos limitem a educação sexual à informação sobre o funcionamento da fisiologia ou a higiene da sexualidade. São coisas indubitavelmente necessárias, mas não as mais importantes, e, além disso, são coisas que hoje quase todos já conhecem de sobra. Em contrapartida, o autodomínio do desejo sexual e, portanto, da imaginação, do desejo e do olhar é uma parte fundamental da educação da sexualidade a que poucos atribuem a importância devida.

— E porque lhe dás tanta importância?

Se não se conseguir essa educação dos impulsos, a sexualidade, como qualquer outro apetite corporal, atuará a um nível simplesmente biológico e ficará facilmente à mercê do egoísmo típico de qualquer apetite corporal não educado. A sexualidade exprimir-se-á de maneira semelhante àquela

como bebe, come ou se exprime uma pessoa que quase não recebeu educação.

Precisamos de um olhar e de uma imaginação habituados a considerar as pessoas como pessoas, não como objetos de desejo sexual. Por isso, quando, na infância ou na adolescência, se introduzem as pessoas num ambiente de frequente incitamento sexual, causa-se um grave dano à sua afetividade, um atentado contra a sua inocência e a sua boa-fé.

— Não exageras um pouco?

Embora talvez pareça um pouco forte, penso que não exagero, porque tudo isso tem algo de crueldade para com um inocente. Romper nesses rapazes e raparigas o vínculo entre sexo e amor é uma forma perversa de quebrar a sua honestidade e a sua simplicidade, tão necessárias nessa etapa da vida. Os primeiros movimentos e inclinações sexuais, quando ainda não estão corrompidos, têm um fundo de entusiasmo de amor puro da juventude. Irromper neles com a mão grosseira da sobre-excitação sexual prejudica desajeitadamente a relação entre raparigas e rapazes. Nas palavras de Jordi Serra, «não os maltratam prendendo-os com uma corrente, mas escravizam-nos mergulhando-os num mundo irreal».

Tihamér Tóth dizia que a castidade é a pedra de toque da educação da juventude. Pela intensidade e veemência do instinto sexual, esta virtude é das que melhor manifestam o esforço pessoal contra o vício. Talvez por isso a história testemunhe que o respeito pela mulher foi sempre um indicador muito revelador da cultura e da saúde espiritual de um povo.

Autodomínio sobre a imaginação e os desejos

Tal como o uso inadequado do álcool conduz ao alcoolismo, o uso inadequado do sexo também provoca uma dependência e uma sobre-excitação habitual que reduzem a capacidade de amar.

E, tal como o paladar pode ficar embotado pelo excesso de sabores fortes ou picantes, o gosto sexual deteriorado pelo erotismo torna-se cada vez mais insensível, menos capaz de reconhecer a beleza, menos capaz de

sentimentos nobres e mais ávido de sensações artificiais, que facilmente conduzem a desvios estranhos ou a um profundo tédio.

Alimentar excessivamente o instinto sexual conduz a um funcionamento anárquico da imaginação e dos desejos. Quando uma pessoa adquire o hábito de se deixar arrastar pelos olhos ou pelas suas fantasias sexuais, a sua mente terá uma carga de erotismo que fará disparar os instintos e lhe dificultará levar a bom porto a sua capacidade de amar.

— E não há outra solução senão reprimir-se?

Penso que não se trata tanto de reprimir esse impulso como de orientar bem os sentimentos. Basta que a vontade se oponha aos estímulos negativos para a própria afetividade e deles se afaste.

É necessário travar os impulsos inoportunos da imaginação e do desejo, para ir educando essas faculdades, de modo que sirvam adequadamente a nossa capacidade de amar. Compreender isto é decisivo para captar o sentido daquele sábio preceito cristão que diz: «não consentirás pensamentos nem desejos impuros».

Quem se esforça nesse sentido aprenderá, pouco a pouco, a conviver com o seu próprio corpo e com o dos outros, tratando-os de acordo com a dignidade que possuem. Desfrutará dos frutos de ter adquirido a liberdade de dispor de si mesmo e de se poder entregar a outro. Viverá com a alegria profunda de quem desfruta de uma espontaneidade madura e profunda, na qual o coração governa os instintos.

34. HÁ ALGUM MAL NO PRAZER?

Se as ações humanas podem ser nobres, vergonhosas ou indiferentes, o mesmo acontece com os prazeres correspondentes. Há prazeres que decorrem de atividades nobres e outros de origem vergonhosa.

Aristóteles

Uma procura ansiosa

«Procurava o prazer e, por fim, encontrava-o — conta C. S. Lewis na sua autobiografia.

»Mas depressa descobri que o prazer (aquele ou qualquer outro) não era aquilo que procurava. E pensei que estava a enganar-me, embora não fosse, certamente, por questões morais; naquele momento, eu era tão imoral quanto um homem pode ser nestes assuntos.

»A frustração também não consistia em ter encontrado um prazer baixo em vez de um elevado.

»Era o pouco valor do resultado que estragava a festa. Os cães tinham perdido o rasto. Tinha capturado a presa errada. Oferecer uma costeleta de borrego a um homem que está a morrer de sede é o mesmo que oferecer prazer sexual a quem deseja aquilo que estou a descrever.

»Não era que me afastasse da experiência erótica dizendo: isso não! O que sentia era: muito bem, já percebi, mas não nos teremos desviado do nosso objetivo?

»O verdadeiro desejo ia-se embora, como que dizendo: o que tem isto que ver comigo?»

É assim que C. S. Lewis descreve os seus erros e hesitações no caminho da procura da felicidade. A via do prazer revelara-se infrutífera. Andara durante anos a seguir uma pista errada: «Quando acabei de construir um templo para ele, descobri que o deus do prazer se tinha ido embora.»

A sedução do prazer, enquanto dura, tende a ocupar todo o ecrã da nossa mente. Nesses momentos, promete tudo, parece ser a única coisa que importa. No entanto, muito pouco depois de cedermos a essa sedução, verificamos o engano. Verificamos que não saciava como prometia, que voltou a iludir-nos, que oferecia muito mais do que depois nos deu. Seguíamos o rasto de perto, mas voltámos a perdê-lo.

Basta percorrer um pouco a literatura clássica para constatar que essa procura ansiosa do prazer sexual não tem muito de original nem de novo. Na vida de povos muito antigos, vê-se que já tinham esgotado bastante as

suas possibilidades, que, por outro lado, também não vão muito mais longe. A atração do sexo é certamente indiscutível, mas o repertório esgota-se depressa, por muito que o cenário mude.

Prazer e felicidade

Há diferenças claras entre o prazer e a felicidade:

§ A felicidade tem vocação de permanência; o prazer, não. O prazer costuma ser fugaz; a felicidade é duradoura.

§ O prazer afeta uma pequena parte da nossa dimensão corporal, enquanto a felicidade afeta a pessoa inteira.

§ O prazer esgota-se em si mesmo e acaba por criar uma dependência que leva as circunstâncias a restringir ainda mais a própria liberdade; a felicidade, não.

§ Os prazeres, por si só, não garantem felicidade alguma; precisam de um fio que os una e lhes dê sentido.

As satisfações momentâneas e sem ligação entre si desorganizam a vida, fragmentam-na e acabam por a desagregar.

Quevedo insistia na importância de tratar o corpo «não como quem vive por ele, o que é insensatez; nem como quem vive para ele, o que é delito; mas como quem não pode viver sem ele. Sustenta-o, veste-o e governa-o, pois seria coisa feia que te governasse a ti quem nasceu para te servir».

Por sua vez, Aristóteles afirmava que, para fazer o bem, é preciso esforçar-se por manter sob controlo as paixões inadequadas ou inoportunas, pois as grandes vitórias morais não se improvisam: são fruto de uma infinidade de pequenas vitórias alcançadas nos pormenores da vida quotidiana. A felicidade apresenta-se diante de nós com leis próprias, com aquela obstinação serena com que, uma e outra vez, se apresenta a realidade inabalável.

Evitar o prazer?

O prazer e a dor têm um protagonismo inegável na vida de qualquer homem, condicionando sempre, de algum modo, as suas decisões.

— Mas nem o prazer nem a dor são maus ou bons em si mesmos.

De facto. O que é mau é deixar-se vencer pelo prazer ou pela dor. O que é mau é agir mal para desfrutar de um prazer ou evitar uma dor.

Pode sentir-se prazer sem se ser feliz e também se pode ser feliz no meio da dor. Daí a necessidade — dizia-o Platão — de se ter sido educado desde jovem «para saber quando e como convém sofrer ou desfrutar», pois, tal como há ações nobres e ações indignas, podemos dizer que há prazeres nobres e prazeres indignos. A adequação da conduta a este critério é objeto da educação moral.

O preço da renúncia

São muitas as coisas que o homem deseja e, para alcançar cada uma delas, tem de renunciar a outras, mesmo que essa renúncia lhe custe. Aristóteles dizia que não há nada que nos possa ser sempre agradável.

Toda a escolha implica uma exclusão. Por isso, quando se escolhe, é importante acertar, sem demasiado medo da renúncia, pois por detrás do que é atraente nem sempre está a felicidade. Tanto o prazer como a felicidade trazem sempre consigo alguma renúncia.

A solução também não está em suprimir todo o desejo, porque, sem desejos, a vida do homem deixaria de ser propriamente humana. O homem humaniza-se quando aprende a suportar a adversidade, a abster-se daquilo que pode fazer, mas não deve. Este é o preço que a nossa inexorável tendência para a felicidade tem de pagar, se quisermos alcançar aquilo que dela é possível nesta vida. O sensato é deixar-se conduzir pela razão, para não se assustar perante a dor nem se deixar aprisionar pelo prazer.

Tal como preservar a saúde exige algum esforço e alguma disciplina, mas graças a isso nos sentimos muito melhor, a castidade fortalece o interior do homem e proporciona-lhe uma profunda satisfação. Quando não se cede ao egoísmo sexual, alcança-se maior maturidade no amor, no qual a castidade sublima a intensidade dos sentimentos. Surge uma luz transparente nos olhos e uma alegria radiante no rosto, que conferem um atrativo muito especial.

— E não se fala habitualmente demasiado de proibições na ética sexual?

Até agora, quase não falámos de proibições, mas de um modelo e de um estilo de vida positivos, que são a chave de tudo.

De qualquer modo, embora a chave da ética não sejam as proibições, também não se pode ignorar que toda a ética implica mandamentos e proibições. Cada proibição guarda e assegura determinados valores, que assim são protegidos e se tornam mais acessíveis. Essas proibições, se forem acertadas, alargam os espaços de liberdade de valores importantes para o homem. É o que acontece em qualquer domínio moral ou jurídico: proteger o direito à vida, à propriedade, ao ambiente, à intimidade, etc., implica proibições e obrigações para nós próprios e para os outros; caso contrário, tudo se reduziria a uma ingénua e ineficaz manifestação de intenções.

A moral não pode ser vista como um simples e frio conjunto de normas que restringe, muito menos como um mero código de pecados e obrigações. Há certamente proibições e mandamentos, mas remetem para valores que assim se protegem e promovem. As exigências da moral fortalecem a pessoa, elevam-na ao seu desenvolvimento mais pleno, à sua liberdade mais autêntica.

35. UMA OBSESSÃO INDUZIDA?

O amor casto engrandece as almas.

Victor Hugo

A omnipresença do sexo

É verdade que, desde que o mundo é mundo, o sexo sempre teve uma grande presença em todas as civilizações. O instinto de conservação e o instinto sexual (que é como o instinto de conservação da espécie) são os impulsos mais fortes a que o homem, desde sempre, esteve sujeito.

No entanto, talvez estejamos agora numa época um tanto especial. Como afirma Julián Marías, «o sexo ocupa um espaço absolutamente incomparável com aquele que lhe cabia em qualquer outra época». É um chamariz comercial difundido em massa, e a presença de imagens e estímulos sexuais na vida do homem de hoje não tem comparação com qualquer outro tempo ou cultura.

Uma elevada percentagem dos impulsos eróticos do homem ou da mulher de hoje é consequência direta de alguma incitação artificial, quase sempre através de imagens nos meios de comunicação ou de entretenimento, ou da recordação dessas imagens, que permanece na memória e alimenta a imaginação. E quase todas provêm de imagens da televisão, do vídeo, do cinema, da internet, dos videojogos, de ilustrações de revistas... meios que, há poucas décadas, não existiam ou aos quais, pelo menos, se tinha um acesso muito limitado. E são imagens geralmente apresentadas de modo incitante ou provocador.

Não quero com isto cair naquela queixa um tanto simplista, repetida em todas as épocas, sobre a imoralidade dominante em comparação com tempos anteriores. Não sou favorável a esse lugar-comum que leva tantos a aumentar os males presentes e a idealizar o passado, entre outras razões porque não seria sério pensar que a nossa época é muito pior do que outras em que se disse exatamente o mesmo. Penso que algumas coisas terão melhorado em relação a épocas passadas e outras terão piorado. Mas é um facto que, atualmente, o estímulo sexual está hipertrofiado em muitos ambientes e em muitas pessoas, porque essa torrente de imagens incitantes conduz facilmente a uma certa obsessão, em boa parte induzida e, certamente, pouco favorável ao desenvolvimento saudável da psicologia e da moralidade de qualquer pessoa.

Quando se vê que, para muitos, o sexo se torna um tema recorrente das suas conversas, objeto constante dos seus desejos e ansiedade doentia dos seus pensamentos, não seria muito arriscado dizer que a genitalidade

invadiu as suas mentes e deixou por cultivar grandes áreas das suas potencialidades humanas.

— Bem, é que houve uma fase de repressão sexual, e é natural que agora venha alguma obsessão pelo sexo.

Parece-me que devemos ser compreensivos com os movimentos pendulares, que por vezes levam a extremos errados como reação a outras etapas marcadas pelo erro contrário. Mas não se pode dizer que seja uma conduta própria de espíritos esclarecidos. A obsessão sexual não é o tratamento mais adequado para curar alguém de anos de repressão.

A exposição excessiva ao erotismo prejudica consideravelmente a afetividade e a moralidade do homem, e talvez a sociedade ainda não tenha avaliado suficientemente esse dano. Por isso, é tão grave o mal causado por aqueles que fazem negócio explorando as paixões mais baixas dos outros, pois enriquecem à custa de atropelar a moral das pessoas e do ambiente social.

Um dano para a afetividade

Muitas pessoas descobrem que a imagem do sexo que têm no seu interior está distorcida. Sentem que o seu olhar se tornou turvo. Que a sua afetividade foi prejudicada e que a sua imagem do sexo não é precisamente a de uma maneira de exprimir um amor terno e profundo à pessoa amada. Que a sua imaginação e a sua memória estão artificial e doentiamente concentradas no desejo sexual.

— E o que achas que devem fazer?

Para descobrir a riqueza do amor pleno, para chegar a conhecer e a enamorar-se verdadeiramente, e não apenas a desejar outra pessoa para saciar a ânsia de sexo, precisarão de um esforço considerável para que a sua atenção não fique absorvida pelos aspetos exteriores e meramente sexuais da outra pessoa.

Para começar, convém não se admirarem demasiado ao verem a intensidade que o instinto sexual pode atingir quando é alimentado em excesso por essa omnipresença do erotismo. Essa atração pode ser, de facto, muito forte e, em certos momentos, apresentar-se até de forma angustiante. Orientá-la corretamente será indubitavelmente custoso, mas não um esforço permanente, pois só se apresenta em alguns momentos concretos. Para quem aprende a manter uma distância prudente das ocasiões mais evidentes, pode dizer-se que se trata apenas de um pequeno conjunto de esforços isolados que não custam assim tanto.

Além disso, entregar-se ao mau uso do sexo costuma ser ainda mais desgastante e conduz facilmente a angústias e conflitos psicológicos. Basta pensar, por exemplo, na ansiedade do rapaz ou da rapariga que, em vez de desfrutar da amizade ou do namoro, passa a noite a experimentar diversas estratégias, com todo o seu cortejo de tensões e frustrações, até conseguir seduzir a sua presa... para depois verificar que aquele prazer tão desejado... afinal não era assim tão extraordinário.

Em contrapartida, a luta por viver a castidade oferece ao homem uma oportunidade de crescer muito precisamente na sua dignidade como pessoa, pois uma das coisas que nos distinguem dos animais é sermos capazes de educar os nossos impulsos.

Porque nos tornou Deus as coisas tão difíceis?

— E porque colocou Deus no homem esse desejo tão intenso, se depois se verifica que é mau?

Já dissemos que o desejo sexual não é mau em si mesmo, longe disso. A luxúria — o mau uso do sexo — é uma deformação do legítimo desejo sexual humano, tal como o cancro do fígado é uma alteração do fígado, órgão que nada tem de indigno. Confundir o desejo sexual com a luxúria seria como confundir um órgão com o tumor que o está a destruir.

Tal como um tumor destrói um órgão quando as suas próprias células se desenvolvem à margem da sua função natural, pode dizer-se que a procura

do prazer sexual fora das suas leis naturais provoca uma alteração da função sexual natural do homem.

As grandes energias (como o impulso sexual, sem o qual a pessoa não pode amadurecer enquanto tal), quando se desligam da sua unidade humana originária, podem desenvolver um grande poder de destruição. A sexualidade bem vivida no matrimónio é algo magnífico, mas, fora dos seus limites naturais, é algo verdadeiramente perigoso: tal como é magnífico acender o lume na lareira num dia de inverno, mas é perigoso acendê-lo em cima da alcatifa ou do sofá.

Arte e pornografia

— E não se exagera um pouco, por vezes, quanto ao significado do nu? Nem sempre tem de ser considerado pornográfico; pode ser uma expressão artística.

Em todas as épocas, e sobretudo desde a arte clássica grega, existem obras cujo tema é o corpo humano nu. E, se forem verdadeira arte, essas obras ajudam a compreender o mistério pessoal do homem e não incitam a reduzir o homem ou a mulher a um simples objeto de prazer. A verdadeira arte enobrece tudo o que é humano, enquanto a pornografia transforma a intimidade humana num objeto de desejo público.

O ensinamento da Igreja Católica não é contrário ao nu artístico, mas à desvirtuação do sexo através da sua exploração comercial ou da sua exibição deliberada perante terceiros, porque tais condutas degradam a dignidade da comunicação sexual e aviltam as pessoas. Há inúmeras obras de arte cujo tema é o corpo humano na sua nudez, e a sua contemplação permite-nos concentrar, de certo modo, na verdade total do homem, na dignidade e na beleza da masculinidade e da feminilidade. Estas obras contêm, como que escondido, um elemento de sublimação que conduz o espectador, através do corpo, a todo o mistério pessoal do homem. Em contacto com estas obras — que, pelo seu conteúdo, não induzem à luxúria —, captamos de alguma forma o significado esponsal do corpo, que corresponde à pureza do coração e é a sua medida.

No entanto, há outras ocasiões em que o nu suscita objeções na sensibilidade pessoal do homem, não por causa do seu objeto — pois o corpo humano possui sempre, em si mesmo, a sua dignidade inalienável —, mas pela qualidade ou pelo modo como é artisticamente reproduzido, plasmado ou representado. Se a intenção fundamental subjacente implica reduzir o corpo humano à categoria de objeto destinado à satisfação da concupiscência, isso entra em conflito com a dignidade do homem, mesmo no plano da intenção artística.

É preciso pensar, além disso, que, se a cultura mostrou ao longo da história uma tendência clara para cobrir a nudez do corpo, isso não se deveu apenas a exigências climáticas, mas também a um processo de crescimento da sensibilidade pessoal: o homem não quer tornar-se objeto para os outros, e a necessidade de proteger a intimidade do próprio corpo reforça a profundidade do sujeito enquanto pessoa. Pode recordar-se, por exemplo, como nos campos de extermínio a violação do pudor era um método conscientemente utilizado para destruir a sensibilidade pessoal e o sentido da dignidade humana. Não é uma questão de mentalidade puritana nem de moralismo estreito. É uma questão que afeta a própria dignidade da pessoa.

36. UM «RESPIRO» DE VEZ EM QUANDO?

Quando o amor desenfreado entra no coração, vai corroendo todos os outros sentimentos; vive à custa da honra, da fé e da palavra dada.

Alexandre Dumas

Somos humanos...

— Toda a gente tem desejos e apetites sexuais. E, como somos humanos, não podemos ignorar que é natural termos fraquezas. Muitos pensam que não se deve dar grande importância a isso.

Quando se diz «somos humanos», muitos parecem querer justificar que o natural no homem é não ter domínio sobre as paixões e os instintos.

No entanto, devemos esperar mais de nós próprios. Somos seres dotados de inteligência, vontade e liberdade. Deus concedeu-nos o dom da sexualidade, não para o desonrarmos, dele abusarmos e o degradarmos, mas para lhe darmos um uso conforme à nossa natureza de pessoas racionais.

Dizer «somos humanos», nesse sentido, conduz a uma linguagem equívoca:

§ Estive a ver um filme pornográfico enquanto a minha mulher estava fora. Que queres que te diga...? Somos humanos.

§ O meu namorado diz-me... aquilo que todos dizem. Que, se é verdade que gosto dele, devo demonstrá-lo. Que «isso» é necessário para nos conhecermos um ao outro. Que é muito importante, para nos apaixonarmos por uma pessoa, «saber como funciona nisso». Somos humanos.

§ Na outra noite, num congresso noutra cidade, encontrei no hotel uma loira encantadora. Toda a gente o faz. Hoje as coisas são diferentes. Somos humanos.

§ Muitas revistas trazem algumas páginas um pouco fortes. Toda a gente as lê. É verdade que são bastante mórbidas, mas gosto de estar a par do que acontece e do que se vê na sociedade atual. Somos humanos.

Dizes que «toda a gente o faz», que «somos humanos», que tudo isso não te afeta assim tanto, que já és adulto, que és capaz de o assimilar. Não te enganes. Porque serás tu próprio a colher as consequências no teu coração. Porque essas cedências vão erguendo dentro de ti um muro que endurece cada vez mais, até que, no fim, não há picareta que o derrube. Um dique em que, embora te custe reconhecê-lo, muitos blocos não são senão egoísmo, e o egoísmo é um refúgio errado, que acabará por ensombrar essa tua relação, talvez antes transparente.

Alguns dizem que hoje é impossível viver sem se conceder de vez em quando «um respiro» em matéria de sexo. Parece uma maneira pouco razoável de se justificarem. Além disso, com esse raciocínio, essas pessoas não deveriam incomodar-se se alguém duvidasse da honestidade dos seus pais, da sua mulher ou do seu marido. Considerar a luxúria ou a infidelidade

simples caprichos de que não se pode prescindir é uma triste maneira de se enganar.

Vidas arruinadas pela luxúria

Todos conhecemos ou ouvimos falar de pessoas cuja vida foi destruída pelo mau uso do sexo. Talvez, no início das suas desgraças, houvesse muito de pretensa ingenuidade. E, no estabelecimento da dependência, um alimentar silencioso das próprias fraquezas.

Eram «pequenas tolices», «coisinhas sem importância». «Experimentar, que não acontece nada.» «Novas emoções.» «Uma simples concessão sem maiores consequências, que não faz mal a ninguém. Além disso, toda a gente o faz... Somos humanos.»

No entanto, como observou a Madre Angélica, os frutos de se deixar arrastar pela dependência do sexo têm um custo para ti e para a tua alma. São erros pessoais que nada têm de inofensivo. A partir do momento em que se cede, esse erro — o pecado — deixa de ser algo imaginário para entrar na própria vida. Agora trata-se do meu erro, do meu pecado. Está na minha memória. É real. Não é algo de que me possa desligar facilmente.

Quem se deixou levar pela desordem sexual deve parar para pensar e decidir-se a tomar um duche fresco, intelectualmente falando, que o desperte dos enganos consigo mesmo, para assim avaliar devidamente esses atos, esses programas de televisão, esses filmes, essas páginas da internet, essas revistas ou livros que costuma ver ou ler. Dizem que não tem importância, mas, no fundo, sabem bem que o pecado tem sempre importância.

Pecado?

— Mas muita gente não acredita no pecado...

A história da humanidade mostra claramente que a consciência do pecado é algo que sempre pesou sobre o homem, pois o homem é um ser

que precisa de remédio para o sentimento de culpa produzido pelos seus erros pessoais. Todas as religiões, e até os cultos mais antigos da época pré-cristã, falam do perdão e da expiação dos pecados, e todos os sistemas de pensamento colocam, de uma forma ou de outra, o problema da libertação do pecado.

Todo o homem comete erros. Uns serão mais graves do que outros, e uns mais culpáveis do que outros, mas todos comprometem de alguma maneira a sua felicidade. O pecado causa sempre dano à própria pessoa, queira ela reconhecê-lo ou não. Tal como, por exemplo, a droga destrói a saúde do corpo, poderia dizer-se que o pecado, se não houver arrependimento e correção, vai deteriorando a saúde do espírito e arruinando toda a vida do homem.

— E consideras a castidade importante para a fé de uma pessoa?

Bernanos dizia que, se não tinha perdido a fé, era porque Deus tivera a bondade de o preservar da luxúria. Parece-me uma afirmação acertada, porque, no início de todo o afastamento de Deus, costuma haver uma cedência nesta matéria.

Concretizando um pouco

Não se deve evitar nem deturpar a realidade. Por mais que se tente disfarçar, o adultério é pecado. A união sexual antes do matrimónio, a masturbação, a atividade homossexual, os filmes e as revistas pornográficos, tudo isso, quando é admitido e consentido, é pecado.

— Mas ninguém está isento do pecado... Então ninguém pode ser feliz?

É verdade que ninguém pode evitar inteiramente o pecado. Mas, perante o seu assédio natural, são possíveis duas atitudes: instalar-se nele ou arrepender-se e alcançar o perdão.

Quando alguém se obstina em ignorar o pecado, acaba por acontecer o mesmo que quando o lixo se acumula dentro de casa e não é deitado fora.

Ao princípio, esse desleixo parece mais cómodo, mas acaba por tornar a vida muito desagradável.

Sempre que se te apresenta uma ocasião de pecar, oferece-se-te também uma oportunidade de escolher o caminho da verdade. Enquanto não consentires, enquanto disseres «não» — não importa quantas vezes tenhas de repetir esse «não» —, não haverá pecado. O que importa é resistir à tentação, não te aproximares dela temerariamente, esforçares-te com determinação.

Sempre que a tua fraqueza se impõe e cais no mal, estás a prejudicar-te a ti mesmo, e talvez também a outros, e, além disso, estás a rejeitar Deus. Instalas-te na mentira, uma mentira talvez satisfatória a curto prazo, mas que acabará por te prender na solidão ou no desespero, se não saíres dela depressa. Se é aí que te encontras neste momento, sabes bem do que te estou a falar e deves pedir a Deus que te conceda coragem para mudar.

Deves dizer a Deus que precisas d'Ele para sair do pecado ou para não cair nele. Não é necessário recitares uma longa oração formal. Uma súplica de auxílio será ouvida, mas deves continuar a rezar até saíres dessa situação. Deus está junto de ti. Não precisas de Lhe explicar o teu caso. Ele foi testemunha de tudo.

Confessar os próprios pecados a outro homem?

— E não é pedir demasiado exigir que uma pessoa se confesse e manifeste os seus próprios erros diante de outro homem?

Quando um homem se ajoelha no confessionário porque pecou — escreve George Weigel —, nesse preciso momento contribui para aumentar a sua própria dignidade como homem. Embora esses pecados pesem muito na sua consciência e tenham diminuído gravemente a sua dignidade, o próprio ato de se voltar para Deus é uma manifestação da especial dignidade do homem, da sua grandeza espiritual, da grandeza do encontro pessoal entre o homem e Deus na verdade interior da sua consciência.

Os não crentes perguntam-se se é apropriado revelar os segredos mais íntimos a alguém que talvez seja um desconhecido. A confissão foi, sem dúvida, uma inovação ousada da fé cristã. É um mandato do próprio Jesus Cristo à sua Igreja, quando deu aos apóstolos esse poder de perdoar os pecados: «Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos.» A confissão é uma das inovações mais impressionantes do Evangelho.

Por outro lado, quando o sacerdote ouve uma confissão, além de perdoar os pecados, atua de alguma maneira como acompanhante do drama da vida de outro homem. Acompanha outro ser humano como ele, estimula o seu discernimento espiritual, ajuda-o a aprofundar a sua fé e a melhorar o seu discernimento cristão, que não deve ficar reduzido a uma mera ladainha de proibições morais. No confessionário, o sacerdote encontra-se com o homem no mais profundo da sua humanidade, ajuda cada pessoa a entrar no drama cristão da sua própria vida, única e irrepetível. Um drama cheio de paz e de esperança, mas marcado pela inevitável tensão dramática da vida: a tensão entre a pessoa que sou e a pessoa que devo ser.

A Igreja procura reconciliar o homem com Deus, com os outros homens e com toda a criação. E uma das maneiras de o fazer é recordar ao mundo a realidade do pecado, porque essa reconciliação é impossível sem dar nome ao mal que provoca a divisão e a rutura.

O pecado é uma parte essencial da verdade sobre o homem. O homem pode fazer o mal, e fá-lo. E abre com isso uma dupla ferida: em si mesmo e nas suas relações com a família, os amigos, os vizinhos, os colegas e até com pessoas que não conhece. Chamar o bem e o mal pelos seus nomes é o primeiro passo para a conversão, o perdão, a reconciliação, a reconstrução de cada homem e de toda a humanidade. Levar o pecado a sério é levar a liberdade humana a sério. Quanto mais os homens se aproximam de Deus, mais se aproximam do mais profundo da sua humanidade e da verdade do mundo.

Deus não deseja senão o nosso próprio bem. Desobedecer aos seus mandamentos é contrariar a nossa verdade como homens, causar dano a nós mesmos. «O pecado — escreveu Javier Echevarría — não fica por algo periférico que deixa inalterado aquele que o pratica. Precisamente por ser

um ato contra a nossa verdade, contra aquilo que verdadeiramente somos e contra aquilo que verdadeiramente somos chamados a ser, atinge o mais íntimo da nossa natureza humana, deformando-a. Todo o pecado fere o homem, desfaz o equilíbrio entre a dimensão sensível e a espiritual e gera na alma uma desordem íntima entre as diversas faculdades: a inteligência, a vontade, a afetividade. Depois, e como consequência do pecado, as nossas faculdades de ação ficam enfraquecidas e, frequentemente, em conflito entre si: à mente, sujeita à influência das paixões, torna-se difícil acolher a luz da verdade e separá-la dos nevoeiros do erro; a vontade encontra dificuldade em escolher o bem e sente-se persistentemente atraída pela procura da autoafirmação e do prazer, mesmo quando se opõem ao bem e à justiça; os nossos afetos e desejos tendem a centrar-se egoisticamente em nós mesmos.»

Pecar é voltar as costas a Deus. A partir do momento em que reconheças a verdade — essa verdade simples e libertadora, bem presente e clara quando não resistimos a vê-la —, a partir desse momento em que — nas palavras de Lloyd Alexander — «tiveste a coragem de olhar o mal de frente, de o ver como realmente é e de lhe dar o seu verdadeiro nome, a partir daí ele deixa de ter poder sobre ti e podes superá-lo».

37. É POSSÍVEL SUPERAR A DEPENDÊNCIA DO SEXO?

O amor consiste em sentir que o ser sagrado estremece dentro do ser amado.

Platão

Dependentes do sexo

Num estudo recente sobre a dependência sexual, Patricia Matey começava por dizer: «A dependência do sexo é uma das dependências menos confessadas e menos visíveis de todas as que existem. No entanto, aumentou o número de pacientes que pedem ajuda devido às consequências da sua perturbação: ruína económica, casamentos desfeitos, problemas profissionais, ansiedade e depressão.»

Os especialistas assinalam que esta perturbação não é nova, embora só recentemente tenha sido reconhecida como um grave problema social, com consequências semelhantes às de outras dependências mais conhecidas, como o álcool, as drogas ou o jogo.

Ao contrário de outras dependências — observa José Ramón Ayllón —, a dependência sexual pode assumir múltiplas formas: da masturbação compulsiva aos abusos sexuais, passando por relações com múltiplos parceiros heterossexuais ou homossexuais, encontros com desconhecidos, recurso contínuo à pornografia, à prostituição ou às linhas eróticas, exibicionismo, pedofilia, turismo sexual, etc. O comportamento sexual compulsivo forma-se, na maioria dos casos, na mente, onde as fantasias sexuais e os pensamentos eróticos se tornam enganadoras válvulas de escape dos problemas profissionais, das relações desfeitas, da baixa autoestima ou da insatisfação pessoal.

Os dependentes do sexo são hábeis na dissimulação, porque o seu problema os envergonha. Mas, frequentemente, a sua dependência acaba por ser conhecida. «Alguns procuram uma consulta — explica Roselló Barberá — quando as contas telefónicas das linhas eróticas ou os contactos

com prostitutas os arruinaram economicamente, ou quando o cônjuge os descobriu. Outros decidem pedir ajuda porque querem pôr fim a uma dependência que está a fazer naufragar o casamento, lhes causou problemas legais ou os está a empurrar para o suicídio. Ou porque a sua dependência os leva a fazer coisas que nunca teriam imaginado, e isso lhes causa um sofrimento insuportável.»

Há sempre alguém que paga por isso

A incontinência sexual costuma trazer, depois dos primeiros momentos de prazer, uma pesada sensação de insatisfação, de erro, de desgosto. Sabes que fizeste algo indevido. É fácil sentires-te descontente, culpado, degradado. Depois, com o tempo, talvez chegues a racionalizá-lo de alguma maneira e consigas esquecê-lo, considerá-lo normal ou até positivo, pois, quando o pecado se torna um hábito, a dependência que cria dificulta cada vez mais a distinção entre o bem e o mal. Quando se coloca o prazer acima da responsabilidade, há sempre um preço a pagar. Aqueles que julgam poder conseguir uma coisa e outra deixam-se enganar com demasiada facilidade.

A obsessão pela satisfação dos próprios desejos cega quem dela sofre. Impede-o de ver o efeito prejudicial que esse comportamento tem sobre os outros. Mas alguém, em algum momento, terá de pagar por essas cedências. Pode ser uma pessoa com cujos sentimentos mais íntimos brincaste; ou uma criança ainda por nascer que acabará os seus dias num caixote do lixo, condenada por ter sido o resultado de um «erro»; ou um casamento, e talvez filhos, destruídos por uma relação adúltera frívola e absurda. Um egoísmo disfarçado de amor que quebrou um compromisso, violou os direitos de outro ou transformou crianças em vítimas inocentes.

Há sempre alguém que paga por isso. Entre outras razões, porque quem nunca falta nessa cadeia de danos é a própria pessoa. Tolstói afirmava que o homem que conheceu várias mulheres apenas para seu prazer já não é um homem normal, mas alguém que dificilmente deixará de ver a mulher como um objeto. Será um homem que precisará, para voltar a ser normal, de todo

um processo de reabilitação. Um homem que pagará um preço elevado por se ter deixado seduzir por essa máscara do amor.

Uma sensação de inquietação

Quando a Igreja Católica diz que é preciso ser generoso, preocupar-se com os outros ou lembrar-se dos pobres, a maioria das pessoas escuta com ar distraído. Poucos se sentem interpelados.

No entanto, surpreendentemente, quando a Igreja fala da castidade, muitos rasgam as vestes e dizem que é uma espécie de repressão absurda e intolerável, um vestígio de antigos puritanismos e de anacronismos ridículos.

— E porque achas que há uma reação tão diferente perante uns temas e outros?

Não sei. A Igreja limita-se a falar, não os está a obrigar a nada. Mas vê-se que, perante este tema, sentem uma profunda inquietação. Talvez haja alguma má consciência, se reagem de maneira tão exaltada e veemente.

Os enganos mais habituais

— Muitos dizem que ninguém lhes pode ditar o que devem fazer com a sua sexualidade. Que, para eles, «vale tudo».

Certamente, não serei eu a ditar-lhes nada. Mas parece-me que essa maneira de falar é uma forma um pouco grosseira de fugir à realidade moral.

Em qualquer análise sobre o que se deve ou não fazer, dizer que «vale tudo» é como dizer que nada vale, pois, ao falar assim, todo o diálogo e todo o uso da inteligência perdem o sentido. Não parece uma boa perspetiva para falar de valores ou para levar uma vida razoável.

De qualquer modo, penso que é uma atitude que, como todas, devemos procurar compreender. Não creio que se deva responder a essas pessoas com prepotência ou desprezo, pois todas essas posições costumam corresponder a uma crise pessoal que custa superar, e o mais sensato é manifestar uma compreensão sincera e, em vez de confrontar, oferecer ajuda.

Como escreveu Carmen Martín Gaite, para muitos o sexo é «uma tentativa de remediar o isolamento pessoal, mas que apenas projetam para fora de si. E, embora, na melhor das hipóteses, possa coincidir com a projeção para fora de si desencadeada pelo isolamento do outro, tratar-se-á sempre de indivíduos que, se partilham alguma coisa, é um estado de crise. A crise mais intensa que se possa imaginar, mas, ao mesmo tempo, a mais insignificante. Como as ondas: perseguirem-se, desfrutarem e depois desfazerem-se separadamente».

Essas pessoas deveriam compreender que ignorar a lei moral acaba, mais cedo ou mais tarde, em sérios desgostos. Isso fica brilhantemente retratado, para dar um exemplo, no filme *Infiel*, de Liv Ullmann, que aborda com alguma profundidade o drama do adultério.

Quando duas pessoas iniciam uma relação adúltera, talvez pensem que é como um jogo para adultos. Os princípios morais desaparecem. Amemo-nos até ao limite, sejamos felizes juntos, esqueçamos o que é bom e o que é mau, que não acontece nada.

No entanto, mais cedo ou mais tarde, descobrem que não é indiferente esquecer a natureza e as suas leis. Queriam fazer de conta que eram deuses que dão a si mesmos a sua natureza e as suas leis, e não demoram muito a verificar que mentiram a si próprios, sobrevindo então a consequente tragédia. Queriam brincar a que não havia princípios morais e, subitamente, aquela simulação e aquele fingimento desmoronam-se.

O que era um casamento unido, uma filha feliz, um bom amigo acaba inteiramente desfeito pela irreflexão, pelo egoísmo da sensualidade que cega e conduz à irresponsabilidade e até à crueldade, à destruição de tudo. As vítimas são eles próprios, as suas famílias, aquela menina que foi utilizada no jogo dos adultos, arrastada por um turbilhão emocional que

dilacera a sua vida, sem compreender bem qual é o seu papel naquela história de deslealdades.

— Mas os modelos de castidade que muitas vezes nos foram apresentados soam a rigorismo, a repressão, a algo antigo...

Quanto a serem antigos, seria necessário dizer que o desregramento da conduta sexual é muito mais antigo. O laxismo dos costumes nestas matérias está presente desde épocas muito primitivas, como a história bem testemunha.

Quanto aos velhos e insensatos rigorismos, concordo que convém romper com as visões receosas ou acanhadas da sexualidade, mas não seria sensato invocar esses erros para justificar outros. Não se trata de defender antigos puritanismos, nem de voltar à época vitoriana ou à Idade Média. Trata-se de caminhar para a verdade sobre o homem.

— Outras vezes, o que se pensa é que todas essas ideias que apresentas são muito bonitas, magníficas, mas demasiado difíceis, e que o realista é aproveitar um pouco os poucos prazeres de que hoje se pode desfrutar...

Essa sedução que descreves sempre se apresentou ao homem, e não só para o atrair pelos prazeres do sexo, mas por muitos outros caminhos. São raciocínios muito semelhantes aos de quem cai nas redes da mentira, do álcool, do jogo ou das comissões ilegais.

Todas as deslealdades e infidelidades costumam começar pouco a pouco, com pequenos hábitos, sem movimentos nem ruturas violentas, sem desmoronamentos repentinos... mas, quando a pessoa dá por isso, já está presa. São — nas palavras de Robert McCammon — «monstros horríveis que se introduzem nas casas, retorcidos e sorridentes por detrás do rosto de um ente querido».

Por isso, nos momentos de tentação, é preciso levantar um pouco o olhar para o tipo de pessoa que se quer ser, para a necessidade de alcançar domínio sobre os próprios instintos, fortalecendo assim a própria afetividade e sendo uma pessoa honesta.

— Sim, mas, quando se está nessas situações, não se costuma querer pensar muito no futuro; pensa-se sobretudo no presente...

É verdade, e esse é quase sempre o jogo dialético de qualquer tentação. O seu principal empenho é impedir-te de pensar no futuro. O seu triunfo é conseguir que penses apenas naquele prazer próximo, daquele momento. A sua grande conquista é... em suma, que não queiras pensar.

Mas sabemos bem que a qualidade de uma pessoa se mostra, entre outras coisas, na sua capacidade de pensar com sensatez também quando a tentação se intensifica.

Ou que, pelo menos, é capaz de perceber que as coisas não são como as vê quando está sob o encanto da tentação, mas como as via quando pensava com lucidez.

38. QUE FAZER COM O DESEJO SEXUAL NÃO LEGÍTIMO?

Não foge quem se retira; pois deves saber, amigo Sancho, que me retirei, não fugi; e nisto imitei muitos valentes, que se reservaram para tempos melhores, e disto estão as histórias cheias.

Dom Quixote de la Mancha

Sempre a mesma finta

— E porque parece o homem especialmente fraco perante a tentação do sexo não legítimo?

A finta da tentação é muito semelhante em todos os domínios da vida do homem.

Se uma pessoa quer deixar o álcool, mas tem a garrafa à mão e o seu desejo é mais forte do que a razão, acabará por ceder, mais cedo ou mais tarde. E isso mesmo que depois não demore muito a perceber que a tentação voltou a enganá-la. E que, além disso, a enganou com a mesma finta de sempre.

Todo o homem tem no seu interior zonas mais ou menos extensas de escuridão, de confusão, de obstinação. Momentos de ofuscação que tornam possível praticar uma ação má, atraído pelos aspetos enganosamente bons que essa ação apresenta.

Talvez por isso, o maior trunfo da tentação sempre tenha sido conseguir que, enquanto dura, o resto do mundo pareça desinteressante. A sua grande conquista é interromper qualquer raciocínio contrário ao desejo. Por isso, em muitos casos, o mais inteligente, a maneira mais segura de preservar a lucidez da mente, é simplesmente manter alguma distância da tentação. Conhecendo a força do instinto e a resistência da própria vontade, saberemos a que podemos expor-nos e a que não.

Foi isso que, segundo conta a *Odisseia*, Ulisses decidiu fazer ao passar diante daquele lugar onde todos os navegantes ficavam enfeitiçados pelo canto das sereias e acabavam por se perder contra os recifes. Ulisses pediu aos seus homens que tapassem todos os ouvidos com cera e que o amarrassem ao mastro do navio, ordenando que não o soltassem, por muito que depois o pedisse. Assim fizeram e, graças a isso, conseguiu superar aquele difícil momento. Não se deve esquecer que é difícil entrar temerariamente em contacto com o vício e não se deixar depois arrastar por ele.

Desenvolver boas razões

Para enfrentar a velha finta da tentação, é necessário, em primeiro lugar, fazer um esforço sério para esclarecer a inteligência. Assim, as próprias convicções morais consolidar-se-ão e tornar-se-ão mais firmes.

— E como se consegue isso?

Por exemplo, é importante desenvolver argumentos e razões interiores que ajudem a enfrentar esses desejos não legítimos.

§ Talvez a um rapaz ou a uma rapariga jovem ajude pensar que, se não aprender a dominar a paixão sexual na juventude, ser-lhe-á igualmente ou

ainda mais difícil ser fiel no matrimónio, com a consequente ameaça à estabilidade da sua futura família.

§ A outros, convirá compreender que a obsessão pelo sexo desvirtua o relacionamento entre rapazes e raparigas e conduz facilmente a uma relação sem conteúdo e grosseira.

§ Ou considerar que o domínio sobre a sexualidade é fundamental para poder amar com pureza quem, no futuro, será a mãe ou o pai dos seus filhos.

§ Ou talvez pensar que essa pessoa que está a induzir ao sexo tem uma família — pais, marido ou mulher, filhos — que depositou nela tantos sonhos e esperanças, e que está a pôr gravemente em risco a sua honestidade.

§ Ou perceber que aprender a tratar a mulher ou o homem com maior consideração aumenta a probabilidade de escolher acertadamente a pessoa com quem partilhar a vida, quando chegar a altura.

§ Ou compreender que precipitar-se sobre o prazer é um ato de egoísmo que se acaba por pagar com o tempo (por vezes, pouco tempo depois).

Se pensarmos serenamente, é pouco sensato viver tão dependente do sexo. Quando uma pessoa não se esforça por dominar os seus impulsos sexuais, estes tendem a invadir o espaço natural de outros interesses e projetos muito mais decisivos na construção da própria vida. Deixar que o sexo ocupe demasiado espaço na própria vida conduz à ansiedade e à desilusão.

— De qualquer modo, não é fácil manter uma paixão sob controlo apenas com argumentos e considerações intelectuais.

É evidente que o mero conhecimento do bem não basta para o praticar. Mas compreender claramente que alguma coisa é má já é um passo, e um passo importante.

Estas considerações sobre a castidade recordam-me o que me contava, há pouco tempo, um velho amigo, bem estabelecido na vida e com um cargo profissional importante, que tinham tentado subornar. Ofereceram-lhe dinheiro de forma muito delicada e indireta, como costuma acontecer. Não tinha de fazer nada; bastava não fazer perguntas sobre determinado assunto. A quantia que lhe ofereciam era muito elevada. «Posso garantir-te — dizia-me — que essa tentação do dinheiro não legítimo é muito semelhante à do sexo não legítimo. É tão fácil, tão seguro, tão premente, tão fascinante...! Creio que, se a superas, é porque dizes imediatamente que não e te afastas. Caso contrário, acabas por cair. Depois, talvez tentes convencer-te de que é normal, de que não acontece nada, de que não se deve exagerar, de que será só uma vez, de que toda a gente o faz, de que não vale a pena pensar mais nisso...»

Usamos a mesma vontade para rejeitar a luxúria que para rejeitar uma comissão ilegal, trabalhar bem, sacrificarmo-nos pelos outros ou dizer a verdade quando custa fazê-lo.

É evidente que nem tudo aquilo que nos apetece nos convém. Gosto de apanhar sol, mas devo fazê-lo com moderação para não me queimar; gosto de comer bem, mas tenho de ter cuidado para não engordar como uma foca; não me apetece estudar, mas, se não o fizer, reprovarei; por vezes tenho impulsos de irritação, mas não devo dizer a primeira coisa que me vem à cabeça; sinto impulsos sexuais, mas nem todos devem ser satisfeitos. São exemplos de desejos pessoais que, quando satisfeitos sem respeitar aquilo que a sua natureza exige, provocam uma deterioração que depois exigirá, conforme os casos, um tratamento para as queimaduras, uma dieta mais rigorosa, mais horas de estudo, um pedido de perdão e, em geral, um esforço renovado para recuperar o terreno perdido na virtude correspondente, o que nem sempre será fácil. Um homem fortalecido pela educação dos seus impulsos será capaz de fazer justiça à dignidade que merece enquanto homem.

Contar com outros fatores

Há outros fatores que também desempenham um papel importante em apoio da razão. Por exemplo:

§ Fortalecer a vontade. Não se deve deitar a toalha ao chão com a desculpa de que, mais cedo ou mais tarde, se acabará por voltar a cair no vício. Como dizia C. S. Lewis, «as pessoas com fome procuram alimento e as doentes procuram saúde, apesar de saberem que, depois da refeição ou da cura, ainda as esperam os altos e baixos comuns da vida».

§ Evitar situações de risco desnecessário. O desejo sexual é um impulso muito intenso, mas relativamente breve, e, na maioria das vezes, provocado por um estímulo muito concreto. O mais inteligente e menos custoso é procurar não se expor insensatamente a essas situações que cada um conhece bem.

§ Procurar o auxílio de sentimentos favoráveis. O uso correto da sexualidade está associado a toda uma série de sentimentos humanos nobres; em contrapartida, o abuso do sexo conduz a muitos problemas sentimentais e afetivos.

§ Centrar a vida nos outros. Por vezes, a razão obscurece-se porque estamos fechados num individualismo que tudo distorce. Será então necessário desenvolver ações concretas de generosidade para com as pessoas com quem convivemos, descobrir as suas necessidades e procurar atendê-las, pensar mais nelas, visitar colegas doentes, ajudar os mais desfavorecidos, prestar serviços de utilidade social, etc.

§ Contar com a ajuda de Deus. Para esclarecer a sua inteligência, o homem crente não deve desprezar nem os argumentos que a razão lhe oferece nem aqueles que a fé lhe apresenta. Para fortalecer a vontade, deve apoiar-se no seu próprio esforço, mas também contar com a ajuda de Deus. E, para educar a sua afetividade, pode ajudar muito contar igualmente com o desejo de agradar a Deus. O melhor é não prescindir de nenhum desses auxílios, pois qualquer um deles pode ser decisivo em determinado momento. Contar com Deus é decisivo, pois aquilo que se baseia apenas na própria razão, no próprio esforço ou nas próprias motivações pode um dia revelar-se insuficiente no meio da tempestade da tentação, na qual, por

vezes, muitas outras considerações se desmoronam como um castelo de cartas.

A mim não me afeta

«Já há alguns meses que o nosso casamento atravessa uma crise — explicava uma mulher de cerca de quarenta anos.

»Pode parecer uma tolice, mas foi depois de ler um livro que comecei a pensar que o meu casamento não me satisfazia, que não era feliz.

»A verdade é que adorava aquela escritora. Li todas as suas obras. Gostava cada vez mais delas. Ajudavam-me a compreender que há muitas coisas de que desfrutar na vida e que, depois de quinze anos de casamento e de quatro filhos, até agora quase não tinha podido fazê-lo.

»Além disso, tenho uma amiga a quem aconteceu algo semelhante. Conheci-a há pouco tempo e suponho que teve muita influência em mim. Fez-me ver que há mais na vida do que a família.»

Continuou a falar durante bastante tempo. Explicou pormenorizadamente à Madre Angélica toda a situação da sua família. Quase não havia nada de objetivo naquela crise matrimonial. No entanto, aquela mulher estava prestes a alterar por completo a sua vida. Ansiava pelo romance. Queria viver as emoções da sua amiga recém-divorciada. Tudo na sua vida estava agora orientado para a satisfação, ao estilo de um romance cor-de-rosa, e estava disposta a pagar por isso o preço que fosse necessário.

Se, um ano antes, tivessem perguntado àquela mulher se acreditava que um punhado de romances cor-de-rosa e uma amiga um pouco frívola poderiam destruir o seu casamento, teria soltado uma boa gargalhada. Mas deslizar por essa encosta é mais fácil do que por vezes se imagina.

Há momentos na vida em que mal se conseguem controlar essas influências, mas esses momentos são precisamente os importantes, e aquela mulher encontrava-se num momento de extrema vulnerabilidade. É difícil saber de antemão quais os pequenos incidentes que poderão afetar cada um,

mas eles estão lá, normalmente a formar-se por detrás das pequenas cedências e mentiras que pontuam a vida de uma pessoa:

§ Quando compras essas revistas e dizes que consegues controlar a situação, enganas-te a ti mesmo.

§ Quando vês esses filmes «para adultos» e dizes que não te afetam, é fácil que estejas a mentir a ti mesmo.

§ Quando entras em determinado lugar e dizes que procuras apenas um pouco de conversa ou alguma distração, é provável que tenhas acabado por acreditar nas tuas próprias mentiras.

Não convém enganar-se. Esses incidentes não são assim tão insignificantes. Cada um deles tem importância. Além disso, não é tão fácil controlá-los. Não se deve ser presunçoso: é provável que o teu autocontrolo não seja tão forte, e estás a arriscar em questões importantes.

Há situações a que uma pessoa sensata deve procurar nunca chegar. Para cada pessoa, há certos tipos de circunstâncias em que é extremamente vulnerável. São momentos em que toda a lógica do mundo, todo o senso comum do mundo, parecem reduzir-se a forças débeis, incapazes de competir com o ímpeto avassalador da paixão sexual, que inflama o homem, invade os seus sentidos, excita o seu corpo, envolve os seus sentimentos e se apodera do seu coração.

O homem sensato deve saber que precisa de algo mais do que senso comum para enfrentar a luxúria: é necessário afastar as ocasiões propícias. Sempre que resistires à tentação da pornografia, reforçarás a tua vontade e estarás mais preparado para quando ela voltar a apresentar-se. E, evitando essas ocasiões propícias, que conheces bem, tornar-te-ás mais forte perante a masturbação e perceberás melhor que ela realmente te fazia mal. E, quando deixares de ver a pessoa com quem desejarias ter uma relação adúltera, adquirirás maior força para afastar os sentimentos de luxúria. Reconhecer os limites da própria fraqueza é sempre um sinal de sensatez.

39. AMAR-TE-EI... ENQUANTO TE DESEJAR?

O amor, para ser autêntico, implica sacrifício.

Madre Teresa de Calcutá

Prazer individual, embora acompanhado

No ser humano não há períodos de cio que garantam o exercício instintivo da sexualidade, como acontece com os animais. O homem tem de controlar a sua sexualidade, que não pode reduzir-se a uma necessidade biológica, mas deve corresponder a uma decisão livre.

Quando uma pessoa não procura o outro ou a outra como fim, mas como meio de obter prazer, poderia dizer-se — nas palavras de Carmen Segura — que, nessa atitude, fazer amor seria antes fazer amor a si mesmo, o que, evidentemente, tem mais que ver com a masturbação — pois limita-se à procura individualista da própria satisfação — do que com o ato sexual, porque, em última análise, embora se realize através de outro, é algo que se faz para si próprio.

Quando aquilo que sobretudo se procura é aplacar a ânsia de sexo, esse prazer não chega a satisfazer, embora acalme provisoriamente o desejo, porque todo o prazer corporal desligado do espiritual se torna frustrante. E a sua procura isolada — individual ou acompanhada —, quando se transforma num hábito, depressa satura e desilude (mesmo que seja difícil abandoná-la).

Essa desilusão não diz respeito apenas ao prazer obtido, mas também, e principalmente, à própria pessoa. Mais cedo ou mais tarde, essa conduta acaba por provocar uma divisão interior e até uma rejeição e um desprezo por si mesma.

Essa pessoa, embora talvez lhe custe reconhecê-lo perante os outros, está habituada à procura de determinadas compensações, presa a elas. Parece-lhe quase impossível viver sem elas, mas, quando se permite desfrutá-las, e até no próprio momento em que o faz, sente desencanto consigo mesma e com a maneira como vive. Talvez desejasse agir de outro

modo, empregar de outra forma as suas energias, mas essa procura de prazer transformou-se numa corrente que prende, pesa e escraviza.

Embora a comparação pareça exagerada, é semelhante ao que acontecia naqueles antigos banquetes romanos. Procurava-se o objeto do prazer e depois vomitava-se para voltar a comer. O objeto procurado, tanto no caso do sexo como no da comida, não proporciona uma satisfação completa e tranquila e tem de ser continuamente repetido ou substituído. No fundo, sente-se pouca estima por ele, pois é sobretudo um simples meio, tanto menos apreciado quanto maior é a necessidade de a ele recorrer compulsivamente.

— Mas haverá um meio-termo. Entre a gula e a greve de fome há uma ampla margem de possibilidades. Não se deve viver para comer, mas comer para viver. E o comum dos mortais permite-se os seus pequenos prazeres, mesmo que seja apenas para satisfazer um capricho. Pode fazer-se isso sem cair em dependências nem em tédio.

É verdade, e por isso devo insistir em que as razões que acabo de apresentar não são de natureza moral, mas prática. É como se, ao dizer que roubar conduz ao hábito de roubar, porque os atos maus criam dependência, alguém objetasse que se pode roubar de vez em quando alguma coisa sem criar problemas de dependência. Isso é verdade, mas, além disso, roubar não está bem, mesmo que não crie dependência. Tentarei explicar melhor.

Contigo enquanto gostar de ti

Como escreveu Mikel Gotzon Santamaría, se uma pessoa diz a outra que a ama, a própria linguagem pressupõe que nessa expressão existe um «para sempre». Não faria muito sentido dizer: «Amo-te, mas provavelmente este amor só me durará alguns meses ou alguns anos, enquanto continuares a ser simpática e complacente, ou enquanto não encontrar outra melhor, ou não ficares feia com a idade.»

Um «amo-te» que implicasse «só por algum tempo» não seria uma verdadeira declaração de amor. Seria antes um «gosto de ti, desejo-te, passo

bons momentos contigo, mas não estou disposto a entregar-me inteiramente a ti, nem a entregar-te a minha vida».

Uma pessoa ou se entrega para sempre ou não se entrega realmente. E, se alguém se entregou, a entrega do corpo é a expressão da entrega total da pessoa. Entregar o corpo sem se ter entregado a si mesmo tem algum paralelismo com a prostituição, com a utilização da própria intimidade como objeto de troca ocasional: dar o corpo em troca de alguma coisa, sem ter entregado a vida.

Só no interior de um amor que não põe condições, de um amor que, por o ser, é entrega ao outro, adquire sentido a comunicação mútua que se realiza ao levar a cabo o ato sexual.

O amor verdadeiro sabe esperar

Angela Ellis-Jones, uma advogada britânica de 35 anos, não crente e nada suspeita de ideias conservadoras, explicava num programa de debate da BBC2 e num artigo do *Daily Telegraph* as suas razões para permanecer virgem até ao casamento.

«Desde a adolescência sabia que devia guardar-me para o casamento e nunca tive a menor dúvida sobre a minha decisão.

»A castidade antes do casamento é uma questão de integridade. Para mim, o verdadeiro sentido do ato sexual consiste em ser o supremo dom de amor que um homem e uma mulher podem oferecer mutuamente. Quanto mais levianamente alguém entregar o próprio corpo, menos valor terá o sexo.

»Quem ama verdadeiramente uma pessoa quer casar com ela. Quando duas pessoas têm relações sexuais fora do casamento, não se tratam com pleno respeito. Uma relação física sem casamento é necessariamente provisória: leva a pensar que ainda está para chegar alguém melhor. Valorizo-me demasiado para permitir que um homem me trate dessa maneira.

»Penso assim desde os 14 anos. Já nessa altura tinha observado os estragos que o sexo frívolo provocava na vida de alguns colegas de escola. Já então me parecia evidente que, quando se separa o casamento do sexo, se esbate a diferença entre estar casado e não estar, e se desvaloriza o próprio casamento. Quero casar com um homem que tenha uma ideia da mulher suficientemente elevada para se guardar íntegro para a sua esposa.»

— Parece-me um ideal atraente, mas os jovens desejam ter relações sexuais o mais cedo possível, e poucos serão capazes de aguentar.

Parece-me que não é assim. E creio que pensar isso é desvalorizá-los um pouco. Os jovens irritam-se, e com razão, quando os adultos os consideram incapazes de se propor metas elevadas. Não fogem à exigência; pelo contrário, esperam-na.

A juventude é um momento muito especial da vida, a época em que se forma a própria identidade e se tomam as primeiras decisões pessoais sérias. Há uma sensibilidade especial à força das palavras, ao testemunho do exemplo. No meio das vitórias e derrotas morais de cada homem, vai-se construindo um ideal de vida, vai-se formando a consciência, essa medida da dignidade humana, o verdadeiro indicador do desenvolvimento da própria personalidade.

É verdade que alguns — mais os adultos do que os jovens — pensam que o realista é procurar gratificações sexuais o mais cedo possível e facilitá-las aos outros. Dizem que preferem esse pássaro na mão a um amor ideal que veem como algo muito distante. E, embora seja compreensível que uma pessoa se deixe deslumbrar pelas gratificações imediatas perante aquilo que talvez veja como promessas incertas, construir a própria vida exige abrir novos horizontes ao desejo, aprender a valorizar aquilo que ainda não temos nas mãos, mas que, pelo seu valor, nos sentimos chamados a alcançar. Foi assim que aquela jovem advogada britânica o entendeu.

Deixar-se fascinar pela ânsia de saciar os nossos instintos impede-nos de alcançar aquilo que é verdadeiramente valioso. O homem de desejos insaciáveis é como um tonel furado: passa a vida a tentar encher-se, transportando água num balde igualmente furado.

A sexualidade fora do seu devido contexto corresponde a um impulso instintivo que se inflama subitamente e logo se apaga. É uma labareda tão intensa como fugaz, que quase nada deixa atrás de si e conduz facilmente a um círculo estreito de erotismo que, na sua procura sempre insatisfeita, considera outros conceitos mais elevados do amor uma simples fantasia, quando não um tabu ou algo próprio de pessoas reprimidas.

Sócrates falava de uma voz interior que o aconselhava, o repreendia e o impelia a procurar a verdade. Essa voz é o que há de mais lúcido em nós mesmos e adverte-nos de que não devemos ficar pelas meras sensações, mas procurar a verdade que nelas existe, o seu autêntico valor, não o mais imediato, mas o mais profundo.

Não se trata de controlar as tendências instintivas à maneira estoica, mas de desejar ardentemente valores mais elevados. Não é uma questão de reprimir as tendências, mas de saber orientá-las. Um maestro não reprime nenhum instrumentista; indica a cada um o caminho que deve seguir para cumprir plenamente a sua função: nuns momentos terá de guardar silêncio, noutros terá de se harmonizar com os outros instrumentos e, noutras ocasiões, deverá assumir maior protagonismo.

Quando alguém descobre a realidade do amor, tem a certeza de ter descoberto uma terra maravilhosa, até então desconhecida e insuspeitada. Considera-se feliz e afortunado, e com razão. É uma pena que, por não se adaptarem ao ritmo natural do amadurecimento do amor, alguns queiram comer a fruta verde e percam a meta que poderiam ter alcançado. Eles próprios acabam por perceber, mais cedo ou mais tarde, que, no preciso momento em que essa pessoa lhes entregou prematuramente o corpo, caiu do pedestal em que a tinham colocado.

— Mas o atrativo do sexo é muito forte, e as pessoas querem fazer uso dele livremente.

Não sou contra a liberdade, evidentemente. Mas sabemos que — como escreveu José Antonio Marina — a liberdade é a gestão adequada das vontades, e umas vezes será necessário segui-las, mas outras não. O desejo é certamente um motivo para agir, mas só o desejo inteligente é uma razão para agir.

Hoje, qualquer pessoa pode encontrar sexo com bastante facilidade. Não exige especial talento nem habilidade. Não é algo que torne alguém mais homem ou mais mulher. O difícil, o valioso, é encontrar um homem ou uma mulher que se tenham guardado para quem um dia será o seu marido ou a sua mulher. Uma pessoa normal que tenha sabido esperar, sem medos, sem fantasmas. «Uma pessoa que, simplesmente, se guardou para mim. Sim. É exatamente isso que procuro. Como conseguiste?»

É realmente possível esperar?

Muitas pessoas entendem inicialmente o sexo como mais uma forma de diversão. Mas, quando pensam em encontrar alguém com quem partilhar a vida, quando já pensam em algo sério, é fácil que compreendam então que o valor dessa pessoa que procuram tem bastante relação com a sua capacidade de esperar, de se guardar para elas.

— Sim, mas essa pessoa de quem falas parece não ter conseguido esperar e guardar-se para o outro...

Se não o conseguiu até hoje, recomendar-lhe-ia que, pelo menos, o tentasse seriamente a partir de agora. Se ainda podes — dir-lhe-ia — oferecer o teu corpo pela primeira vez a quem será o teu marido ou a tua mulher, tens um tesouro muito valioso: conserva-o. Se já não podes dizer isso, que ao menos possas dizer um dia que conseguiste esperar por ele ou por ela durante os meses ou anos que ainda te restam.

— Outros têm medo de perder o namorado ou a namorada se não aceitarem ter relações sexuais. Se o outro lhes diz que «todos o fazem» ou «se gostas de mim, demonstra-o», não encontram argumentos para recusar.

Penso que se deve colocar a questão ao contrário. Se há amor, a espera porá à prova a sua retidão. Se gosta verdadeiramente de ti, não o perderás; pelo contrário, passará a estimar-te mais. Verá que não te entregas a qualquer pessoa, mas te guardas para quem será o pai ou a mãe dos teus filhos.

A Igreja Católica não aprova as relações pré-matrimoniais precisamente porque tem uma enorme estima pelo amor conjugal. Quer ajudar a proteger e a preservar algo de que tanto depende para o próprio casal e para toda a sociedade.

40. QUE FAZER PERANTE A HOMOSSEXUALIDADE?

Ouvirás muitas verdades a que chamam consoladoras; mas a verdade primeiro liberta e depois consola.

Georges Bernanos

O drama da homossexualidade

Penso que qualquer pessoa que tenha conhecido um pouco de perto o drama de uma pessoa homossexual sente, a partir de então, uma compreensão e um apreço muito especiais por aqueles que sofrem essa situação.

Quando se compreende um pouco melhor a realidade do sofrimento dessas pessoas, as brincadeiras sobre este assunto deixam de ter graça e passam antes a provocar um profundo desagrado.

— Mas é realmente possível deixar a homossexualidade?

Não digo que seja fácil, porque não é, mas não devemos deixar-nos levar por perspetivas fatalistas, nem sequer nos casos em que as tendências homossexuais são intensas e estão muito enraizadas. A ideia de que o homossexual não pode mudar costuma corresponder mais a uma reivindicação de grupo do que a uma realidade orgânica ou fisiológica.

A medicina avançou muito, e há abundante experiência clínica de que a homossexualidade pode ser superada com uma terapia adequada. É o que afirma, por exemplo, o psicólogo neerlandês Gerard van der Aardweg, com base numa experiência clínica de vinte anos de estudos sobre a homossexualidade.

Aardweg insiste em que o homossexual também tem instintos heterossexuais, mas que estes costumam ser bloqueados pela sua convicção homossexual. Por isso, a maior parte dos pacientes que verdadeiramente o desejam e se esforçam com perseverança melhora num ou dois anos e, pouco a pouco, as suas obsessões homossexuais diminuem ou desaparecem, aumentando a sua alegria de viver e a sua sensação geral de bem-estar. Alguns acabam por se tornar inteiramente heterossexuais; outros sentem atrações homossexuais esporádicas, cada vez menos frequentes à medida que neles se fortalece uma afetividade heterossexual.

— Mas, para alguns, isso talvez representasse um esforço tão grande que os obrigaria a levar uma vida muito difícil...

Mesmo para os homossexuais em situações mais graves, não há outro caminho de libertação senão lutar para corrigir as suas inclinações desviadas. É preciso ter em conta que ceder a essas tendências, com a consequente procura constante de contactos e de relações — que costumam ser instáveis e frustrantes pela sua própria natureza —, conduz, a longo prazo, a uma espiral de maior insatisfação.

Deixar-se levar produz uma angústia ainda maior, pois conduz a uma vida de profundos desequilíbrios afetivos, talvez disfarçados por uma satisfação aparente, mas que acaba por levar a uma maior desesperança e a uma maior deterioração psíquica. Por essa razão, a Igreja Católica encoraja essas pessoas a assumir a cruz do sofrimento e da dificuldade que possam sentir devido à sua condição.

— E como se assume essa cruz?

Vivendo a castidade, um sacrifício que lhes proporcionará, como benefício, uma fonte de autodoação que os salvará de uma forma de vida que ameaça continuamente destruí-los. A atividade homossexual impede a própria realização e felicidade, porque é contrária à natureza.

É verdade que, nos casos mais graves, talvez não estejam aptos para o matrimónio, mas estão sempre aptos para amar — de outra maneira — os outros, podendo assim viver até com um amor maior do que aquele que reina em muitos casamentos.

A Igreja pede-lhes que vivam a castidade, para seu próprio bem, exatamente como o pede a todas as pessoas heterossexuais que não estão casadas.

— E se encontrarem muita dificuldade em curar-se e se entregarem a essas tendências? Porque, além disso, muitos recusam considerá-lo uma doença e dizem que é algo genético.

Há mais de um século que se procura uma origem genética para a homossexualidade, e os progressos científicos indicam antes que ela não existe. As últimas descobertas no mapa genético reafirmam cada vez mais a liberdade do ser humano. Craig Venter, fundador de uma das empresas mais avançadas na investigação genética, concluía recentemente que «a maravilhosa diversidade dos seres humanos não está tanto no código genético gravado nas nossas células, mas na forma como a nossa herança biológica se relaciona com o meio em que vivemos. Não temos genes suficientes para justificar a noção de um determinismo biológico, e é altamente improvável que possam existir genes específicos para o alcoolismo, a homossexualidade ou a agressividade. Os homens não são prisioneiros dos seus genes; as circunstâncias da vida de cada indivíduo são cruciais para a sua personalidade».

A homossexualidade não é genética, mas adquirida. E as terapias de cura da homossexualidade terão mais sucesso nuns casos do que noutros, mas isso nada tem de estranho. Há muitas doenças, como a asma ou a artrite reumática, por exemplo, que, por enquanto, nem sempre se conseguem curar. Mas nenhum médico sério concluiria que não faz sentido submeter esses pacientes a tratamento ou estudar novas terapias possíveis. Entregar-se às tendências homossexuais não é um estilo de vida alternativo recomendável para ninguém.

— Se é uma doença, porque não consta do catálogo mundial de doenças mentais?

É verdade que, em 1973, a homossexualidade foi retirada do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), mas é preciso dizer que isso constituiu um dos episódios mais deprimentes dos anais da medicina moderna. Foi amplamente relatado por um dos seus protagonistas, Ronald

Bayer, conhecido simpatizante da causa gay, e é um bom exemplo de como a militância política pode interferir e alterar o discurso científico. Durante os anos anteriores a essa decisão, sucederam-se repetidas tentativas de influenciar os congressos de psiquiatria através de insultos, ameaças, boicotes e outras formas de pressão por parte de ativistas gays. A obstrução às exposições dos psiquiatras foi aumentando até assumir a forma de uma autêntica declaração de guerra. A vitória final coube ao grupo de pressão gay, embora se deva dizer que, apesar da propaganda e das pressões, a aprovação da exclusão da homossexualidade do DSM não obteve mais de 58% dos votos. Era uma maioria qualificada para uma decisão política, mas um tanto perturbadora para dar por encerrada uma análise científica de um problema médico. Pense-se o que se pensar a esse respeito — e a falta de unanimidade médica deveria ser uma boa razão para optar pela prudência quanto a opiniões categóricas —, a verdade é que a controversa decisão final, que afirmava que a homossexualidade não era uma perturbação psicológica, se baseou mais na ação política do que numa consideração científica.

É ou não uma doença?

«Fui homossexual ativo durante vinte e um anos, até me convencer da necessidade de mudar — explicava Noel B. Mosen numa carta publicada na revista *New Zealandia*.

»Com a ajuda de Deus, consegui. Agora estou felizmente casado há seis anos e não sinto nenhum dos desejos homossexuais que antes dominavam a minha vida. Em todo o mundo, há milhares de pessoas que mudaram, como eu.

»É falso que se tenha provado a existência de um gene que determine a homossexualidade. Se os genes fossem determinantes, quando um de dois gémeos fosse homossexual, o outro também teria de o ser; mas isso não acontece.

»Além disso, se a orientação sexual estivesse geneticamente determinada, não haveria possibilidade de mudar; mas conhecidos especialistas em sexologia, como D. J. West, M. Nichols ou L. J. Hatterer,

descreveram muitos casos de homossexuais que se tornam heterossexuais de forma inteiramente espontânea, sem pressões nem ajuda de qualquer espécie.

»A minha experiência é que a homossexualidade não é uma condição estável nem satisfatória. Não é liberdade: é uma dependência emocional.»

Nas últimas décadas, porém, impôs-se uma espécie de rígida censura social que considera intolerante tudo aquilo que contrarie a pretensão de normalidade defendida por determinados grupos homossexuais muito ativos. Estes grupos de influência apresentam o estilo de vida homossexual de forma quase idílica. Mas, como observou Aardweg, isso não passa de simples propaganda, pois, quando se escuta a história pessoal de homossexuais, percebe-se claramente que nesse género de vida não se encontra a felicidade. A outra face da moeda, que tantos se empenham em silenciar, é a ansiedade, os ciúmes, a sensação de solidão ou as depressões neuróticas, para não mencionar as doenças venéreas e outras patologias somáticas.

A satisfação estável e a felicidade não chegam através das relações homossexuais. Transcrevo outro testemunho publicado recentemente em *El Semanal*. «Li a entrevista que saiu no número 656 da vossa revista, no passado dia 21 de maio. Se esse rapaz é feliz a viver a sua homossexualidade, fico contente. Não quero agora avaliar a homossexualidade nem aqueles que a praticam. Quero apenas dar o meu testemunho, caso sirva a alguém. Vivi a minha homossexualidade durante cerca de dez anos. Sofri constantes angústias, infidelidades, traições e ciúmes. Há um ano rompi com essas relações e procuro sair com raparigas e mudar de ambiente. Sinto-me cada vez mais feliz e não quero voltar a cair nos erros do passado. Creio que posso considerar-me um ex-gay. Aviso à navegação: ser gay não é tão cor-de-rosa como o pintam!»

Não é uma simples questão de palavras

A compreensão correta deste problema não é uma questão de teorias ou de simples precisões académicas ou terminológicas. Acertar neste ponto significa dar ou não esperança a muitas pessoas que vivem prisioneiras do

velho dogma de que a homossexualidade é algo inato, imutável e extremamente generalizado. Um erro que causa danos irreparáveis a muita gente.

Fala-se tanto e de forma tão desajustada da homossexualidade que ela começa a ser motivo de séria preocupação para muitos adolescentes, que começam, sem motivo, a acreditar que têm tendências homossexuais. Com o problema acrescido de poucos se atreverem a falar disso a tempo com a pessoa adequada.

Não é estranho que um adolescente sinta, em algum momento, ligeiras tendências homossexuais devidas a algum pequeno problema de desenvolvimento, habitualmente passageiro e que depressa desaparece. Mas, se tiverem feito essa rapariga ou esse rapaz acreditar que a homossexualidade tem origem genética, que é permanente e incurável, essa ideia pode levá-lo a transformar um problema simples e circunstancial numa profunda crise de identidade sexual, acabando por orientar a sua vida numa direção errada.

Essas crises de confusão sobre a identidade sexual na adolescência não são difíceis de superar, com ou sem ajuda médica, conforme a gravidade do caso. O que seria um grande erro seria aconselhar esses jovens a assumir a condição de homossexual como algo normal e definitivo e encorajá-los a desenvolver a sua sexualidade nesse sentido.

Quando se afirma que as pessoas com inclinações homossexuais não podem senão agir de acordo com essas inclinações, no fundo está-se a negar-lhes aquilo que é mais especificamente humano: a liberdade pessoal. Talvez não sejam responsáveis por sentir essas inclinações, mas seriam responsáveis por as pôr em prática e contribuir assim para reforçar a sua tendência, causando a si mesmas um grande dano. Devemos procurar sempre ser compreensivos com quem não consegue superar uma dificuldade, seja de que natureza for, mas negar por princípio que o possa fazer revela uma consideração muito reduzida pelo homem. Seria uma atitude pessimista e triste e, além disso, muito pouco tolerante.

— E o que responderias a quem dissesse que as tuas ideias sobre este tema são «homofóbicas» e que, por isso, não devem ser toleradas?

Pedir-lhes-ia que refutassem as minhas afirmações. Todos temos o direito de defender aquilo que nos pareça verdadeiro ou oportuno. Se querem refutar afirmações científicas, devem fazê-lo com outras da mesma natureza. Se se trata de opiniões ou juízos de valor, terão de lhes contrapor outros. Mas não a exigência intolerante de silêncio ou de retificação forçada. Porque há muitos progressistas caçadores de bruxas que gostariam de queimar numa fogueira pública tudo o que não coincide exatamente com os seus dogmas sobre o tema, mas a livre investigação científica e a liberdade de exprimir apreciações e opiniões não podem ser limitadas por preconceitos ideológicos, por mais que estes se disfarcem com as vestes da dignidade ofendida.

Chama-me a atenção que aqueles que defendem, por exemplo, a castidade ou a fidelidade conjugal tenham de sofrer, em nome da tolerância, todo o género de ataques ou de troças e, no entanto, não se possa dar opinião sobre a forma de abordar a homossexualidade. Parece que não se pode falar daqueles a quem o «progressismo oficial» atribui a condição de ofendidos. É uma curiosa «tolerância num só sentido», pela qual uns podem atacar, mas nunca ser atacados. No fim, é um simples problema de liberdade de expressão, pois determinar o que se pode ou não defender publicamente é sempre um atentado contra essa liberdade, e reduzir o adversário ao silêncio é sempre sinal de fraqueza intelectual.

A atitude da Igreja

— E porque é a Igreja Católica tão dura e pouco compreensiva para com os homossexuais?

Parece-me que não é assim. Foi a própria sociedade que, em muitas épocas e ambientes, foi dura e pouco compreensiva para com o homossexual. Por vezes, os católicos deixaram-se contagiar por essa mentalidade, mas a Igreja Católica sabe bem que as tendências homossexuais constituem uma dura provação para algumas pessoas e insiste em que devem ser acolhidas com respeito, compaixão e delicadeza, evitando-se em relação a elas qualquer sinal de discriminação injusta.

As inclinações homossexuais são objetivamente desordenadas e, por isso, é imoral concretizá-las, mas o homossexual, enquanto pessoa, merece todo o respeito. Essas pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus na sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que possam encontrar devido à sua condição. Devem pedir ajuda a Deus, aceitar o sacrifício que a sua situação comporta e lutar com paciência e perseverança para sair dela.

Uma pessoa homossexual é portadora de uma cruz singular. Não é fácil dar ao assunto uma explicação melhor do que à realidade de tantas pessoas sofrerem doenças ou limitações físicas ou psíquicas de qualquer natureza, que por vezes tanto custa compreender e aceitar. Também há pessoas que, devido ao ambiente, à educação ou a outras razões, caíram no alcoolismo ou na droga, por vezes sem grande culpa da sua parte. E todas elas devem suportar essa cruz e procurar sair dessa situação, sem a tomar como justificação para levar um estilo de vida entregue ao erro.

Essas pessoas devem ser ajudadas para poderem ser plenamente felizes. E a sua necessidade principal não é o prazer sexual, mas a certeza alegre e necessária de se sentirem amadas, compreendidas e pessoalmente aceites. Mas a solução não são as relações homossexuais. A única coisa que se consegue com elas é entrar num círculo vicioso, pois a necessidade, não apenas sexual, mas também afetiva, não fica satisfeita.

A ação pastoral da Igreja junto destas pessoas — observa o teólogo Georges Cottier — deve caracterizar-se pela compreensão e pelo respeito. Muitas vezes, foram levadas a sofrer devido a atitudes que são mais fruto de preconceitos do que de autênticos motivos de inspiração evangélica. Têm de se sentir membros de pleno direito da paróquia, e para elas vale o mesmo chamamento à santidade que para os restantes homens e mulheres. É necessário ter sempre presente a maternidade da Igreja, que ama todos os homens, também aqueles que têm grandes problemas.

41. PORQUÊ TANTAS OBJEÇÕES À CONTRACEÇÃO?

O amor é uma fonte inesgotável de reflexões: profundas como a eternidade, elevadas como o céu e grandiosas como o universo.

Alfred de Vigny

Paternidade responsável

— Porque parece a Igreja Católica empenhada em que toda a gente tenha «os filhos que Deus lhe mandar»?

Essa afirmação é um tanto equívoca. A Igreja Católica fala sobretudo de «paternidade responsável», o que de modo algum significa uma procriação ilimitada ou uma falta de consideração pelas dificuldades inerentes à criação dos filhos. Trata-se de os pais usarem a sua liberdade inviolável com sabedoria e responsabilidade, tendo em conta a sua situação e os seus desejos legítimos, à luz da lei moral.

A Igreja Católica não defende a ideia de uma fecundidade a todo o custo. A Igreja elogia e promove a generosidade que implica formar uma família numerosa. Naturalmente, quando há motivos sérios para não procriar ou para espaçar os nascimentos, essa opção é legítima. Mas permanece o dever de o fazer com critérios e métodos que respeitem a verdade total do encontro conjugal nas suas dimensões unitiva e procriativa, tal como é sabiamente regulada pela própria natureza nos seus ritmos biológicos.

E porquê não os meios artificiais?

— Mas, se o objetivo é o mesmo... que diferença faz utilizar métodos naturais ou artificiais?

Se os métodos naturais fossem utilizados com uma finalidade exclusivamente antinatalista e sem motivo suficiente, nesses casos seria certamente difícil distingui-los dos meios artificiais (quanto ao seu valor moral, entenda-se).

Mas o recurso correto à continência periódica distingue-se substancialmente das práticas contracetivas. Os meios artificiais destinam-se sempre a retirar aos atos conjugais a sua capacidade procriadora,

desvirtuando-os na raiz. Pelo contrário, os métodos naturais, quando utilizados por motivos justos, respeitam a natureza própria da sexualidade e dos seus ritmos biológicos. Não se trata, portanto, de uma simples diversidade de métodos, mas de uma diferença ética de comportamento.

Além disso, os métodos naturais facilitam o respeito pela outra pessoa e pelo seu corpo. A abstinência temporária, decidida de comum acordo pelo homem e pela mulher, não só não enfraquece o amor como o torna mais forte, mais livre e mais profundamente pessoal. Em contrapartida, com os meios artificiais abre-se caminho a que cada um — e sobretudo o homem —, habituando-se às práticas contracetivas, deixe de se preocupar com o equilíbrio físico e psicológico da outra pessoa e chegue a considerá-la um objeto de prazer sexual que deve estar sempre disponível para a sua satisfação. Muitos acabam por compreender isto e desejariam poder utilizar esses métodos naturais (são eficazes, gratuitos e sem qualquer efeito secundário), mas os seus maridos ou mulheres não estão preparados para uma mudança tão radical.

Os contracetivos levam a estar sexualmente disponível sem exigir compromisso. Os métodos naturais, pelo contrário, são comparáveis a uma dieta: exigem sacrifícios mútuos, mas fortalecem a relação dos esposos com Deus e favorecem a própria relação conjugal.

— Mas os métodos naturais falham...

Há muito tempo que já não é assim. A contraceção química ou instrumental falha tanto ou mais, embora isso seja muito menos divulgado, talvez porque movimenta grandes interesses comerciais (não se deve esquecer que os métodos naturais põem em perigo os fabulosos rendimentos da indústria da contraceção). Uma prova de que os métodos artificiais também falham é a insistência no aborto ou na pílula do dia seguinte para os casos em que o preservativo ou a pílula contracetiva não produziram o efeito desejado.

Os métodos naturais, além de serem compatíveis com todas as culturas e religiões, são fáceis de ensinar e compreender. São gratuitos e não têm qualquer efeito secundário. A liberdade e os direitos da mulher ou do marido são mais bem respeitados, pois desenvolvem uma relação

interpessoal mais profunda entre os esposos, baseada na comunicação, nas decisões partilhadas e no respeito recíproco: fortalecem o casamento e, portanto, a vida familiar.

Além disso, como os métodos naturais ajudam a conhecer os períodos de fertilidade ou infertilidade, também servem para ajudar os cônjuges a conseguir uma gravidez quando esta não surge facilmente. De facto, tornaram possível a fecundidade de muitos casais que se consideravam inférteis.

Hábitos que prejudicam

— E o que dizes da ideia de promover a distribuição de preservativos a adolescentes nas escolas e nos colégios?

Ao fornecer preservativos e encorajar os adolescentes a utilizá-los, não se está simplesmente a proporcionar-lhes um método para evitar gravidezes ou impedir o contágio da sida. Além de se estar a revelar um meio bastante pouco eficaz para ambas as coisas, o que esse uso juvenil do preservativo modifica é o comportamento dos seus utilizadores, pois, através dessa prática, impõe-se uma determinada maneira de conduzir a vida sexual.

Como observou Aquilino Polaino, ao fornecer o preservativo está-se a estimular uma conduta que, com a repetição dos atos (com o consumo de mais preservativos), acabará por configurar e moldar uma determinada facilidade para as relações sexuais, pois instala-se e surge um novo hábito de comportamento. Na pessoa em quem esse novo hábito se enraíze, também mudará o sistema percetivo e, por conseguinte, qualquer estímulo erótico terá maior capacidade de suscitar uma resposta sexual, tornando-a mais dependente — e, portanto, menos livre — em relação àquilo que o meio lhe propõe.

Por outro lado, o seu organismo também se habituará a esse tipo de respostas sexuais, frustrando-se com maior frequência e intensidade quando não puder satisfazer a facilidade de agir dessa maneira que o novo hábito agora lhe exige — com maior insistência do que antes.

Por conseguinte, na medida em que o uso do preservativo gera um hábito de comportamento e, através dele, uma maior facilidade para agir assim mais frequentemente, será necessário concluir que promover o seu uso multiplica a probabilidade de os utilizadores estabelecerem mais relações sexuais no futuro (isto é, um maior número de contactos potencialmente contagiosos). Por isso, a estratégia de recomendar preservativos, como se vê, não só está errada como é perigosa. Se realmente queremos ajudar a juventude e nos preocupam o aumento das gravidezes na adolescência e o contágio da sida, as campanhas de auxílio não devem visar apenas o que é biológico, mas cultivar nos jovens o espírito, a reta razão e essas faculdades tão importantes no ser humano que são a vontade e a liberdade.

Duas manifestações de uma mesma mentalidade

— Há quem acuse a Igreja Católica de, na prática, favorecer o aborto ao continuar obstinadamente a ensinar a ilicitude moral da contraceção.

Esse raciocínio é um tanto estranho. Parece-me difícil que alguém evite os contracetivos, e que os evite precisamente por seguir os ensinamentos da Igreja, e que, ao mesmo tempo, pense em abortar depois, quando a mesma Igreja afirma que o aborto é um crime.

Penso que acontece o contrário. A mentalidade contracetiva reforça a tentação do aborto perante a eventual chegada de uma vida não desejada, e é evidente que a cultura abortista está muito mais desenvolvida nos meios que rejeitam o ensinamento da Igreja sobre a contraceção.

A contraceção e o aborto, apesar de serem erros de natureza e gravidade moral muito diferentes, estão frequentemente muito relacionados, pois são fruto de uma mesma mentalidade: quando a vida que poderia nascer do encontro sexual se torna um inimigo a evitar a todo o custo, o aborto costuma ser a única resposta possível perante uma contraceção falhada.

— E o que dizes da transmissão da sida?

Também não faltam aqueles que exigem maior «compreensão» à Igreja. A sequência argumentativa costuma ser tão simples como esta: a sida transmite-se por contacto sexual, a Igreja opõe-se ao uso do preservativo, logo a Igreja está a colaborar na propagação da epidemia.

Era assim que raciocinava, por exemplo, um conhecido político italiano, que há pouco tempo pediu à Igreja que mudasse o seu critério para assim salvar milhões de vítimas da sida em África. Felizmente, não foram necessárias respostas muito elaboradas para documentar aquilo que era evidente para quem conhece de perto esse drama: a epidemia da sida é muito mais intensa nas regiões onde o cristianismo está menos presente e onde, portanto, a Igreja pouco pode influenciar as mentalidades e os comportamentos que delas decorrem.

Como explicava Mia Doornaert, se os homens africanos respeitassem tanto a palavra do Papa que, por isso, rejeitassem qualquer meio contracetivo, seria de supor que fossem igualmente rigorosos a seguir os restantes ensinamentos da Igreja, que pregam a monogamia, a castidade fora do matrimónio e a fidelidade conjugal, que é o que realmente poderia travar a propagação do vírus. E não parece que assim seja. Não é sério culpar o Papa e o Vaticano pela propagação da sida, pela mesma razão que não é sério pensar que o homem africano, que vive a sua sexualidade segundo tradições muito distantes daquilo que a Igreja Católica recomenda, esteja à espera da palavra de Roma para utilizar ou não um preservativo.

E, além de o preservativo ser muito menos seguro do que muitos pensam, aqueles que convivem diariamente com o problema da sida sabem bem que, para lutar contra essa tragédia nesses países, é necessário seguir a via de uma educação que eleve o nível económico e cultural, a consciência da dignidade de cada homem e, sobretudo, a valorização da mulher. E para tudo isso contribuem grandemente os milhares de missionários que ali gastam a vida a criar e a manter hospitais e escolas.

Além disso, o facto de, na Europa — segundo um estudo francês recente do Instituto Nacional da Saúde —, duas em cada três mulheres que abortaram ou não desejaram a última gravidez utilizarem contracetivos considerados «seguros» revela que as falhas de utilização, ou outras não explicadas, são bastante maiores do que afirmam os fabricantes e

vendedores. A política de distribuir ou vender preservativos e garantir que são «sexo seguro» não está a funcionar: não seria, portanto, lógico que, pelo menos, se respeitasse um pouco quem sustenta que é mais realista uma prevenção da sida baseada numa conduta sexual mais responsável, que evite a promiscuidade?

É muito difícil...

— A doutrina católica sobre a sexualidade continua a parecer a muitos muito difícil de seguir. Se fosse menos exigente, talvez menos pessoas abandonassem a Igreja.

Hoje, a Igreja Católica é quase a única Igreja cristã em todo o mundo que tem a coragem e a integridade de ensinar esta verdade tão impopular. Por exemplo, até aproximadamente 1930, a posição de todas as Igrejas cristãs tinha sido unânime na rejeição da contraceção. Todos os reformadores (Lutero, Calvino, Zwinglio, Knox, etc.) mantiveram sobre esta questão a mesma posição que a Igreja Católica. No entanto, por essa altura, as Igrejas protestantes começaram a ceder, umas após outras, e os resultados mostram que essa condescendência não tornou o Evangelho mais atraente, não encheu os seus templos nem diminuiu os seus problemas. Aceitar essas práticas que a Igreja Católica não admite não resolveu nada.

Viver bem a moral sexual é, sem dúvida, um desafio. Oferece um modelo de vida exigente, mas revestido de autêntica humanidade. Um estilo que pode e deve mudar muitas coisas na nossa sociedade. Se olharmos para a história e analisarmos, por exemplo, a figura de São Bento e a sua enorme influência nas raízes culturais da Europa, vemos que foi um homem que caminhou bastante contra a corrente do seu tempo. Mas a sua singularidade tornou-se mais tarde a chave de toda uma mudança cultural e espiritual sobre a qual se alicerçou o mundo ocidental de hoje. Também agora, no nosso tempo, há muitos bons cristãos que não aceitam esses modelos de permissividade sexual, embora estejam tão difundidos que quase se nos impõem. São pessoas que procuram na fé novos modelos de vida. Talvez ainda não chamem a atenção da opinião pública, mas, com o tempo, o futuro reconhecerá a importância daquilo que estão a fazer.

SEXTA PARTE

Um grande homem demonstra a sua grandeza pela maneira como trata aqueles que são ou têm menos do que ele.

Carlyle

VI. INTOLERÂNCIA PARA COM OS MAIS FRACOS

42. RESPEITO PELA VIDA, PORQUÊ?

A vida tem uma história muito longa, mas cada indivíduo tem um início muito preciso: o momento da sua conceção.

Jérôme Lejeune

Vidas humanas expostas a toda a espécie de manipulações

No próprio ADN de um embrião humano já está presente toda a constituição da pessoa: sistema nervoso, braços, pernas, até a cor dos olhos. E, no momento em que é composto apenas por três células, imediatamente depois da fecundação, o indivíduo já é único, rigorosamente diferente de qualquer outro. Nunca existiu antes e nunca voltará a existir; é uma novidade absoluta.

Como escreveu Jérôme Lejeune, o embrião é um ser vivo e procede do homem; portanto, o embrião é um ser humano. Daqui se deduz que não pode ser considerado propriedade de ninguém.

No entanto, nos últimos anos desenvolveu-se toda uma indústria baseada nos embriões humanos. E, embora muitas vezes — não sempre, nem na maioria dos casos — se procurem com isso fins mais ou menos dignos de elogio, trata-se de uma prática eticamente reprovável, por várias razões, todas de bastante peso.

Talvez uma primeira razão seja que, no intervalo entre a fecundação em proveta e a transferência, o filho fica privado da proteção natural da mãe e, portanto, exposto a toda a espécie de manipulações, grande tentação a que o homem não resistirá — e não resistiu — durante muito tempo.

Por outro lado, para conseguir uma implantação viável, são necessários vários embriões. Os que não forem utilizados serão congelados e conservados nesse estado intermédio entre a vida e a morte, à espera de que alguém os queira acolher, ou até serem destruídos ao fim de algum tempo, a menos que sejam oferecidos à investigação como qualquer animal de laboratório. Será isto compatível com a dignidade humana?

Nesta última hipótese, entramos no desconhecido e no horror. A que tipo de manipulações genéticas poderão ser submetidos? Quem o poderá evitar?

Uma questão incontornável

Alguns reconhecem que o embrião é um adulto em potência, merecedor de algum respeito, mas quase nada fazem para o proteger. Utilizam a expressão em potência como uma curiosa acrobacia da linguagem, pois manipular um ser humano em potência é manipular um ser humano, tal como manipular um bebé — que é um adulto em potência — também é manipular um ser humano.

O facto de um ser humano ainda estar em formação não atenua minimamente a responsabilidade por eventuais manipulações; pelo contrário, acrescenta a agravante de ser uma violação de alguém indefeso. Para chegar a normas éticas sérias sobre a vida humana, é necessário esclarecer o que é o homem. E aí acaba sempre por se colocar uma questão incontornável: ou o homem é digno do máximo respeito — sobretudo quando está a começar a existir sob a forma misteriosa e frágil de um embrião —, ou não passa de um conglomerado de partículas, caso em que não há qualquer objeção a que seja manipulado para um suposto benefício e aperfeiçoamento da espécie, como se faz com os animais ou as plantas.

Talvez caiba à presente geração, devido ao atual momento histórico, pronunciar-se vigorosamente sobre a própria essência do homem, defender aquilo que o distingue dos animais e condenar as práticas que pretendem manipulá-lo desde a conceção, ou até antes, atuando sobre as suas células reprodutoras.

Não se trata de ficção científica nem de pesadelos apocalípticos. A programação de abortos para transplantes de células fetais através de vivissecção, o aluguer de ventres maternos, a utilização industrial de embriões, a clonagem, a implantação de embriões humanos em animais para a gestação, a criação de híbridos de células animais e humanas, etc., são problemas hoje muito reais, como reais são as sérias consequências que têm e podem vir a ter para o homem.

Talvez se acusem as normas éticas de limitar a investigação e dificultar o progresso da ciência. Mas essa justificação nunca servirá de desculpa para deixar o campo livre a uma multidão de manipuladores que se entregue às experiências mais degradantes.

Nem tudo o que se pode fazer se deve fazer

A aplicação a embriões humanos de técnicas utilizadas para obter clones de animais suscitou, nos últimos anos, uma grande polémica em torno das práticas com embriões.

Argumenta-se, com razão, que a clonagem humana pode facilmente degenerar em aberrações espantosas:

§ As crianças podem ser produzidas em proveta e depois congeladas, até que aos pais — à mãe ou ao pai — lhes convenha.

§ Pode fabricar-se uma única criança ou várias em série, o que proporciona indubitavelmente maior segurança, pois assim é sempre possível ter «crianças de reserva» para o caso de a primeira escolhida sofrer algum acidente lamentável (ou para o caso de serem necessárias «peças sobresselentes», se o filho apresentar algum «defeito de fabrico»).

§ Evidentemente, as crianças que, no seu desenvolvimento embrionário, manifestem algum defeito são imediatamente eliminadas (a qualidade é o que conta).

§ Pode escolher-se o sexo e, talvez dentro de pouco tempo, a altura, a cor do cabelo ou dos olhos e até o quociente de inteligência. Poderiam criar-se pessoas geneticamente desprovidas de algumas características, ou dotadas de outras: por exemplo, uma raça de pessoas dóceis, destinadas às tarefas mais desagradáveis da sociedade.

Alguns afirmam que, através deste tipo de técnicas, se poderia conduzir a raça humana a um tipo de perfeição previamente programada. Mas os riscos de semelhantes manipulações são imprevisíveis, sobretudo tendo em conta as ideias sobre a perfeição que os programadores possam ter.

Em todos estes processos viola-se um direito humano fundamental: o direito de cada um ao seu próprio e original património genético, sem interferências que possam prejudicar a sua integridade.

Todos esses pragmatismos grosseiros são insensíveis ao valor dignificante de se ser a si próprio, diferente dos outros. Cada ser humano tem direito a uma unidade genética não partilhada com outro, tem direito a não vir ao mundo com um código genético programado pelos desejos ou pelas expectativas dos seus pais ou da sociedade.

Na «criança à medida», a vontade dos progenitores — ou dos produtores, pois nem sempre serão «encomendadas» pelos progenitores — sobrepõe-se ao interesse legítimo de todo o ser humano em ser ele próprio e descobrir-se no seu processo de desenvolvimento pessoal. Ninguém tem qualquer direito sobre a existência das pessoas, pois então seriam coisas, e não pessoas. A técnica pode conseguir muitas coisas, mas nem tudo aquilo que através dela se pode alcançar é bom. Não se deve fazer tudo o que se pode fazer.

À procura de garantias para a dignidade humana

A noção de direitos humanos implica que há uma dignidade natural inerente ao homem, que se impõe a todos, a tal ponto que os homens não podem negar a humanidade a nenhum dos seus semelhantes nem privá-lo de qualquer desses direitos.

Convém refletir sobre essa dignidade singular. O homem é irrepetível, é um fim em si mesmo e não um meio, e nunca pode ser considerado um simples elemento de uma espécie. Porque é o homem de uma condição diferente da dos animais? Porque tem esses direitos inalienáveis? Porque não pode ter preço?

Deram-se muitas respostas a esta pergunta, mas penso que o único fundamento inabalável dos direitos humanos está no facto de Deus ter conferido ao homem essa dignidade.

— Mas essa referência a Deus implica acreditar em Deus, e nem todos os homens são crentes.

Não peço a ninguém que acredite se não quer ou não pode acreditar. Limito-me a dar uma resposta possível a partir da fé. Não é necessário acreditar, mas acreditar permite proteger muito melhor a afirmação desses direitos: o crente — se for coerente com a sua fé — espera descobrir em todo o ser humano um semelhante, ou melhor, um irmão, precisamente por terem um pai comum.

É uma resposta a partir da fé que, por outro lado — e felizmente —, está nas raízes da nossa civilização e de tudo aquilo que reconhecemos à dignidade das pessoas. Ao olhar para a história, fica-se com a impressão de que muitos aspetos da natureza humana estariam provavelmente mergulhados na penumbra se a tradição cristã não os tivesse proclamado.

Haverá sempre mais respeito pelo homem a partir de uma conceção transcendente do que quando se vê a vida como um simples acontecimento no tempo que um dia se dissolve com a morte.

Se o homem não passa de um animal extraordinariamente desenvolvido, que razão de peso haverá para não chegar um dia a transformá-lo num animal de laboratório? O que impedirá que seja considerado um

conglomerado de moléculas, modificável ao capricho dos manipuladores, que se julgarão donos do seu futuro? Uma referência transcendente é decisiva para conferir inviolabilidade ao homem.

Uma técnica subordinada ao homem

— E não é a Igreja Católica demasiado rigorosa nestas questões relativas à manipulação genética?

Poderia dizer-se, estabelecendo uma comparação simples, que neste ponto nos encontramos agora como as nações europeias do século XIX no domínio social do trabalho e da condição operária perante a descoberta da ferramenta industrial.

O preço então pago pelo progresso técnico e económico, até se conseguirem controlar alguns dos seus excessos, foi enorme e teve consequências muito dolorosas.

Os extraordinários poderes atuais da ciência sobre a vida e a procriação humana tornam necessária uma reflexão séria, para que o custo humano não acabe por ser tão terrível como foi, no seu tempo, o da Revolução Industrial.

Como observou Jean-Marie Lustiger, os atuais avisos da Igreja Católica podem parecer às gerações contemporâneas tão arcaicos como pareceram as advertências dos homens da Igreja europeus no início daquele desenvolvimento industrial.

É necessário insistir em que os valores morais devem orientar este novo poder que o homem adquire sobre a vida, sobre o seu próprio corpo e sobre a sua sexualidade. A vida — direito fundamental de todo o indivíduo, base de todos os outros direitos — não pode ser tratada como uma mercadoria que se pode organizar, comercializar e manipular ao gosto de cada um.

É dever da Igreja pôr a sociedade de sobreaviso perante alguns perigos, pedindo que a técnica se subordine ao homem e à sua vocação. Trata-se de

uma tarefa de importância fundamental, embora a sua voz nem sempre seja bem escutada ou compreendida.

43. UMA MORTE DIGNA?

Não darei veneno a ninguém, mesmo que mo peça, nem lhe sugerirei tal possibilidade.

Juramento de Hipócrates

A intolerância para com os fracos

A intolerância para com os fracos adquiriu frequentemente, ao longo da história, uma dolorosa forma social e institucionalizada de legalidade.

São muitas as vozes que ousaram denunciar firmemente esses atropelos da dignidade humana. Atropelos que chegam por vezes a constituir uma autêntica «cultura da morte», que em todas as épocas se manifestou na morte legal de inocentes.

A história recente mostra-no-lo com crueza no genocídio dos judeus, nas limpezas étnicas de tantos conflitos bélicos ou na forma mais subtil e dissimulada de tirar a vida aos seres humanos antes do nascimento ou antes de chegarem ao termo natural da morte.

São sempre os membros mais fracos da sociedade que correm maior risco perante esta perigosa manifestação de intolerância: as vítimas costumam ser as crianças por nascer (aborto e manipulações genéticas), as crianças (comércio de órgãos), os doentes e os idosos (eutanásia), os pobres (imposições abusivas de controlo demográfico), as minorias, os imigrantes e os refugiados, etc.

— E porque achas que este erro se impôs tantas vezes no mundo? De onde lhe vem o atrativo?

O atrativo do erro não provém do próprio erro, mas da verdade — grande ou pequena — que nele palpita. Por isso, um erro é tanto mais

perigoso quanto mais verdade encobre.

E a modesta verdade subjacente à cultura da morte — à qual esta deve, por empréstimo, o seu atrativo — é o pequeno benefício (livrar-se do idoso ou do doente incómodos, eliminar uma nova vida que nos parece inoportuna, melhorar a qualidade de vida daqueles que continuam vivos), que satisfaz fugaz e brevemente as paixões humanas e obscurece a inteligência até a tornar incapaz de reconhecer o erro que comete.

Curiosamente, a tolerância foi muitas vezes a bandeira adotada por aqueles que impunham esses erros. Mas, por detrás da defesa que fazem dos direitos e das liberdades, esconde-se sempre um brutal atropelo dos direitos e das liberdades mais elementares. Por detrás de uma máscara de tolerância, esconde-se a mais cruel e macabra manifestação de intolerância: a de não deixar viver o inocente.

Espasmos eutanásicos

Com a legalização, há alguns anos, nos Países Baixos, da eutanásia ativa em determinadas circunstâncias, o velho «direito de pedir uma morte digna» passou já a ser o «direito de dar uma morte digna» (a passagem do pedir ao dar não é de pouca importância).

Essa passagem — já imitada noutros lugares — contribuiu para reavivar o velho debate sobre a eutanásia, embora desta vez de forma bastante mais inquietante. Um debate que interessa a todos, porque, quando se fala da vida e da morte, todos temos coisas a dizer.

— Mas querer morrer dignamente parece uma aspiração legítima, sensata e coerente.

A dignidade e a suavidade são duas qualidades que tornam o homem mais humano, e é natural que todos nos sintamos um pouco seduzidos pela ideia de ambas estarem presentes na nossa própria morte. O problema surge quando se pensa na maneira de morrer «dignamente». Porque, o que é mais digno: esperar pacientemente a chegada da morte, procurando, tanto quanto possível, aliviar a dor, ou morrer sem dor às mãos de outro homem?

Porque, neste ponto, existe não poucas vezes uma certa manipulação das palavras, apresentando a eutanásia como algo mais inofensivo do que é. Diz-se «morte suave» ou «morte digna» para favorecer a sua aceitação social. Como se fosse secundário o facto central de, na eutanásia, um ser humano dar consciente e deliberadamente a morte a outro ser humano inocente.

O respeito pela dignidade da vida humana é um fundamento essencial da sociedade. Por isso, a eutanásia deve ser sempre considerada um ato de intolerância inaceitável, por mais presumivelmente nobres ou altruístas que pareçam as motivações de quem pratica tal ação e por mais suaves e doces que sejam os meios utilizados para a realizar.

Quem pratica a eutanásia não permite que continue uma vida que considera inútil ou sem sentido. Mas quem é ele para decidir que uma vida está a mais, é inútil, não tem sentido ou não tem direito a existir?

Obstinação terapêutica

— De acordo. Mas suponho que se pode admitir uma eutanásia passiva, para não cair na obstinação terapêutica.

Conviria definir bem os termos. Costuma chamar-se eutanásia ativa à morte provocada por uma ação, e passiva quando é provocada por omissão. Mas fazer uma avaliação moral da eutanásia com base no facto de ser ativa ou passiva conduz facilmente a equívocos.

A eutanásia ativa é, sem dúvida, sempre imoral. Mas a passiva também o pode ser. Por exemplo, deixar uma criança afogar-se ou uma vítima de acidente esvair-se em sangue, sem fazer nada para as socorrer — podendo fazê-lo sem correr um risco desproporcionado —, são casos de eutanásia passiva: mas, por muito passiva que seja, são moralmente inaceitáveis.

Por isso, mais do que falar da licitude da eutanásia passiva, convém falar de quais os auxílios ou os tratamentos médicos proporcionados em cada caso.

Por exemplo, não se deve confundir a eutanásia com a interrupção de um tratamento inútil, de comum acordo entre os médicos, os familiares e o próprio doente, quando este entrou numa fase terminal. Isso não é eutanásia: é evitar a obstinação ou o encarniçamento terapêutico.

A este respeito, poderiam fazer-se algumas precisões:

§ Perante a iminência de uma morte inevitável, é moralmente legítimo tomar a decisão de renunciar a tratamentos que apenas proporcionariam um prolongamento precário e penoso da existência. Não devem, no entanto, ser interrompidos os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes.

§ Não se pode impor a ninguém um tratamento que, embora já esteja em uso, ainda não esteja isento de perigo ou seja demasiado oneroso. Recusá-lo não equivaleria a suicídio: significaria antes uma aceitação serena da chegada da morte ou a vontade de não impor despesas ou encargos excessivamente pesados à família ou à coletividade.

§ Na falta de outros meios, é legítimo recorrer, com o consentimento do doente, a meios terapêuticos ainda em fase experimental e não isentos de todos os riscos.

§ É igualmente legítimo interromper a aplicação desses meios se os resultados não corresponderem às esperanças neles depositadas. Deverão ter-se em conta os desejos legítimos do doente e dos seus familiares, bem como o parecer de médicos verdadeiramente competentes.

A subtil tirania da normalidade

Aqueles que defendem a legalização da eutanásia costumam invocar o suposto direito individual de dispor da própria vida, ou aquilo que consideram uma manifestação de solidariedade social: eliminar vidas que — sempre segundo eles — não têm sentido e constituem um pesado encargo para os familiares e para a própria sociedade.

No entanto, parece claro que procurar aliviar a dor é positivo, mas propor-se eliminá-la acima de qualquer outro valor, mesmo atentando contra a vida de um inocente, é um erro grave: o fim não justifica os meios. O ser humano, mesmo no limiar da morte, conserva toda a sua dignidade.

Algumas ideologias do último século consideraram determinadas dimensões parciais do ser humano como valores absolutos e, ao fazê-lo, geraram injustiças clamorosas: foi o que aconteceu com aqueles que construíram a sua visão do mundo exclusivamente sobre a raça, a cor da pele, a classe social, a nação ou a ideologia. E algo semelhante aconteceu a alguns com a saúde, conduzindo-os a um fenómeno semelhante. Defendem um totalitarismo que, na prática, decide quem tem direito a viver e quem não tem; consideram-se legitimados para se encarniçar contra aqueles que não correspondem ao seu modelo de homem: as pessoas com deficiência, os doentes, os idosos, os moribundos.

Quando se pretende dar a morte aos fracos ou às pessoas com deficiência para estabelecer no mundo uma espécie de tirania da normalidade, esse mundo fica inevitavelmente desumanizado. É preciso lutar contra a deficiência física e a fraqueza, mas os doentes são sempre seres humanos que devemos respeitar.

Algumas objeções

— Mas quando é o próprio doente que o pede?

Quando um doente que sofre pede que o matem, aquilo que na realidade quase sempre está a pedir é que lhe aliviem os sofrimentos, tanto os físicos como os morais, que por vezes são ainda mais dolorosos. São casos habitualmente provocados pela solidão, pela incompreensão, pela falta de afeto e de consolo no momento supremo.

É necessário lutar para vencer a doença, mas não é legítimo eliminar seres humanos doentes para que não sofram. O fim — subjetivamente bom — não justificaria esses meios imorais (neste caso, matar um inocente).

A eutanásia não é simplesmente aliviar o sofrimento, mas desprezar e maltratar definitivamente o paciente. Costuma falar-se da eutanásia como libertação do sofrimento, quando frequentemente não passa de uma decisão utilitarista que alivia e liberta aqueles que têm de cuidar do doente.

— Mas nem todos os casos são igualmente condenáveis: é preciso colocar-se no lugar do doente e da sua família, que podem estar numa situação tremendamente difícil.

Naturalmente, mas não devemos confundir aquilo que se passa no interior das pessoas num momento difícil com aquilo que as leis ou a sociedade devem considerar aceitável ou rejeitável.

Há circunstâncias que exigem muita compreensão e que podem atenuar a responsabilidade por qualquer erro que uma pessoa cometa — todos os ordenamentos jurídicos o preveem —, mas isso não deve ser confundido com a norma geral.

De novo a sombra do totalitarismo

— E porque te parece tão mal que um Estado tolere — afinal, trata-se de alguns casos isolados — que um médico provoque a morte dos doentes que assim o solicitem?

Os defensores da eutanásia dizem que, na vida irreversivelmente doente, não há, em muitos casos, vida pessoal digna desse nome e que, portanto, não seria aplicável a proteção conferida pelo direito à vida.

O raciocínio não é novo na história da humanidade. Além dos antecedentes históricos de Esparta ou da Roma pré-cristã, há experiências mais recentes: a Alemanha nazi e, a outro nível, os Países Baixos, onde a sua prática tem sido admitida impunemente há bastantes anos.

Há uma característica sempre comum: é o Estado que acaba por decidir se uma vida tem ou não direito a existir. Reaparece, como se vê, a temível sombra do totalitarismo de Estado.

O facto é que, nos Países Baixos dos últimos anos, apesar do sistema de garantias formais estabelecido pelas autoridades, a par de uma média de cerca de 2300 casos anuais de eutanásia ativa e de outros 400 de suicídio assistido, sabe-se que mais de 1000 pessoas receberam anualmente a injeção letal sem o seu consentimento (os dados são do célebre relatório Remmelink, encomendado pelo próprio procurador-geral neerlandês; tratava-se de doentes em coma, pessoas com deficiência psíquica, recém-nascidos com malformações e doentes senis).

Como consequência dessa realidade, foram surgindo no país diversas associações e mutualidades de pacientes que garantem aos seus associados assistência jurídica permanente, bem como cuidados médicos em hospitais onde a eutanásia não é admitida.

Os cronistas chegaram a falar de uma vaga de medo perante a desproteção e a falta de defesa nos centros públicos. Fogem do médico-carrasco, da enfermeira-carrasca. O idoso, que sabe representar um custo para a sociedade e nem sempre se sente amado por ela, receia que a utilidade possa ser o critério que lhe permita ou não continuar a viver. Muitos doentes terminais sentem-se seres inúteis, que gastam, que são um encargo, incomodam, sujam... e não é estranho que, por vezes, sejam vencidos por essa rejeição social que os oprime, acabando alguns por pedir uma morte rápida.

A eutanásia incute nos moribundos e nos indivíduos mais vulneráveis a ideia de que o mundo deseja livrar-se deles. Sentem que, uma vez passada a sua vida ativa, perderam o seu valor pessoal e económico, incomodam, estão a mais. Sentem uma pressão, real ou imaginária, que os impele a pedir a eutanásia.

Não é necessário um grande esforço para perceber os abusos a que este tipo de práticas conduz e quantos corações compassivos — talvez algum até com certa satisfação por detrás do ar compungido, ao assistir depois à leitura do testamento — se tranquilizarão pensando como foi bom o seu familiar não ter sofrido demasiado.

Uma inclinação perigosa

A eutanásia, além de atentar contra a dignidade própria de todo o ser humano, gera uma desconfiança aterradora. Destrói a solidariedade social, a solidariedade entre médico e paciente e a solidariedade dentro da própria família. Destrói precisamente aquilo que deveria ser um espaço de humanização.

Uma civilização verdadeiramente humana não pode relativizar dessa maneira a dignidade do homem. Depois de tantos esforços para desenvolver e defender um sistema jurídico que protegesse todos os direitos da pessoa, depois de tantas lutas a favor do homem e da sua liberdade, perder a batalha da vida seria imperdoável.

Mesmo aos próprios partidários da eutanásia, o precedente neerlandês coloca uma pergunta difícil. Se, num país tão organizado como os Países Baixos, os esforços sérios de uma administração eficiente não foram suficientes para impedir que, em nome da eutanásia, se cometessem tantas barbaridades ao longo destes anos, valerá a pena abrir uma porta como a da eutanásia, pela qual entrarão, indubitavelmente, tantos fantasmas quantas as ocasiões em que for aplicada?

Compreende-se que muitos manifestem preocupação perante este passo. Diz-se que é uma lei aplicada apenas em situações-limite. Mas há experiência suficiente — pense-se na forma como se exerceu o controlo no caso do aborto — para saber que essas leis acabam por significar luz verde para eliminar todas as vidas que não resistam a isso. Aqueles que pensam que isto significa começar a deslizar por uma inclinação perigosa têm motivos para o fazer.

44. DIREITO A DECIDIR, MAS HÁ UM TERCEIRO EM JOGO

A pior verdade custa apenas um grande desgosto. A melhor mentira custa muitos pequenos desgostos e, no fim, um grande desgosto.

Jacinto Benavente

A um passo de algo que parece importante

Quando Macbeth percebe que não há nenhum obstáculo entre ele e a coroa da Escócia, a não ser o corpo adormecido de Duncan, pensa que, praticando um único ato cruel, poderá ser feliz para toda a vida.

E decide que compensa fazer esse mal para alcançar um bem que considera muito grande.

No entanto, o efeito do crime foi desconcertante e insuportável: um único ato contra a lei introduziu Macbeth num ambiente muito mais sufocante do que o da lei.

Como observa Chesterton, há em Macbeth uma lição que é também o pano de fundo de toda a tragédia: a unidade da vida humana e o facto de o ser humano acabar sempre por pagar o preço das consequências dos seus próprios atos.

Macbeth ensina-nos que não se pode cometer uma loucura com a ideia de alcançar a sensatez. Ao fazer o mal, o homem nunca pode tornar-se maior. Pelo contrário, fica mais preso. Arromba uma porta, mas, em vez de fugir, encontra-se numa divisão ainda mais pequena. E, quanto mais destrói, mais essa divisão se estreita.

Algo semelhante acontece com o aborto. Muitas pessoas têm consciência de que é algo abominável. Não o desejam à partida. Mas, perante um problema concreto, veem-se a um único passo de alcançar —

através do aborto — um objetivo cobiçado, uma promessa sedutora de liberdade.

Se, infelizmente, decidirem, como Macbeth, que compensa fazer esse mal para conseguir aquilo que desejam, encontrarão do outro lado dessa porta algo muito diferente da liberdade.

A parte mais fraca do litígio

«Somos nós que damos à luz, somos nós que decidimos.» A reivindicação parece, à primeira vista, incontestável. E, desenvolvendo o pensamento de Miguel Delibes, seria necessário dizer que efetivamente o seria se aquilo que nasce fosse algo inanimado, algo que amanhã não pudesse, por sua vez, contestar essa exigência, isto é, ser parte interessada, hoje silenciosa, numa decisão tão importante.

Discute-se se o feto é ou não titular de direitos desde o instante da conceção. Uma coisa parece clara: o óvulo fecundado é algo vivo, com um código genético próprio, e que, com toda a probabilidade, chegará a ser um homem plenamente formado se nós, que já dispomos de razão, não interrompermos artificialmente o seu processo de desenvolvimento viável.

O trágico deste dilema é que o feto ainda não tem voz. E parece natural que alguém assuma a sua defesa, pois é a parte mais fraca do litígio. Os defensores do aborto apelam à liberdade da mãe, mas seria necessário perguntar porque negam esse direito ao feto, em nome de que liberdade lhe pode ser negada a liberdade de nascer.

As partidárias do aborto pedem liberdade para o seu corpo. Isso está muito bem, mas parece razoável pedir que o exercício dessa liberdade não prejudique terceiros. Porque a sua liberdade é a mesma que o feto exigiria se tivesse voz: a liberdade de ter um corpo para amanhã poder dispor dele com a mesma liberdade que hoje reclamam as suas presumíveis e relutantes mães. O direito a ter um corpo deveria encabeçar o mais elementar código de direitos humanos.

— E não pode acontecer que o feto seja uma vida humana, mas ainda não um ser humano individual?

O conceito de vida humana só existe encarnado em seres individuais. A vida humana, assim, em geral, é apenas uma ideia abstrata.

Sem voz nem voto

A verdade é que a defesa do aborto acabou, curiosamente, por ser incluída entre os postulados de muitas correntes progressistas modernas.

Na sua origem, o progressismo correspondia a um esquema muito sugestivo: apoiar o fraco, pacifismo, tolerância, não violência. Anos depois, o progressista acrescentou a este credo a defesa da natureza. Para o progressista, o fraco era o operário perante o patrão, a criança perante o adulto, a mulher perante o homem, o negro perante o branco, a natureza virgem perante a indústria poluente. Era necessário tomar partido pelo indefeso, e qualquer forma de violência era condenável. Todo um ideário claro e atraente.

Mas surgiu o problema do aborto e, perante ele, o progressismo hesitou. Já não pensou que a vida do feto estava mais desprotegida do que a do operário ou a do pobre, talvez porque o embrião não tinha voz nem voto e era politicamente irrelevante.

E começou a ceder nos seus princípios: podia atentar-se impunemente contra o feto, uma vida humana desamparada e indefesa. A sua fraqueza não importava, desde que a sua eliminação se realizasse através de uma violência silenciosa. Os outros fetos ficariam calados, não fariam manifestações nas ruas, não poderiam protestar.

O feto passou a ser considerado um intruso inoportuno, como se fosse uma verruga desagradável que é necessário fazer desaparecer, um mal que não se está disposto a tolerar.

Assim se foi manifestando a crueldade da história. A tolerância dos progressistas foi-se tingindo de intolerância exaltada, de exigência de

direitos contra o indefeso. E, como se não restassem ainda milhares de campos em que tanto falta para alcançar a plenitude dos direitos da mulher, a legalização do aborto passou a ser uma das grandes metas de um amplo setor do progressismo feminista.

No entanto, para os progressistas que ainda defendem os indefesos e procuram uma verdadeira tolerância, rejeitando a violência injusta, a força da verdade permanece intacta. A morte cruel de um inocente provocará sempre náuseas, seja numa explosão atómica, numa câmara de gás ou num bloco operatório esterilizado; e seja legal ou ilegal.

Liberdade de consciência, mas para todos

— Muitos dizem que o aborto é um problema de consciência da mãe, ao qual o Estado deve permanecer alheio...

Esquecem novamente que, além do pai e da mãe, há um terceiro em jogo: o filho. O aborto provocado não é um assunto íntimo apenas da mãe, nem apenas dos pais, pois afeta diretamente o filho. E, portanto, pela solidariedade natural da espécie humana, todo o ser humano deve sentir-se interpelado quando se pratica um aborto.

O Estado deve proteger a vida humana. E também é vida humana a da criança por nascer. Também esta merece a proteção do Estado. Desde o momento da conceção, foi gerado um terceiro, existencialmente distinto da mãe, embora esteja alojado no seu seio. E esse direito à vida do nascituro não nasce da sua aceitação por parte da mãe, mas pertence-lhe a ele próprio, devido à sua existência, sendo um direito primário e inalienável, que decorre da própria dignidade humana e é independente de qualquer crença religiosa.

— Muitos defendem que o aborto poderia ser legítimo durante as primeiras doze semanas da gravidez.

É uma realidade irrefutável que o feto é tão humano antes das primeiras doze semanas de gestação como depois. O alcance da proteção do Estado à criança por nascer deve ser independente do momento da gravidez, pois no

seu desenvolvimento não há qualquer prazo em que ocorra uma mudança da qual possa depender o seu direito à vida.

Como expôs com grande lucidez o filósofo austríaco Michael Tooley no seu livro *Abortion and Infanticide*, é extremamente difícil condenar eticamente o infanticídio ou a eutanásia neonatal (matar o recém-nascido com graves deficiências físicas ou mentais), uma vez admitido o aborto.

Se se admitir uma lei de prazos, durante esse período a criança por nascer ficaria à disposição da livre decisão da mãe, e a sua proteção jurídica deixaria de estar garantida. E não se pode admitir semelhante abandono da vida da criança por nascer com base na capacidade da mãe para tomar uma decisão, por muito livre e responsável que seja.

— Mas dizem que há um simples conflito de direitos: o direito à vida do nascituro e o direito da mãe a decidir sobre a sua maternidade, e que, nesse conflito, prevalece o direito da mãe.

É pouco sério colocar assim um conflito jurídico. A proteção jurídica de uma vida nunca pode ficar ao arbítrio de uma das partes em conflito.

Nenhum ordenamento jurídico deveria admitir semelhante equiparação num conflito de direitos: para a criança por nascer, o que está em jogo não é um acréscimo ou uma diminuição de direitos, nem aceitar vantagens ou limitações; o que está em jogo é tudo, a sua própria vida.

O direito da mãe a interromper a gravidez implica sempre a morte da outra parte em conflito e, portanto, não se podem equiparar ambos os direitos, que são de ordem diferente.

Também não se pode considerar a hipótese de legítima defesa da mãe, pois a legítima defesa nunca se refere a um inocente, mas sempre e apenas a um agressor injusto.

Admitir o direito ao aborto seria como o Estado conceder à criança por nascer o direito à vida, mas condicionado a que, durante a gravidez — ou, pelo menos, numa fase dela —, a mãe não decida a sua morte. Uma curiosa maneira de entender o direito à vida.

Uma comparação

Se o Estado se abstivesse de intervir perante o aborto, atentaria gravemente contra a exigência ética de proteção da vida e da integridade dos indivíduos, como aconteceria — por exemplo — se não interviesse perante o uso impune da tortura pela polícia.

A tortura é abominável, e ninguém poderia justificá-la alegando que os torturadores pensam tratar-se de um assunto da sua própria consciência e que são, portanto, livres de a praticar se o considerarem oportuno.

— E porque achas que isso se compreende tão claramente no caso da tortura, mas não acontece o mesmo com o aborto?

Podemos imaginar facilmente a tortura em toda a sua crueza e em todo o seu horror, mas, pelo contrário, é necessário fazer um esforço para imaginar a realidade crua e horrível de um aborto provocado.

Mas, se uma mãe, antes de decidir abortar, visse em vídeo aquilo que vai acontecer ao seu filho, receio que muito poucas mães chegassem a abortar.

— Antes falavas de exigências éticas do Estado. Queres dizer que o Estado tem de punir tudo aquilo que a moral proíbe?

Não. Por exemplo, o Estado não pode punir as condutas imorais que permaneçam no âmbito da intimidade das pessoas. Também não pune algumas outras, mesmo quando se manifestam exteriormente, porque é preferível tolerá-las para evitar males maiores (por exemplo, porque seriam sensivelmente lesadas algumas liberdades: é o que acontece com a mentira, pelo que a maioria dos Estados só pune a mentira «qualificada»: perjúrio, falsificação de documento público, etc.). Penso que o aborto se encontra entre as condutas que deve punir, pois, com a sua legalização, a autoridade civil legitimaria essa liberdade bárbara que o forte toma sobre o fraco e omitiria um dos seus deveres mais elementares: a defesa da vida inocente.

O Estado deve disponibilizar os meios necessários para que não se pratiquem abortos, tal como deve zelar para que não se assassine, viole ou

roube. Tolerar o atentado contra o direito à vida seria uma das formas mais radicais de intolerância: aquela que não tolera o desenvolvimento normal de vidas humanas incipientes.

— De qualquer modo, de pouco serve declará-lo ilegal, pois, se não puderem abortar no seu país, fá-lo-ão viajando para o estrangeiro.

Com essa lógica, seria sempre necessário harmonizar internacionalmente as leis pelo nível ético mais baixo, adaptando cada uma às do país em que houvesse maior permissividade nesse ponto.

Acabaríamos, por exemplo, por ter de legalizar a venda de órgãos de pessoas vivas com a desculpa de que, na Índia, é uma prática tolerada e há pobres dispostos a viajar até lá para vender um dos rins.

— E não te parece que, por vezes, surgem «casos-limite» em que o aborto deveria ser permitido?

É indubitável que existem casos especialmente dolorosos e comoventes. Casos que até parecem justificar o recurso a procedimentos extremos. Mas nunca se pode admitir como solução matar um ser humano inocente. Outra coisa é que todas as legislações penais preveem, de forma geral, situações em que uma pessoa possa ter sido física ou psicologicamente levada a cometer um delito (qualquer delito, não apenas o aborto), estabelecendo então uma isenção parcial ou total da responsabilidade penal do autor.

Egoísmo masculino e intolerância social

O conhecido realizador italiano Franco Zeffirelli nunca escondeu a verdade sobre o seu nascimento. O seu pai biológico, Ottorino Corsi, comerciante de seda, era casado, mas não com a sua mãe, Alaide Garosi.

«Sei bem — explicava — o que significa nascer contra a vontade dos outros, porque sou filho ilegítimo. O meu nascimento foi um escândalo. A minha mãe, que era modista, perdeu toda a clientela que tinha na boa sociedade florentina. E, desde o primeiro momento, teve de vencer mil obstáculos para que eu nascesse. Até a própria mãe dela, a minha avó,

queria que abortasse. Diziam-lhe que eu estaria condenado ao ostracismo. No entanto, ela recusou-se terminantemente a abortar.

»Passei a infância numa situação irregular, mas sempre sob o signo do amor, e isso é que me influenciou. A minha mãe perdeu os clientes, mas dizia que isso não lhe importava nada.

»Sou uma espécie de aborto falhado. Estou no mundo um pouco por acaso. Talvez por isso aprecie mais o milagre da vida.»

É necessário reconhecer que, neste domínio, somos por vezes testemunhas de verdadeiras tragédias humanas. Tragédias que nos fazem compreender a necessidade de tomar corajosamente partido pela mulher, que, em casos como este, costuma pagar o preço mais elevado pela sua maternidade (e ainda mais elevado quando opta por a destruir).

Muitas vezes, a mulher é vítima do egoísmo masculino, quando o homem que contribuiu para a conceção da nova vida não quer depois assumir a responsabilidade por ela e a transfere para a mulher. Precisamente quando a mulher mais precisa da ajuda do homem, este comporta-se como um egoísta cínico, que antes foi capaz de se aproveitar do afeto e da fraqueza, mas depois rejeita qualquer sentido de responsabilidade pelo seu próprio ato.

É uma pena que, pela pressão do egoísmo masculino ou desse ambiente de intolerância social, se promova tantas vezes o aborto em mulheres que desejariam ser mães, mas cedem perante essas cruéis manifestações de incompreensão. Por isso, a única atitude honesta neste caso é a de uma solidariedade radical com a mulher. Pode ter cometido um erro, pode ter-se enganado, pode ter sido fraca; mas, uma vez que isso aconteceu, é necessário saber compreender e facilitar a essas pessoas uma vida digna. Não é legítimo deixá-las sozinhas. Em casos como estes, a experiência dos centros de aconselhamento de pessoas nesta situação é que a mulher não quer suprimir a vida que traz no seu seio. Se for ajudada e, ao mesmo tempo, libertada da intimidação do ambiente que a rodeia, é capaz de optar pela vida, até com heroísmo.

A origem de uma vida pode ser ilegítima, mas, se essa vida já existe, a sociedade deve protegê-la, venha de onde vier. Caso contrário, em nome da moralidade, pode forçar-se a cometer um grave atentado contra a vida do mais inocente de todos os envolvidos no problema.

A mãe é quem melhor conhece a verdade

Uma mulher grávida é talvez a primeira a perceber que aquilo que traz no seu seio é um novo ser humano, diferente de todos os que existiram, existem e existirão.

E sabe bem que qualquer tentativa de distinguir a condição humana conforme se tenha ou não nascido, os meses de gestação ou o facto de se ser desejado ou não carece de fundamento.

Sabe que, entre um feto na primeira semana de gestação — ou na última, é o mesmo — e um recém-nascido, não há outra diferença senão algum tempo e a alimentação necessária.

Sabe que o aborto não é uma simples interrupção da gravidez, como evasivamente se diz, talvez para tentar disfarçar com um eufemismo a sua inegável atrocidade. Sabe bem que abortar significa atentar contra um ser indefeso que, além disso, é o seu próprio filho.

Qualquer pessoa que tenha trabalhado, mesmo durante alguns meses, num gabinete de psicologia pode testemunhar até que ponto uma mulher se sente perturbada, angustiada e desamparada depois de um aborto; até que ponto fica desolada ao perceber — o que acontece muito depressa — que tirou uma vida humana e não sabe o que fazer para o remediar. O sentimento de culpa por ter abortado é talvez uma das dores mais intensas que uma pessoa pode experimentar. O aborto não só aniquila uma vida humana ainda não nascida, como também arruína psicologicamente muitas mulheres.

Um estudo extenso realizado na Clínica Ginecológica de Würzburg, na Alemanha, pela doutora Maria Simon concluía que um pouco mais de 35% das mulheres que abortaram sofrem depois fortes oscilações de humor e

estados depressivos; cerca de 30% sentem medo, sem saberem bem a quê; 37% choram frequentemente quase sem motivo aparente; aproximadamente 45% voltariam atrás se pudessem; 55% sentem-se mais nervosas e menos equilibradas; 61% reprimem qualquer pensamento sobre o aborto; 52% sofrem só de ver mulheres grávidas; e a 70% ocorre frequentemente a ideia de como seriam as coisas se a criança abortada estivesse agora viva.

Muitas mulheres acusam médicos e conselheiros de não as terem informado suficientemente sobre as possíveis consequências psicológicas. Se soubessem os riscos físicos e psíquicos que o aborto acarretava, o mais provável é que não tivessem abortado.

As mulheres que costumam superar o trauma do aborto — continua esse estudo — são as inquiridas que procuram recuperar o equilíbrio psíquico enfrentando conscientemente o facto do aborto. Fazem-no sobretudo através de conversas com pessoas de confiança, como o marido, mais frequentemente uma amiga ou a mãe, raramente um médico e nunca — dado significativo — com o médico que praticou o aborto.

Nesses casos, em geral, a mulher procura reconhecer a sua culpa. Não a reprime, não a projeta nos outros, nem recorre a justificações. O passo seguinte é arrepender-se do aborto. Nesta fase, chora o seu filho morto como qualquer outro ente querido falecido. Raramente uma mãe — conclui esse estudo — consegue convencer-se de forma permanente de que aquilo não era um ser humano vivo, o seu próprio filho.

A persuasão da verdade

— E como explicas que a brutalidade do aborto, que, segundo dizes, deveria ser tão clara, seja negada por tanta gente?

A história demonstra que cada época se caracteriza tanto pelas suas intuições como pelas suas cegueiras. Isso explica que povos inteiros tenham podido permanecer, por vezes durante períodos muito longos, mergulhados em desvios surpreendentes. Basta recordar os duros debates que, no seu tempo, se travaram em torno de questões hoje felizmente — quase — superadas, como a escravatura, a segregação racial, a tortura, etc.

É que, como observou Antonio Orozco, há verdades que parecem mais simpáticas e agradáveis num determinado momento, sendo mais estudadas e tornando-se mais evidentes. Em contrapartida, há outras igualmente verdadeiras, mas que contrariam atitudes e hábitos enraizados, e não se está facilmente disposto a reconhecê-las. Muitas verdades podem ser esquecidas e até substituídas por erros, pois, infelizmente, nem sempre existe uma relação direta entre a verdade e o número de pessoas que ela convence.

45. NOVOS IMPERIALISMOS

O homem de cada século é salvo por um grupo de homens que se opõem aos seus gostos.

Chesterton

Profecias sombrias

Desde que Malthus se enganou, há já muitos anos, ao prever que a Inglaterra nunca poderia sustentar uma população superior a dez milhões de habitantes, muitos continuam a repetir periodicamente as mesmas previsões agourentas. O argumento tem sido sempre o mesmo: se a população mundial continuar a crescer, o planeta caminha inexoravelmente para a ruína.

No entanto, se olharmos para a história, deveríamos ser compreensivos com Malthus. Imaginemos uma situação, recuando vinte e cinco ou trinta séculos.

Se alguém tivesse perguntado aos iberos que povoavam as margens do rio Manzanares, antes da chegada dos romanos, qual a população máxima que aquelas terras poderiam acolher, é muito provável que tivessem garantido que ali não havia caça para alimentar mais do que alguns milhares de pessoas; que, se houvesse mais, seriam exterminados os elefantes e os bisontes de que se alimentavam; que não haveria madeira para construir as suas habitações; que os pequenos campos cultiváveis seriam insuficientes; etc.

E, se lhes tivessem dito que ali, naquela zona onde quase só havia alguns povoados dispersos junto ao rio, três mil anos depois existiria uma cidade de quatro milhões de habitantes — a atual Madrid —, o mais provável é que pensassem que estavam a troçar deles. Julgariam que era preciso estar louco para pensar que daquelas terras poderiam sair carne, frutas e cereais para alimentar uma multidão tão grande.

E, sem ser necessário recuar tanto, se em 1950 se tivesse perguntado a alguém o que aconteceria se a população mundial duplicasse, provavelmente teria respondido que seria uma tremenda catástrofe.

No entanto, foi isso que aconteceu — e mais ainda —, e supõe-se que vivemos um pouco melhor do que então. Mais ainda — paradoxos da vida —, muitos dos problemas do Ocidente resultam agora dos enormes excedentes alimentares, e é frequente subsidiar os agricultores para não cultivarem as terras ou reduzirem o número de cabeças de gado.

As previsões aterradoras foram moeda corrente durante os últimos trinta ou quarenta anos. Anunciaram-se catástrofes tremendas para um futuro próximo, se alguém não fizesse alguma coisa para conter a ameaçadora explosão demográfica.

Uma das previsões mais famosas foi a dos irmãos Paddock, que garantiram que veríamos milhões de mortos de fome nos Estados Unidos. No entanto, a realidade foi uma superprodução agrícola sem precedentes.

Também não parece que se tenham confirmado os cálculos de Paul Ehrlich — cujas teses foram durante anos um autêntico dogma em todo o mundo —, quando previu que, nos anos setenta, eclodiria um conflito à escala mundial, provocado pelo avanço sufocante da sobrepopulação, que causaria centenas de milhões de mortes, provocando guerras e violência e destruindo os recursos necessários para manter a vida no planeta.

Todas essas profecias sombrias demonstraram ter uma forte componente de ficção científica, mas muito pouco de ciência. Por exemplo — como observa Robert L. Sassone —, é curioso que os vinte países com maior escassez de alimentos sejam países pouco povoados; que a maior parte dos terrenos potencialmente agrícolas continue por utilizar; ou que as grandes

fases de desenvolvimento dos países hoje mais industrializados tenham coincidido com fortes crescimentos populacionais.

Perante tantos progressos inegáveis que acompanharam o crescimento da população, os profetas da catástrofe só podem invocar hipotéticos riscos futuros. Mas os erros de previsões anteriores alertam-nos para a pouca fiabilidade desse tipo de profecias. Não se pode negar que existem bolsas de pobreza em torno das grandes cidades do mundo e regiões com fome, subnutrição, problemas de saúde, mortalidade infantil, etc., mas é necessário compreender que são problemas complexos e que as suas causas não se reduzem à simples pressão demográfica.

O resultado de muitas vitórias sobre a morte

Há dez mil anos, o planeta só podia sustentar quatro milhões de pessoas, e a esperança de vida à nascença era de apenas vinte anos.

No século XIX, o nosso planeta era capaz de sustentar mil milhões de pessoas, e a esperança de vida rondava os trinta anos.

Agora vivem na Terra mais de seis mil milhões de pessoas, que vivem mais tempo e com mais saúde do que nunca. A esperança de vida aproxima-se dos oitenta anos nos países desenvolvidos e oscila entre os quarenta e cinco e os sessenta anos nos países mais pobres.

Este avanço foi possível sobretudo graças à redução das taxas de mortalidade infantil, devida fundamentalmente às grandes melhorias na agricultura, na saúde pública e na medicina.

O aumento da população mundial é o resultado de muitas vitórias da humanidade sobre a morte. O normal — afirma Julian L. Simon — seria que todos os filantropos saltassem de alegria ao presenciarem este triunfo da mente humana e da organização sobre as forças da natureza causadoras da morte. Em contrapartida, muitos queixam-se de que há demasiada gente viva para desfrutar desse dom e empenham-se em implantar duras campanhas de controlo da natalidade.

A apoteose da intolerância

O pior de tudo isto é que esses alarmismos demográficos costumam trazer consigo políticas desumanas, de intolerância flagrante, de tremenda coação e de graves violações dos direitos humanos. E, infelizmente, não foram casos isolados.

Por exemplo, o governo indiano levou a cabo, durante anos, extensos programas de esterilização em massa de cidadãos, em muitos casos através do engano ou da violência. Na China, essas campanhas foram ainda mais generalizadas e intimidatórias, exercendo sobre os casais uma pressão enorme e frequentemente brutal para limitar a descendência a um único filho por família.

Esses programas são exemplos extremos de violações dos direitos humanos que, em nome do controlo da população, se cometem e cometeram em tantos países. Mas o mais doloroso — lamentava Karl Zinsmeister — é que as autoridades internacionais façam a apologia pública dessa espécie de políticas desumanas: é triste que, quando a ONU atribuiu pela primeira vez o prémio de planeamento familiar, os vencedores tenham sido precisamente os diretores dos programas indiano e chinês.

É seriamente preocupante a grave intolerância demonstrada por aqueles que violentam as raízes culturais milenares desses povos, promovendo semelhantes campanhas antinatalistas. Como dizia Chesterton, com este tipo de políticas acaba por se esbater a diferença entre animais e seres humanos, tratando os seres humanos pobres como se não passassem de estorvos económicos, sociais ou ecológicos. Como se fossem uma nova espécie de poluição que é necessário eliminar.

Julián Marías tem razão ao advertir que aqueles que pensam assim reduzem o humano quase à zoologia. Veem a mulher grávida como uma simples fêmea prenhe e agem como se procurassem anular a liberdade de toda uma parte da humanidade que consideram desprovida de responsabilidade.

O testemunho da história

— Mas parece que o crescimento demográfico é uma séria ameaça ao desenvolvimento e ao futuro do nosso planeta, tanto pela escassez de recursos naturais como pela degradação ambiental.

Já vimos que os dados não são assim tão alarmantes. Qualquer especialista em economia agrária sabe bem que a alimentação da população mundial não deixou de melhorar nos últimos cinquenta anos. E aqueles que estudam a economia dos recursos naturais sabem que todos os recursos são cada vez mais acessíveis, em vez de mais escassos, como demonstra a descida dos preços de todos eles ao longo de décadas e séculos.

— Muito bem, mas diz-se que o aumento da população de uma sociedade reduz a poupança, impede o investimento, diminui as possibilidades educativas e é a causa fundamental da fome no mundo.

Nenhuma dessas afirmações sobre o aumento da população parece confirmada pela história:

§ Os custos dos recursos naturais foram diminuindo a longo prazo em todos os casos, salvo alguma exceção temporária. Isto é, a disponibilidade de matérias-primas aumentou sempre. Por exemplo, o preço atual do cobre — em função dos salários de cada época — é aproximadamente um décimo do que era no século XVIII, um centésimo do que era durante o Império Romano e um milésimo do que era na Babilónia há quatro mil anos.

§ Os produtos fabricados (esferográficas, camisas, pneus, etc.) são cada vez mais baratos, porque sabemos produzir cada vez mais e a um custo menor.

§ O aumento da produtividade por unidade de superfície agrícola foi muitíssimo mais rápido do que o crescimento da população, e há razões sérias para pensar que esta tendência continuará. Portanto, há cada vez menos motivos para nos preocuparmos com a disponibilidade de terra cultivável: aumenta o número de colheitas por ano, aumentam os rendimentos por hectare graças às melhorias nos métodos de cultivo e nos fertilizantes, e aumenta também a superfície através do cultivo de novas terras e da recuperação de terras abandonadas.

§ Só há um recurso importante que parece ter começado a diminuir, e é o mais importante: o ser humano. Agora há mais gente do que nunca no planeta. Mas, se medíssemos a escassez de seres humanos da mesma maneira que medimos a escassez de outros bens económicos, veríamos que os salários não têm feito senão aumentar em todo o mundo, nos países pobres e nos ricos. A quantia que é necessário pagar a um cabeleireiro, a um cozinheiro ou a um economista aumentou na Índia como nos Estados Unidos. Este aumento dos preços é uma clara demonstração de que as pessoas são cada vez mais escassas, embora sejamos mais.

Todas as previsões dos alarmistas se revelaram erradas. Os metais, os alimentos e os restantes recursos naturais são agora mais acessíveis, em vez de mais escassos, como se previa. Os especialistas concordam que as grandes fomes foram, quase sem exceção, consequência de conflitos civis e de desordens políticas e económicas.

Os problemas do Terceiro Mundo só podem ser resolvidos através da solidariedade internacional e da solução dos problemas internos desses países: más políticas e administração, corrupção, guerras, etc. É aí que devemos ajudá-los.

Quem decide quem está a mais?

— Mas suponho que haverá sempre uma limitação determinada pelo número de habitantes que uma certa área pode fisicamente sustentar.

Esse número de habitantes não depende apenas dos quilómetros quadrados, mas sobretudo da organização económica e social. Há cento e vinte milhões de pessoas concentradas nas pequenas ilhas do Japão. No entanto, graças à boa organização e à excelente produtividade, o Japão encontra-se entre os países mais ricos do mundo.

— Muito bem, mas parece que agora essas ilhas já estão bastante cheias.

É o que nos parece a nós. Se se tivesse perguntado aos índios algonquinos que povoavam Manhattan no século XVII quantas pessoas

julgavam que a ilha poderia acolher, certamente também teriam respondido que já estava bastante cheia. No entanto, agora está cheia de arranha-céus, e as pessoas também não devem viver assim tão mal, pelo menos a julgar pelo preço de um apartamento em Nova Iorque.

A resposta de Chesterton a quem lhe falava de excesso de população era uma pergunta: se essa pessoa fazia parte desse excesso de população; ou, se não fazia, como sabia que não fazia.

Antigos dogmas supostamente científicos

— Muito bem, mas aquilo que dizias antes sobre o Japão é um caso excecional. Talvez seja um país com uma mentalidade tão especial que não possa servir para refutar um princípio que parece elementar: se os recursos naturais de uma terra são poucos, ou se a sua orografia é muito difícil, é evidente que, quanto menos habitantes houver, melhor; afinal, mais pessoas significam mais bocas para alimentar, mais pés para calçar, mais escolas para construir. Mais pessoas significam sempre mais problemas.

Não parece que a realidade obedeça a esse raciocínio; trata-se de algo mais complexo. Poderiam dar-se muitos outros exemplos, além do Japão, que contradizem essa explicação.

Se olharmos para a Suíça, também vemos um país pequeno, em cuja reduzida extensão quase não há recursos naturais e que é o mais acidentado e montanhoso da Europa; no entanto, é um dos mais ricos do continente.

Países como o Japão ou a Suíça (pequenos, montanhosos e sem recursos naturais) não são casos isolados. A grande riqueza desses países — talvez consequência precisamente da sua pobreza em recursos naturais — está nos recursos humanos: uma elevada densidade populacional com um elevado nível de preparação.

Há muitíssimos outros exemplos de contrastes que negam essa relação direta entre a pobreza e a elevada densidade populacional. Os Países Baixos têm 354 habitantes por quilómetro quadrado, e a Índia apenas 228. A Alemanha tem 246, e a Bolívia apenas 6.

— Talvez isso seja verdade para países que já alcançaram riqueza económica, mas parece que, para os países pobres, uma população elevada representa sempre um grande atraso no crescimento económico.

Sem entrar em grandes discussões macroeconómicas, parece que muitas nações pequenas — por exemplo, Taiwan, Coreia, Singapura, etc. — estiveram entre as de maior crescimento económico do mundo durante várias décadas. E todas elas eram antes pobres e muito povoadas (a Coreia tem 409 habitantes por quilómetro quadrado).

Há dezenas de países pouco povoados que são pobres e sujos e sofrem de fome. E há muitos países com uma população numerosa e densa que são prósperos e atraentes. Isso não significa que a densidade populacional seja uma grande vantagem, mas também não parece ser uma grande desvantagem.

Seria um reducionismo fazer depender o sucesso económico de um número reduzido de habitantes. Para começar, é esquecer que as pessoas não se limitam a consumir: também produzem.

— Mas, quando o desemprego cresce e os postos de trabalho são escassos, mais vale limitar o crescimento da população, pois vê-se que a economia não admite mais trabalhadores.

O sistema económico é muito mais complexo. Muitas vezes, a estagnação da economia deve-se a uma travagem do consumo, que, por sua vez, resulta da estagnação da população. Para haver postos de trabalho, é necessário produzir; e, para produzir, são necessárias pessoas que consumam. Se essa cadeia for travada por uma estagnação do número de consumidores, a economia também abranda.

A hipótese de que um bom desenvolvimento económico exige um forte controlo da natalidade significa, entre outras coisas, desconhecer uma lição da história: o crescimento da população precede o crescimento económico, e é difícil encontrar um exemplo de um país que tenha mantido simultaneamente uma diminuição da população e um bom desenvolvimento económico.

Todas estas realidades inegáveis levaram um grupo heterogéneo de investigadores prestigiados a contrariar os antigos dogmas do controlo demográfico. Pessoas como Simon Kuznets, Colin Clark, P. T. Bauer, Ester Boserup, Albert Hirschman, Julian Simon, Richard Easterlin e outros concordam que é necessário sublinhar o grande potencial criativo dos indivíduos humanos. A solução está em organizar melhor a sociedade: as pessoas são o seu recurso mais valioso.

Como escreveu Hannah Arendt, o milagre que interrompe repetidamente o curso do mundo e dos acontecimentos humanos, salvando-o da decadência, é, em última análise, o facto da natalidade, do nascimento. O milagre consiste em nascerem homens. Cada recém-chegado — desde que lhe seja permitido chegar e depois desenvolver as suas capacidades únicas e irrepetíveis — representa um novo potencial de benefício para a humanidade.

Interesses políticos e económicos obscuros

— De qualquer modo, não é um pouco estranho que todos esses dados e razões científicas não convençam tantas instituições que continuam a promover grandes campanhas de controlo da natalidade?

Parece, de facto, um pouco estranho. E atrevo-me a dizer que também um pouco suspeito. Na verdade, surgem cada vez mais vozes de protesto — embora, infelizmente, ainda bastante silenciadas — contra esse tipo de políticas antinatalistas.

É suspeito, por exemplo, que a maior parte daquilo que se considera ajuda ao desenvolvimento dos países pobres se destine a pagar despesas administrativas e de gestão das próprias instituições que concedem essas supostas ajudas: grandes edifícios, enormes despesas de pessoal e de representação, viagens, hotéis, congressos, etc.

E também é suspeito que os fundos restantes — teoricamente já destinados diretamente a promover o desenvolvimento em cada país — sejam, por sua vez, habitualmente utilizados, na sua maioria, para subsidiar campanhas de planeamento familiar.

— Suponho que gastarão alguma coisa a promover diretamente o desenvolvimento, não?

Muito pouco, apenas uma pequena percentagem. Quase todo o orçamento é absorvido pela burocracia, pela gestão e por contratos multimilionários com empresas que se dedicam a implantar o controlo da natalidade. No fim, só uma pequena parte se destina às despesas sociais verdadeiramente essenciais ao desenvolvimento (infraestruturas, formação profissional, saúde, cultura, educação, etc.).

E é uma pena que essas instituições, que afirmam contribuir para a libertação da mulher, em muitos casos, na prática, sacrifiquem o seu acesso à educação — habitualmente inferior ao do homem nesses países — em favor do acesso ao planeamento familiar.

Além disso, não falta quem afirme que, por detrás desses contratos de *family planning*, existem interesses económicos e políticos obscuros — muito obscuros.

Essas campanhas dispõem de dotações de vários biliões de dólares anuais, e desse dinheiro vivem — bastante bem, por sinal — muitas grandes multinacionais do setor. São valores que bem podem impor políticas governamentais ou comprar vontades de pessoas de meios muito diversos.

É preciso pensar que são contratos muito apetecíveis, pois permitem vender, de uma só vez, centenas de milhões de preservativos e pílulas contracetivas, que representam grandes lucros, sempre garantidos, uma vez que os governos do Terceiro Mundo se veem obrigados a comprá-los.

Além disso, muitas vezes — como foi repetidamente denunciado —, são produtos já retirados dos mercados ocidentais devido aos seus efeitos secundários ou à sua baixa qualidade.

— Parece-me mal, naturalmente, mas, afinal, trata-se de uma oferta, não é?

Bem, é necessário recordar que toda esta campanha de solidariedade internacional inclui um plano para depois apresentar a fatura às vítimas. Por

exemplo, a tristemente célebre Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo previu que dois terços desses custos fossem financiados pelos próprios países em vias de desenvolvimento.

Como se vê — denunciava Ignacio Aréchaga —, o plano é perfeito: primeiro estabelece-se que há uma procura não satisfeita de serviços de controlo da natalidade; depois determina-se quanto se deve gastar na promoção de meios contracetivos, fornecidos, na sua maioria, pelas multinacionais dos países ricos; e, finalmente, apresenta-se a maior parte da fatura aos países em desenvolvimento, pois «são eles os primeiros beneficiados».

Não parece ser procurar dificuldades onde elas não existem pensar que há muita gente poderosa muito interessada em manter este tipo de políticas antinatalistas. As razões apresentadas costumam ser de solidariedade, de ecologia ou de preocupação humanitária. Em muitos casos, agirão de boa-fé. Mas receio que, por detrás dessas mesmas razões filantrópicas, muitos outros escondam inconfessáveis desejos de manter o imperialismo económico, sustentar um lucrativo colonialismo demográfico, ganhar dinheiro à custa do Terceiro Mundo, conter vagas de imigrantes ou ceder a pressões provenientes dos interesses de poderosos grupos económicos internacionais.

O alarme perante o crescimento demográfico encobre muitos receios de uma nova situação que inquieta os países ricos. Um medo — como escreve o francês Hervé Le Bras — que «se exprime sob a forma alegórica de um atentado à saúde do planeta, quando se trata de um atentado aos privilégios dos ricos devido à chegada de novos convidados ao banquete da natureza». Uma intolerância subtil, infelizmente disfarçada de tolerância e solidariedade.

Uma nova forma de assédio sexual

Se se soubesse — sugere novamente Aréchaga — que um alto responsável da ONU pressionava uma funcionária para obter os seus favores em troca de uma promoção, seria imediatamente demitido por assédio sexual. É curioso, pelo contrário, que, se esses mesmos altos

responsáveis obrigam milhões de mulheres e homens a organizar a sua natalidade de acordo com as suas determinações, sob pena de os asfixiar financeiramente, haja quem os considere benfeitores da humanidade.

E também é curioso que, numa época em que o planeamento centralizado da economia caiu em descrédito perante a iniciativa pessoal e o livre funcionamento do mercado, alguns continuem empenhados em entrar nos quartos de milhões de cidadãos para lhes dizer como devem planear a natalidade.

Por razões éticas elementares, não se podem admitir programas que submetam os casais a pressões degradantes para recorrerem à esterilização ou a outros métodos contracetivos. Não se pode concordar que os pobres sejam apontados a dedo como se a sua própria existência fosse a causa, e não o efeito, da degradação social ou económica de um país.

É uma hipocrisia dizer a esses povos famintos que, para não crescerem mais, os países ocidentais vão limitar a sua natalidade, esterilizando as pessoas, vendendo-lhes preservativos (fabricados por multinacionais que estão a fazer grandes negócios à sua custa) ou instalando clínicas de aborto (que, de passagem, forneçam fetos para fabricar cremes destinados à alta cosmética ocidental).

Aqueles que estão verdadeiramente preocupados com o bem-estar da população dos países pobres deveriam centrar a sua atenção, não nos simples números da população, mas nas instituições — um governo e políticas económicas e educativas adequados — que permitam aos cidadãos exercer as suas potencialidades.

— Pensas, então, que é necessário defender a procriação a todo o custo?

Não se trata disso. A transmissão da vida humana deve exercer-se com um elevado sentido de responsabilidade. É necessário respeitar o direito dos esposos a decidir a dimensão da família e a espaçar os nascimentos, sem pressões provenientes da intolerância dos governos ou de outras organizações, que não podem atribuir a si mesmas responsabilidades que pertencem aos esposos, nem recorrer à extorsão, à coação ou à violência para os submeter às suas orientações nesta matéria.

Por exemplo, é um sinal de imperialismo detestável condicionar a concessão de ajudas internacionais a exigências humilhantes relativas ao controlo da natalidade. São os esposos que devem decidir em consciência sobre o número e o espaçamento dos filhos.

— E não é estranho que haja atualmente tanta oposição a essa doutrina da Igreja Católica?

Não é apenas uma questão da Igreja Católica, mas de todos aqueles que estimam a liberdade dos esposos. Não me admiraria que, num futuro próximo, essas razões acabassem por ser universalmente reconhecidas, em oposição às do colonialismo demográfico que alguns estão a tentar impor aos países pobres.

Já aconteceu algo semelhante com o marxismo, tão defendido durante longos anos por legiões de reputados economistas e intelectuais ocidentais. A Igreja Católica não hesitou em enfrentar a doutrina de Marx e afirmou sempre que as suas teses atentavam contra a dignidade humana. Com o tempo, o marxismo desmoronou-se estrondosamente, e a resistência ética da Igreja Católica — até então considerada arcaica por todos aqueles ponderados intelectuais — foi confirmada pela força esmagadora dos factos. E não foi porque os homens da Igreja tivessem uma competência científica superior (também não eram tolos), mas porque julgavam os comportamentos humanos segundo princípios de humanidade.

Sobre a explosão demográfica mundial e os seus perigos, muitos demógrafos dizem hoje o contrário daquilo que se afirmava há quarenta anos. E muitos denunciam que as posições do imperialismo antinatalista obedecem a mitos e preconceitos ideológicos que não resistem a uma análise científica minimamente séria.

Veremos a quem o tempo dará razão. Felizmente, por vezes acontece que, em não muito tempo, a experiência confirma o acerto das conclusões que se podem retirar da consciência moral. Por isso, muitas vezes, em vez de olhar para a oposição daqueles que mais gritam, é mais esclarecedor prestar atenção aos gritos do silêncio, aos gritos daqueles que não podem falar porque, de uma forma ou de outra, não os deixam viver.

SÉTIMA PARTE

Eu, que passei a vida a pregar um certo hedonismo, nunca poderia imaginar que acabaríamos assim.

Norman Mailer

VII. PARA QUE SERVE ACREDITAR?

46. SÃO MELHORES OS CRENTES?

A ausência de vícios acrescenta muito pouco à virtude.

Antonio Machado

De que serve acreditar?

— Há muitas pessoas que não têm fé, mas que são, do ponto de vista moral, iguais ou melhores do que os crentes: em bondade, em abnegação, em honestidade ou no exercício das virtudes sociais e familiares.

Essas razões sobre o comportamento exemplar de alguns não crentes são, no fundo, um argumento a favor da religião. Não se deve esquecer que esses homens, apesar de não serem crentes, na maioria dos casos são exemplares precisamente porque se orientam por valores inspirados no cristianismo. Tentarei explicar-me.

Por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948 — um documento que ninguém contesta no mundo ocidental —, foi questionada por amplos setores orientais e islâmicos por a considerarem «de inspiração excessivamente cristã». Esse contraste indica que o Evangelho está profundamente presente nos valores que fundamentam a nossa civilização ocidental, desde os seus inícios até hoje. Os próprios conceitos de «liberdade, igualdade, fraternidade» da Revolução Francesa também são, na sua origem, valores cristãos. O conceito de liberdade universal, no sentido de núcleo originário da dignidade de todo o homem,

era desconhecido no mundo oriental, que reservava a liberdade ao déspota, e permaneceu também alheio ao mundo greco-romano, que — mesmo tendo em conta a liberdade civil — sustentava que apenas alguns homens eram livres (como cidadãos atenienses, espartanos, romanos...), e não o homem enquanto tal. E, se continuarmos a analisar a história, depressa veremos também que os regimes fundamentados no ateísmo sistemático produziram resultados catastróficos. Basta pensar nos totalitarismos ateus de Lenine ou Estaline no mundo soviético, no de Hitler na Alemanha nazi, no de Mao na China ou no de Pol Pot no Camboja, para nos limitarmos ao último século. Nietzsche, Engels e Marx, por exemplo, consideravam a piedade, a misericórdia e o perdão como uma escapatória dos fracos. Foram sistemas filosóficos e políticos fundamentados na negação de Deus e dos seus mandamentos, substituídos pela tirania de diversos ídolos, expressa na glorificação de uma raça, de uma classe, de um Estado, de uma nação ou de um partido. À luz dessas desventuras, compreende-se que, ao espezinhar os direitos de Deus, se acabam também por violar os direitos humanos, e vice-versa. Os direitos de Deus e do homem afirmam-se ou caem juntos. E, como afirma Frossard, se o Ocidente conseguiu escapar, não sem dificuldades, aos horrores dessas ideologias, foi graças às suas profundas raízes cristãs, que obrigaram o ateísmo a assumir a forma de um laicismo mais tolerante.

Com tudo isto, quero dizer que, apesar da perda de religiosidade, muitas pessoas conservam conteúdos de valores vigentes que têm origem religiosa. É verdade que há efetivamente pessoas que levam uma vida honesta e reta sem o Evangelho. Mas, se uma vida é verdadeiramente reta, é porque o Evangelho, não conhecido ou não rejeitado conscientemente, já desenvolve, na realidade, a sua ação no íntimo da pessoa que procura a verdade com um esforço honesto e está disposta a aceitá-la assim que a conheça.

— Mas, perante o valor moral de alguns não crentes, não tens a impressão de que os cristãos dão — ou damos —, em geral, pouco exemplo? Não deveríamos pensar um pouco mais neste mundo e um pouco menos no além?

É verdade que há cristãos que não dão — ou talvez não demos — suficiente bom exemplo. Ou que parecem ter esquecido a obrigação de

santificar esta vida como caminho para alcançar a do além. Mas é bem claro que nós, cristãos, devemos esforçar-nos por melhorar o mundo em que vivemos, no meio das nossas ocupações habituais, como recomenda, por exemplo, o Concílio Vaticano II. O facto de nem todos os cristãos serem exemplares não tem de diminuir o valor da fé. Indica simplesmente que os homens têm fraquezas, cometem erros e não cumprem todos os seus bons propósitos.

Penso, além disso, que devemos ser muito prudentes ao julgar os outros, sejam ou não crentes. As misérias e os erros dos homens devem-se, em boa parte, a terem recebido uma formação deficiente, pelo que as suas falhas devem ser para nós um estímulo a procurar ajudá-los, respeitando a sua liberdade. O verdadeiro espírito cristão impele-nos a aproximarmo-nos com afeto de todos os homens, mesmo que sejam pessoas que levam uma vida muito errada, ou até criminosa, porque nesses casos — escreve Josemaría Escrivá —, «embora os seus erros sejam culpáveis e a sua perseverança no mal seja consciente, há no fundo dessas almas infelizes uma ignorância profunda que só Deus poderá medir». «Só Deus sabe o que se passa no coração do homem, e Ele não trata as almas em massa, mas uma a uma. A ninguém compete julgar nesta terra a salvação ou a condenação eternas num caso concreto.»

— Mas, ao ver tantas coisas mal feitas, pensa-se que Deus deveria ter feito alguma coisa para tornar a sua mensagem mais eficaz entre os homens ou, pelo menos, entre os cristãos.

Deus entrou na história de uma forma muito mais suave e respeitadora da liberdade humana do que muitos teriam desejado. Mas é essa a sua resposta à liberdade. Deus ofereceu-Se para nos guiar, mas sem nos obrigar. Aos olhos de muitos, parece ter fracassado, e perguntam-se porque Se mostra tão fraco. Mas Ele não quer impor-Se: apela à nossa liberdade, porque — como diz Henri J. M. Nouwen — o seu amor é demasiado grande para fazer qualquer dessas coisas. Deus não quer forçar, obrigar ou empurrar. Dá liberdade, sem a qual o amor não pode nascer.

Perigos da religião

— O marxismo dizia que a religião era o ópio do povo e que as práticas religiosas, em especial o cristianismo, eram alienantes. O que dirias sobre isso?

O balanço histórico das sociedades inspiradas pelo marxismo — sobretudo depois da queda do bloco soviético — demonstra onde estava a verdadeira alienação. «Em contrapartida — escreveu Ángeles Caso —, há algo surpreendente na doutrina cristã: a sua capacidade de sobreviver durante séculos, de tocar, emocionar e se afirmar numa forma de vida e de cultura social em metade do mundo. A ideologia marxista aplicada à realidade mal durou meio século e foi um desastre. A doutrina cristã, pelo contrário, já conta vinte séculos de existência e não parece estar a diminuir. Não é um dado que convenha desprezar.»

É verdade que, por vezes, pode haver religiões e práticas religiosas que alienam o homem. Um exemplo são as práticas supersticiosas de algumas religiões animistas em África, que constituem um sério obstáculo à organização da sociedade ao difundirem um medo irracional dos espíritos. E houve, ao longo da história, muitas religiões desumanas com ritos repletos de sacrifícios humanos. Basta recordar, por exemplo, o culto dos incas ou dos astecas. Também algumas divindades gregas eram inteiramente negativas, como ainda hoje acontece, por exemplo, com alguns deuses do universo religioso indiano. E algo semelhante se pode dizer da atividade de muitas seitas nos nossos dias.

— Então não se pode dizer que toda a religião ajuda o homem a ser bom.

Algumas maneiras de entender a religião podem dificultar-lhe bastante essa tarefa, como acabámos de dizer. É indubitável que há formas religiosas degeneradas e doentes, que não elevam o homem, mas o alienam. E também as religiões às quais se deve reconhecer uma grandeza moral e que estão no caminho da verdade podem adoecer nalgum trecho desse caminho.

— Também o cristianismo?

Também pode acontecer, quando é deformado ou reduzido de forma sectária. Embora, nesse caso, já não se tratasse propriamente de

cristianismo, mas de outra coisa.

Na religião cristã verificaram-se, por vezes, desvios patológicos, e a história regista numerosos exemplos de erros teológicos mais ou menos difundidos entre os cristãos, que a autoridade da Igreja teve de corrigir. Houve ocasiões em que a verdadeira fé cristã se misturou com práticas supersticiosas, com o uso da violência ou com a dialética marxista da luta de classes. Ou foi afetada por desregramentos morais de diversos tipos.

Nem todos os cristãos viveram sempre bem o cristianismo. Mas a fé cristã oferece as orientações e os meios necessários para a purificação desses erros.

— E em que se distingue um bom católico dos outros homens?

Nós, católicos, somos como os outros homens: uns melhores e outros piores, como acontece em qualquer religião, onde pode haver pessoas de grande qualidade humana e outras de quem não se pode dizer o mesmo. Penso que não se trata de fazer estatísticas para determinar a proporção de uns e de outros. A fé católica afirma que aquele que a viver fielmente se purificará dos seus erros e fraquezas, melhorará como homem e alcançará a vida eterna.

São melhores aqueles que vão à Missa?

— Mas há quem se apresente como católico, vá à Missa... e depois se verifique que não é boa pessoa...

É evidente que o facto de uma pessoa ir à Missa não é um seguro contra todos os riscos para a sua honestidade. Será sempre uma ajuda para a alcançar, mas não uma garantia. E o facto de pessoas pouco exemplares irem à Missa não diminui o valor da Missa nem da fé católica.

— Mas seria melhor para a fé católica que essas pessoas pouco exemplares não fizessem manifestações de religiosidade.

Talvez fosse um bom marketing para a Igreja — embora duvide —, mas Jesus Cristo disse que não são os saudáveis que precisam de médico, mas os doentes. A Igreja deve acolher maternalmente os seus filhos, sejam grandes santos ou grandes pecadores. Os católicos não se vangloriam — pelo menos, não deveriam fazê-lo, e creio que poucos o fazem — de serem uma elite da santidade ou um modelo de virtude. Limitam-se a esforçar-se por melhorar.

E, já que mencionaste a assistência à Missa, recordo que um velho amigo me dizia que sempre lhe chamara a atenção encontrar tanta gente necessitada a pedir esmola à porta das igrejas e, em contrapartida, ver tão poucos mendigos ou desempregados à porta dos casinos, dos bingos, das salas de festas ou dos bancos, quando provavelmente passa por esses lugares muito mais gente e com mais dinheiro. E também quase não se veem pobres à porta dos sindicatos ou dos organismos políticos, apesar de, à partida, se deverem esperar nesses lugares manifestações mais prontas de solidariedade. E, como se deve supor que esses homens talvez sejam pobres, mas não idiotas, pode pensar-se que agem assim porque eles próprios acreditam que as pessoas que vão à Missa são, em geral, mais generosas do que a média.

Em todo o caso, sabemos bem que, para alcançar a salvação, não basta pertencer à religião verdadeira nem ir à Missa todos os domingos. E também é claro que de religiões muito diversas se podem receber estímulo e ensinamentos para ser melhor e alcançar a salvação, com a ajuda de Deus.

47. E QUANDO SURGEM DÚVIDAS?

Muito fraca é a razão se não chega a compreender que há muitas coisas que a ultrapassam.

Blaise Pascal

Perdi a fé

«Recordo — contava-me em confidência um antigo colega — aquelas devoções da minha infância e do início da adolescência, e a verdade é que

lamento ter perdido a fé. Mas foi o que aconteceu.

»Quando o meu pensamento regressa, com nostalgia, àquelas recordações, ainda pressinto que havia nelas algo grande e valioso. Sentia-me bem então, naquela inocência, mas agora penso que tudo aquilo era demasiado místico, que a realidade não é assim.

»O meu interesse pela filosofia e aquelas leituras ávidas da juventude desfizeram depressa, como um torrão de açúcar no café, aquele ambiente religioso da infância. A imprecisão e a vagueza da minha fé infantil transformaram-se, com os anos, numa dúvida intelectual demolidora. Gostaria de acreditar, mas agora não me parece sério acreditar. A razão impede-me.»

Em muitas ocasiões, como acontece nesta, uma pessoa progride com os anos na sua preparação profissional, na sua formação cultural, na sua maturidade afetiva e intelectual... e, no entanto, o seu conhecimento da fé fica estagnado em conceitos elementares aprendidos na infância.

E a esse desfasamento é necessário acrescentar, em alguns casos, o triste facto de essa formação religiosa talvez ter sido transmitida por pessoas de conduta pouco coerente.

Quando tudo isto acontece, a fé vai deixando de dar forma à vida e vai sendo rejeitada pouco a pouco, de maneira imperceptível. E essas pessoas acabam por dizer que Deus não lhes interessa, que não tem lugar na sua vida ou que, para elas, é pouco importante.

Esse processo, infelizmente frequente, demonstra a fragilidade da fé em pessoas que foram educadas a adotar simples práticas religiosas sem se preocuparem em alcançar um conhecimento real e profundo da fé. A vida espiritual não pode reduzir-se a uma atividade sentimental alheia à razão. O crente deve procurar na sua vida espiritual uma fonte de luz que favoreça uma vida intelectual rigorosa.

A fé e a dúvida

— E o que fazer, então, quando surgem dúvidas?

É natural que, por vezes, surjam dúvidas. Isso não é perder a fé, pois pode conservar-se a fé enquanto se aprofunda a procura de uma resposta para essas dúvidas. Mais ainda, em muitos casos, a dúvida abre a porta à reflexão e ao aprofundamento, permitindo alcançar uma fé mais madura. E, nesse sentido, pode até ser muito positiva.

É necessário procurar resposta para as dúvidas, para essas aparentes contradições, embora nem sempre se consiga compreender tudo imediatamente. A fé — explica Joseph Ratzinger — não elimina as perguntas; mais ainda, um crente que não se interrogasse acabaria por se fechar numa rigidez.

Por outro lado, embora seja verdade que o crente pode sentir-se ameaçado pela dúvida, é preciso recordar que o não crente também não vive uma existência fechada à dúvida. Mesmo aquele que se comporta como um ateu completo, que conseguiu silenciar quase inteiramente o apelo do sobrenatural, sentirá sempre a misteriosa insegurança de saber se o seu ateísmo não será um engano.

O crente pode sentir-se ameaçado pela incredulidade, mas quem pretender evitar essa incerteza da fé cairá na incerteza da incredulidade, que não pode negar definitivamente que a fé seja verdadeira. O ateu e o agnóstico serão sempre inquietados pela dúvida de saber se a fé não será real. Ninguém pode subtrair-se a esse dilema humano. Só ao rejeitar a fé se percebe que ela é impossível de rejeitar.

A dúvida deve levar-nos a aprofundar. «Se te assaltar o pensamento — dizia Tolstói — de que tudo o que imaginaste sobre Deus é falso e errado e de que Deus não existe, não te assustes com isso. Mas não acredites que a tua incredulidade decorre de Deus não existir. Talvez houvesse algo de errado na tua fé e tenhas de te esforçar por compreender melhor aquilo a que chamas Deus. Quando um selvagem deixa de acreditar no seu deus de madeira, isso não significa que não haja Deus, mas que o verdadeiro Deus não é de madeira.»

Caminhar entre nevoeiros?

«É inevitável — escreveu Rosario Bofill — que, por vezes, tenhamos de caminhar entre nevoeiros. De certa maneira, a fé é a capacidade de suportar a dúvida.

»E, de vez em quando, uma pessoa, uma reflexão ou uma leitura deixam-nos entrever um pouco desse mistério pelo qual optámos. Cada crente sabe que alguma vez teve evidências da existência de Deus, pequenas provas que talvez, vistas por outro fora do seu contexto, o fizessem sorrir com desdém...

»E, ao longo dos séculos, a maioria dos homens experimentou essa necessidade de Deus. Será isso uma prova de que Ele existe? Penso que sim, invocado de diferentes maneiras nas diversas religiões e nos diferentes séculos.

»Se me repugna acreditar que o mundo está destinado ao absurdo, devo acreditar que há alguma coisa para além da morte, que teremos uma vida diferente da atual. Há uma razão de justiça que me parece imperiosa: como não há de Deus dar aos pobres, aos deserdados, aos que vivem na miséria, aos que tanto sofrem nesta vida, a sua parte de felicidade? Tem de haver algo que restabeleça a ordem e dê a plenitude àqueles que aqui nada tiveram. E que aqueles que aqui amaram não vejam o seu amor terminado.

»Sinto uma voz íntima, um grito interior que me faz acreditar ser impossível um mundo sem Deus, um mundo do absurdo. Porque um mundo sem Deus me parece um absurdo total. Para quê essa sede interior, essa angústia, esse desejo de vida do homem? Essa amálgama de sentimentos, inteligência, desejos e nostalgias que somos nós, mulheres e homens, cada um à sua maneira, que sentido tem, perdida no cosmos, sem um Deus que, por fim, dê resposta a tanto desejo, tanto vazio, tanto anseio?

»Tive de amadurecer a minha educação religiosa da infância e da juventude, mas recebi princípios fundamentais aos quais fui fiel. Há pessoas que, quando se tornam adultas, rejeitam aquilo que lhes ensinaram e a maneira como foram educadas. Sem dúvida, ao tornar-se adulto, cada um

tem de refletir sobre a sua fé e amadurecer, mas penso que é uma sorte ter vivido rodeada de pessoas que viveram profundamente a sua fé e ter encontrado também pessoas críticas, bons crentes, que foram quem mais me ajudou.

»A fé é como uma herança que não gostaria de deitar fora e pela qual, no mais profundo de mim, estou muito agradecida.»

— Por vezes, o que suscita dúvidas não é a fé, mas a sua prática: o difícil não é acreditar, mas viver aquilo em que se acredita.

Todos sentem essa tensão no seu interior. Todo o homem se sente atraído por extremos diferentes e experimenta a atração daquilo que sabe contrariar as suas convicções. Mas isso não significa uma rutura. De vez em quando, podem surgir dúvidas sobre a própria capacidade de viver a fé. Pode tornar-se um pouco mais difícil. É necessário, então, continuar a esforçar-se por melhorar, com a confiança de que, precisamente graças a essa fé, iremos recebendo mais luz e mais força, aprofundaremos mais essa fé e vivê-la-emos melhor. A fé ajuda a viver com coerência, sem que essas tensões tenham necessariamente de produzir frustração ou rutura.

— Mas muitos, perante essa dificuldade, abandonam a prática religiosa.

Isso costuma acontecer quando se vê a prática religiosa como um fim, e não como um meio. Por isso, é importante erguer os olhos acima dos acontecimentos quotidianos para entrever a meta para a qual nos dirigimos. Ser bom cristão pode, por vezes, custar, mas vale a pena. Além disso, esses momentos difíceis oferecem sempre ao homem uma oportunidade de dar o melhor de si. São a pedra de toque que identifica a qualidade do edifício que estamos a construir com a nossa vida.

«O ser humano — escreve Javier Echevarría — possui uma capacidade de infinito que só o Infinito, o próprio Deus, pode saciar. Há em nós um fundo que nada nem ninguém, exceto Deus, consegue preencher; e, em consequência, existe — mesmo nas maiores amizades e nos maiores amores — uma certa experiência de limite, de solidão não superada. Por vezes, essa experiência gera medo, fechamento sobre si mesmo para conservar um reduto de intimidade onde ninguém entre; noutras ocasiões, impele a

avançar, a procurar algo mais. Assim se orienta uma inquietação do espírito que só em Deus pode finalmente encontrar repouso.»

Está a Igreja antiquada?

— Aos olhos de muitos, a Igreja aparece como algo antiquado, cujos métodos foram ficando estagnados.

São muitos, de facto, os que têm essa imagem estranha. Penso que, se conhecessem mais profundamente a fé e a realidade da Igreja, verificariam que nela sopra um ar fresco de novidade e de grandes ideais. Veriam que oferece uma magnífica possibilidade de transformar a própria vida.

Por isso, é importante que os cristãos promovam, por assim dizer, uma certa curiosidade pelo que realmente significa ser cristão e fomentem o interesse em contemplar a riqueza contida na fé, a sua variedade, a sua capacidade de resolver os problemas do homem de hoje. Para o descobrir, é necessário aproximar-se um pouco, pois a fé compreende-se muito melhor quando nos pomos a caminho.

— Alguns veem a fé como uma simples couraça que o homem fabrica para se sentir melhor consigo mesmo.

A religião responde a muitas perguntas e medos que o homem traz consigo e ajuda-o a superá-los. Nesse sentido, é verdade que ajuda a sentir-se melhor consigo mesmo. Mas, embora tenha esses efeitos psicoterapêuticos, a fé não é isso: é muito mais. Em todas as épocas da humanidade existiu a tendência do homem para o eterno, para Deus. E, tal como o homem se sente melhor quando as suas relações humanas são boas, é lógico que sinta o mesmo, e com maior intensidade, quando a sua relação com Deus é boa.

Viver sem fé

— Parece bastante mais fácil não acreditar do que acreditar.

Pode parecer mais simples ou mais cómodo, no sentido de que quem não acredita não se vincula a nada. Nesse sentido, é fácil. Mas viver sem fé não é assim tão fácil. A vida sem fé é geralmente complicada, porque o homem não pode viver sem pontos de referência. Basta recordar a filosofia de Sartre, de Camus ou de muitos outros para o comprovar imediatamente. O peso que a falta de fé implica é muito maior.

Ter fé é, de certa maneira, uma opção. Escolher entre duas formas de ver a vida. Ambas — viver com fé ou sem ela — se apresentam como duas possibilidades coerentes. No entanto, penso que a razão e a observação da natureza e do homem conduzem inevitavelmente à fé. De qualquer modo, no fim há sempre uma decisão da vontade. Uma decisão perfeitamente compatível com o facto de, depois, se poder sentir por vezes o atrativo da outra opção. Mas a vida com fé tem mais esperança, é mais otimista e mais alegre.

48. PARA QUE SERVE REZAR?

Nunca estão fechadas todas as portas enquanto estamos vivos.

José Luis Martín Descalzo

A surdez de Deus

«Sinto-me enganada. Tinham-me dito que Deus era bom, que protegia e amava os bons, que a oração era omnipotente, que Deus concedia tudo o que Lhe pediam.

»Porque Se tornou Deus surdo àquilo que Lhe peço? Porque não me escuta? Porque permite que eu sofra tanto?

»Começo a pensar que, por detrás desse nome, Deus, não há nada. Que tudo não passa de uma gigantesca fábula. Que me enganaram como a uma tola desde que nasci.»

Esta queixa, amarga e exaltada, de uma mulher afligida por uma série de desgraças corresponde a um dos tipos mais antigos de queixas dirigidas

contra Deus.

E, ao facto de serem atitudes muito pouco apropriadas à oração, junta-se a circunstância de, em muitos casos, infelizmente, serem as primeiras palavras que essa pessoa dirige a Deus em muito tempo. E, se não receberem rapidamente um consolo à sua medida, acusarão Deus de ser surdo aos seus pedidos. São aquelas pessoas — dizia Martín Descalzo — que têm Deus como um aviador tem o seu paraquedas: para as emergências, mas esperando nunca precisar de o usar.

Uma visão utilitarista de Deus

Ao que parece, o seu deus era algo que servia para a fazer feliz, e não ela alguém destinada a servir Deus. O seu deus era bom na medida em que lhe concedia aquilo que desejava, mas deixava de o ser quando a fazia seguir por um caminho mais custoso ou difícil.

Na oração, dirigimo-nos a Deus e exprimimos-Lhe as nossas inquietações e preocupações. É verdade que, através da oração, Deus nos concede aquilo que Lhe pedimos, mas só quando o que pedimos é aquilo de que realmente precisamos. Não faria sentido conceder-nos coisas que não nos convêm, e o homem nem sempre sabe o que é verdadeiramente melhor para si. A boa oração não é aquela que consegue que Deus queira aquilo que eu quero, mas aquela que consegue que eu chegue a querer aquilo que Deus quer.

Tratar Deus como um canalizador, de quem só nos lembramos quando as torneiras funcionam mal, revelaria uma visão utilitarista de Deus. Amar Deus porque isso nos é vantajoso é confundi-Lo com um bom negócio, é uma instrumentalização egoísta de Deus. Uma dor, por maior que seja, pode ser o momento verdadeiro em que temos de demonstrar se amamos Deus ou nos limitamos a utilizá-Lo.

É verdade que o sofrimento é, por vezes, difícil de aceitar e compreender. Mas os nossos sofrimentos — escreveu a Madre Teresa — são como carícias bondosas de Deus, chamando-nos a voltar para Ele e

levando-nos a reconhecer que não somos nós que controlamos a nossa vida, mas que é Deus quem a governa, e que podemos confiar plenamente n'Ele.

São muitos os males que afligem o mundo e a nossa própria vida, mas isso não deve levar-nos ao pessimismo, antes à luta pela vitória do bem. E esta luta pela vitória do bem no homem e no mundo recorda-nos a necessidade de rezar.

A oração... não é falar sozinho?

Uma professora explica aos seus alunos de nove anos um exercício prático.

Um grupo deve semear algumas sementes em dois vasos e colocá-los junto à janela da sala de aula.

Depois, esse mesmo grupo ficará encarregado de regar todos os dias o primeiro dos vasos. Os restantes alunos dedicar-se-ão a rezar para que germine aquilo que semearam no segundo, mas sem lhe deitar uma única gota de água.

O resultado na mente das crianças é fácil de imaginar: o peso esmagador da realidade leva-as a concluir que rezar é uma grande ingenuidade, pois do primeiro vaso depressa nasceu uma bela planta, enquanto no segundo a oração não conseguiu absolutamente nada.

Recordei este episódio, que realmente aconteceu, porque, por vezes, fazemos da oração uma ideia quase tão estranha como aquela que a professora queria incutir nos seus alunos.

A fé e a esperança cristãs não são esse balido paciente de ovelhas cobardes com que alguns parecem identificá-las:

§ Quem reza não pode pretender que Deus faça o trabalho que lhe compete fazer a si.

§ A oração não é uma simples espera de que alguém venha resolver aquilo que nós devemos resolver.

§ Nem é a aceitação resignada de erros ou injustiças que estaria ao nosso alcance impedir.

§ Também não é uma tentativa vã e supersticiosa de obter um poder oculto sobre os bens deste mundo.

Rezar não é uma espécie de diálogo de um maníaco com a sua sombra. A oração é algo muito diferente, e milhões de seres humanos encontraram nela, ao longo dos séculos, não só consolo, mas também uma grande luz e força.

Não são poucos aqueles que desprezam ou até troçam da própria ideia de oração. Falam com sarcasmo de tudo o que implique rezar a Deus para que um problema social se resolva ou se abrevie qualquer desgraça ou maldade humana. Aqueles que troçam de tudo isso — observa Juan Manuel de Prada — são os mesmos que depois resolvem o mundo todos os dias, encadeando condenações rotineiras ou repetindo obviedades cansativas. Serão mais eficazes essas manifestações de protesto ou as suas expressões de lamento tão conhecidas? Se troçamos da palavra murmurada na solidão, se consideramos ridículo o diálogo com Deus, no qual o homem emprega todas as suas faculdades intelectuais (a imaginação e a memória, a inteligência e a vontade), às quais junta o desejo fervoroso, não deveríamos também rir de qualquer outra reação pacífica?

Porquê esse comprazimento de alguns em negar e espezinhar a possibilidade do mistério? Uma oração não imporá os nossos anseios à realidade, mas talvez, por força dessas palavras, a nossa pobre natureza humana, desamparada e esmagada, se eleve acima do lodo das suas fraquezas e encontre uma luz que lhe infunda força e convicções. Essas palavras que se esforçam por encontrar um interlocutor sobrenatural não são ridículas, estéreis ou ingénuas; são a expressão de homens que resistem a desfalecer, clamam por justiça e erguem a voz, como incenso votivo, para contrariar a força da maldade.

— Mas muitos dizem que tentaram falar com Deus e não ouvem nenhuma resposta... que não escutam nada na oração, que é algo inútil.

Nenhuma pessoa sem conhecimentos de música consideraria inútil um piano pelo simples facto de ter obtido uma melodia penosa ao tocar nas teclas ao acaso. O problema não é a oração ser inútil, mas ser necessário aprender a rezar. E, na oração, não ouviremos nenhuma resposta com voz do além a falar-nos solenemente. A oração não é uma questão de fantasias. A resposta escuta-se com o coração.

É no silêncio do coração que Deus fala. Deus é amigo desse silêncio. E precisamos de escutar Deus, porque o que importa não é aquilo que Lhe dizemos, mas sobretudo aquilo que Ele nos faz ver.

Deus não fala muito alto, mas fala-nos repetidamente através de tudo o que nos acontece. Ouvi-Lo depende de conseguirmos, como recetores, estar bem sintonizados com o emissor, que é Deus, e de sabermos vencer as muitas interferências que, por vezes, o nosso próprio estilo de vida produz. Assim escutaremos o que nos pede ou o que nos censura e perceberemos o que espera de nós.

Alguns pensarão que rezar é uma questão de sugestão. No entanto, aqueles que verdadeiramente se relacionam com Deus de forma próxima e profunda através da oração são mais reflexivos, mais ponderados, mais certeiros nos seus juízos, dotados de uma humanidade mais sensível.

— E, com tanto rezar, não correm o perigo de se afastarem um pouco da realidade?

O silêncio interior — aquele que Deus verdadeiramente abençoa — nunca isola as pessoas dos outros seres. Pelo contrário, leva-as a compreendê-los melhor, a entrar mais no seu íntimo. A verdadeira oração concede ao homem maturidade, equilíbrio de alma e maneiras sensatas e profundas de compreender a própria vida e a dos outros.

A oração enriquece enormemente qualquer pessoa que a pratique. Procurar todos os dias alguns minutos de pausa cordial para o encontro com Deus no fundo da alma, elevando-se um pouco acima da agitação e do ruído

das nossas atividades quotidianas, deixando por algum tempo as preocupações que oprimem (ou precisamente tratando delas na presença de Deus); e pegar, por exemplo, no Evangelho ou em qualquer livro que nos ajude a elevar o pensamento para Ele; ler uma frase, algumas linhas, e deixá-las penetrar no nosso interior, como a chuva cai sobre a terra. Isso, mesmo que apenas durante alguns minutos, mas todos os dias, produz, ao fim de pouco tempo, um surpreendente enriquecimento interior.

49. NÃO SERÁ A FÉ CATÓLICA DEMASIADO EXIGENTE?

Um homem nunca sabe do que é capaz até tentar.

Charles Dickens

Não somos heróis

Talvez te recordes daquele grande filme protagonizado por Orson Welles, intitulado *O Terceiro Homem*.

Uma grande roda-gigante gira lentamente sobre os telhados de uma Viena do pós-guerra, bombardeada e ocupada pelas forças internacionais, enquanto, lá em baixo, como pontos distantes, algumas crianças se entretêm a brincar.

O protagonista do filme é um falsificador de penicilina sem escrúpulos. Do alto da roda-gigante, o seu amigo pergunta-lhe se chegou a ver pessoalmente a desgraça de alguma das suas vítimas, e ele responde cinicamente: «Não me agrada falar disso. Vítimas? Não sejas melodramático! Olha lá para baixo: sentirias compaixão por alguns pontinhos negros se deixassem de se mexer? Se te oferecessem vinte mil dólares por cada pontinho que parasse, dir-me-ias para guardar o dinheiro... ou começarias a calcular quantos pontinhos serias capaz de parar? E... sem impostos. Sem impostos! Hoje é a única maneira de ganhar dinheiro...»

«Antes acreditavas em Deus», recordou-lhe o amigo.

O protagonista refletiu por um momento e disse: «E continuo a acreditar em Deus, meu amigo! Acredito em Deus e na sua misericórdia; mas acho que os mortos estão melhor do que nós: para aquilo que deixaram aqui...!»

Felizmente, são poucos aqueles que chegam a esse grau de cinismo. Mas, salvaguardadas as devidas distâncias, todos corremos o risco de ser seduzidos por essa espécie de ética da normalidade, cujas palavras de ordem mais emblemáticas poderiam ser «isso é normal, toda a gente o faz», «hoje já ninguém pensa assim», «não vale a pena complicar a vida», «a vida é assim, que havemos de fazer» ou outras semelhantes.

«Não somos heróis» poderia ser a palavra de ordem dos representantes desta mentalidade. Uma sedução que, de uma forma ou de outra, todos experimentamos de vez em quando. E talvez então, como ao terceiro homem, nos assalte este pensamento: «Não sejamos melodramáticos...» E desviamos os olhos daquilo que não fazemos bem.

Nessas ocasiões, comprova-se que, para levar uma vida coerente e moral, é por vezes necessário um certo grau de heroísmo. Para acabar com a escravatura, com a tortura ou com a segregação racial, para citar três exemplos não muito distantes, houve um tempo em que muitos homens tiveram de agir contra a corrente, com heroísmo. E isto aplica-se a questões grandes ou pequenas, porque poucas conquistas morais podem ser alcançadas sem esforço.

Razões para agir na adversidade

Felizmente, ficaram muito para trás aqueles moralismos austeros de outros tempos, com a sua exaltação exagerada do sacrifício e os seus sentimentos de culpa desproporcionados. Agora, porém, seria necessário perguntar: é possível viver com retidão sem sacrifício e sem uma noção adequada de culpa?

É verdade que, habitualmente, a generosidade é preferível ao egoísmo. E que, pelo menos a longo prazo, o caminho da virtude é mais atraente do que o do vício. Mas nem sempre isso se apresenta com tanta clareza. E é precisamente nessas situações, em que o bem se apresenta rodeado de

inconvenientes e, em contrapartida, o mal surge diante de nós com um enorme atrativo, que a ética se torna mais necessária. E essa ética deve oferecer razões para agir na adversidade. Aí está o ponto fraco dessa ética *light* que se recusa a exigir o sacrifício suficiente: depois deixa-nos desamparados precisamente quando mais precisamos dela.

Quem nunca se encontrou no dilema de ter de escolher entre passar por um pobre escrupuloso ou ceder ao dinheiro fácil, à mulher do vizinho ou à sedução da mentira?

São situações que podem apresentar-se a qualquer pessoa, mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor frequência. Nesses momentos, a tentação convida-nos sempre, sorridente, a superar preconceitos e estreitezas morais. E será muito fácil seduzir-nos se o nosso discurso moral se reduzir a correção, boa vontade, decência... mas nem o mais pequeno sacrifício.

No entanto, o sacrifício é o grande tema da ética. É uma ingenuidade pensar que se pode amar alguém, repartir bens escassos, respeitar ideias diferentes ou proteger o ambiente... sem sacrifício. Toda a existência autêntica encontra, em muitas ocasiões, a dificuldade do bem árduo, pois nem sempre o bem coincide com aquilo que mais nos beneficia ou interessa.

— Estás a descrever a ética como algo muito difícil...

Há dificuldades, mas não gostaria, de facto, de dar à virtude um aspeto sombrio ou antipático. A excelência moral nunca deve perder o seu verdadeiro rosto, que é sempre amável e libertador. Além disso, a virtude é um hábito bom e, como tal, facilita os atos bons e permite uma diminuição progressiva do esforço.

Uma atitude negativa?

— Muitos têm a impressão de que a Igreja transmite continuamente mensagens negativas, de proibições e de reações defensivas.

Essa impressão varia muito segundo as diferentes culturas das nações. Nos tempos da opressão comunista na Europa de Leste, a opinião pública reconhecia que a Igreja anunciava uma mensagem de liberdade, transmitia uma energia que também dava força aos não crentes e lhes inspirava grandes valores. Também em África a Igreja é vista como uma grande força dinâmica que defende os direitos de todos e enfrenta as situações de injustiça e corrupção do Estado. A Igreja é também a melhor defensora do Terceiro Mundo, onde realiza inúmeras iniciativas e promove os seus direitos e liberdades. E, na América Latina, a perspetiva também é outra. Com isto quero dizer que, se na Europa Central se vê a Igreja como uma instância severa, talvez isso se deva a ser precisamente aí que ela denuncia muitas coisas que grande parte da sociedade aceitou apenas por lhe ser mais cómodo.

Quando a Igreja fala, alguns conservam na memória apenas alguma proibição moral — quase sempre em matéria de sexo — e ficam com a impressão de que a Igreja só se ocupa de julgar e restringir a vida. Isso pode acontecer por falta de acerto em algumas explicações, pelo enfoque ou pela seleção de notícias dos meios de comunicação, ou por qualquer outra razão. Mas as proibições encontram o seu sentido num contexto mais amplo e positivo, ao qual, infelizmente, se presta menos atenção.

E se se cedesse um pouco?

— E não seria melhor que a Igreja cedesse um pouco em alguns desses pormenores que as pessoas têm mais dificuldade em aceitar?

A Igreja não pode ceder em questões de fé. Além disso, não resolveria nada: aí está, como prova, a experiência de muitas Igrejas protestantes, que há muito adotaram uma posição bastante condescendente em todas as questões morais mais debatidas, e o resultado tornou evidente que os seus problemas não foram resolvidos nem diminuíram por aceitarem essas práticas que a Igreja Católica não admite. Essas «soluções» não tornaram o Evangelho mais atraente, não tornaram mais fácil ser cristão, nem as mantiveram mais unidas. Ter isto claro é importante para não errar no diagnóstico do que acontece.

Por isso, é uma pena que, em muitos ambientes (por vezes, infelizmente, também em alguns círculos eclesiásticos), a análise e o debate se centrem sempre na tentativa de fazer concessões nos mesmos pontos: o celibato opcional, a ordenação de mulheres, o casamento dos divorciados, o uso de preservativos, etc. E é uma pena que, em contrapartida, se deixem de lado muitas outras questões de maior preocupação para a Igreja, que quase nunca são tidas em conta: por exemplo, o que poderíamos fazer, como cristãos, para explicar a nossa fé aos oitenta por cento da humanidade que ainda esperam o anúncio do Evangelho; o que poderíamos fazer para contribuir mais para resolver os grandes desafios morais da sociedade atual; ou o que poderíamos fazer para aliviar o sofrimento que o afastamento de Deus e da verdade provoca em tantos homens.

A solução não está nesse catolicismo fraco que adota uma estratégia cobarde de recuo, de capitulação constante até naquilo que mais diz respeito às suas convicções, de medo de exprimir a fé em voz alta e clara. É triste escutar as suas declarações sinuosas, evasivas, envergonhadas, quando são interrogados sobre as suas certezas religiosas; ou assistir ao abandono dessas certezas quando a conveniência o exige; ou ver a sua atitude amedrontada, intimidada, resignada a aceitar qualquer veredito supostamente maioritário. Não se pode fundamentar a fé em alicerces tão receosos e vacilantes.

Sempre e em toda a parte, o Evangelho será um desafio à fraqueza humana, e nesse desafio está toda a sua força. Apesar de todas as fragilidades dos homens, a Igreja deve continuar incansavelmente a sua tarefa.

50. A FÉ AFASTA DA «VIDA REAL»?

Ninguém é mais escravo do que aquele que se considera livre sem o ser.

Goethe

Condições para pensar

— As razões que foste apresentando até agora são interessantes... para pensar nelas. Mas, por vezes, depois parece que a vida real segue por outro caminho.

Recordo um episódio contado pelo professor Bloom. Um dia, um estudante aproximou-se dele e disse-lhe que, depois de ler *O Banquete*, de Platão, tinha concluído que hoje seria impossível aquele ambiente cultural ateniense, em que homens reflexivos e educados se reuniam para manter conversas apaixonantes sobre o significado dos anseios do seu espírito.

Mas aquilo que esse aluno não sabia — continuava Bloom — era que esse ambiente cultural existia em Atenas no meio de uma guerra terrível.

Foi o amor daqueles homens pela sabedoria que trouxe à civilização ocidental conquistas intelectuais de valor inestimável. Procuravam apaixonadamente a verdade, por mais difíceis que fossem as circunstâncias em que viviam.

E não se pode dizer que, na nossa época, seja menos necessário pensar. Pelo contrário: os nossos problemas são tão complexos e as suas origens tão profundas que, para os compreender, precisamos de refletir e procurar soluções talvez mais do que nunca.

Não é sensato escudar-se na «vida real» para deixar de pensar na verdadeira realidade. A vida humana é uma questão em aberto, um projeto em constante desenvolvimento. A pergunta é: como levar esse projeto a bom termo? Como se aprende a arte de viver? Qual é o caminho que conduz à felicidade?

Nós, crentes, estamos convencidos de que em Deus se encontra a resposta a essas perguntas fundamentais. Viver e transmitir a fé é, portanto, viver e mostrar esse caminho para a felicidade, aprender e ensinar a arte de viver. E a pobreza mais profunda — como escreveu Joseph Ratzinger — é a incapacidade de sentir alegria, o tédio de uma vida considerada absurda e contraditória, que conduz à incapacidade de amar, à inveja, ao egoísmo, ao ódio, à avareza... a todos os vícios que arruínam a vida das pessoas e do mundo. Perante tudo isso, é necessário redescobrir Deus e o Evangelho, porque, se não se acerta na arte de viver, o resto também não funciona bem.

Não está assim tão mal... porque eu o faço

O homem tende a estabelecer uma certa barreira entre as ideias e aquilo a que chama «vida real». E talvez, por exemplo, quando pensa na fé, a sua imaginação lhe apresente um templo velho e degradado, onde um sacerdote antipático se dirige a pessoas apagadas e sisudas, que, além disso, cantam mal e, no seu entender, desperdiçam lamentavelmente o tempo, longe do mundo real em que ele próprio está. E provavelmente concluirá que a religião não tem sentido. Ou que a Igreja funciona mal, quando talvez aquilo que sobretudo funciona mal seja o seu conhecimento e a sua imagem da fé e da Igreja.

Alguns formaram essa ideia — ou outra pior — sem culpa sua, ou pelo menos com pouca culpa. Outros, pelo contrário, alimentam essa imagem para tranquilizar a consciência, que talvez lhes censure algumas coisas a que não se atrevem a chamar pelo nome.

Ou se vive como se pensa, ou se acaba por pensar como se vive. É um processo simples, em que cada ato de moralidade duvidosa é rapidamente sustentado pela teoria correspondente. E talvez então aquela comissão ilegal deixe de me parecer tão má... porque sou eu que a recebo. Ou já não veja como tão grave enganar o meu namorado ou a minha namorada, a minha mulher ou o meu marido, ou embriagar-me, porque... eu o faço de vez em quando. «Ao princípio eram vícios; hoje querem chamar-se costumes», dizia Séneca. Há pessoas que, quando não foram fiéis à mulher, reconhecem a sua fraqueza; e há outras que exigem à Igreja que recue numa regra que elas já não conseguem seguir. Gostariam de reformar a Igreja para não terem de se reformar a si mesmas, apesar de parecer fazer-lhes bastante falta.

Sem medo da verdade

Ninguém gosta de ser enganado — dizia Platão —, e isso é mais uma prova de que existem a verdade e a falsidade.

Lutar por encontrar a verdade é um impulso natural de todo o ser humano. A grandeza do homem reside em podermos decidir-nos pela verdade e pelo bem e, assim, construir a nossa vida à luz da sabedoria e da liberdade.

O cristianismo entrou na história há vinte séculos. A fé cristã estabelecia uma ligação sólida entre a verdade e o bem, que se reclamavam e apoiavam mutuamente. Além disso, defendia o fraco perante o poderoso, pois proclamava que todos os homens têm o mesmo direito à verdade, a mesma liberdade e dignidade. Mostrava ao coração humano as suas esperanças e possibilidades de bondade. Impelia cada homem a esclarecer a verdade, que não é propriedade de ninguém, mas é superior a todos e ilumina a vida de todos. Encorajava a não ter medo da razão nem da verdade, viesse ela de onde viesse. É verdade que o mistério que rodeia a fé ultrapassa a capacidade do homem. Mas isso não significa que não o possamos reconhecer, nem que todas as aproximações a esse mistério sejam igualmente válidas, nem que não haja na história sinais claros da sua presença, nem que as ações do homem sejam todas igualmente boas ou más.

É uma vida mais cómoda?

— Mas a vida sem fé costuma ser mais cómoda...

Não creio que a vida sem fé seja mais cómoda. Pelo contrário, a falta de fé torna a vida mais obscura, com menos esperança.

Quando uma pessoa vive bem a sua fé, encontra nela uma felicidade que não se consegue de nenhuma outra maneira. Mas tem de ser uma fé bem vivida, entendida não como um conjunto de obrigações e restrições, mas como uma luz que ilumina o caminho que podemos seguir.

A conquista da liberdade é um caminho de conhecimento e de exigência pessoal. O conhecimento da realidade é importante porque favorece a liberdade. Se um navegante sabe que se aproxima uma tempestade, pode mudar de rumo e evitá-la, ou refugiar-se num porto. Mas, se desconhece a tempestade, pôr-se-á em perigo e, embora se sinta muito livre e muito

cómodo, estará a caminho de perder a sua liberdade. Por isso, escolher o erro, mesmo que a escolha seja livre, não pode propriamente chamar-se liberdade.

Para ser livre, é necessário estar atento à influência da massificação e das correntes de pensamento da moda. Não se deve esquecer que grande parte do nosso acesso à realidade se faz através dos meios de comunicação, que possuem uma grande capacidade de persuasão, e que, se uma pessoa se descuidar, pode julgar-se muito livre ao seguir a sua espontaneidade imperiosa, sem perceber que está a ser dirigida por uma propaganda engenhosa. Por isso diz José Antonio Marina que «a liberdade é sempre cautelosa e algo desconfiada, enquanto o homem excessivamente espontâneo é presa fácil de uma agência de publicidade».

Além disso, uma coisa é saber o que se deve fazer e outra é conseguir fazê-lo. É necessário saber o que se deve fazer, mas também ter um nível suficiente de exigência pessoal para o conseguir.

Kant contava a parábola da pomba que julgava que, sem a resistência do ar, pouparia esforços e voaria com mais liberdade. A pobre pomba não percebia que essa resistência era precisamente aquilo que a mantinha em voo. Por isso, para acertar na vida, é necessário distinguir bem aquilo que prende daquilo que liberta. Porque as correntes surgem ao homem como os abrolhos à terra, que crescem e voltam a brotar ao menor descuido. A liberdade é cara e dolorosa e, por isso, às vezes escolhemos uma escravidão cómoda em vez de uma liberdade custosa.

Querer libertar-se da exigência pessoal é um engano utópico. A verdadeira liberdade começa por se ser capaz de obedecer às próprias determinações.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

§ Juan Pablo II, *Cruzando el umbral de la esperanza*, Plaza Janés.

§ Joseph Ratzinger, *La sal de la tierra*, Palabra.

§ Joseph Ratzinger, *Una mirada a Europa*, Rialp.

§ Ricardo Yepes, *Entender el mundo de hoy*, Rialp.

§ Jean-Marie Lustiger, *La elección de Dios*, Planeta.

§ C. S. Lewis, *El problema del dolor*, Rialp.

§ C. S. Lewis, *Mero cristianismo*, Rialp.

§ C. S. Lewis, *Cartas del diablo a su sobrino*, Rialp.

§ C. S. Lewis, *Dios en el banquillo*, Rialp.

§ C. S. Lewis, *El diablo propone un brindis*, Rialp.

§ C. S. Lewis, *La abolición del hombre*, Encuentro.

§ José Ramón Ayllón, *En torno al hombre*, Rialp.

§ José Ramón Ayllón, *Dios y los náufragos*, Belacqua.

§ Leo J. Trese, *La sabiduría del cristiano*, Palabra.

§ Víctor Frankl, *El hombre en busca de sentido*, Herder.

§ Luis de Wohl, *Adán, Eva y el mono*, Palabra.

§ André Frossard, *Preguntas sobre Dios*, Rialp.

§ André Frossard, *Preguntas sobre el hombre*, Rialp.

§ André Frossard, *36 pruebas de la existencia del diablo*, Rialp.

§ Peter Kreeft, *Cómo tomar decisiones. Sabiduría práctica para cada día*, Rialp.

§ Alfonso López Quintás, *Cuatro filósofos en busca de Dios*, Rialp.

§ José Luis Martín Descalzo, *Razones para vivir*, Atenas.

§ José Luis Martín Descalzo, *Razones para la alegría*, Atenas.

§ José Luis Martín Descalzo, *Razones para el amor*, Atenas.

§ José Luis Martín Descalzo, *Razones para la esperanza*, Atenas.

§ Mariano Artigas, *Ciencia y fe: nuevas perspectivas*, Eunsa.

§ Mariano Artigas, *El hombre a la luz de la ciencia*, Palabra.

§ Mariano Artigas, *Las fronteras del evolucionismo*, Palabra.

§ Enrique Monasterio, *Pensar por libre*, Palabra.

§ Madre Angélica, *Respuestas, no promesas*, Planeta.

§ Juan Luis Lorda, *Moral. El arte de vivir*, Palabra.

§ Mary Beth Bonacci, *Tus preguntas sobre amor y sexo*, Palabra.

§ Mikel Gotzon Santamaría, *Saber amar con el cuerpo*, Palabra.

§ Gerard van der Aardweg, *Homosexualidad y esperanza*, Eunsa.

§ César Vidal, *El legado cristiano en la cultura occidental*, Espasa.

§ Vittorio Messori, *Leyendas negras de la Iglesia*, Planeta.

ÍNDICE

É razoável ser crente?

Introdução

Primeira parte — I. Acreditar em Deus?

1. Deus existe realmente?

2. É possível a autocriação?

3. Uma noite que mudou uma vida

4. Pode Deus caber na minha mente?

5. São compatíveis a ciência e a fé?

6. Podem conciliar-se a fé e a razão?

7. O enigma da dor

8. O enigma do mal

9. O enigma da morte

Segunda parte — II. Uma religião, mas... porquê a cristã?

10. É indiferente uma religião ou outra?

11. É a religião cristã a verdadeira?

12. Jesus Cristo existiu realmente?

13. Valor histórico dos Evangelhos

Terceira parte — III. Objeções à Igreja Católica

14. As linhas tortas de Deus

15. Deve a Igreja pedir perdão pelos seus erros?

16. O que aconteceu realmente com a Inquisição?

17. Qual foi o erro no caso Galileu?

18. Como atuou a Igreja perante o nazismo?

19. Qual foi o contributo do cristianismo para a história da humanidade?

20. O que há de verdade em tantas outras lendas negras?

21. Uma instituição opressiva e antiquada?

22. Uma antiga desconfiança em relação à mulher?

23. A autoridade da Igreja

24. São necessários os dogmas?

25. Se moderasse as suas exigências...

Quarta parte — IV. É razoável acreditar?

26. Será que Deus quer incomodar-nos?

27. A fé ajuda a desfrutar da vida?

28. Tem alguém o direito de me impor os seus valores?

29. As nossas certezas... e as dos outros?

30. E porque há de «isso» ser mau?

31. A moral ajuda a pensar bem?

32. Porque não se escuta mais a Igreja?

Quinta parte — V. A questão do sexo

33. Sexo e sentimentos: é necessário aprender?

34. Há algum mal no prazer?

35. Uma obsessão induzida?

36. Um «respiro» de vez em quando?

37. É possível superar a dependência do sexo?

38. Que fazer com o desejo sexual não legítimo?

39. Amar-te-ei... enquanto te desejar?

40. Que fazer perante a homossexualidade?

41. Porquê tantas objeções à contraceção?

Sexta parte — VI. Intolerância para com os mais fracos

42. Respeito pela vida, porquê?

43. Uma morte digna?

44. Direito a decidir, mas há um terceiro em jogo

45. Novos imperialismos

Sétima parte — VII. Para que serve acreditar?

46. São melhores os crentes?

47. E quando surgem dúvidas?

48. Para que serve rezar?

49. Não será a fé católica demasiado exigente?

50. A fé afasta da «vida real»?

Bibliografia recomendada